

**USOS DA HISTÓRIA: A DIPLOMACIA
CONTEMPORÂNEA DOS ESTADOS BÁLTICOS
SUBSÍDIOS PARA A POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais

Diretor

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e
Documentação Diplomática

Diretora substituta

Maria do Carmo Strozzi Coutinho

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL

Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos

Subsídios para a Política Externa Brasileira



Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
André Yuji Pinheiro Uema
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas

Revisão:

Júlia Lima Thomaz de Godoy

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem

Capa:

The Baltic Way. Vilnius, 23 August 1989
The Museum of Genocide Victims

Impresso no Brasil 2011

Souza Neto, José Estanislau do Amaral.

Usos da história : a diplomacia contemporânea
dos Estados Bálticos: subsídios para a política externa
brasileira / José Estanislau do Amaral Souza Neto. –
Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
216 p.

ISBN 978.85.7631.309-0

1. Diplomacia. 2. Estados Bálticos. 3. Relações
Internacionais. 4. Política Externa.

CDU: 327.3(81)

Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei
n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Introdução Geral, 7

Capítulo I - Construção das Nações: dos primórdios à primeira Independência, 15

1.1 Primórdios, 15

1.1.1 Germânicos, Estonianos, Letões, 18

1.1.2 Lituanos e Poloneses, 22

1.1.3 Russos e Judeus, 28

1.2 Construção da Nação. Identidade Nacional e Vida Independente, 34

1.2.1 O “despertar” do nacionalismo báltico, 34

1.2.2 Vida Independente entre as Guerras (1920-1940), 41

1.2.3 Política Externa dos Estados Bálticos no primeiro período de Independência, 50

Capítulo II - Desconstrução das Nações. Ocupação Soviética e Nazista, 57

2.1 O Pacto Molotov-Ribbentrop e a primeira ocupação soviética, 57

2.2 Os Estados bálticos sob ocupação nazista, 65

2.3 Segunda ocupação soviética (1944-1990), 73

Capítulo III - Reconstrução das Nações e Transição para a Democracia e para a Economia de Mercado, 87

- 3.1 Reconquista da independência: as *singing revolutions*, 87
- 3.2 Redemocratização, 96
- 3.3 Transição para a Economia de Mercado, 111

Capítulo IV - Política Externa dos Estados Bálticos após a Independência, 121

- 4.1 Tempos e Temas da diplomacia dos Estados bálticos, 121
- 4.2 Relações entre os Estados bálticos e Rússia: instabilidade dentro da assimetria e narrativas conflitantes de identidade, 130
 - 4.2.1 *Letônia*, 132
 - 4.2.2 *Estônia*, 137
 - 4.2.3 *Lituânia*, 145
 - 4.2.4 *Estados bálticos e Rússia em perspectiva*, 151
- 4.3 Relações entre os Estados bálticos e a União Europeia: ativismo na Política de Vizinhança, 153
- 4.4 Relações entre os Estados bálticos e a OTAN, 162
- 4.5 Cooperação Regional, 172

Capítulo V - Relações do Brasil com os Estados Bálticos, 181

- 5.1 Antecedentes, 181
- 5.2 Desenvolvimentos Recentes, 187
 - 5.2.1 *Letônia*, 188
 - 5.2.2 *Lituânia*, 189
 - 5.2.3 *Estônia*, 191
- 5.3 Perspectivas do relacionamento bilateral, 191

Conclusão, 195

Palavras Finais, 199

Agradecimentos, 205

Bibliografia, 207

Introdução Geral

“For a thousand years, the geography of the borderlands dictated their fate. The borderlands lie in a flat plain, crushed between the civilizations of Europe and those of Asia. East of Poland, west of Russia, their lack of mountains, seas, deserts, and canyons has always made the borderlands easy to conquer”¹.

Anne Applebaum

O tema desse trabalho é a política externa dos três Estados bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia – e suas implicações para os interesses brasileiros. A ênfase recai na diplomacia contemporânea, especialmente a partir de 2004, ano em que se tornaram membros da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Foi concebido originalmente como tese apresentada no Curso de Altos de Estudos (CAE) do Itamaraty. Redigido entre os dois meses finais de 2009 e início do ano seguinte, foi entregue ao Instituto Rio Branco em Fevereiro de 2010 e defendido perante a banca examinadora em Outubro do mesmo ano.

¹ APPLEBAUM, Anne. *Between East and West: Across the Borderlands of Europe*. Nova York: Pantheon, 1994. p. ix (Introdução).

Optei por modificá-lo o mínimo possível para fins de publicação. As alterações introduzidas no texto original responderam a três ordens de fatores: a) incorporar os comentários e sugestões feitos pelos membros da banca durante a arguição oral; b) editar alguns poucos trechos que continham passagens de maior sensibilidade diplomática; c) atualizar outros à luz de acontecimentos subsequentes, o que se fez, na maior parte dos casos, mediante recurso a notas de rodapé.

David J. Galbreath, Ainius Lasas e Jeremy W. Lamoreaux² assinalam que a política externa contemporânea dos bálticos constitui campo de investigação relevante por pelo menos três motivos. O primeiro reside no fato de que pertencem a uma categoria única de países: a dos que integraram a União Soviética e hoje são membros da UE e da OTAN, após transição em que as opções de atuação externa se fizeram em razão da instrumentalidade na consolidação das reformas internas.

O segundo motivo de interesse decorre do fato de que os Estados bálticos tiveram de articular suas respectivas linhas de política externa rapidamente e sem contar com aparatos diplomáticos estabelecidos, no âmbito do próprio processo de independência, no início dos anos 90. O terceiro resulta da necessidade de as políticas externas dos Estados bálticos terem de lidar, de um lado, com o legado da ocupação soviética, o que implica encaminhar soluções para temas tais como os direitos das minorias russas e acordos de fronteiras, e, de outro, com questões relativas à construção de narrativas de identidade nacional. O tema da identidade nacional dos bálticos conduz, por sua vez, a uma discussão sobre eventuais afiliações a um ou mais conceitos tais como “Ocidente”, “Europa”, “Leste Europeu”, “Báltico”, “Nórdico”, entre outros.

Desenvolvimentos ocorridos nos últimos anos reforçam, por outro lado, a importância de a diplomacia brasileira visitar os países bálticos. A admissão na UE, etapa simbolicamente mais representativa do chamado “retorno à Europa”, tem tido repercussões não apenas para os próprios países bálticos, impelidos a incorporar o *acquis communautaire* simultaneamente à reconstrução de instituições de Estado próprias, mas também para Bruxelas, cujas decisões passaram a ter de levar em conta

² GALBREATH, David J., LASAS, Ainius e LAMOREAUX, Jeremy W. *Continuity and Change in the Baltic Sea Region: Comparing Foreign Policies*. Amsterdã e Nova York: Editions Rodopi B.V., 2008. p. 7.

a presença desses novos membros e seu complexo histórico de relações com o vizinho russo.

As fronteiras da UE com a Rússia ampliaram-se consideravelmente no processo de *enlargement*. Há, ademais, crescente superposição de espaços entre a marcha ao leste da integração, no âmbito da Política de Vizinhança, e as regiões em que a Rússia reivindica “interesses vitais”. O resultado deste processo é a sensível elevação das tensões entre a UE e a Rússia. Basta recordar, como exemplos, os acontecimentos de agosto de 2008 nas áreas separatistas da Geórgia; a declaração unilateral de independência do Kosovo, em fevereiro de 2008, reconhecida, entre outros, pelos três países bálticos, mas considerada ilegal pela Rússia; e as divergências entre Moscou e Kiev sobre fornecimento de gás, com impacto adverso em vários países europeus. O ingresso dos novos integrantes bálticos ou do Leste Europeu, de modo geral, aumentou o grau de divisão interna em Bruxelas sobre como conduzir as relações com a Rússia. Poucos tópicos têm tanto potencial de cindir os membros da UE atualmente como o relacionamento com Moscou.

À diferença da acessão à UE, a decisão dos Estados bálticos de ingressar na OTAN sempre foi de difícil aceitação para Moscou. Se a lógica da decisão se pode compreender à luz das necessidades de defesa dos bálticos, que enxergam no vínculo que se estabelece com os Estados Unidos (EUA) por intermédio da aliança transatlântica possivelmente o único escudo eficaz contra a Rússia, tampouco é de estranhar a forte reação negativa de Moscou: o Kremlin considera a OTAN uma relíquia da Guerra Fria, uma entidade criada com a missão de conter a então União Soviética e cuja razão de ser não se justificaria após o final do conflito leste-oeste. Na visão da maior parte dos analistas internacionais, a ampliação do número de membros da OTAN na Europa Oriental e a intervenção daquela Organização no Kosovo foram os principais catalisadores da assertividade externa russa a partir da ascensão de Putin.

É difícil antever quais poderão ser os impactos, na Estônia, Letônia e Lituânia, dos desdobramentos nas relações entre a UE, a OTAN e os EUA, de um lado, e a Rússia, de outro, num mundo em que o pensamento geopolítico readquire influência. Robert Kagan sustenta, por exemplo, em seu livro sobre o “retorno da história”, cujo título obviamente remete, por oposição, à obra de Francis Fukuyama, que uma das áreas com maior probabilidade de choque entre as ambições das grandes potências e de

eclosão de conflitos está na fronteira ocidental da Eurásia, fronteira que se teria convertido novamente em zona de competição. Segundo Kagan, se a Rússia é o local em que a história teria terminado de modo dramático há duas décadas, no presente é lá que ela teria retornado com maior clareza³.

O que é certo, na conjuntura internacional do início de 2010, é que as tensões permanecem, não obstante gestos recentes de natureza mais conciliatória da parte do Presidente Medvedev, em resposta tanto à decisão da administração do Presidente Barack Obama de relançar as relações bilaterais como a atitudes concretas no sentido de desanuviá-las comparativamente à atmosfera reinante na gestão do Presidente George W. Bush. A reforma no sistema de defesa antimísseis na Europa Central constitui um dos exemplos mais significativos da recente mudança de postura na política externa norte-americana. Não menos certo é o fato de que o clima de distanciamento entre o Ocidente e a Rússia tem tido impacto direto sobre os países bálticos.

Ao Brasil, país com relacionamento denso com a UE, agora acrescido do marco da parceria estratégica, e com a Rússia, no âmbito dos BRICs e dos vínculos bilaterais, torna-se crescentemente relevante observar a cena nos Estados bálticos, que adquirem assim duplo interesse para a diplomacia brasileira, regional e bilateral. Some-se o fato de ser escassa, para não dizer inexistente, a literatura disponível no Brasil sobre as transformações nos bálticos, inclusive no Itamaraty, com a exceção de tese apresentada, em 1994, no âmbito do CAE, adstrita aos conflitos de base étnica naqueles países. O presente trabalho ambiciona preencher, assim, embora parcialmente, uma possível lacuna na literatura, além de prover elementos que possam subsidiar a política externa brasileira no que diz respeito aos países bálticos.

Os três primeiros capítulos cobrem a trajetória histórica dos países bálticos, em etapas sucessivas a que chamei respectivamente de construção, desconstrução e reconstrução das nações.

O primeiro capítulo estende-se do início do povoamento até 1940, quando os Estados bálticos foram ocupados pela União Soviética, em consequência do Pacto Molotov-Ribbentrop. Inclui, portanto, os vinte anos do primeiro período de vida independente entre 1920 e 1940,

³ KAGAN, Robert. *The Return of History and the End of Dreams*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2008, p. 12-13.

assim como análise da política externa praticada pelos Estados bálticos naqueles dois decênios. No caso da política externa dos Estados bálticos, que têm uma trajetória particularmente turbulenta e complexa, o truísmo de que o conhecimento da história é ferramenta indispensável para a compreensão do presente torna-se ainda mais evidente. Anatol Lieven, autor de obra de referência sobre a matéria, assinala que o exame da política contemporânea dos países bálticos não dispensa conhecimento da história e da cultura, pois os próprios estonianos, letões e lituanos delas fazem uso regular no debate público.

A alusão ao passado, geralmente idealizado ou reconstruído como mito, presta-se tanto para embasar narrativas de identidade nacional como para legitimar decisões no presente. Nesse contexto, um dos elementos integrantes das nacionalidades bálticas é um discurso de linearidade histórica, construído *ex post facto*, segundo o qual a independência reconquistada em 1991 inscreve-se numa luta contínua em prol da autodeterminação e da identidade cultural. Esta luta teria tido início sob domínio imperial russo no século XIX; e, dentro dela, os Estados independentes de 1920-1940 teriam sido apenas um interlúdio, ainda que imensamente importante⁴.

O segundo capítulo será dedicado à análise do período de desconstrução, que vai de 1940 às revoluções de independência de 1991. Durante os anos da Guerra e os que seguiram imediatamente à confrontação, os países bálticos, sob ocupação, passaram por mudanças bruscas e não raro violentas em suas estruturas sociais, culturais e demográficas. Foram anos por eles sentidos como de trauma. O capítulo traz ainda um exame da chamada “questão báltica” no plano das relações internacionais, que se originou em 1940 com a política norte-americana de não reconhecimento da ocupação e atravessou toda a Guerra Fria.

O terceiro capítulo detém-se sobre as revoluções pacíficas de independência de 1991 e a subsequente transição para a democracia e para a economia de mercado, numa dinâmica de reconstrução das nações. Levar adiante essas tarefas em conjunto e simultaneamente à constituição das instituições de Estado constituiu desafio cuja complexidade não se deve minimizar, mormente em vista do sacrifício

⁴ LIEVEN, Anatol. *The Baltic revolution: Estonia, Latvia, Lithuania and the Path to Independence*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1993, p. xxxvi (Introdução).

que as reformas acarretaram para amplas camadas da população. Pode-se mesmo argumentar que mobilizar a nação em torno da independência foi comparativamente mais fácil do que tem sido canalizar as energias necessárias à promoção das reformas. As negociações de acesso à União Europeia foram cruciais, ao imprimirem ritmo, direção e caráter prático e palpável aos programas de transição, tanto na dimensão política e institucional quanto na econômica.

A análise da participação dos Estados bálticos na cena internacional e de suas implicações para o Brasil é a matéria do quarto capítulo, foco central do trabalho. Em 1991, Estônia, Letônia e Lituânia começaram a ensaiar os primeiros passos de uma política externa própria. Suas opções foram determinadas pelo contexto internacional daquele momento, caracterizado por uma Rússia temporariamente fragilizada, pelo discurso triunfalista dos EUA e pela aceleração da integração europeia. No início, sem poder contar com tradição de prática diplomática, com chancelarias estruturadas ou com pessoal treinado, possivelmente o emprego do próprio termo “política externa” seja demasiado otimista. No entanto, as políticas adotadas pelos países bálticos gradualmente adquiriram consistência, apontando para uma ação internacional limitada, mas de prioridades definidas. Serão examinadas unicamente as diretrizes gerais da política externa após a independência, com foco na diplomacia contemporânea. O capítulo subdivide-se em cinco partes: i) evolução histórica da diplomacia contemporânea; ii) relações com a Rússia; iii) Estados bálticos e UE; iv) Estados bálticos e OTAN; v) cooperação regional.

O quinto capítulo tratará do relacionamento bilateral. Dois fatores contribuem para a existência de vínculos fluidos e amistosos entre o Brasil e os países bálticos. O primeiro está na história das relações: o Brasil reconheceu a independência dos três países bálticos em 1921 e novamente em 1991, sem ter reconhecido a anexação soviética em 1940. O segundo reside na importância das comunidades de descendentes de imigrantes dos três países no Brasil, em particular dos lituanos e dos letões. São Paulo é, depois de Chicago, a cidade com o maior número de descendentes de lituanos no mundo. Apesar do capital favorável à aproximação, as relações ainda são rarefeitas. O Brasil não dispõe de Embaixadas residentes em nenhuma das três capitais bálticas, nem há, na capital brasileira, Embaixada de país

báltico⁵. Há poucos acordos bilaterais em vigor e as correntes de comércio ainda são incipientes. Esse capítulo resgatará os antecedentes dos laços bilaterais, procederá a um balanço das relações e buscará apresentar propostas para adensá-las.

Na conclusão, serão retomados os principais temas do trabalho, num esforço de síntese e de oferecer algumas perspectivas de evolução daqueles países numa conjuntura internacional incerta e em rápida transformação.

Agreguei ao texto original uma nova e breve seção, intitulada “Palavras Finais”. Ali concentrei as reflexões que me ocorreram após a conclusão do CAE e que resultaram de novas leituras e de desdobramentos mais recentes nos três Estados bálticos.

Cabem ainda, nos limites desta introdução geral, duas notas de ordem metodológica. Faz-se a primeira no sentido de recordar que Estônia, Letônia e Lituânia apresentam grau de heterogeneidade frequentemente subestimado. Agrupá-las para fins de análise foi perspectiva adotada de forma pioneira por Georg von Rauch, autor que salienta a “unidade essencial” dos territórios dos três países⁶. Posteriormente, outros também procederam a um exame integrado dos Estados bálticos, justificado por um conjunto de razões tais como um destino histórico comum, sobretudo a partir do final do século XIX, proximidade geográfica, dimensões territoriais e populacionais comparáveis e perfil internacional assemelhado. Dentro dessa mesma tradição de pesquisa, esse trabalho buscará distinguir, em diversas seções, o que é comum aos três países do que é particular a cada um deles.

A segunda nota metodológica prende-se à seleção das fontes utilizadas. Optou-se pela literatura acadêmica existente em língua inglesa, literatura que se expandiu nos últimos anos, em razão do interesse crescente pelos desenvolvimentos naquela região do mundo, e inclui autores de diferentes proveniências, inclusive, cada vez mais, dos próprios países bálticos. Além disso, em benefício de enriquecer a

⁵ O Decreto No 7285, de primeiro de setembro de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Tallin, na República da Estônia. Na época em que esse trabalho foi originalmente concluído, em fevereiro de 2010, não se cogitava ainda, no Itamaraty, abrir Embaixada em qualquer dos três Estados bálticos.

⁶ von RAUCH, Georg, *The Baltic States: the years of independence 1917-1940*. Londres: C. Hurst & Company, 1974, p.5.

análise com fontes primárias, foram realizadas visitas às capitais dos Estados bálticos, no ano de 2009, para a realização de entrevistas nas respectivas chancelarias e principais *think tanks* de política externa. Algumas entrevistas foram também respondidas por escrito, por correio eletrônico.



Capítulo I

Construção das Nações: dos primórdios à primeira Independência

1.1 Primórdios

“For centuries, Balts have had only two choices: to survive as nations or to merge into larger nations. You could say that we decided, subconsciously, but collectively, to survive. So for us, nationalism is a mode of existence. In our position, you can’t take the broad perspective of the English or the French; this would threaten our very existence. To survive, you must be nationalist”⁷.

Enn Soosaar

Na obra previamente mencionada, publicada originalmente em 1970, em alemão, Georg von Rauch⁸ comenta que, em sentido estrito, a história dos Estados bálticos estaria necessariamente limitada ao período entre as duas Guerras Mundiais, quando adquiriram a independência e se projetaram na cena internacional como atores dotados de capacidade de atuação própria; naquele momento, a história daqueles países teria sido parte da história mundial. Georg von Rauch faleceu em 1991, ano em

⁷ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 18 (entrevista dada por Enn Soosaar, comentarista estoniano, a Anatol Lieven).

⁸ von RAUCH, Georg, op. cit., p. ix (Introdução).

que os Estados bálticos reconquistaram a independência. Foi privado, dessa forma, de testemunhar os eventos que abririam novo período em que eles voltariam a pertencer à narrativa da história mundial.

Circunscrita, assim, no tempo e no espaço, a história dos Estados bálticos enquanto unidades políticas autônomas, cabe notar que recua mais longe, cronologicamente, o percurso dos diversos povos, não apenas bálticos, mas também outros tais como russos, poloneses, germânicos, suecos, dinamarqueses, judeus, que habitaram os territórios em que hoje se situam Estônia, Letônia e Lituânia, no litoral oriental e sul do Mar Báltico, conhecido no passado, no Ocidente, como “costa do âmbar”.

Derivado de Mar Báltico, ou *Mare Balticum*⁹, o substantivo “bálticos” tem sido usado desde 1845, inicialmente como designação genérica para os povos que usam as línguas “bálticas”, das quais o letão e o lituano são as únicas sobreviventes. Com o tempo, além de sua acepção original linguística ou etnológica, a expressão adquiriu, ora como substantivo, ora como adjetivo, um segundo significado, de natureza geográfica ou política, que se aplica aos Estados bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia¹⁰.

Registros arqueológicos indicam que os primeiros povoadores da região, imigrantes provenientes do sul e do sudeste e referidos como “protobálticos”, instalaram-se ali por volta do ano 9000 a.C. A partir de 2000 a.C., produziu-se, lentamente, alteração importante na composição demográfica local, com a chegada de novos e distintos grupos de indo-europeus, os quais, de um lado, se mesclaram a povos finicos que já se achavam na região e, de outro, provocaram o deslocamento para o norte de contingentes dos mesmos finicos. Essa dinâmica de interação de movimentos populacionais teria permitido a gradual constituição do que os arqueólogos denominaram “tribos bálticas primitivas”, as quais, coabitando o mesmo espaço geográfico relativamente reduzido, falavam línguas bálticas indo-europeias (entre tais tribos incluem-se os prussianos¹¹

⁹ A expressão *Mare Balticum* é por sua vez atribuída ao cronista Adão, de Bremen (*Adamus Bremensis*), que escreveu no séc. XI. Foi uma invenção própria, que remete a *balteus*, palavra latina para cinto ou cinturão, forma que teria o mar ao estender-se no rumo oriental. Entre os navegantes, porém, o Báltico é chamado de mar oriental nas línguas germânicas e nórdicas (*Ostsee* em alemão), de mar ocidental entre os estonianos e de grande mar entre os letões. KASEMPAMP, Andres. *A History of the Baltic States*. Londres e Nova York: Palgrave Macmillan, 2010, p. viii (Prefácio).

¹⁰ GIMBUTAS, Marija. *The Balts*. Londres: Thames e Hudson, 1963, p. 18.

¹¹ Trata-se aqui da tribo báltica dos prussianos, hoje desaparecida, assim como sua língua.

e as que dariam origem aos futuros letões e lituanos) ou fino-úgricas (entre as quais os estonianos e finlandeses). Em conjunto, tais tribos reuniam, por volta do ano 1200 a.C., características e costumes que as distinguiam dos demais povos do Báltico. As tribos bálticas também se diferenciariam entre si nos séculos seguintes, que desembocariam na era cristã. Os letões, por exemplo, nasceram do amálgama de quatro tribos étnicas distintas¹².



O litoral oriental e meridional do Mar Báltico foi, até a passagem do século XII para o XIII, o último refúgio dos povos pagãos na Europa medieval. Embora constituísse importante entroncamento

¹² PLAKANS, Andrejs. *The Latvians: A Short History*. Stanford: Hoover Institution Press. 1995. p 3-13.

nas rotas de âmbar e de comércio utilizadas pelos varegues (*vikings*) entre o Báltico e Bizâncio, as quais cruzavam o interior do continente europeu, a distância que separava o território habitado pelos povos bálticos dos dois polos mais importantes da civilização europeia de então – o Ocidente em que predominava o latim e a Igreja Católica e o Oriente ortodoxo – foi capaz de preservá-lo relativamente isolado. Esta situação mudaria drasticamente a partir do século XII, com a chegada à região de outros povos. Começaria então um longo período em que os germânicos, os russos e os poloneses dividiriam entre si, seja como resultado de guerras, seja por meio de alianças temporárias, o domínio sobre a terra e a gente dos países bálticos. Em menor escala, e com duração limitada no tempo, suecos e dinamarqueses foram igualmente atores importantes do jogo de conquista.

1.1.1 Germânicos, Estonianos, Letões

No século XII, os germânicos chegam à região habitada pelos prussianos, a tribo báltica que vivia mais ao ocidente. Em poucas décadas, os prussianos foram subjugados pela Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, organização de natureza a um só tempo militar e monástica que havia transferido àquela área da Europa os cruzados derrotados no Oriente Próximo. Alguns séculos depois, os prussianos haviam desaparecido completamente, deixando como herança apenas o nome da região de que eram os povos indígenas. Anne Applebaum refere-se à extinção da tribo dos prussianos como um dos antecedentes do fenômeno moderno de limpeza étnica¹³. Georg von Rauch apresenta a situação de modo diverso, como assimilação da maior parte dos prussianos na comunidade germânica¹⁴.

Quase ao mesmo tempo em que os cavaleiros teutônicos se estabeleceram na Prússia, outro movimento de germânicos, inicialmente constituído de mercadores, mas que logo se fizeram acompanhar dos que portavam a cruz e a espada, direcionou-se para a região em torno do Rio Daugava¹⁵. O personagem fundamental da conquista germânica naquela área, em torno do Golfo de Riga, foi Alberto von Buxhoevden,

¹³ APPLEBAUM, Anne, op. cit., p.13.

¹⁴ von RAUCH, Georg, op. cit., p.1.

¹⁵ Também conhecido como Rio Duína Ocidental.

originário de Bremen. Antes de iniciar sua empreitada, Alberto lograra convencer o Papa Inocêncio III a proclamar uma segunda cruzada nos Bálticos, o que lhe permitiu desembarcar na desembocadura do Rio Daugava, na primavera de 1200, à frente de 23 navios e de 500 soldados saxões. Fundou Riga no ano seguinte, perto de vilarejos habitados pelos livônios (tribo báltica de língua fino-úgrica), com o objetivo de usá-la como plataforma para a expansão da penetração germânica e cristã.

Nomeado Bispo da Livônia, com o direito conexo de estabelecer feudos e nomear seus titulares, Alberto converteu em 1202 os efetivos militares à sua disposição na Ordem dos Irmãos da Espada da Livônia (em alemão, *Schwertbrüderorden*; em latim, *Frates militiae Christ Livoniae*). Havendo derrotado no início do século XIII os livônios e os latgálios (tribo báltica de língua indo-europeia), os irmãos da espada voltaram-se ao norte da Estônia, que dominariam após anos de luta e de ter assegurado o apoio da coroa dinamarquesa. Com as bênçãos do Papa Honório III, o Rei Valdemar II da Dinamarca aportou com grande contingente na costa estoniana em 1219 e, no ano seguinte, estendeu o domínio dinamarquês sobre boa parte do norte da Estônia. O nome atual da capital do país, Tallinn, deriva de *taani linn*, ou “castelo dinamarquês”, em razão da reconstrução e expansão do antigo forte existente no local pelos invasores dinamarqueses. Os dinamarqueses ocuparam o norte da Estônia por pouco mais de cem anos e, em 1346, venderam suas possessões à Ordem Teutônica. Em 1220, foram os suecos que fizeram incursões na Estônia; seriam, no entanto, naquele momento, rechaçados¹⁶.

Nos cem anos seguintes, estaria completa pelos germânicos a conquista dos territórios que hoje conformam a Estônia e a Letônia. Os povos que ali viviam foram submetidos à servidão e convertidos ao cristianismo, sem que antes pudessem ter desenvolvido sistemas políticos próprios. A área transformou-se numa confederação integrada por três tipos de entidades políticas: os domínios da Ordem dos Irmãos da Espada, os Estados eclesiásticos que estavam nas mãos dos Príncipes do Sacro Império Romano Germânico e, finalmente, um pequeno número de cidades independentes pertencentes à Liga Hanseática, entre elas Riga e Tallinn.

¹⁶ RAUN, Toivo U. *Estonia and the Estonians*. Updated Second Edition. Stanford: Hoover Institution Press, 2001, p. 16.

Os germano-bálticos tornaram-se desde então, e assim permaneceram até a primeira metade do Século XX, elemento integrante e fundamental da vida econômica, social e política nos países bálticos, especialmente na Letônia e na Estônia. Anatol Lieven¹⁷ avalia que as tradições dos germano-bálticos continuaram, no decurso de todo esse longo tempo, essencialmente as mesmas dos cruzados medievais, com a diferença de que, com o tempo, a crença original na missão de trazer a cristandade ao Báltico foi suplantada pela missão que se atribuíram de disseminar os valores da civilização ocidental na região.

Marek Tamm, por sua vez, assinala que, durante o século XIII, a Europa testemunhou notável percepção de alargamento do que seria o mundo habitado. Diversas regiões previamente ignoradas pelos cristãos foram mapeadas textualmente e desta forma se integraram na geografia cultural ocidental¹⁸. O argumento de que a incorporação dos países bálticos à matriz cultural do Ocidente foi um dos resultados do expansionismo levado a cabo pelos cruzados germânicos teria repercussões futuras nos recorrentes debates sobre o discurso de identidade nacional daqueles países.

O fluxo constante dos germânicos na direção do Báltico oriental inscreveu-se, é certo, dentro de um arco migratório mais amplo que os impulsionaria igualmente a outras regiões, o *Drang nach Osten*, ao qual não eram estranhos um sentido de dever e um sentimento de superioridade moral e civilizacional similares aos que posteriormente seriam usados para justificar a colonização europeia em outros continentes, seja na conquista da América pelos espanhóis e portugueses, seja na *mission civilisatrice* dos franceses, seja ainda, na fórmula enviesada de Kipling, no *white man's burden* como expressão do suposto ônus a ser carregado pelos britânicos. A tarefa de expansão que os germânicos se impuseram estava, todavia, em solo europeu, mais especificamente ao leste e nos povos eslavos¹⁹.

¹⁷ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 133.

¹⁸ TAMM, Marek. "A new World into Old Worlds: The Eastern Baltic Region and the Cultural Geography of Medieval Europe", in *The Clash of Cultures on the Medieval Baltic Frontiers*. Murray, Alan V. (Editor). Farnham e Burlington: Ashgate, 2009, p. 12.

¹⁹ Segundo Michael Burleigh: "Civilization was always meant to flow down a 'cultural gradient' from the Higher West to the lower East, from German to Slav, replacing barbarism with sophistication". Mencionado em APPLEBAUM, Anne, op. cit., p. 16.

Hitler era admirador dos cavaleiros teutônicos e estendeu a variante bélica do *Drang nach Osten* ao perímetro mais oriental que o movimento foi capaz de atingir. Na operação *Barbarossa*²⁰, assim como nas outras campanhas militares durante a Segunda Guerra, estava estampada, nos navios, tanques e aviões de guerra alemães, a cruz negra que simboliza os temíveis cavaleiros.

A colonização dos bálticos foi, dentro da marcha para o leste, um capítulo possivelmente singular, com características que não se reproduziram integralmente em outras áreas, em particular a combinação do zelo da conversão dos derradeiros povos pagãos na Europa com uma espécie de “visão do paraíso” sobre o *locus* da conquista. A esse respeito, Marek Tamm observa que, nas descrições geográficas do século XIII, a porção oriental do Báltico assume feições de nova terra prometida, abençoada por condições naturais que remetem ao Jardim do Éden ou Canaã, mas cujos habitantes não estariam preparados para fazer devido uso das riquezas naturais ali existentes²¹.

Foi durante o período de domínio da Ordem Teutônica (1201-1561) que se utilizaram pela primeira vez os nomes latinos *Estonia*, *Livonia* e *Curonia* para descrever as três províncias bálticas que seriam ocupadas por estonianos (Estônia e Livônia do Norte) e letões (Livônia do Sul e Curlândia). Por outro lado, todo o território sob controle da Ordem também era comumente denominado, de modo genérico, como Livônia²².

Com a dissolução da Ordem, a Estônia tornou-se colônia da Suécia em 1561, ao passo que a Livônia e a Curlândia caíram sob domínio dos lituanos e poloneses. Em 1629, pelo Tratado de Altmark, a Livônia foi igualmente transferida à Suécia. Ao final da Grande Guerra do Norte (1700-1721), que opôs a coligação constituída pela Rússia, Dinamarca, Noruega e Saxônia-Polônia à Suécia, o Tratado de Nystad determinou que tanto a Estônia como a Livônia passassem aos domínios da Rússia, sob Pedro, o Grande, que via assim coroada de êxito sua estratégia de expansão rumo ao oeste, em busca de acesso ao litoral do Mar Báltico. A Curlândia também foi transferida para a Rússia na terceira partição da República das Duas Nações (Polônia e Lituânia), em 1795, como se verá em seguida.

²⁰ Frederico I, o *Barbarossa* (1122-1190), foi um dos Imperadores do Sacro Império.

²¹ TAMM, Marek, op. cit., p. 20.

²² von RAUCH, Georg, op. cit., p. 2.

1.1.2 Lituanos e Poloneses

A história da Lituânia seguiu caminho diverso. Foi apenas a partir do século XIX que seu destino político esteve estreitamente vinculado ao dos vizinhos bálticos. Antes disso, a Lituânia foi capaz de preservar a independência por um longo período, que cobre toda a Idade Média e se prolongou até o final do século XVIII.

Em 2009, os lituanos comemoraram o milênio do primeiro registro conhecido do nome Lituânia, que fora encontrado em epidósio narrado nos *Annales Quedlinburgenses*, na Alemanha. O ponto alto das celebrações do milênio foi a reabertura ao público, na data nacional, 6 de julho, do palácio dos Grão-Duques da Lituânia, em Vilnius, inteiramente renovado. Conforme assinala Timothy Snyder, os Grão-Duques da Lituânia foram os grandes senhores de guerra da Europa nos séculos XIII e XIV, conquistando vastos domínios que iam dos territórios originais no Báltico ao Mar Negro, passando pelas terras em que tradicionalmente se concentra o núcleo dos povos eslavos orientais²³.

Assim como os Grão-Duques, a tribo dos lituanos, última dentre as bálticas e na Europa a converter-se ao cristianismo, era constituída de guerreiros indômitos. O escritor polonês de origem lituana, Czeslaw Milosz, refere-se à tribo dos lituanos como os “peles vermelhas” da Europa, cuja presença se fazia notar em ataques inesperados, seguidos de retiradas igualmente súbitas na direção de refúgios inacessíveis nas florestas²⁴.

A fundação do Grão-Ducado como império, bem como a transferência da capital de Trakai para Vilnius, onde foi edificado, no topo de uma colina, o mencionado palácio reaberto em 2009, são atribuídas a Gediminas, em cujo governo, entre 1316 e 1341, o Grão-Ducado empreendeu expansão territorial sobre os domínios dos cristãos cuja tradição religiosa fora legada por Bizâncio: os príncipes de Novgorod, Tver, Moscou e Kiev²⁵. Em sentido inverso, na direção de Vilnius, principiava a fluir a cultura dos eslavos, especialmente a religião ortodoxa e a língua litúrgica da

²³ SNYDER, Timothy. *The Reconstruction of Nations: Poland, Ukraine, Lithuania, Belarus, 1569-1999*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2003, p. 17

²⁴ MILOSZ, Czeslaw. *Native Realm: a search for self-definition*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2002, p. 8.

²⁵ MILOSZ, Czeslaw, *Ibidem*, p. 19.

Igreja Eslavônica. O vasto Estado lituano transformou-se assim em campo de batalha cultural entre as influências do catolicismo e do latim, que chegavam do oeste por meio dos cavaleiros teutônicos e da Polônia, e as tradições da ortodoxia trazidas pelas populações eslavas conquistadas ao leste. Os governantes e o núcleo etnicamente lituano, minoritário, mantinham-se, no entanto, pagãos. Data ainda do período do Grão-Duque Gediminas o início da forte presença na Lituânia de judeus *ashkenazy*, provenientes majoritariamente do ocidente europeu, mas que incluíam também grupos do oriente, como os caraítas, que usavam o turco como idioma e eram considerados hereges pelas correntes judaicas tradicionais²⁶.

Confrontado com duas potências católicas, a Ordem Teutônica e o Reino da Polônia, que ambicionavam terras na Lituânia, o Grão-Duque Jogaila (1377-1401) negociou com os poloneses sua conversão pessoal ao catolicismo, assim como a de sua tribo lituana, em troca do trono da Polônia, a que teria direito por meio do casamento com a Princesa Jadwiga. Em 1385, pela União de Krewa, estabelecida em termos dinásticos e cujos contornos políticos jamais foram definidos com precisão, os domínios territoriais da Lituânia e da Polônia foram unificados. No ano seguinte, Jogaila batizou-se e assumiu o trono da Polônia com o nome Wladyslaw II Jagiello, ao passo que os lituanos, por força de um édito do Grão-Duque, foram submetidos a batismos coletivos. Jadwiga entrou para a história polonesa como personagem com aura de santa, ainda que de tipo singelo: seu sacrifício teria sido renunciar à felicidade pessoal em nome da causa maior da Igreja Católica, ao casar-se, aos onze anos de idade, com um gentio consideravelmente mais velho.

O significado do batismo do Grão-Duque Jogaila foi menos a cristianização de um povo pagão do que a introdução do catolicismo num país cuja população era majoritariamente ortodoxa. A conversão ao catolicismo marca o início de uma linha divisória entre Vilnius e os praticantes da ortodoxia. O Grão-Ducado encontraria dificuldades para reivindicar a pretensão de desempenhar um papel religioso perante os ortodoxos, papel que já fora dos russos de Kiev e que passaria a ser desempenhado crescentemente por Moscou, sobretudo após a transferência para lá do arcebispo metropolitano.

²⁶ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 141.

A exemplo da expansão dos germânicos na Estônia e Letônia, o catolicismo colocou a Lituânia no marco da Europa ocidental, ao mesmo tempo em que o fez de um modo diferente dos demais países bálticos, aproximando-a cada vez mais da Polônia, num processo que conduziria os nobres lituanos a assimilar a cultura polonesa a tal ponto que, paulatinamente, o próprio idioma lituano foi por eles completamente esquecido, ficando seu uso restrito aos camponeses. Por apenas mais um século o lituano continuaria a ser a língua dos Grão-Duques²⁷. O catolicismo afastaria igualmente a Lituânia da Estônia e da Letônia quando a reforma protestante chegou aos últimos dois países, por intermédio dos germano-bálticos e dos suecos.

No ápice, sob a liderança de Vytautas, o Grande (1392-1430), o Grão-Ducado se espraiava por vasta área que hoje corresponderia, aproximadamente, aos territórios da própria Lituânia, Belarus, Ucrânia e partes da Letônia, Polônia, Rússia e Moldávia. Em 1410, pessoalmente à frente de um exército que reunia tropas lituanas e polonesas, Vytautas derrotou a Ordem Teutônica na Batalha de Grunwald (Tannenberg), colocando desta forma termo a duzentos anos de ataques dos cruzados germânicos à Lituânia.

Em 1569, pela União de Lublin, criou-se uma nova entidade política, chamada de nomes diversos, tais como República das Duas Nações, Comunidade das Duas Nações, Comunidade Polonesa-Lituana ou Primeira República da Polônia²⁸. O Grão-Ducado e o Reino da Polônia passavam a conviver agora dentro de arcabouço institucional confederativo, preservando, formalmente, cada um deles, a independência e um Governo autônomo, assim como suas leis, fronteiras e exércitos. No entanto, na União de Lublin, marco da criação da Polônia moderna²⁹, a Lituânia perdeu densidade e foi reduzida à condição de “*Poland’s junior partner*”, na expressão de Thomas Lane³⁰.

A Lituânia teve de transferir ao lado polonês da fronteira, por exemplo, territórios situados na região sul do Grão-Ducado. Se é certo

²⁷ SNYDER, Timothy, op. cit., p. 18.

²⁸ Os termos usados em lituano e em polonês são traduções do latim *res publica*. Vide CLEMENS, Walter C. *The Baltic Transformed: complexity theory and European security*. Lanham e Oxford: Rowman & Littlefield, 2001, p. 31.

²⁹ SNYDER, Timothy, op. cit., p. 3.

³⁰ LANE, Thomas. *Lithuania: stepping westward*. Nova York: Routledge, 2002, p. xxiii (Introdução).

que as nobrezas dos dois países passaram não apenas a estar representadas num único parlamento, de onde elegiam seus monarcas, mas também a dividir progressivamente a mesma cultura, não menos verdadeiro é o fato de que esta cultura era a polonesa. Sob prisma distinto, a assinatura da União de Lublin constituía, em si mesma, resultado da crescente percepção de vulnerabilidade da nobreza lituana frente ao dinamismo da expansão do Grão-Ducado de Moscou para o oeste, a partir do século XVI, o que significava ameaça direta às terras que estavam nas fimbrias orientais do Grão-Ducado da Lituânia. Tão acentuado foi o declínio da Lituânia, que seu nome é normalmente omitido nas remissões dos historiadores ocidentais àquela entidade política, mencionada, simplesmente, como Polônia³¹.

A República das Duas Nações foi extinta na terceira das chamadas partições da Polônia, em 1795, em consequência tanto de fatores internos como da expansão de seus três poderosos vizinhos, a Rússia, a Prússia e o Império Austro-Húngaro, os quais repartiram entre si os domínios das duas nações. A Lituânia foi transferida, inclusive Vilnius, à Rússia. Dentre os motivos internos para o ocaso da República, aponta-se o recurso reiterado ao *liberum veto*, instrumento destinado a proporcionar aos membros da nobreza que integravam o Parlamento igualdade de direitos – conferindo para tanto, a cada um deles, prerrogativas de bloquear leis, solicitar a dissolução do parlamento ou anular suas decisões prévias – mas que, na prática, desembocou frequentemente na paralisia decisória do Estado³².

O Grão-Ducado da Lituânia e a República das Duas Nações permaneceriam na memória dos lituanos como referência, nostálgica e romântica, em muitos casos, idealizada em outros, de um modelo de organização social e político único. Tal modelo estava estruturado de forma descentralizada, era dotado de fronteiras que não necessariamente significavam barreiras e ancorava-se em políticas de maior grau relativo de tolerância religiosa em razão da diversidade étnica dos vários povos – eslavos, bálticos, russos, judeus, tártaros, entre outros – que ali conviviam,

³¹ MOTULAITE, Violeta e VARES, Peers. “The foreign policies of the Baltic countries during the interwar period”, in JOENNIEMI, Pertti e PRIKULIS, Juris (editores). *The Foreign Policies of the Baltic Countries: Basic Issues*. Riga: Center of Baltic-Nordic History and Political Studies, 1994, p. 10.

³² CLEMENS, Walter C., op. cit., p. 30.

às vezes de forma independente, às vezes de forma integrada. As tradições republicanas do Grão-Ducado da Lituânia e de Vilnius estavam assentes na desvinculação entre os conceitos de nação, enquanto território, de um lado, e nacionalidades, de outro.

Vilnius, capital histórica do Grão-Ducado, talvez seja a tradução mais perfeita daquela versão, encravada no centro da Europa, de uma Babel cuja abertura a outras culturas a ajudou a atrair comerciantes, artesãos, eruditos e acadêmicos de outras paragens³³. Em livro que traça a história da cidade e foi publicado em 2009, ano em que Vilnius foi uma das “capitais europeias da cultura”, Laimonas Briedis observa que a capital lituana sempre ofereceu um elo crítico e vital entre vários componentes, nações e interpretações da Europa. Acrescenta que a cidade, reiteradas vezes, é descrita como ponte entre o Ocidente e o Oriente, colocando-a numa situação de inevitável ambiguidade e, portanto, como objeto de narrativas conflitantes. A cidade nunca teve uma identidade única, e, por isto, seu nome aparece, nos mapas antigos, inúmeras vezes, em distintos idiomas ao mesmo tempo: *Vilne* em iídiche, *Wilno* em polonês, *Vilna* em russo, *Wilna* em alemão, *Vilno* em bielorrusso, *Vilnius* em lituano³⁴.

O legado deixado pelo Grão-Ducado serviu de inspiração, em séculos consecutivos, para três notáveis poloneses de origem lituana. Na versão idealizada do Grão-Ducado, a Lituânia foi tema central da obra poética de Adam Mickiewicz (1798-1855), que a julgava país onde poderiam vicejar virtudes românticas como a harmonia, a beleza, a energia e o prazer³⁵. Jozef Pilsudski (1867-1935), líder patriota que reconquistou a independência da Polônia no século XX, considerava-se também lituano e escolhera, para a Polônia que queria reconstituir, o formato federalista da República das Duas Nações. Foi derrotado pelo adversário Roman Dmowski, partidário de uma Polônia baseada no nacionalismo étnico. Pilsudski perdera a batalha pela integração da Lituânia à Polônia, embora tivesse logrado incorporar Vilnius, à custa da força militar, ao final da Grande Guerra. Ao falecer, ainda dilacerado pela dupla lealdade, seu corpo foi sepultado em Cracóvia, ao lado dos reis poloneses, ao passo

³³ CLEMENS, Walter C., *Ibidem*, p. 31.

³⁴ BRIEDIS, Laimonas. *Vilnius: city of strangers*. Budapeste e Nova York: Central European University Press, 2009, p. 14.

³⁵ SNYDER, Timothy, *op. cit.*, p. 29.

que seu coração, arrancado do peito, foi enterrado no jazigo da família em Vilnius, de acordo com a vontade que registrara em testamento.

O terceiro polonês de origem lituana é o já citado Czeslaw Milosz (1911-2004). Em sua palestra ao ser agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1980, evocou o legado da Lituânia multicultural, incorporado em sua obra, desta forma:

It is good to be born in a small country where Nature was on a human scale, where various languages and religions cohabited for centuries. I have in mind Lithuania, a country of myths and of poetry. My family already in the Sixteenth Century spoke Polish, just as many families in Finland spoke Swedish and in Ireland, English; so I am a Polish, not a Lithuanian, poet. But the landscapes and perhaps the spirits of Lithuania have never abandoned me. It is good in childhood to hear words of Latin liturgy, to translate Ovid in high school, to receive a good training in Roman Catholic dogmatics and apologetics. It is a blessing if one receives from fate school and university studies in such a city as Vilno. A bizarre city of baroque architecture transplanted to northern forests and of history fixed in every stone, a city of forty Roman Catholic churches and of numerous synagogues. In those days the Jews called it a Jerusalem of the North³⁶.

As diferenças nos percursos históricos iniciais dos territórios que desaguiariam nos Estados da Estônia e Letônia, de um lado, e da Lituânia, de outro, não devem ser sobrevalorizadas, já que sempre se preservaram pontos de contato significativos³⁷.

O primeiro destes pontos de contato estabeleceu-se quando da dissolução da Ordem Teutônica em 1561: a Livônia e, posteriormente, Riga juraram lealdade à coroa polonesa, que as incorporou, pela simples proximidade geográfica, à parte lituana do Estado binacional. Em 1629, quando a Livônia foi conquistada por Gustavo Adolfo, um de seus distritos mais remotos, a Latgália, também conhecido como Livônia polonesa, não foi transferido à Suécia e fez parte da União das Duas Repúblicas até as partições do século XVIII. A Latgália desenvolveu

³⁶ MILOSZ, Czeslaw. Nobel Lecture (8 de dezembro de 1980).

³⁷ von RAUCH, Georg, op. cit., p. 4-5.

dessa maneira uma identidade própria, vinculada ao catolicismo, que subsiste até hoje, quando está integrada na Letônia.

Outro ponto de contato decorre da existência de uma longa fronteira entre a Lituânia e a Curlândia, a qual permitiu a criação de vínculos estreitos seja de natureza comercial, seja mesmo de caráter pessoal ou familiar entre as comunidades dos dois lados. Um terceiro elemento de aproximação entre letões e lituanos dava-se no plano da cultura e da língua.

Finalmente, o mais importante de todos os vínculos entre os três países bálticos estava no modo de estruturação da vida econômica e social, que se sustentava sobre divisão marcadamente hierarquizada entre a nobreza e a aristocracia rural, de um lado, e os camponeses submetidos à servidão, de outro, com a diferença de que, na Lituânia, a classe superior era integrada por poloneses, incluídos os lituanos assimilados à cultura polonesa, ao passo que, na Estônia e Letônia, era formada pelos germano-bálticos. Mesmo sob domínio da Suécia nestes últimos dois territórios, lembrado como “os bons e velhos tempos suecos”³⁸, o sistema de servidão, nunca introduzido em solo pátrio, foi mantido nas províncias bálticas³⁹.

1.1.3 Russos e Judeus

Ao ser absorvida no território da Rússia, após 1795, a Lituânia foi reposicionada junto a seus vizinhos bálticos, a Curlândia, a Livônia e a Estônia. Uma nova etapa iniciava-se na vida das nações bálticas. A aquisição pela Rússia da *pribaltika* constituiu fruto de ondas sucessivas de expansão de Moscou, ao sul, ao leste e ao oeste. Ao vencer a Grande Guerra do Norte em 1721, Pedro, o Grande, desbancou a Suécia da categoria de grande potência do Báltico, em que permanecia há mais de um século, com base no controle da Livônia e particularmente de Riga como base de operações militares e de irradiação de cultura. A Dinamarca deixara de fazer parte da categoria de potência báltica há mais tempo.

As experiências das províncias bálticas na Rússia foram distintas, pelo menos nos primeiros cento e cinquenta anos. Para a Estônia e

³⁸ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 46.

³⁹ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J. *The Baltic States: years of dependence 1940-1990*. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 4.

a Letônia, foi período de relativa estabilidade, pelo menos na esfera política, em cujo transcorrer a zona do império russo no Báltico permaneceu uma sociedade agrária tradicional, organizada em rígidas categorias hereditárias, definidas em bases legais⁴⁰. Foram os chamados “anos dourados”⁴¹ da nobreza germano-báltica, que ao mesmo tempo em que se vira livre das tentativas dos suecos de colocar em prática medidas de proteção aos camponeses, teve assegurados os direitos de exercer controle sobre a administração pública pelo Tratado de Nystad. Diversa foi a experiência da Lituânia, que tomou o lado da Polônia nas guerras nacionalistas de 1830 e 1863 contra a Rússia, sofrendo, nas duas ocasiões, o duplo ônus do esforço despendido e da punição pela derrota.

As populações camponesas, por seu lado, continuavam a viver em sociedades de baixíssima mobilidade social, nas quais as possibilidades de ascensão estavam condicionadas à assimilação das tradições, da cultura e da língua das elites que predominavam tanto no campo como nas cidades. Nos territórios das atuais Estônia e Letônia, a moldura cultural e sociológica a servir de parâmetro era aquela dos germano-bálticos; na Lituânia, quem quisesse galgar posições na escala social tinha necessariamente de “polonizar-se”.

Entre 1816 e 1819, a aristocracia germano-báltica adotou uma série de leis aplicáveis aos territórios bálticos da Rússia, à exceção da Lituânia, com o objetivo de reformar a estrutura fundiária e social. Tais leis, sem questionarem o fato de que a nobreza detinha a propriedade das terras, possibilitavam o arrendamento de parcelas aos camponeses, em condições negociadas livremente que, com frequência, resultaram no aumento da corveia e, em caso de descumprimento dos termos do arrendamento, na retomada das terras pela aristocracia rural. Essa modalidade incompleta de reforma agrária, que passava ao largo da questão da propriedade da terra, constituía medida preventiva tomada pelos germano-bálticos para evitar outras, mais drásticas, que estavam sendo contempladas pelo Governo czarista – tais como a distribuição de terras aos camponeses e o emprego de índices de produtividade nas propriedades da nobreza – e redundou em mobilização cada vez maior dos camponeses e em vários levantamentos que tiveram lugar nas décadas de 1840-50. Os russos

⁴⁰ RAUN, Toivo U., op. cit., p. 35.

⁴¹ LIEVEN, Anatol, op.cit., p. 49.

reagiram às revoltas camponesas com a promessa de terras em troca da conversão à igreja ortodoxa. Muitos camponeses aceitaram converter-se, o que explica a penetração da ortodoxia cristã nos dois países. Foi nesse contexto que os senhores germano-bálticos finalmente deram passos no sentido de uma verdadeira reforma agrária, em torno de 1850⁴².

A partir da segunda metade do século XIX, a ordem tradicional passou a encontrar-se sob crescente ataque. O fim da servidão em todo o império veio em 1861, junto com a reforma agrária, por meio de um decreto do Czar Alexandre II. Apesar de ser visto como relativamente liberal para os padrões de um czar, Alexandre II foi vítima de atentado em 1881, ao ter sido sua carruagem atingida por uma bomba lançada por militantes do movimento terrorista *Narodnaya Volya* (Vontade do Povo) nas ruas de São Petersburgo. O episódio foi um marco na escalada das agitações que vinham sendo promovidas por militantes de todos os matizes, na esteira das influências carbonárias que fluíam do ocidente. A reação não se fez esperar: o czar seguinte, Alexandre III, promoveu, a partir de 1881-82, a “russificação” das populações estrangeiras que viviam no império, numa tentativa de represar as ondas de revolta que se espalhavam e de reprimir os movimentos nacionalistas que emergiam em grande escala. A Rússia gradualmente tirava da Turquia o lugar de “*sick man of Europe*”⁴³. Nem a velha ordem feudal, nem a Rússia czarista sobreviveriam, no entanto, por longo tempo.

Começava então, para os povos bálticos, paralelamente ao processo que levaria os russos às revoluções do início do século XX, o movimento de “despertar nacional” que desaguaria na fundação dos Estados bálticos após a Guerra de 1914-18, tema que se analisará no subcapítulo seguinte.

Cabe, nesta altura, observar que o fim da Polônia e da Lituânia como nações independentes, mas unidas sob o formato confederativo, teve impacto profundo na vida do grande número de judeus que ali viviam e que constituíam, em conjunto, maioria da comunidade *ashkenazi* na Europa Oriental.

Para Israel Bartal, a primeira partição da República das Duas Nações, em 1772, pode ser considerada como ponto de partida da era

⁴² WHITE, James D. “Nationalism and Socialism in Historical Perspective” in SMITH, Graham (editor) – *The Baltic States: the national self-determination of Estonia, Latvia and Lithuania*. Nova York: St. Martin’s Press, 1996, p. 16.

⁴³ THOMSON, David. *Europe since Napoleon*. Nova York: Knopf, 1957, p. 446-447.

moderna da história judaica⁴⁴. Tinha início então, para os habitantes judeus da nação binacional, uma partição que espelhava fielmente aquela que se dera no plano das fronteiras políticas recém-redesenhadas: os judeus lituano-poloneses, repentinamente transfigurados em judeus russos, em judeus alemães ou em judeus austríacos, foram constrangidos involuntariamente a submeter-se a processos de integração social, política e econômica, mas, sobretudo, cultural, no interior de Estados regidos por estatutos políticos diferentes daqueles a que estavam habituados.

O grande núcleo da diáspora que se congregara na República das Duas Nações fragmentou-se em três Estados diferentes. Foi a partir desse momento que, segundo Bartal, as bases firmes de autogoverno e autonomia dos judeus começaram a ser solapadas, abrindo caminho para sua liquidação na Europa Oriental⁴⁵. A ampla latitude de ação de que dispunham os judeus para se organizar, tanto no nível da localidade quando no de comunidades mais amplas, no interior de uma arquitetura política frouxa e flexível como aquela da República das Duas Nações, não era compatível com o *ethos* de Estados absolutistas.

Na Rússia, tal dissintonia logo se manifestou, no momento mesmo em que se definiram os estatutos que se aplicariam às populações judias. Os judeus passaram a fazer parte da paisagem demográfica da Rússia, como grupo relevante, apenas após a incorporação da Lituânia e de Vilnius⁴⁶. Antes disso, estava formalmente proibida a residência de famílias judias em toda a extensão territorial. Embora as autoridades imperiais houvessem zelado pelo efetivo cumprimento daquela interdição legal, nem sempre foram bem-sucedidos na tarefa de eliminar a presença, em solo russo, dos judeus que não se tivessem convertido à igreja ortodoxa. Havia assim grupos reduzidos de israelitas no império czarista.

A “solução” encontrada pela Rússia para a “questão judia” consistiu em delimitar uma zona de residência exclusiva, o *pale of settlement*, dentro de cujas bordas as famílias judias poderiam estabelecer-se. Essa área foi criada oficialmente pela Czarina Catarina II, a Grande (1729-1796), em 1791 e extinta apenas em 1917, após ter sofrido algumas modificações

⁴⁴ BARTAL, Israel. *The Jews of Eastern Europe, 1772-1881*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002, p. 1.

⁴⁵ BARTAL, *Ibidem*, p. 23.

⁴⁶ MILOSZ, Czeslaw, *op. cit.*, p. 91-92.

em seu perímetro de abrangência durante o período. Corresponhia essencialmente aos territórios herdados da República das Duas Nações e excluía, assim, deliberadamente, Moscou e São Petersburgo.

Litvaks, por alusão a toda a antiga área compreendida no Grão-Ducado da Lituânia, era o nome pelo qual eram conhecidos os judeus que agora viviam na Rússia e passaram a expressar-se em russo. Para eles, a noção geográfica da Lituânia, *Lita*, ficou para sempre associada à do Grão-Ducado. Anatol Lieven narra anedota segundo a qual, na conferência de paz de Versalhes de 1919, um representante da Lituânia, indagado sobre quais seriam suas demandas territoriais, teria respondido, em tom jocoso, que elas idealmente compreenderiam todas as áreas a que os judeus davam o nome de Lituânia⁴⁷.

Era marcada por condições de pobreza a vida dentro dos limites da zona de residência exclusiva, sobretudo nos *shtetls*, pequenas e remotas cidades nas quais os israelitas eram habitualmente forçados a viver, em razão da política oficial de evitar que se concentrassem nas grandes cidades. A única profissão que poderiam exercer livremente era a do comércio em geral⁴⁸. A restrição geográfica imposta aos assentamentos facilitava a organização de *pogroms*. Não obstante, a população judia na Rússia aumentou e chegou a alcançar cerca de cinco milhões de habitantes.

A condição dos judeus alterou-se após o assassinato do Czar Alexandre II pelo *Narodnaya Volya*. Dentre os revolucionários que terminaram presos, havia uma jovem israelita. Tal descoberta possivelmente precipitou, num contexto cultural e político propício, o lançamento de ondas sucessivas de *pogroms*, durante dois anos, executados contra os judeus dentro de amplo raio de cidades e regiões que se espraiam entre Kiev e o Mar Negro, principalmente no que hoje seria território da Ucrânia.

Dois aspectos dos *pogroms* de 1881-82, que se seguiram a outros conduzidos anteriormente, tiveram impacto profundo sobre os judeus: i) a magnitude das operações e a vasta área geográfica por elas coberta; ii) a natureza da reação oficial expressada diante dos protestos pelo Ministro do Interior, Conde Ignatiev, “de que a fronteira ocidental estava aberta aos judeus”, indicava o fim da ilusão das perspectivas

⁴⁷ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 141.

⁴⁸ THOMSON, David, op. cit., p. 447.

de integração na vida local⁴⁹. O novo Czar, Alexandre III, confirmou a virtual impossibilidade de integração ao adotar, em 1882, políticas que reintroduziam limitações rígidas à circulação de judeus fora da zona de residência exclusiva – os controles haviam sido abrandados desde 1870 – e os proibiam de viver em áreas rurais.

As primeiras manifestações do *Hibbat Zion* na Rússia como movimento moderno e secular da nacionalidade judaica estão atreladas aos acontecimentos de 1881-82. Conforme sublinha Benjamin Harshav, na introdução que escreveu à obra de Herman Kruk sobre o gueto de Vilnius, a chamada revolução judaica moderna era uma resposta às críticas expressadas contra o comportamento e a experiência “medievais” dos judeus e produziu transformação radical no modo de vida da comunidade israelita, em sua situação demográfica, línguas, educação e perspectivas profissionais. Tal revolução, que se iniciara na Europa Ocidental, desembarcou na Oriental após 1882, quando as novas ideologias e instituições políticas que entraram em cena, a literatura e a arte, além de uma rede de organizações comunitárias e culturais e das escolas com ensino em ídiche e hebreu, foram colocadas a serviço do objetivo de criar uma nação cultural judia transnacional. No entanto, na ausência de uma base territorial, o conceito europeu de nação baseada na língua, cultura e história de um povo não pôde ser aplicado aos judeus, na própria Europa⁵⁰.

Dos cinco milhões de judeus que viviam na Rússia, entre um milhão e meio e dois milhões, segundo estimativas, emigraram para a América entre 1881 e 1914; alguns dezenas de milhares tomaram o rumo da Palestina. Ambas as correntes estavam em busca do espaço que pudesse corresponder aos judeus enquanto “nacionalidade” distinta. Para os que permaneceram na Rússia, a “questão judia” continuava longe de estar resolvida.

⁴⁹ BARTAL, Israel, op. cit., p. 143-156.

⁵⁰ HARSHAV, Benjamin. “Introduction. Herman Kruk’s Holocaust Writings”, in *The Last Days of the Jerusalem of Lithuania: Chronicles from the Vilna Ghetto and the Camps*. Kruk, Herman. New Haven e Londres: Yale University Press, 2002, p. xxii.

1.2 Construção da Nação. Identidade Nacional e Vida Independente

1.2.1 O “despertar” do nacionalismo báltico

“Everywhere composers found inspiration, as did the Irish dramatists and poets, in the folklore and songs of their native lands. They seemed to draw creative vitality from a new national consciousness...It was the happiest outcome of the intensification of national consciousness in Europe before 1914”⁵¹.

David Thomson

O chamado “despertar” dos países bálticos é um processo que se acelerou a partir da década de 1880 e que se emoldurava num pano de fundo internacional mais amplo, marcado pelo florescimento das nacionalidades na Europa. As origens do nacionalismo moderno podem ser buscadas no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, período designado por Eric Hobsbawm como “Era das Revoluções”. O nacionalismo nasce, por conseguinte, como elemento indissociável do liberalismo e intimamente vinculado à luta pela democracia, pelos direitos civis e políticos e pelas liberdades individuais. Os líderes nacionalistas eram vistos como heróis democráticos, não raro como a encarnação da própria ideia de justiça e de progresso para povos que se achavam submetidos ao jugo do Estado absolutista.

Na virada do século, os três impérios absolutistas e integrados por múltiplas nacionalidades na Europa, o otomano, o austro-húngaro e o russo, viam-se às voltas com o irredentismo, que se expressava de forma cada vez mais audaz, passando a incluir atos de violência para promover seus fins. A conflagração mundial de 1914-18 levou ao desmembramento territorial de dois daqueles impérios; o terceiro, a Rússia czarista, ao participar da Grande Guerra, passava concomitantemente por um processo de revolução interna, do qual sairia transformada em nova entidade política: a União Soviética. Foi nessa conjuntura internacional específica que se produziram as condições e a oportunidade histórica para que os três Estados bálticos

⁵¹ THOMSON, David, op. cit., p 419.

se tornassem parte do concerto das nações. Sobre o processo de independência da Estônia, David J. Smith considera difícil afirmar com segurança quão rápido ele teria chegado a termo, ou mesmo se teria tido êxito, sem o duplo catalisador da guerra externa e da revolução interna em Moscou⁵². A mesma situação aplicar-se-ia à Letônia e à Lituânia.

Pode-se hoje afirmar que tampouco parecia ser evidente naquele momento a outra condição necessária para a transformação dos territórios bálticos em nações: a existência de número mínimo de pilares sobre os quais se pudessem edificar as “comunidades imaginadas”, tomando de empréstimo o conceito que Benedict Anderson desenvolveu para explanar o fenômeno do nacionalismo moderno⁵³. Como construir identidades nacionais específicas nos territórios ocupados pelos bálticos, relativamente pequenos e que, desde sempre, haviam sido habitados por diversos povos e ocupados por potências vizinhas?

Embora a Lituânia dispusesse da referência histórica de haver sido, em algum momento longínquo e largamente perdido na memória coletiva, uma nação independente, os outros dois países jamais haviam passado por experiência do gênero. Que o “despertar” nacionalista nos bálticos tenha resultado em três Estados independentes não deixa de ter sido, em suma, um desenlace imprevisto, ainda que sempre possível, de movimento que ocorreu em quase perfeita sincronia, mas de maneira ligeiramente distinta nos três países.

Na Estônia e Letônia, a afirmação da nacionalidade enfrentava dois adversários simultaneamente: os senhores germano-bálticos e o regime czarista. Da perspectiva de sociedades rurais que ainda estavam em plena transição do feudalismo para o sistema capitalista, o inimigo mais imediato estava na nobreza germano-báltica, que de resto vinha atuando há tempo como autoridade política delegada do czarismo. A identidade nacional dos dois países se firmaria, assim, em contraponto aos germano-bálticos, ao passo que a independência, posteriormente, representaria vitória militar contra os russos bolchevistas.

⁵² SMITH, David J. *Estonia: independence and European integration*. Londres e Nova York: Routledge, 2002, p. 11.

⁵³ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the origins and spread of nationalism*. Revised and extended edition. Londres, Nova York: Verso, 1991.

Depois das reformas agrárias em dois tempos, em 1816-19 e 1861, os estonianos e letões passariam a deter fatia progressivamente mais elevada do total das terras agricultáveis: antes da independência, dispunham de 57,4% das propriedades no campo, na Estônia, e 63,5%, na Letônia⁵⁴. Encaminhada em boa medida a solução para a questão fundiária, os habitantes daqueles territórios bálticos estavam prontos para começar a pensar em si mesmos como povos, com pretensões legítimas a uma cultura autônoma⁵⁵.

As identidades nacionais bálticas que foram então tomando forma singularizaram-se por três aspectos. O primeiro é o papel primordial do desenvolvimento da língua. Até então, o estoniano e o letão – o mesmo se aplica ao lituano, língua indo-europeia mais antiga⁵⁶ – eram falados essencialmente por camponeses e não dispunham de literatura, nem de norma culta. O conceito de nacionalidade desponta, portanto, no momento em que se constituem, de um lado, as primeiras gerações de classes médias locais formalmente educadas, e, de outro, entidades voltadas para a disseminação do idioma tais como a “Sociedade Literária Letã” e a “Sociedade Culta Estoniana”.

Um dos fundadores desta última estimulou Friedrich Reinhold Kreutzwald, um médico, a compilar as tradições orais ancestrais dos estonianos, anteriores ao domínio dos cavaleiros teutônicos, num épico cuja primeira parte foi divulgada em 1853 e que conferiu impulso decisivo aos movimentos de afirmação da nacionalidade: “O Filho de Kalev” (*Kalevipoeg*). O protagonista é um herói agigantado e dotado de força descomunal que, entre outros feitos, carrega pedras e toras de madeira, arremessando umas e outras contra os inimigos, de acordo com os conselhos que recebe de um porco-espinho. Trata-se de uma força bruta da natureza que tem como missão proteger os camponeses.

Na Letônia, a epopeia literária equivalente é o “O Matador de Ursos” (*Lacplesis*), de Andrejs Pumpurs, publicada em 1888. A estória de *Lacplesis* tem como cenário a Letônia pagã na época em que os cruzados germânicos perpetravam as primeiras incursões. O personagem que dá nome ao livro é igualmente ser de força física invulgar, parte homem, de

⁵⁴ von RAUCH, Georg, op. cit., p. 6.

⁵⁵ von RAUCH Georg, Ibidem, p. 7.

⁵⁶ O lituano e o sânscrito são os dois polos entre os quais se situa o amplo leque de línguas indo-europeias. Vide GIMBUTAS, Marija, op. cit., p. 33.

quem tem o corpo, parte urso, como indicam suas orelhas, e cuja missão é defender a terra natal contra as investidas dos invasores. Também é capaz de socorrer os concidadãos em caso de eventuais ataques de ursos, os quais destroça com as próprias mãos. O épico do *Lacplesis* seria um texto que integra, segundo Daina Stukuls Eglitis, muitos dos temas que dominariam a literatura e a história da Letônia depois, em pleno século XX, entre os quais: ambivalência e desconfiança a respeito da religião cristã, por estranha à cultura indígena; adoração da natureza e do mundo natural; centralidade do canto na manutenção e proteção da nação; desejo feroz de defender a nação do jugo estrangeiro; veneração do campo em contraste com suspeitas sobre a grande cidade, vista a um só tempo como criação e santuário de estrangeiros⁵⁷.

O segundo aspecto relevante da “comunidade imaginada” das nações bálticas, de resto entrelaçado com a valorização da língua, é o papel do folclore, particularmente das canções, as quais serão fator aglutinador da identidade nacional no século XIX. A figura que exerceu influência decisiva no resgate do folclore báltico foi o filósofo e pastor Johann Gottfried von Herder, da Prússia Oriental, que viveu em Riga de 1764 a 1769. A estada de Herder naquela cidade letã foi responsável pelo interesse nele suscitado pela vida dos camponeses. Costumava participar de suas festas tradicionais, como a do solstício de verão, e dedicou-se a compilar canções folclóricas. Incluiu canções estonianas, letãs e lituanas em sua coletânea intitulada “Vozes dos povos nas suas canções” (*Stimmen der Völker in ihren Liedern*).

Após sua vivência em Riga, Herder elaborou a teoria de que, embora os conceitos e valores em vigor nas sociedades modernas e educadas fossem cosmopolitas e pudessem mesmo ser universais, a criação artística da gente comum, do povo, estava permeada das características particulares de cada nação. O folclore representaria assim a identidade única e intransferível de uma nação, da qual as canções e a poesia seriam uma das expressões máximas⁵⁸. Herder teria sido o primeiro intelectual a ver nos habitantes da Letônia um povo digno de identidade nacional individualizada⁵⁹. O primeiro festival de corais da Estônia realizou-se em

⁵⁷ EGLITIS, Daina Stukuls. *Imagining the Nation: History, Modernity, and Revolution in Latvia*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2002, p. 1.

⁵⁸ WHITE, James D., op. cit., p. 21.

⁵⁹ PABRIKS, Artis e PURS, Aldis. *Latvia: the challenges of change*. Londres e Nova York: Routledge, 2002, p. 2.

Tartu, em 1869. O mesmo ocorreu nas outras nações bálticas nos anos seguintes. Mais de um século depois, nas chamadas *singing revolutions* de 1988-1991, os países bálticos tornaram a entoar canções folclóricas na rota de volta à liberdade.

O terceiro elemento definidor da identidade nacional está na glorificação da vida no campo e da natureza, conforme mencionado anteriormente por Daina Stukuls Eglitis, em contraste com as cidades, vistas como aglomerações que provocam perturbação da harmonia social desejável para os povos locais, tanto pela desigualdade de renda dos que ali moram, quanto pela presença mais elevada de estrangeiros em comparação com o campo. O exemplo que saltava aos olhos era Vilnius, embora se aplicasse também a Riga, na época, como hoje, o maior centro urbano nos países bálticos. Ambas as cidades congregavam, na passagem do século, populações de grande diversidade étnica, nas quais respectivamente lituanos e letões eram minorias.

Na Lituânia, o “despertar nacional” seguiu trilha não exatamente igual à dos demais países bálticos. O primeiro fator de diferenciação encontra-se no processo de reforma agrária, que na Lituânia ocorreu apenas após 1861, com as medidas tomadas pelo Czar Alexandre II. De qualquer modo, mesmo após a reforma, os camponeses permaneciam em boa medida vinculados às grandes propriedades e os senhores rurais ainda retinham a maior parcela do poder econômico. Ao aliar-se à Polônia nos levantes de 1863, a Lituânia terminou padecendo os efeitos da severa repressão das autoridades russas. Entre outras medidas, tal repressão postergou de fato a emancipação dos camponeses da servidão, proibiu as publicações em caracteres latinos que são empregados no idioma lituano, introduziu o russo como língua obrigatória de ensino em várias escolas e confiscou algumas propriedades nas regiões de terras mais férteis para entregá-las a colonos russos. Para James D. White, as autoridades russas identificavam os lituanos com os poloneses rebeldes e não os consideravam necessariamente sob a mesma ótica relativamente positiva com que viam estonianos e letões⁶⁰.

Um dos resultados da opressão russa, intensificada sob o Czar Alexandre III, foi um forte fluxo migratório para as Américas, em especial

⁶⁰ WHITE, James D., op. cit, p. 25.

para os EUA e o Canadá⁶¹. Tal fluxo atingiu seu pico em 1884. Não obstante as principais correntes de imigração lituana para o Brasil tenham ocorrido posteriormente, no século XX, em direção a São Paulo, remonta igualmente àquele período a primeira leva migratória relevante de lituanos com destino ao Brasil, num total de cerca de 800 pessoas que aportaram no Rio Grande do Sul em 1888⁶².

Nesse quadro de instabilidade prevalecente nas propriedades rurais na Lituânia, foi na cidade, mais especificamente a partir de Vilnius, em torno da antiga universidade ali fundada em 1579, que se consolidou o surgimento do nacionalismo da Lituânia, diferentemente dos outros dois países.

Outra particularidade da Lituânia reside na intensa participação da Igreja Católica na mobilização nacional, especialmente dos Bispos de Vilnius e de Kaunas, segunda cidade do país, que se devotaram à missão de resgatar e preservar a língua lituana no momento em que a ameaça recente da “russificação” vinha somar-se ao perene desprezo pelo idioma nutrido pelas próprias elites locais, plenamente assimiladas à cultura polonesa. O desafio dos lituanos, ao criar uma “comunidade imaginada” que representasse uma expressão contemporânea da nacionalidade, era principalmente o de descolar-se da Polônia. O antigo Grão-Ducado multinacional já não poderia constituir, se não de modo imperfeito, referência para uma nova Lituânia cujo eixo estaria cada vez mais centrado no elemento étnico e na língua locais.

O Bispo de Vilnius, Motiejus Valancius, descrito como a “maior personalidade da Lituânia do século XIX”⁶³, associou o catolicismo lituano, distinguindo-o para tanto do polonês, à resistência nacional. Encorajou membros do clero a tornarem-se estudiosos do idioma e escritores, expandindo o trabalho que vinha sendo desenvolvido por acadêmicos na Universidade de Vilnius, um dos quais, o historiador Simonas Daukantas, publicara uma “História dos antigos lituanos e samogicianos”. A resistência aos russos motivou os camponeses lituanos,

⁶¹ Von RAUCH, Georg, op. cit. p. 17.

⁶² RAPCHAN, Eliane Sebeika. “Lituanos e seus descendentes: reflexões sobre a identidade nacional numa comunidade de imigrantes”. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao10/materia01/texto01.pdf>. Acesso: 27.11.2009.

⁶³ LANE Thomas, op. cit. p. xxix (Introdução).

por outro lado, a aproximar-se da Igreja Católica. Alguns jovens oriundos das famílias camponesas tornaram-se padres.

Finalmente, frente à proibição da publicação de textos em caracteres latinos, o Bispo de Vilnius organizou a importação clandestina de publicações em lituano que eram impressas em Tilsit, na Prússia Oriental, pela comunidade de lituanos ali residentes. Como observa Thomas Lane, contrabandistas de livros foram inscritos nos anais da história lituana como heróis nacionais⁶⁴. A mais importante destas publicações era a revista *Ausra* (“Aurora”), cujo editor, Jonas Basanavicius, foi figura emblemática do nacionalismo lituano. Tilsit igualmente sediava a “Sociedade de Amigos da Lituânia”, que cumpriu função análoga àquela das sociedades literárias na Estônia e na Letônia na divulgação do idioma e na criação das primeiras gerações de lituanos alfabetizados no idioma nativo.

Completava-se, assim, na segunda metade do século XIX, o ciclo de “invenção da tradição” dos bálticos, contemporâneo de processos similares em outras partes da Europa que foram descritos na conhecida obra de Eric Hobsbawm⁶⁵. A tradição fora inventada com base num mosaico de elementos tais como a valorização de línguas baseadas na tradição oral e até então desprovidas de literatura, a criação de épicos em cima das façanhas de figuras míticas vinculadas às forças da natureza, o resgate de canções folclóricas entoadas por múltiplas vozes em uníssono e elevadas à condição de expressão da identidade do povo e, finalmente, a exaltação da natureza como manifestação nostálgica das tradições pagãs.

No caso da Lituânia, havia um elemento adicional: depurar o passado, retirando do Grão-Ducado os traços que não se encaixavam na nova nação, em particular a associação com os poloneses, ao mesmo tempo em que se preservavam seletivamente outros componentes daquele mesmo passado, tais como os nomes dos primeiros Grão-Duques. Desde então, Gediminas, Vytautas, Mindaugas e Kestutis, entre outros, passaram a ser prenomes orgulhosamente atribuídos aos recém-nascidos do sexo masculino.

⁶⁴ LANE Thomas, op. cit., p. xxx (Introdução).

⁶⁵ HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence (Editores). *The Invention of Tradition – Canto* edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

O caminho que acabaria levando os países bálticos da afirmação de uma nova identidade nacional à independência não era, porém, inevitável, nem estava previamente traçado.

1.2.2 *Vida Independente entre as Guerras (1920-1940)*

“Some twenty years – between 1920 and 1940 – which mark the lifespan of Estonia, Latvia and Lithuania as independent republics are not long for a fair assessment. There is a touch of the unreal in the egalitarian colour of democracy which appeared overnight after centuries of feudal servitude, and in constitutional provisions of a very generous kind for national minorities and religious denominations”⁶⁶.

Nicholas Hope

A unificação do Estado alemão, na segunda metade do século XIX, representou mudança significativa no entorno político e geográfico dos países bálticos. A partir de então, e de certa forma até o final da Guerra Fria, o destino dos países bálticos estaria sujeito às políticas seguidas pela Alemanha e pela Rússia. Essa situação aplicava-se indistintamente aos três países no período entreguerras. Ainda que a Polônia, e, em menor escala, as potências ocidentais como Reino Unido e França detivessem alguma parcela de poder no jogo político sub-regional em que se inseriam os bálticos, esta parcela era sem dúvida residual. Como sublinha Georg von Rauch, a única questão realmente crucial para os Estados bálticos nas décadas de 1920 e 30 era a de saber se os dois grandes vizinhos queriam a cooperação ou a confrontação⁶⁷.

As potências vizinhas preferiram a guerra entre 1914 e 1918. A reação inicial dos países bálticos foi no sentido de considerar a Grande Guerra unicamente como um conflito entre os impérios russo e alemão. Apenas em etapas posteriores puderam perceber o significado verdadeiro da presença dos aliados ocidentais da Rússia. Confrontados com a escolha, letões e estonianos penderam para o lado dos russos, em razão de sua própria história de dominação sob os germano-bálticos e da simpatia que o

⁶⁶ HOPE, Nicholas. “Interwar Statehood: symbol and reality” in SMITH, Graham (editor), op. cit., p. 41.

⁶⁷ von RAUCH, Georg., op. cit., p. 5.

movimento bolchevista então principiava a despertar, em particular entre os letões⁶⁸. Até então, os movimentos nacionalistas naqueles territórios não consideravam realista a alternativa de independência. O máximo a que chegavam suas ambições era algo que se assemelharia a um estatuto de autonomia, dentro do império russo. Entre os lituanos, a manifestação inicial de apoio aos russos não encontrou eco em Moscou, de sorte que, diante do silêncio, tiveram de considerar outras opções, entre as quais a independência.

Os desenvolvimentos subsequentes foram complexos, múltiplos e, com frequência, caóticos para os bálticos. Os três países foram palco de operações de guerra entre os dois impérios. Como assinalam Artis Pabriks e Aldis Purs, o território letão foi um dos campos de batalha mais duros da Grande Guerra. Raras foram as paróquias civis (*pagasti*) que não exibiam cicatrizes dos combates. As províncias próximas ao Rio Daugava, onde se situou o *front* da guerra durante dois anos, foram as que mais sofreram⁶⁹.

Posteriormente, quando o regime bolchevista decidiu, logo após a Revolução de Outubro, pela retirada imediata da guerra, assinando pouco depois o Tratado de Brest-Litovsk, em março de 1918, a “independência” dos três países bálticos foi formalmente reconhecida. No entanto, o Tratado em breve se tornaria letra morta. Em novembro do mesmo ano, aquele instrumento internacional foi denunciado pelos alemães e pelos soviéticos e Leon Trotsky anunciou que o Exército Vermelho marcharia para a Europa Ocidental, no âmbito da revolução mundial planejada desde Moscou, da qual a conquista do Báltico seria uma etapa específica e importante. Em dezembro de 1918, Zinoviev declarou que as “gangues” de russos brancos deveriam ser expelidas dos territórios bálticos e que estes deveriam ser reintegrados na Rússia soviética⁷⁰.

O avanço dos bolchevistas não ficou sem reação nos bálticos. Tiveram início então, nos três países, as chamadas “guerras de independência”, que se prolongaram até meados de 1920, não apenas contra a Rússia, mas também contra os remanescentes dos *freikorps* e as forças do aventureiro e mercenário Pavel Bermond-Avalov, que chegou a comandar contingente de vinte mil russos brancos na guerra civil russa. Sob pretexto de chegar

⁶⁸ Os letões bolchevistas concentravam-se majoritariamente em Riga, apelidada “Riga, a Vermelha”.

⁶⁹ PABRIKS, Artis e PURS, Aldis op. cit., p. 16.

⁷⁰ von RAUCH, Georg, op. cit., p. 51.

ao *front* da batalha contra os bolchevistas, Bermond-Avalov lançou ofensiva na Letônia e Estônia com a finalidade de desestabilizá-las e possivelmente reconquistá-las para os germano-bálticos. Suas tropas também adentraram na Lituânia.

Durante o período que medeia entre o início da Grande Guerra e a conclusão das guerras de independência contra a Rússia comunista, em que os estonianos receberam ajuda decisiva dos finlandeses, e os letões dos poloneses, aqueles dois povos bálticos perderam, em conjunto, cerca de um terço da população⁷¹. Apenas a partir desse momento é que as três províncias bálticas da Estônia, Livônia e Curlândia deram origem aos Estados vizinhos da Estônia (congregando as províncias da Estônia e da Livônia do Norte) e Letônia (fruto da fusão da Livônia do Sul e da Curlândia). O destino de ambos estaria doravante mais intimamente ligado ao do terceiro país báltico, a Lituânia, que igualmente acabava de resgatar sua independência.

Ao colapso dos impérios absolutistas multinacionais na Rússia, Áustria-Hungria e Turquia seguiu-se a proliferação de novos Estados, cujas fronteiras procuraram obedecer aos limites entre as distintas nacionalidades, tarefa de resto quase impossível em regiões como a península balcânica. As constituições dos novos países continham geralmente cláusulas destinadas à proteção das minorias, complementando assim a redefinição de fronteiras com salvaguardas para os casos em que os novos Estados abrigassem nacionalidades que estivessem sob risco de discriminação ou de abusos de direitos humanos.

Nas áreas situadas entre a Rússia e a Alemanha, o processo de criação de Estados significou, além da independência da Letônia e da Estônia, o renascimento da Polônia após a partilha de 1785, agora separada da Lituânia – que por sua vez retornava igualmente à comunidade internacional, reduzida à sua dimensão “etnográfica”⁷² – e, por fim, a emergência da Finlândia como Estado independente, desvinculando-se primeiramente da Suécia e em seguida da Rússia.

Pelo menos em parte cumprira-se, assim, o ideário do Presidente Woodrow Wilson, tal como contido nos quatorze pontos anunciados em 1918. Nas palavras de David Thomson, “*the war became, in his eyes, a*

⁷¹ von RAUCH, Georg, op. cit., p.81.

⁷² LANE, Thomas, op. cit., p.30.

war to make the world safe for democracy and for small nations”⁷³. As décadas seguintes não confirmariam, porém, a hipótese idealista de um mundo tornado seguro para a democracia e para as nações pequenas.

Os Estados bálticos assinaram acordos de paz separadamente com a Rússia em 1920, não sem antes haverem esgotado, sem êxito, tentativas de formação de uma frente comum destinada a lograr um *settlement* coletivo, junto, por vezes, com a Finlândia e a Polônia. A Estônia foi o primeiro dentre os Estados bálticos a assinar, na cidade de Tartu, em 4 de fevereiro de 1920, tratado de paz pelo qual a Rússia soviética reconhecia a independência do novo Estado e renunciava a qualquer reivindicação territorial⁷⁴. Os signatários definiram igualmente, no tratado, suas fronteiras, que foram traçadas mais ao leste do que as atuais, já que atribuíram à Estônia estreita faixa na margem oriental do Rio Narva. O acordo não autorizava a presença de bases militares, nem de organizações políticas estrangeiras – medida preventiva contra potenciais incursões bolchevistas – nos territórios dos dois países. Outra cláusula relevante é a que estipulou, no que respeita às reparações, que a Rússia absolveria a Estônia de pagamento das dívidas pendentes do tempo do czarismo e pagaria o montante de 15 milhões de rublos-ouro para a reconstrução do Estado estoniano. O Tratado de Tartu seria futuramente chamado de certidão de nascimento da República da Estônia por Lennart Meri, que exerceu o cargo de presidente estoniano entre 1992 e 2001⁷⁵.

A Letônia assinou acordo de paz com a Rússia, bastante similar ao Tratado de Tartu, em primeiro de agosto de 1920. As fronteiras da Letônia incorporaram a Latgália, que se achava cindida da Livônia desde 1629. O acordo de paz com a Lituânia, para o qual o Tratado de Tartu igualmente serviu de base, foi assinado em 12 de julho de 1920. Talvez o ponto mais relevante do texto seja o reconhecimento por Moscou da reivindicação da Lituânia sobre Vilnius, cidade também pleiteada pela Polônia e por ela ocupada, envolvendo os dois países em disputa que se

⁷³ THOMSON, David, op. cit., p. 534.

⁷⁴ Os três Estados bálticos fizeram declarações unilaterais de independência em 1918, em 16 (Lituânia) e 24 de fevereiro (Estônia) e 18 de novembro (Letônia). Estas datas são celebradas em cada país como datas da independência, que só viria de fato com o reconhecimento da URSS, em 1920.

⁷⁵ Citado em SMITH, David J., op. cit., p. 1.

converteria numa das controvérsias internacionais importantes no período entre as duas Guerras.

As constituições aprovadas nos três países – na Estônia, em dezembro de 1920; na Lituânia, em agosto de 1922; e, na Letônia, em novembro de 1922 – eram democráticas. A república foi selecionada como forma de governo, na mesma linha dos demais países que ganhavam vida independente naquela época, na Europa. Os bálticos adotaram regimes parlamentares unicamerais – *Riigikogu*, na Estônia; *Saeima*, na Letônia; e *Seimas*, na Lituânia –, eleitos proporcionalmente pelo voto popular universal, direto e secreto. O papel dos Chefes de Estado foi adstrito a funções primordialmente protocolares.

Outra característica das constituições dos países bálticos era o caráter extremamente igualitário. Procuravam representar uma ruptura radical com o passado feudal. Eram, no plano das instituições políticas, a imagem refletida das mudanças na organização da vida econômica e social que a reforma agrária representava. Inspiravam-nas modelos tais como a constituição dinamarquesa de 1849, texto igualmente elaborado para espelhar a nova ordem social que se instaurara na sequência de uma reforma agrária, ou a constituição da Confederação Helvética no que tange à iniciativa popular e à realização de consultas populares sobre matérias específicas, temas que foram contemplados na constituição estoniana, por exemplo. As constituições da Letônia e da Estônia incorporavam ainda extenso leque de direitos individuais, entre os quais a liberdade completa de expressão de ideias pessoais sob a forma de palavras, textos, desenhos e esculturas. Assegurar esta liberdade seria sintomática, segundo comenta Nicholas Hope, de uma preocupação humanitária e do zelo pela preservação do direito individual e nacional de expressão que era típico da política nos países escandinavos após 1918⁷⁶.

Por fim, as constituições abarcavam dispositivos relativos à proteção das minorias, inclusive direito de representação no parlamento e modalidades de autonomia cultural, como era o caso, por exemplo, da que se aplicava à minoria de israelitas na Lituânia em geral e em Vilnius em particular, cidade onde somavam um terço da população. Tais dispositivos foram posteriormente confirmados, ou sujeitos a garantias adicionais, em razão da adesão dos Estados bálticos à Liga das Nações, efetivada

⁷⁶ HOPE, Nicholas, op. cit., p. 51.

simultaneamente em setembro de 1921. David J. Smith⁷⁷ sugere que uma das contribuições dos países bálticos para a construção, no século XX, dos valores da Europa, foi o pioneirismo na formulação e adoção de políticas de autonomia cultural das minorias no período entreguerras.

Segundo dados estatísticos oficiais dos três países que foram compilados por Nicholas Hope⁷⁸, do total da população da Letônia, 27,4% eram constituídos por minorias étnicas em 1920, como se segue: russos (5,7%), judeus (5,0%), bielorrussos (4,2%), germano-bálticos (3,6%), poloneses (3,3%), lituanos (1,6%) e outros (4,0%). Na Lituânia, o total alcançado pelas minorias chegava a 19,4%, de acordo com dados de 1923, assim distribuídos: judeus (7,2%), germano-bálticos (3,6%), poloneses (3,0%), russos (2,3%), bielorrussos (0,2%) e outros (2,6%). Finalmente, a Estônia tinha, em 1922, 12,3% da população integrados por minorias: russos (8,2%), germano-bálticos (1,7%), suecos (0,7%), judeus (0,4%) e outros (1,3%).

Essa moldura institucional amplamente democrática do início de vida independente dos países bálticos coexistiu com avanços significativos dos indicadores sociais e econômicos⁷⁹. Na Estônia, o ensino obrigatório foi introduzido em 1920. A taxa de analfabetismo, em torno de 10% em 1897, foi reduzida a praticamente zero em 1930. Na Letônia, o ensino básico também se tornou obrigatório em 1920, de modo que a taxa de analfabetismo baixou de 22% naquele ano para 10% em 1937. A Lituânia percorreu trilha similar de rápida melhora do ensino, apesar de partir de patamar consideravelmente inferior. Em 1923, a taxa de analfabetismo acercava-se de 32,6%. A educação compulsória entrou em vigor em 1931 e, a partir daí, a queda do analfabetismo foi notável. As antigas universidades de Tartu e de Vilnius continuavam a ser as referências em matéria de ensino superior. A Lituânia viu-se obrigada, contudo, a instalar nova universidade em Kaunas, em 1922, para onde a capital do país fora transferida depois da retomada de Vilnius pelos poloneses.

Na economia, o motor da expansão do comércio exterior deu-se, nos três países, na agricultura, em particular na exportação de produtos

⁷⁷ SMITH, David J. "Non-territorial cultural autonomy as a Baltic contribution to Europe between the wars" in SMITH, David J. (editor). *The Baltic States and their region: new Europe or old?* Amsterdã e Nova York: Editions Rodopi, 2005, p. 211.

⁷⁸ HOPE, Nicholas, op. cit., p. 52.

⁷⁹ HOPE, Nicholas, op. cit., p. 53-59 e von RAUCH, Georg, op.cit., p. 123-135.

como carne suína e avícola, ovos, toicinho, laticínios e manteiga para mercados na Europa ocidental, como o Reino Unido e a Alemanha. A exportação de gêneros alimentícios tornou-se realidade posteriormente à reforma agrária e paralelamente à reestruturação da produção agrícola em propriedades de pequeno porte, organizadas em cooperativas, nos moldes dos países escandinavos. Além disso, foram recuperadas e incorporadas às áreas produtivas terras abandonadas e deterioradas. A indústria teve desenvolvimento principalmente na Estônia, em particular no setor de tecidos, em torno de Narva, e de papel. Grande parte dos recursos recebidos da Rússia a título de reparação de guerra foi utilizada pela Estônia na exploração do petróleo, extraído do xisto betuminoso. Na Letônia, a indústria metalúrgica e a madeireira desenvolveram-se a partir de Riga. No período de vida independente, os indicadores sociais e econômicos dos Estados bálticos aproximaram-se daqueles dos países escandinavos.

A despeito desse balanço favorável na economia e nas políticas sociais, os Estados bálticos terminariam as duas décadas de vida independente, em 1940, sob regimes autoritários. A interrupção da plenitude democrática deu-se mediante golpes que levaram ao poder Antanas Smetona na Lituânia, em 1926, bem como Konstantin Päts, na Estônia, e Karlis Ulmanis, na Letônia, ambos em 1934.

Apontam-se razões de diferentes ordens para a instauração de governos de índole autoritária nos três países, a começar pela óbvia conjuntura internacional do momento, em que se destacavam, de um lado, a crise econômica, especialmente após 1929, e a escalada de lideranças nacionalistas em versões totalitárias. Esse caldo de cultura atravessou, naturalmente, as fronteiras bálticas, sobretudo os símbolos mais notórios tais como a indumentária, a estética coreografada dos gestos, a organização de militâncias juvenis, os motes usados durante manifestações.

A crise da democracia nos países bálticos foi igualmente produto de fatores internos, entre os quais o funcionamento considerado imperfeito do parlamentarismo em contextos cívicos ainda desprovidos dos instrumentos essenciais ao funcionamento das democracias representativas, tais como a existência de partidos políticos sólidos, baseados em programas. A vida política estava fragmentada em inúmeras e minúsculas agremiações políticas, muitas vezes situadas nos extremos

do espectro político ou defensoras de causas específicas e, portanto, pouco inclinadas à formação de coalizões capazes de assegurar maioria parlamentar sustentável. Os Gabinetes não contavam com o mínimo de estabilidade e horizonte de tempo para governar. Antes da quebra do estado de direito em 1934, a Letônia e a Estônia haviam passado respectivamente por dezesseis e dezessete Governos⁸⁰. A média de duração dos Gabinetes na Estônia, entre 1919 e 1933, foi de oito meses e vinte dias. Na Lituânia, a democracia durou sete anos durante os quais onze Gabinetes se sucederam. Nas eleições de 1923, na Estônia, apresentaram-se candidatos de vinte e seis partidos; no parlamento letão, eleito em 1931, estavam representados vinte e sete partidos, dos quais doze por intermédio de bancadas solitárias⁸¹.

O golpe de 1926 na Lituânia caracterizou-se pelo oportunismo pessoal de Antanas Smetona e Augustinas Voldemaras, líderes da guerra de independência que, por diversos motivos, estavam alijados do poder junto com o partido nacionalista *Tautininkai*, de que eram membros. Posteriormente, Smetona instituiu o presidencialismo e livrou-se de Voldemaras, cuja organização paramilitar “Lobo de Ferro” desenvolvera bandeiras racistas e abertamente extremistas. Smetona posicionou-se, por contraste com seu ex-aliado, como força moderadora e de equilíbrio, apesar de que, a partir de 1930, o seu estilo de governo tenha absorvido, em parte, ritos usados pelos fascistas. Passou, por exemplo, a empregar unicamente a forma de tratamento “líder da nação”, enquanto o partido *Tautininkai* criou forças paramilitares e organizações de juventude militante. No entanto, Smetona jamais deslizou para ideologias de supremacia racial, nem para o antissemitismo.

Na Estônia e na Letônia, a democracia sobreviveu por sete anos adicionais. Konstantin Päts e Karlis Ulmanis eram, como Smetona, líderes forjados nas batalhas de independência entre 1918 e 1920. Os três pertenciam à mesma geração e tinham suas raízes no campo; não se tratava, portanto, de uma nova classe urbana de demagogos ou populistas que tomava o poder⁸². O traço fundamental que os unia era o nacionalismo autoritário. Päts e Ulmanis instauraram o presidencialismo

⁸⁰ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 65

⁸¹ von RAUCH, Georg, op. cit., p. 146.

⁸² von RAUCH, Georg, Ibidem, p. 154.

de fato, proscreveram os partidos comunistas, sujeitaram os sindicatos à intervenção estatal e governaram com personalismo crescente.

Para consolidar-se perante a opinião pública como forças autoritárias, mas supostamente necessárias em benefício da manutenção da ordem, valeram-se do recurso de perfilar-se no centro, entre os radicais à direita e à esquerda. Rechaçaram, à direita, os extremistas que eram, paradoxalmente, antialemães tanto na Estônia – o braço radical dos chamados *freedom fighters* da guerra de independência – como na Letônia – os militantes paramilitares da “Cruz de Fogo”, depois convertida em “Cruz do Trovão”, que saíam às ruas bradando “Letônia para os letões”. Tais grupos emprestavam dos alemães a estética e a gesticulação, mas aí se esgotava a identificação e começava a rejeição, já que ser nacionalista naqueles dois países requeria, antes de qualquer outra coisa, afirmar-se contra o legado dos germano-bálticos. Afastaram-se igualmente do radicalismo à esquerda, cuja ameaça foi recorrentemente evocada após o pânico provocado por um *putsch* comunista em Tallinn, em dezembro de 1924.

Na visão praticamente unânime dos que se debruçaram sobre o período, não se poderia, a rigor, qualificar nenhum dos três líderes bálticos de fascistas ou totalitários. Alguns, como Nicholas Hope, com certa predisposição à tolerância, classificam os regimes por eles implantados de autoritarismo “benigno”, antes do que maligno⁸³. Na mesma linha segue a avaliação de David J. Smith sobre o líder da Estônia, Konstantin Päts, cujo “autoritarismo conservador e camponês” se aproximaria do fascismo em vários quesitos, mas jamais teria ensaiado emular o totalitarismo nazista. O melhor que se poderia dizer sobre a índole do sistema político idealizado por Päts é que seria “mais benigno” do que qualquer outro regime autoritário do período e imensamente preferível ao que se seguiria em 1940⁸⁴.

⁸³ HOPE, Nicholas, op. cit., p. 63.

⁸⁴ SMITH, David J., op. cit., p. 22.

1.2.3 Política Externa dos Estados Bálticos no primeiro período de Independência

“Neglect of geographical realities, no ability to accurately estimate the threat originating from the great powers, failure to conduct a flexible policy with respect to neighbors or in relations with close allies who were equally interested in the consolidation of their own security – all these factors characterized the Baltic countries and led them toward an abyss”⁸⁵.

Violeta Motulaite e Peeter Vares

Os primeiros ensaios de formulação e execução de uma política externa própria nos países bálticos ocorreram igualmente durante as duas décadas de vida independente. O período, caracterizado por E.H. Carr como “Vinte anos de Crise”, foi de uma incerta transição. Aos ideais wilsonianos de um mundo que estaria para sempre livre da guerra e seria marcado pela prevalência da democracia, do direito à autodeterminação das nacionalidades e da proteção das minorias – princípios por cuja observância seria responsável a Liga das Nações – substituíram-se a ascensão dos totalitarismos, a crise econômica, a escalada militar e finalmente a confrontação bélica. Nesse cenário, a diplomacia dos países bálticos consistiu, à medida que avançava a década de 30, em levar adiante um dramático exercício de sobrevivência que lhes pudesse assegurar a independência à sombra das duas potências vizinhas.

A cooperação e a integração entre os países bálticos apresentaram-se de imediato como uma das avenidas naturais para reforçar suas capacidades individuais tanto para fins do desenvolvimento econômico como em benefício da defesa coletiva. A ideia da cooperação regional ou de uma confederação báltica, em diferentes formatos, apareceu ainda no estágio inicial dos processos de independência⁸⁶.

Os pioneiros foram publicistas lituanos e letões que, em 1917, debateram a possibilidade de uma federação entre os dois países como via indicada para acelerar a independência e permitir que, juntos,

⁸⁵ MOTULAITE, Violeta e VARES, Peeter, op. cit., p. 18.

⁸⁶ Relatos da sequência histórica das iniciativas de cooperação no Báltico podem ser encontrados em: a) HOPE, Nicholas, op. cit., p. 41-44; b) MOTULAITE, Violeta e VARES, Peeter, op. cit., p. 10-18; e c) von RAUCH, Georg, op. cit., p.107-117 e 180-188.

dispussem eventualmente de condições mais efetivas de influência no Báltico. Simultaneamente, na Estônia, o líder nacionalista Jaan Tonisson advogava a formação de uma “União Nórdica” que compreenderia todos os países escandinavos, a Finlândia, a Estônia, a Letônia e a Lituânia. Diversas modalidades de associação entre a Estônia e a Finlândia, nações que partilham afinidades étnicas, culturais e linguísticas, foram discutidas entre 1917 e 1919, num momento em que o auxílio finlandês foi essencial para reverter, em favor da Estônia, a guerra de independência em curso contra a Rússia. Foram abandonadas, no entanto, em razão do receio estoniano de eventual predomínio da Finlândia na união, assim como da falta de interesse maior dos finlandeses.

Na conferência de paz de Paris, em 1919, a Estônia confiou a um de seus mais proeminentes políticos, Kaarel Pusta, que exercia o cargo de Chanceler, a tarefa de desenhar a proposta de uma futura Liga Báltica. O resultado por ele apresentado consistiu em moldura institucional apoiada sobre três alicerces: i) uma união política e econômica dos países escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia); ii) uma área báltica oriental (Estônia, Finlândia e Letônia) e iii) uma área báltica meridional (Lituânia e Polônia). A finalidade da Liga seria a de assegurar a liberdade de navegação no Báltico, para que ele não se transformasse, como indicam Violeta Motulaite e Peeter Vares, num lago germânico, tal como no período da Liga Hanseática ou na Primeira Guerra, nem muito menos num lago russo, como ocorrido na era de Pedro, o Grande⁸⁷. Não se incluíram na proposta, porém, disposições relativas à segurança coletiva.

Iniciativas destinadas a colocar em prática, no todo ou em parte, a proposta de Liga Báltica tiveram início com a realização de uma conferência internacional em Helsinque, em janeiro de 1920, destinada a debater a viabilidade de uma aliança de defesa entre Estônia, Finlândia, Letônia, Lituânia e Polônia. Apesar de que cada um daqueles países tivesse firmado tratado de paz com a Rússia, a possibilidade de um bloco de defesa se afigurava como mecanismo complementar de segurança. No entanto, com a ocupação de Vilnius pela Polônia, em outubro daquele ano, fechara-se a possibilidade de um acordo que incluísse os cinco participantes. Os países bálticos poderiam, é certo, ter alijado das conversações a Polônia e buscado uma aproximação direta com

⁸⁷ MOTULAITE, Violeta e VARES, Peeter, op. cit., p. 12.

os escandinavos; estes, porém, relutavam em envolver-se em assuntos internacionais contenciosos e que ameaçassem colocar em risco, no caso da Suécia, o estatuto de neutralidade permanente.

Na segunda conferência internacional realizada em Helsinque, em julho de 1921, a Lituânia brilhou pela ausência. A ideia de uma aliança quadripartida, posta sobre a mesa de negociações pelos anfitriões finlandeses, recebeu endosso imediato, sobretudo dos poloneses, que se converteram nos principais apóstolos da iniciativa. Os franceses, de sua parte, emprestaram apoio à proposta, que consideravam unicamente como instrumento de defesa coletiva e, nessa condição, se encaixava na política por eles perseguida durante grande parte dos anos 20 de cercar a URSS de um *cordon sanitaire*. Os britânicos igualmente viam com bons olhos a proposta de uma Liga Báltica. As resoluções relativas à aliança, que recebeu o nome de Pacto de Varsóvia⁸⁸, não foram, porém, ratificadas pelos respectivos Governos. A aliança acordada nunca entrou em vigor. A derrota da iniciativa foi vista como vitória da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que reagira contra a ideia por julgá-la essencialmente – e nisto não estava equivocada – um sistema de defesa articulado contra Moscou. A união dos bálticos só seria aceita anos mais tarde pelos soviéticos, como possível barreira contra o nazismo em ascensão.

Perdera-se o momento talvez mais favorável à criação da Liga Báltica. Os finlandeses hesitariam, a partir de então, em dar prioridade à vertente báltica de sua identidade internacional, preferindo-a em benefício da escandinava ou nórdica. A eventual presença dos poloneses afastava a Lituânia e vice-versa. Restava apenas a alternativa de uma associação entre a Estônia e a Letônia. A Liga Báltica foi assim reduzida à aliança concluída entre os dois países em novembro de 1923, que estabeleceu fronteiras e um pacto de defesa mútua cujo objetivo era o de dissociar a Estônia e a Letônia da dinâmica de poder das grandes potências. Essa aliança seria o modelo das demais que se acordaram posteriormente na região do Báltico, durante o período entre Guerras.

A Lituânia estava virtualmente excluída da possibilidade de acordos de defesa mútua com seus vizinhos bálticos pela situação de vulnerabilidade em que se colocara ao envolver-se em contenciosos

⁸⁸ von RAUCH, Georg, op. cit., p. 110.

fronteiriços com a Polônia, sobre a cidade de Vilnius, e com a Alemanha, sobre Memel⁸⁹ ou Klaipeda. Tendo sido objeto da agressão polonesa em Vilnius em outubro de 1920, tentou compensar a perda de sua capital com a conquista do acesso ao Báltico em Klaipeda, assumindo o papel de invasora em janeiro de 1923. Ao abrir frentes de atrito com dois inimigos mais poderosos, a Lituânia parecia desconsiderar a hipótese de que, numa eventual reaproximação de ambos, o que efetivamente ocorreria em 1934, dificilmente seria capaz de manter Klaipeda e de reincorporar Vilnius ao seu território. Diante da aproximação entre Alemanha e Polônia, a Lituânia passou a ver na URSS quase uma defensora e possível aliada⁹⁰, ao contrário de seus vizinhos bálticos, que continuavam a considerar os russos como adversários tradicionais.

O litígio sobre Vilnius teve origem nas guerras de independência contra a Rússia, paralelamente conduzidas pela Lituânia e pela Polônia. Ambas as nações estavam engajadas num tipo de corrida contra o tempo para ver qual chegaria antes à cidade, capital histórica dos lituanos que ao mesmo tempo era almejada pelo artífice da independência polonesa, Jozef Pilsudski, como peça essencial de seu projeto de reconstruir a República das Duas Nações. Como os bolchevistas reconheceram a reivindicação dos lituanos sobre Vilnius, nos termos do acordo de paz bilateral, fizeram-lhes a entrega da cidade em agosto de 1920.

A Liga das Nações exerceu pressão sobre os poloneses para que aceitassem o fato legalmente, o que se concretizou mediante assinatura de um tratado bilateral, em Suwalki, em 7 de outubro do mesmo ano. Dois dias depois, aparentemente sem conhecimento de Pilsudski, que não obstante se eximiu de tentar reverter a decisão, tropas polonesas ocuparam a cidade. Desde então, e até o começo da Segunda Guerra Mundial, Vilnius permaneceu polonesa, apesar de inúmeros esforços da Liga das Nações para mediar o conflito. Czeslaw Milosz anotou, em seu livro de memórias, passagem sobre a cidade em que vivera como estudante na qual destaca que Vilnius era constituída, ademais de cerca de duzentos mil habitantes, de toneladas de *memoranda*, notas e estenógrafos nos arquivos da Liga das Nações⁹¹.

⁸⁹ O porto e o território de Memel, em alemão, recebem o nome de Klaipeda, em lituano.

⁹⁰ MOTULAITE, Violeta e VARES, Peter, op. cit., p. 14.

⁹¹ MILOSZ, Czeslaw, op. cit., p. 55.

O território de Klaipeda pertencia à Prússia antes da Grande Guerra. O Tratado de Versalhes consignou que deveria ser gerido como um condomínio das forças aliadas, sob administração de um comissário francês, em vez de ser transferido à Lituânia, como por ela pleiteado. A decisão sobre o estatuto definitivo da cidade ficara adiada para momento ulterior. Frustrada em seu intento de controlar o único acesso ao Báltico em águas profundas ao seu alcance, a Lituânia invadiu a área. Não obstante os protestos iniciais, a Liga das Nações reconheceu a soberania da Lituânia sobre o território em maio de 1924, condicionando-a, contudo, a medidas de proteção dos direitos e da autonomia da população germano-báltica, majoritária no local. A controvérsia com a Alemanha sobre a soberania estendeu-se até 22 de março de 1939, às vésperas da Guerra, quando um acordo foi assinado sob pressão, em Berlim, restabelecendo a autoridade da Alemanha sobre a área. Naquele dia, poucas horas antes da cerimônia de assinatura, o porto recebera a visita de uma frota da marinha de guerra alemã. A bordo da nau capitã, o *Führer* saudou a população da cidade portuária que voltara a ser Memel. A Lituânia resignara-se a assistir ao fato consumado.

Foi preciso que as questões de Vilnius e de Klaipeda fossem excluídas explicitamente do escopo do acordo para que a Lituânia pudesse aderir, em 1934, à chamada *Entente* Báltica, em verdade uma versão renovada, ampliada e aberta à adesão de outros países da Liga Báltica que fora firmada em 1923 pela Estônia e Letônia. A *Entente* não foi concebida como instrumento de defesa. Sua finalidade era promover a coordenação da política externa dos três Estados, mediante mecanismos de consultas regulares entre os chanceleres, representação conjunta em foros e organizações internacionais, além de harmonização de políticas públicas em áreas como ciência, cultura, educação e economia. O bloco teve reconhecimento internacional em outubro de 1936, quando a Letônia foi chamada a desempenhar, em nome dos países bálticos, o papel de membro não permanente do Conselho da Liga das Nações.

Fator que contribuiu para a formação da *Entente* Báltica foi a mudança na posição da URSS. Se, até março de 1933, o chanceler soviético Maxim Litvinov ainda afirmava que a unidade de interesses entre a Alemanha e a URSS interditava a possibilidade de união entre os países bálticos, a partir do início de 1934 a desconfiança em relação à Alemanha alcançara tal proporção que Litvinov passara a ver numa

aliança dos Estados bálticos o esboço de um escudo contra a previsível agressão nazista⁹². Esse giro na posição soviética assinalou uma tendência mais ampla, que foi perseguida até praticamente o início da Guerra, no sentido da construção de uma aliança tripartite, não consumada antes da invasão alemã da URSS, com a França e o Reino Unido.

A *Entente* era vista pelas lideranças dos países bálticos como iniciativa positiva e oportuna. A invasão da Manchúria e de partes da China pelo Japão e a aventura italiana na Etiópia enterraram o que restava da esperança dos Estados-membros na Liga das Nações, como garante da paz mundial. O futuro dos países bálticos dependeria apenas de suas próprias condições e a *Entente* poderia representar passo na direção do aumento de suas capacidades.

No entanto, o ímpeto inicial por trás da iniciativa não se sustentou. Paralelamente às reuniões de chanceleres regularmente mantidas – entre dezembro de 1934 e março de 1940, realizaram-se onze encontros ministeriais –, assim como àquelas de nível técnico, multiplicaram-se desavenças entre os três Estados, cujos líderes autocráticos e nacionalistas selecionavam suas prioridades externas unicamente pelas lentes estreitas da projeção individual dos respectivos países. Às suas pequenas rivalidades superpunham-se as das grandes potências. Tentando, cada um por si, em atos já dentro de uma atmosfera de desespero, evitar serem tragados para dentro do redemoinho da guerra então em estágio avançado de formação, os bálticos pautaram-se, individualmente, por políticas externas de neutralidade, a partir do final de 1938 e início de 1939.

A decisão se provaria inútil. A *Entente* não fora capaz de produzir uma massa mínima de compromissos de integração que tornasse exequível uma política de neutralidade. Ademais, a eventual neutralidade das nações bálticas já não era aceitável para Moscou. Em conversa com seu colega letão Vilhelms Munsters, o chanceler soviético Vyacheslav Molotov – que substituíra, em maio de 1939, Maxim Litvinov, o qual, além de ser considerado pró-ocidental por Stalin, tinha, na condição de judeu, potencial de gerar desconfiança em tratativas com a Alemanha – afirmou que a neutralidade dos Estados bálticos seria pouco segura ou confiável⁹³. Um artigo publicado no

⁹² MOTULAITE, Violeta e VARES, Peeter, op. cit., p. 16.

⁹³ DALLIN, Alexandre. “The Baltic States between Nazi Germany and Soviet Russia”, in, VARDYS, V. Stanley e MISIUNAS, Romuald J. (editores) – *The Baltic States in peace and war 1917-1945*.

Izvestia, em maio de 1939, aludiu à neutralidade de Estados pequenos como mera fantasia⁹⁴.

O Chanceler da Estônia, cujos líderes militares vinham defendendo uma política favorável à Alemanha e à Polônia, declarou em fevereiro de 1939 que o próprio nome *Entente* Báltica deixara de ser aceitável para seu país. O ocaso da *Entente* Báltica confundiu-se com a perda da independência dos três Estados durante a invasão soviética.

É difícil prever qual poderia ter sido o destino histórico dos bálticos, caso não tivessem sido tomados em 1940. Foram vinte anos de independência, intervalo de tempo relativamente curto para uma avaliação definitiva, mas não menos curto do que as duas décadas já transcorridas desde que os três países resgataram a vida independente em 1991. Uma diferença importante entre os dois períodos está, certamente, no contexto internacional vigente entre as duas Guerras e o atual. Deixara de existir, em 1940, a perspectiva de uma cena internacional que, se não terreno fértil, fosse ao menos campo de ensaios para que as nações pequenas pudessem viabilizar-se, como quisera Woodrow Wilson em 1918.

O momento era distinto. Pertencia a líderes de outro jaez. O palco estava armado para figuras como Joachim von Ribbentrop e Vyacheslav Molotov. Numa conversa com o chanceler lituano, Vincas Krevé-Mickevisius, em junho de 1940, às vésperas da incorporação dos países bálticos pela URSS, o chanceler soviético teria expressado o espírito dos novos tempos de maneira modelar, ao dizer que nações pequenas como a Lituânia “teriam de desaparecer”. Não apenas a Lituânia, mas as demais nações bálticas, inclusive a Finlândia, teriam de juntar-se à “gloriosa família” da União Soviética, que, no futuro, na visão de Molotov, deveria reinar em todas as partes da Europa⁹⁵.

No final, nem a aliança entre os países bálticos, nem a construção de um esquema de segurança coletiva, nem, tampouco, a política de neutralidade, provaram-se caminhos válidos e capazes de assegurar a independência para qualquer dos três Estados bálticos.

University Park e Londres: The Pennsylvania State Press University, 1978, p. 101

⁹⁴ KIRBY, David. “Incorporation: the Molotov-Ribbentrop Pact”, in SMITH, Graham (editor), op. cit. p.75.

⁹⁵ Citado em TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 25-26.

Capítulo II

Desconstrução das Nações. Ocupação Soviética e Nazista

2.1 O Pacto Molotov-Ribbentrop e a primeira ocupação soviética

*“The essence of the Sovietization process was to destroy and to construct. Institutions and people were destroyed in order to break the power of the preceding ‘bourgeois’ society. In their place came Soviet Russian systems of government, economy and society, and loyal Soviet citizens to run them”*⁹⁶.

Thomas Lane

Levando-se em conta que o principal desafio das pequenas nações europeias no período entreguerras era o de tecer uma rede de segurança minimamente eficaz sem, com isso, comprometer sua independência política, torna-se claro que a situação em que se achavam os bálticos não era propriamente confortável. Não seria sob o guarda-chuva institucional da Liga das Nações, enfraquecida inicialmente pela ausência dos EUA, e, em seguida, sucessivamente debilitada por crises de crescente impacto e magnitude⁹⁷, tendo-se mostrado incapaz, por exemplo, de encaminhar

⁹⁶ LANE, Thomas, op. cit. p. 51.

⁹⁷ Como, por exemplo, as invasões japonesa da Manchúria e da China e italiana da Etiópia e

uma solução para a questão de Vilnius, que os Estados bálticos haveriam de poder abrigar-se. As grandes potências ocidentais eram em geral indiferentes à condição de nações independentes dos bálticos. Estes não dispunham de matéria-prima ou recurso estratégico, nem de qualquer outro atributo de poder tal como forças armadas bem equipadas e numerosas.

Os esforços relativamente tardios que envidaram para construir mecanismos de coordenação e integração jamais foram capazes de atingir a consistência que fez de seus vizinhos escandinavos um grupo com grau mais elevado de coesão e, portanto, com maior poder relativo. A Lituânia tornara-se refém de litígios com dois de seus vizinhos e, por conseguinte, constituía fator de instabilidade para quem com ela eventualmente se associasse. Os estonianos descartaram a ideia de um pacto de defesa coletiva.

Todas essas diferenças e pequenas fontes de desconfiança mútua poderiam ser eventualmente contornadas se os três países não estivessem espremidos entre a Alemanha e a URSS, num momento de aceleração da corrida armamentista e das tensões. Na análise crua e talvez não inteiramente justa de Edgar Anderson, os Estados bálticos teriam perdido vinte anos valiosos sem terem tido êxito em estabelecer-se como zona tampão respeitável, como era deles esperado, na condição de único obstáculo natural importante entre as tendências agressivas da Alemanha nazista e da URSS⁹⁸. O pacifismo, tal como contido no Pacto Briand-Kellogg, assinado não muito tempo antes, em 1928, por praticamente todos os países europeus, parecia resquício anacrônico de um passado longínquo.

Prolonga-se aos dias atuais a controvérsia sobre quais foram os motivos por trás da estratégia soviética nos anos que precederam a Guerra⁹⁹. Mais especificamente, a pergunta a que o debate procura responder incide sobre as razões da rotação que levou a URSS de uma

depois da Albânia, o rearmamento alemão, a militarização da Renânia, a tomada dos Sudetos, a partilha da Tchecoslováquia e a própria retomada forçada de Memel.

⁹⁸ ANDERSON, Edgar. "The Baltic Entente: phantom or reality?", in VARDYS, V. Stanley e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 135.

⁹⁹ Resenha da literatura sobre o tema encontra-se em ULDRICKS, Teddy J. "Debating the role of Russia in the origins of the Second World War", in *The Origins of the Second World War Reconsidered – second edition*. MARTEL, Gordon (editor). Londres e Nova York: Routledge, 1999.

campanha pela promoção da segurança coletiva contra a ameaça de expansão nazista – desencadeada a partir de 1934 e assente na premissa de cooperação tripartite com a França e o Reino Unido – à assinatura, com a Alemanha, em agosto de 1939, do tratado de não agressão que entrou para a história como Pacto Molotov-Ribbentrop¹⁰⁰.

Numa ponta do debate, está a interpretação oficial esposada pela antiga União Soviética de que Moscou seguira, no período, uma política clara, inequívoca, inspirada em objetivos nobres, de construção de um escudo de segurança coletiva em escala europeia contra a agressão nazista. Conforme assinala o seguinte trecho da História da Política Externa Soviética, coeditada pelo ex-chanceler Andrei Gromyko, “*when the Nazis seized power in Germany, the threat of another world war became very real in Europe. However, at the time it was still possible to avert fascist aggression through the concerted efforts of countries desiring peace. Had the Soviet proposals for collective security been put into effect it would have been possible to erect a powerful barrier to any aggressor... But this project was wrecked by the fascist states and Poland with British encouragement*”¹⁰¹. A historiografia soviética minimiza, ainda, a importância histórica do Pacto e encaixa-o dentro da lógica imposta já então pelas necessidades de guerra, em que a URSS corria o risco de ver-se confrontada com duas frentes de combates, contra o Japão e a Alemanha, sem ter o apoio da França e do Reino Unido para um sistema de segurança coletiva. O Pacto jamais poderia ser considerado, nessa ordem de ideias, um acordo ofensivo concebido para dividir territórios a serem conquistados¹⁰².

No polo oposto, estariam os autores que defendem a tese de que a proposta de segurança coletiva nunca teria sido o objetivo real de Moscou, mas antes uma fachada por trás da qual Stalin procurava atrair Hitler para um condomínio expansionista. A estratégia estaria integrada na luta internacional proletária contra o capitalismo. Segundo essa linha de raciocínio, o Pacto teria sido sempre uma possibilidade implícita para

¹⁰⁰ Tanto a propaganda nazista como a soviética referiam-se ao Pacto, em 1939, como “Fronteira da Paz” (peace boundary). Vide MILOSZ, Czeslaw, op. cit., p. 203.

¹⁰¹ Citado em ULDRICKS, Teddy J., op. cit., p. 139. Os “Estados fascistas” mencionados na passagem são certamente os Estados bálticos, na linha dos pronunciamentos soviéticos oficiais.

¹⁰² Georg von Rauch recorda que britânicos e franceses estavam dispostos a reconhecer os bálticos como zona de influência soviética, nas negociações prévias ao Pacto. von RAUCH, op. cit., p. 209-210.

Stalin. Segundo Teddy J. Uldricks¹⁰³, não há, porém, qualquer evidência sólida que permita corroborar essa tese.

Uldricks salienta, por outro lado, que novas fontes de pesquisa disponíveis após a dissolução da URSS têm permitido o surgimento de trabalhos que empregam abordagens mais atualizadas e complexas sobre a questão, tais como o de Aleksandr Nekrich, segundo o qual o Kremlin se teria orientado por uma política dupla ao longo dos anos 30, visando paralelamente restaurar alguma modalidade seja de arranjo de cooperação com a Alemanha, nos moldes de Rappalo, seja de esquema de segurança coletiva com a França e o Reino Unido¹⁰⁴.

Quaisquer que tenham sido as motivações da URSS, ou da Alemanha, a sorte dos bálticos foi selada a partir do momento em que foi posta de lado, inclusive por eles próprios, a única e tênue possibilidade de defesa coletiva contra a Alemanha. Conforme observa David Kirby, se pudessem lançar um olhar retrospectivo, certamente os Estados bálticos teriam endossado a ideia de garantias de segurança oferecidas pelas três potências na primavera e verão de 1939¹⁰⁵.

Em 23 de agosto daquele ano, foi assinado o Pacto germano-soviético, em cerimônia realizada em Moscou, após uma impressionante aceleração das negociações. Na ocasião, só foi divulgada publicamente a conclusão de um acordo de não agressão entre a Alemanha e a URSS. A repartição dos territórios intermédios em zonas de interesses alemã e soviética foi objeto de protocolos secretos. Ainda que todas as ações empreendidas pelas duas partes logo em seguida constituíssem indícios seguros de uma divisão territorial mutuamente acordada e que, posteriormente, uma cópia microfilmada dos documentos secretos encontrada em 1945, nos arquivos da chancelaria alemã, fosse entregue a oficial britânico e divulgada reiteradas vezes na imprensa ocidental, o fato é que oficialmente a URSS negou qualquer documento secreto até o final da década de 80. Sua existência só foi confirmada pelos soviéticos no marco da *perestroika*, diante das pressões crescentes dos países afetados pelo Pacto, entre os quais os bálticos, no curso de suas lutas de independência¹⁰⁶.

¹⁰³ ULDRICKS, Teddy J., op. cit., p. 140.

¹⁰⁴ ULDRICKS, Teddy J., Ibidem, p. 148.

¹⁰⁵ KIRBY, David, op. cit., p. 81.

¹⁰⁶ ULDRICKS, Teddy J., op. cit., p. 145.

Segundo proposta inicial alemã, o recorte entre as zonas de influência deveria seguir o curso do Rio Daugava, rachando assim ao meio a Letônia. Diante da firmeza dos soviéticos em relação ao acesso aos portos de Ventspils e Liepaja, a oeste do Rio Daugava, os alemães mudaram de posição: a cláusula primeira do acordo assinado em 23 de agosto de 1939 estabelecia que a Finlândia, a Estônia e a Letônia estariam na esfera soviética, ao passo que a Lituânia ficaria na alemã. Posteriormente, em setembro, já após a invasão da Polônia, o chanceler Joachim von Ribbentrop concordou em transferir a Lituânia à área de influência soviética, em troca da cessão pela URSS de zonas na Polônia.

Os planos de ocupação dos países bálticos pela URSS não tardaram a ser executados¹⁰⁷. Em setembro, explorando um incidente em torno da presença de um submarino polonês na Baía de Tallinn que lograra escapar para o Reino Unido, a URSS, com 160 mil homens em armas dispostos na fronteira, obteve da Estônia assentimento para a assinatura de um acordo para o estabelecimento de bases e estacionamento de tropas soviéticas naquele país. No início de outubro, alianças similares estavam assinadas com a Letônia e a Lituânia. No caso da Lituânia, os soviéticos ofereceram “estímulo” adicional para a assinatura: restituir ao país a capital histórica, Vilnius, que desde 1920 estava sob controle polonês.

A passividade dos Governos dos países bálticos contrastou com a reação na Finlândia, nação que, igualmente colocada sob órbita soviética pelo Pacto e diante de idêntica imposição relativa à instalação de bases e de tropas soviéticas, optou pela campanha que ficou conhecida como “guerra de inverno” contra a URSS. Em dezembro de 1939, quando a Liga das Nações votou pela exclusão da União Soviética em razão da agressão à Finlândia, os três Estados bálticos se abstiveram.

A narrativa no Ocidente sobre os acontecimentos ocorridos em 1939 nos Estados bálticos costuma estar impregnada de um fatalismo determinado pela localização geográfica, à qual se agregaria, em segundo plano, uma espécie de fragilidade estrutural derivada das suas proporções reduzidas. É como se não lhes sobrasse curso de ação alternativo à capitulação resignada diante de um expansionismo soviético contra o qual nada poderiam ter feito, individualmente ou mesmo em grupo. Na

¹⁰⁷ O livro clássico sobre a ocupação soviética é o de TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p.15-75.

introdução ao livro que escreveram sobre a situação nos Estados bálticos entre 1917 e 1945, V. Stanley Vardys e Romuald J. Misiunas afirmam que, embora, para todos os efeitos práticos, a independência dos bálticos estivesse condenada pelo pacto de não agressão assinado em agosto de 1939, o fato é que, no longo prazo, a existência das repúblicas bálticas como entidades livres era inaceitável para a URSS. O breve intervalo de vinte anos de independência teria sido interrompido menos pelas debilidades dos países bálticos do que por fatores internacionais alheios ao seu controle e, essencialmente, pela simples proximidade da URSS¹⁰⁸.

Nesse contexto, sobressai a atitude da Finlândia, país que se achava em condição similar aos países bálticos. David J. Smith salienta que um dos fatores que explicam a determinação da Finlândia, em contraste com a apatia dos Estados bálticos, estaria no fato de que, durante a década de 30, continuara a funcionar em Helsinque um parlamento democraticamente eleito, cujas ações se pautavam por uma opinião pública amplamente a favor da resistência contra os russos. Tal era a determinação do parlamento finlandês, que sua posição acabou por prevalecer sobre a das próprias forças armadas, favoráveis a uma acomodação realista com a Rússia diante da acachapante desproporção de forças. Finalmente, pelo menos no caso da Estônia e da Letônia, o antigermanismo constituía um componente histórico importante da identidade nacional, de modo que, em caso de guerra, a URSS poderia, pelo menos, em teoria, contar com o benefício da dúvida, na visão de líderes como Päts e Ulmanis¹⁰⁹.

Fato que gerou grande apreensão nos países bálticos, pois dissipava quaisquer dúvidas porventura ainda remanescentes sobre um acordo de repartição territorial entre Berlim e Moscou, foi a repatriação forçada e rápida ao *Reich*, no final de 1939, de 65 dos 80 mil germano-bálticos da Estônia e da Letônia. Eles foram distribuídos na porção ocidental dos domínios tomados aos poloneses após a invasão de setembro de 1939, para onde foram posteriormente enviados também os seus conterrâneos que, em número mais reduzido, viviam na Lituânia. As propriedades da antiga aristocracia rural na Letônia e na Estônia foram vendidas aos respectivos governos, numa transação intermediada pela Alemanha. Era o começo do fim da presença dos germânicos no litoral oriental do

¹⁰⁸ VARDYS, V. Stanley e MISIUNAS, Romuald J. (editores). *The Baltic States in peace and war 1917-1945*. University Park e Londres: The Pennsylvania State Press University, 1978, p. 12.

¹⁰⁹ SMITH, David J., op. cit., p. 24-25.

Báltico, presença que tivera início com as cruzadas e que se estendera ao longo de setecentos anos. Um capítulo da história dos países bálticos encerrava-se.

Em junho de 1940, tropas soviéticas ocuparam os três países, sob diversos pretextos. Um deles era o de que a *Entente* Báltica, cujos chanceleres continuavam a reunir-se, havia sido convertida em aliança antissoviética; outro era a necessidade de implantar novos regimes que substituíssem os “fascistas instalados no poder”¹¹⁰. Imediatamente os soviéticos obrigaram os líderes dos três países a formarem novos gabinetes que incluíssem ministros aprovados por Moscou.

Antanas Smetona tentou reagir, mas se viu isolado por seus próprios ministros que resolveram colaborar com a URSS. Em 15 de junho, acompanhado de sua família, seguiu para a Alemanha, de lá para Suíça, e, finalmente, em 1941, para os EUA, onde veio a falecer. Os Presidentes Päts e Ulmanis, que aceitaram as condições impostas pela União Soviética, não tiveram melhor sorte. Forçados a renunciar em meados de julho, foram ambos deportados, o primeiro para Ufa, nos Urais, o segundo para Stavropol, no Cáucaso. Os dois ex-líderes morreram fora de seus países. No momento em que foram deportados, a Estônia e a Letônia ainda eram formalmente independentes. Rein Taagepera e Romuald J. Misiunas sublinham que a prisão, seguida da deportação, de Chefes de Estado no pleno exercício de suas funções por autoridades de outro Estado seja talvez evento sem precedentes na história moderna das relações internacionais¹¹¹.

Os governos provisórios nomeados com a luz verde dos soviéticos organizaram, em menos de um mês, um simulacro de eleições, em que concorreram chapas únicas para as “Ligas de Trabalhadores” – que constituiriam o poder executivo – e para as Assembleias Populares nos três países bálticos. Realizadas em julho, as eleições foram balizadas por regras arbitrárias, adotadas por decreto, entre as quais se incluíam: i) menos de dez dias para apresentação de candidatos e respectivos programas; ii) seriam aceitas unicamente candidaturas referendadas por organizações aprovadas pelos comunistas; iii) seriam impugnados os candidatos cujos programas fossem julgados incompatíveis com a nova

¹¹⁰ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 23.

¹¹¹ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 22.

ordem. Os resultados das urnas não deixaram, obviamente, de satisfazer Moscou: na Lituânia, 95,5% dos eleitores votaram e 99,2% dentre estes aprovaram os nomes apresentados para a Liga; na Letônia, estes números foram respectivamente 94,7% e 97,6%; na Estônia, 81,6% e 92,2%.

Logo após as eleições, começaram a circular “reivindicações populares”, assim como se organizaram manifestações que pediam a incorporação das três repúblicas na URSS. Em 21 de julho, as três Assembleias Populares reuniram-se simultaneamente e deliberaram proclamar o socialismo soviético como forma de Governo e apresentar pedido formal de ingresso na URSS. Na Letônia e na Lituânia, tais medidas foram aprovadas por unanimidade e quase que imediatamente; apenas na Estônia precisou-se de mais de um dia, assim como do estímulo proporcionado pela presença de tanques soviéticos do lado de fora do recinto da Assembleia, para referendar ambas as decisões.

O Soviete Supremo aprovou a admissão dos novos membros da URSS nos dias 3 (Lituânia), 5 (Letônia) e 6 (Estônia) de agosto de 1940. Em menos de dois meses desde que invadira os Estados bálticos, a URSS formalizara a anexação das agora três repúblicas socialistas soviéticas. Na observação de V. Stanley Vardys e Romuald J. Misiunas, os soviéticos conduziram nos países bálticos, no verão de 1940, um curso intensivo, de seis semanas, sobre instalação de democracias populares¹¹². A República Socialista Soviética da Lituânia incorporou, além da capital Vilnius, que retornara ao país em novembro de 1939, alguns territórios ao sudoeste da capital, situados dentro da zona de influência alemã. Berlim satisfez-se com o pagamento de uma determinada quantia por Moscou. Apenas a Alemanha e a Suécia reconheceram, naquele momento, a anexação dos três países.

Durante o primeiro ano de ocupação pela URSS, que se estendeu até junho de 1941, quando os nazistas chegaram à região, foi executada de maneira sistemática uma política de sovietação da vida econômica, política, cultural e social dos três países, com recurso frequente a deportações e execuções. Estima-se que, entre deportações para a Rússia central e Sibéria – além disso, todos os remanescentes dos germano-bálticos foram, por sua vez, repatriados à Alemanha no período –, execuções sumárias e desaparecimentos,

¹¹² VARDYS, V. Stanley e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 13.

as perdas de população em números absolutos e percentuais foram as seguintes: 60 mil (4% da população) na Estônia, 35 mil na Letônia (1.5%) e 34 mil (2%) na Lituânia¹¹³. A brutalidade com que tais deportações em massa foram conduzidas são geralmente lembradas como o evento individual mais traumático de toda a história de estonianos, letões e lituanos. Em consequência do ocorrido, os povos bálticos se voltariam de forma visceral, às vezes violenta, contra a ocupação soviética¹¹⁴.

2.2 Os Estados bálticos sob ocupação nazista

*“The Nazi oppression in some aspects equaled and in others exceeded the worst destructive policies of the preceding Soviet regime... The room for maneuvering between the two was extremely small. In the words of Tomas Venclova, the son of a prominent Lithuanian Communist and a dissident poet of the 1970s, during the war the native leaders’ choice was among ‘Hitler, Stalin, and death, neither of the first two alternatives necessarily excluding the third’”*¹¹⁵.

V. Stanley Vardys e Romuald J. Misiunas

O ataque nazista aos bálticos, no âmbito da Operação *Barbarossa*, teve início na madrugada de 22 de junho de 1941 e avançou rapidamente contra um Exército Vermelho em retirada estratégica e incapaz, temporariamente, de opor resistência. A Lituânia caiu nos primeiros dias. Em 26 de junho, os alemães já haviam atingido a cidade de Daugavpils, na Letônia. Em primeiro de julho tomaram Riga e, poucos dias depois, estavam em Pskov, na Rússia. Em seguida dirigiram-se para a Estônia e, em 28 de agosto, conquistaram Tallinn. Se a finalidade principal da ocupação soviética da *pribaltika*, levada a cabo no ano anterior, estivesse na contenção dos nazistas pelo flanco norte, então a relativa facilidade da penetração da *Wehrmacht* constitui evidência de um erro de estratégia ou de avaliação, ou de ambos.

¹¹³ Há variações nos números de vítimas da sovietação do país. Os aqui citados foram extraídos de TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 42-43.

¹¹⁴ VARDYS, V. Stanley e MISIUNAS, Romuald J., op. cit. p. 13.

¹¹⁵ VARDYS, V. Stanley e MISIUNAS, Ibidem, p. 15.

A documentação disponível nos arquivos alemães comprova que, no longo prazo, os planos das lideranças nazistas, dentro do chamado *Generalplan Ost*¹¹⁶, incluíam anexar os países bálticos ao *Reich*, transformando-os em território a ser colonizado por populações germânicas. Para tanto, dois terços dos habitantes seriam deportados e o terço remanescente seria absorvido na população germânica. Essa parcela minoritária foi avaliada, em termos étnicos, como equivalente ao componente nórdico e, portanto, passível de “germanização”, segundo estudo conduzido em 1942 por comissão antropológica nazista¹¹⁷.

De imediato, no entanto, a prioridade dos nazistas para os países bálticos consistia em integrá-los no esforço de guerra. As deportações em massa e o povoamento alemão ficariam para depois da esperada vitória e foram mantidos em segredo das populações locais pelos nazistas, que não queriam alienar o eventual apoio das populações bálticas e estavam cientes de que a brutalidade da ocupação soviética lhes abrira uma perspectiva mais favorável entre os habitantes locais, com a óbvia exceção dos judeus.

Em 17 de julho de 1942, Alfred Rosenberg¹¹⁸, um germano-báltico nascido em Tallinn, foi designado ministro do *Reich* para os territórios ocupados orientais¹¹⁹. Um dos vice-ministros sob seu comando, Hinrich Lohse, assumiu o cargo de comissário¹²⁰ para a área geográfica denominada *Ostland*¹²¹, com sede em Riga. Faziam parte igualmente da estrutura institucional de poder armada pelos nazistas o partido e as diferentes forças policiais, as quais se reportavam diretamente a Heinrich Himmler, em Berlim. Devidamente estruturada, a administração alemã dedicou-se no Báltico a três missões durante os anos de ocupação: i) exploração econômica da região; ii) mobilização de recursos humanos para trabalhos civis ou

¹¹⁶ Sobre os planos do *Führer* para as terras conquistadas a Stalin e suas trágicas implicações para as populações locais, a leitura obrigatória é SNYDER, Timothy. *Bloodlands: Europe between Hitler and Stalin*. Nova York: Basic Books, 2010 (especialmente capítulos 4, 5 e 6)

¹¹⁷ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 49.

¹¹⁸ Rosenberg foi, como se recorda, um dos ideólogos do nazismo e autor de “O mito do século XX”, obra em que apregoava teorias racistas. Condenado em Nuremberg, morreu enforcado em 1946.

¹¹⁹ Reichsministerium für die besetzten Ostgebiete.

¹²⁰ Reichskommissariat Ostland.

¹²¹ A zona administrativa denominada Ostland compreendia os países bálticos e Belarus.

para a guerra; e iii) execução da política nazista de “solução final” para os judeus.

No plano econômico, as políticas adotadas eram simples. Como a região era relativamente desprovida de recursos naturais ou energéticos, os povos bálticos foram utilizados como produtores de gêneros agrícolas, dos quais haviam sido fornecedores tradicionais da Alemanha. Em geral, a propriedade privada não foi restituída aos antigos donos, com a exceção de alguns gestos isolados, motivados por finalidades de propaganda política, de devolução de fazendas expropriadas pelos soviéticos. O racionamento de alimentos, roupas e bens, introduzido durante a ocupação soviética, agravou-se.

As primeiras tentativas de uso da mão de obra dos países bálticos em trabalhos civis deram-se ainda em meados de julho de 1941, na Lituânia, quando as forças de ocupação lançaram apelo para trabalho voluntário na Prússia Oriental. Em dezembro daquele ano, Alfred Rosenberg instituiu obrigação geral de prestação de serviços para os que tivessem entre 18 e 45 anos de idade. Novas instruções e decretos, em diferentes formatos, foram editados pelos alemães até deixarem a região. De acordo com o memorando enviado por Rosenberg a Himmler em julho de 1944, 126 mil trabalhadores dos países bálticos haviam sido enviados à Alemanha desde o começo da ocupação, dentre os quais 75 mil lituanos, 35 mil letões e 15 mil estonianos¹²². Confrontados com a perspectiva de trabalhos forçados na Alemanha, muitos cidadãos bálticos buscaram a fuga no interior das florestas, de onde surgiria, mais tarde, quando do retorno soviético, movimento de resistência organizado.

Diante da escolha entre submeter-se a tratamentos desumanos em campos de prisioneiros de guerra ou integrar alguma modalidade de serviço militar ou paramilitar, os soldados bálticos que pertenciam aos antigos exércitos nacionais, posteriormente soviéticos, preferiram a segunda opção, apesar das restrições impostas pelas normas jurídicas internacionais, e foram enviados para missões geralmente de caráter tático ou de apoio logístico aos soldados alemães, majoritariamente no *front* contra a URSS, mas também na Itália, Polônia e Iugoslávia. Alguns foram forçados a exercer tarefas de vigilância nos guetos poloneses.

¹²² TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 56.

Uma segunda via usada para elevar o número de homens em armas, conduzida entre 1942 e 1943, foi o recrutamento para as legiões nacionais das *Waffen-SS*, concebidas como tropas de elite. Na Lituânia, os esforços para compor as legiões não produziram os resultados esperados. Os lituanos foram, em consequência, declarados indignos de portar os uniformes e as insígnias da *SS*¹²³. Na Estônia, a legião chegou a atingir, no ápice, perto de onze mil efetivos agrupados em uma divisão; na Letônia, foram formadas duas divisões. Durante os anos de ocupação nazista, cerca de 150 mil letões serviram às forças armadas alemãs, dos quais cinquenta mil morreram, foram dados por desaparecidos ou feriram-se. Os números referentes à Estônia indicam que, dos setenta mil cidadãos que pegaram em armas, dez mil foram mortos.

Com relação ao extermínio da população judia nos países bálticos, os destacamentos alemães não perderam tempo em dedicar-se à tarefa que lhes fora confiada, que não diferia essencialmente daquela executada pelos nazistas em todos os territórios por eles administrados¹²⁴. A população judia montava, em 1939, a cinco mil pessoas na Estônia, 93 mil na Letônia e mais de 200 mil na Lituânia, inclusive Vilnius. Deste total, estima-se que, durante os anos de ocupação nazista, 250 mil tenham sido exterminados ou deportados para campos de concentração em outras áreas, sobretudo na Alemanha. Os que sobreviveram à guerra deixaram, em sua maior parte, os países bálticos.

Uma questão que tem despertado crescente interesse nos meios locais é a do grau de participação da população local nos *pogroms* contra os judeus e no colaboracionismo com as forças nazistas. Nesse particular, os Estados bálticos não estão dissociados de uma tendência mais ampla, que perpassa o debate contemporâneo na maior parte dos países europeus. No epílogo do livro em que traça um vasto painel da Europa desde o final da Segunda Guerra até o presente, o historiador britânico Tony Judt afirma que o reconhecimento do Holocausto é, nos dias atuais, o bilhete de ingresso na Europa. À medida que a Europa se afasta da Segunda Guerra Mundial e que os derradeiros sobreviventes, tanto combatentes como

¹²³ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., *Ibidem*, p. 58.

¹²⁴ Um contingente de mil homens, o *Einsatzgruppe A*, foi encarregado de liquidar judeus e comunistas nos países bálticos. Sua área de abrangência incluía Pskov e Novgorod na Rússia soviética. Por outro lado, Vilnius estava sob a área de jurisdição do *Einsatzgruppe B*. Vide TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., *op. cit.*, p. 61.

vítimas, são homenageados, o resgate da memória dos judeus mortos ter-se-ia tornado a medida mesma, além de garantia, da restauração da humanidade no continente¹²⁵.

Em apoio a sua tese, Judt¹²⁶ cita a admissão de responsabilidade pelo Holocausto feita por vários líderes europeus nos últimos anos, alguns durante os estágios finais do processo de adesão de seus países à União Europeia. Foi o caso, por exemplo, da Polônia e da Romênia, cujos Presidentes fizeram o *mea culpa* de seus respectivos países em 2004. *A contrario sensu*, acredita Judt, independentemente dos critérios objetivos de acessão¹²⁷, a Turquia estará impedida de ser aceita na UE enquanto recusar-se a reconhecer a participação nas atrocidades contra a população armênia em 1915, assim como a Sérvia, país que de resto recentemente formalizou pedido de iniciar os processos de acessão, terá antes de assumir sua quota de responsabilidade pelos crimes ocorridos nas guerras na ex-Iugoslávia ademais de colaborar na punição dos culpados¹²⁸.

Uma fonte respeitada sobre a questão do colaboracionismo nos países bálticos é o Professor Andres Kasekamp, Diretor do Instituto de Política Externa da Estônia. Para ele, o discurso padrão sobre a participação das populações locais nas atividades de execução dos judeus durante a guerra se constrói sobre três pilares básicos¹²⁹. O primeiro é o de que um ano sob ocupação soviética teria sido suficiente para assinalar uma ruptura traumática e rápida das formas tradicionais de organização social nos países bálticos, banalizando, praticamente, o uso da violência. O rompimento do tecido social teria sido de tal magnitude que as populações dos países bálticos chegaram a considerar os alemães como possíveis libertadores, num primeiro momento. Era parte da ordem tradicional nos países bálticos a tolerância aos judeus em nível comparativamente mais elevado do que nas demais regiões do antigo *pale of settlement*, embora o antissemitismo fizesse parte do caldo de cultura local. O segundo pilar da

¹²⁵ JUDT, Tony. *Postwar: a history of Europe since 1945*. Nova York: Penguin, 2005, p. 803-804.

¹²⁶ JUDT, Tony, op. cit., p. 803-804.

¹²⁷ Os chamados critérios de Copenhague, definidos em reunião do Conselho Europeu em julho de 1993.

¹²⁸ O chefe militar dos bósnios-sérvios Ratko Mladic foi finalmente preso em 26 de Maio de 2011, por agentes especiais de Belgrado. Como antecipado na análise de Judt, a reação da maior parte dos líderes europeus à prisão de Mladic e à sua extradição para julgamento na Holanda sublinhou que importante obstáculo havia sido removido no caminho da acessão da Sérvia à UE.

¹²⁹ Entrevista concedida em 7 de dezembro de 2009.

narrativa sobre o Holocausto nos países bálticos é o de que a propaganda nazista criou uma identificação dos judeus com o bolchevismo, de modo que o ataque aos judeus pudesse passar por vingança contra os soviéticos. Nesse sentido, as raízes do colaboracionismo não deveriam ser buscadas nos governos autoritários e com tendências fascistas da década de 30, mas antes no contexto mais imediato da ocupação soviética e na manipulação desse contexto pelas forças nazistas. O terceiro elemento da narrativa é o de que, se houve colaboradores do nazismo, também houve numerosos casos de proteção e apoio aos judeus por parte da população em geral.

O discurso tradicional a que se refere o Professor Anders Kasekamp é confirmado, em suas linhas gerais, pela literatura sobre a matéria¹³⁰. Nem por isto, no entanto, se deve deixar de reconhecer que ele tende a colocar as populações bálticas unicamente na condição de vítimas ou de massa de manobra de bolchevistas e nazistas. Ademais, tal narrativa generalista descuida de aspectos relevantes da questão, tais como, por exemplo, a brutalidade surpreendente demonstrada por alguns elementos da população lituana na execução de ordens recebidas, sem equivalente nas populações polonesa ou bielorrussa, a ponto de provocar reação contrária nos próprios mandantes. Ou, ainda, a expectativa, altamente questionável em si, de que os letões poderiam tirar partido das próprias teorias raciais nazistas, por acreditarem que, na hierarquia das etnias, ocupariam elevada posição relativa, podendo ser tratados de maneira mais humana pelos alemães e até beneficiarem-se de alguns pequenos privilégios não disponíveis aos russos.

Czeslaw Milosz dedica bom número de páginas de seu livro de memórias à questão do Holocausto em Vilnius. Sua análise obedece, mais uma vez, à narrativa tradicional nos países bálticos. No entanto, não a utiliza como pretexto para eximir-se de culpa. Ao contrário, aceita as acusações eventualmente feitas contra ele e outros que foram testemunhas oculares do crime de genocídio e, portanto, segundo ele, impedidos de alegar o luxo da inocência¹³¹. Para Milosz, o único possível atenuante do

¹³⁰ Ver, por exemplo: a) BASSLER, Gerhard. “The Collaborationist Agenda in Latvia 1941-1943”; b) KASEKAMP, Andres. “The Ideological Roots of the Estonian Collaboration during Nazi Occupation”; c) PLASSERAUD, Yves. “The Shoah in Lithuania” e d) WEISS-WENDT, Anton. “Preconditions for the Holocaust: Estonian Jews and the Judobolshevik Myth”, in *The Baltic countries under occupation: Soviet and Nazi rule 1939-1941*. KOLL, Anu Mai (editora). Estocolmo: University of Stockholm, 2003.

¹³¹ MILOSZ, Czeslaw, op. cit., p. 105.

comportamento individual dos habitantes de Vilnius, naquele momento de trauma, era o fato de que ajudar as potenciais vítimas implicava risco de vida.

Qualquer que seja a interpretação – e muito ainda se dirá acerca do tema – sobre o papel das populações bálticas no extermínio de judeus, numa região em que eles compunham a paisagem humana há séculos, nada mudará o fato de que o Holocausto transformou para sempre o panorama demográfico dos países bálticos. O desaparecimento dos judeus veio somar-se ao êxodo dos germano-bálticos pouco antes. No espaço de poucos anos, as sagas dos cavaleiros teutônicos e dos *litvaks* chegavam ao fim nos países bálticos, quase que de forma sincronizada.

A partir de então, as próprias bases conceituais das nações bálticas como “comunidades imaginadas” que se caracterizariam pela pluralidade confessional e multiplicidade étnica teriam de ser repensadas. No caso da Lituânia, por exemplo, esta passagem do Benjamin Harshav é ilustrativa: “*Lithuania is not the small Baltic country that carries the name today, but the vast area between Poland and Moscow that was the multilingual Grand Duchy of Lithuania in medieval Europe, whose official language was Byelorussian, later Polish, and whose towns and markets resounded with Yiddish, and whose spaces were eulogized by Czeslaw Milosz and preserved in Jewish popular myth*”¹³². A realidade transmitida por esta leitura judaica da Lituânia desapareceu junto com o Holocausto, assim como a emigração forçada dos germano-bálticos em 1939 e 1940 relegou ao plano da memória a versão báltica e idílica do *Drang nach Osten*, em que o verdadeiro poder da aristocracia germano-báltica estava nas suas propriedades rurais, de onde eram governados, com mão de ferro, estonianos e letões.

Tony Judt recorda que a história da Europa após a Guerra é sombreada por silêncios e ausências. Desapareceram muitas das regiões da Europa onde outrora havia edifícios sociais complexos construídos sobre camadas superpostas de línguas, religiões, comunidades e nações. Sobre tais mosaicos sociais, a propósito, o historiador britânico adverte que não se devem nutrir visões idealizadas, já que eram comumente assolados por massacres e *pogroms*. De qualquer forma, entre 1914 e 1945, essa Europa deixou em grande parte de existir; graças à guerra, a ajustes de

¹³² HARSHAV, Benjamin, op. cit., p. li (Introdução).

fronteiras, às deportações e ao genocídio, a grande maioria dos europeus agora vivia em seu próprio país, em meio à sua gente¹³³.

Em poucos lugares, o silêncio a que se refere Judt é tão conspícuo como na Letônia e na Lituânia. Leonidas Donskins, membro do Parlamento Europeu e *litvak*, mencionou o tema em entrevista recente. Ao ressaltar que as dificuldades como judeu, ele as vivencia não apenas na Lituânia, esclarece, no entanto, que, em seu país, elas assumem para ele uma especificidade: recusa-se a permanecer em silêncio ao ler ou escutar matérias antisemitas veiculadas nos tabloides locais, o que significaria trair a memória de seu pai¹³⁴.

Na percepção das populações bálticas, um balanço da ocupação alemã é despido de nuances: os supostos libertadores converteram-se rapidamente em conquistadores; de certa forma, é como se as fronteiras morais e éticas entre nazistas e bolchevistas se houvessem tornado indistinguíveis. Por outro lado, essa comparação tem servido historicamente, de maneira distorcida, para tentativas de nivelar o sofrimento dos bálticos ao dos judeus, numa lógica somente explicável dentro de uma narrativa de autovitimização, a que normalmente recorrem os bálticos. A tendência entre as populações dos bálticos, ainda hoje, é a de colocarem-se no papel de objeto de alguma modalidade de crime hediondo durante a ocupação.

Conforme analisa Dovile Budryte, a despeito de que, durante o final dos anos 1990 e início da década de 2000, se haja discutido amplamente o tema, persiste uma resistência à incorporação do Holocausto na memória coletiva dos bálticos. Paralelamente, verifica-se tendência a comparar o Holocausto, conhecido como o genocídio dos judeus, ao “genocídio soviético” resultante da experiência por eles vivida de repressão e deportações. O termo “genocídio” aplicado à ocupação soviética teria sido empregado pela primeira vez no final dos anos 40, pela diáspora báltica no Ocidente¹³⁵. Nos anos 70, foi utilizado nas publicações dissidentes clandestinas, os *samizdat*, para descrever a “sovietização”; nos 80, durante o processo de independência dos bálticos, voltou a ser usado nas comemorações das datas das deportações. Ao transpor a questão para o plano da simbologia, Eva-Clarita Onken sublinha que a imagem de um

¹³³ JUDT, Tony, op. cit., p. 8-9.

¹³⁴ Cf. “Lithuania’s liberal voice”, *The Baltic Times*, 1 de outubro de 2009.

¹³⁵ BUDRYTE, Dovile. Taming Nationalism? Political Community Building in the post-Soviet Baltic States. Aldershot: Ashgate, 2005, p.56 e 204-205.

vagão para transporte de gado é imediatamente associada à memória da deportação e destruição dos judeus europeus pelos alemães nazistas, ao passo que, nos Estados bálticos, a mesma imagem do vagão para transporte de gado é o símbolo do sofrimento durante o stalinismo e das deportações ao *Gulag*¹³⁶.

2.3 Segunda ocupação soviética (1944-1990)

*“Wartime expenditures in blood and treasure, Stalin believed, should largely determine who got what after the war: the Soviet Union, therefore, would get a lot. Not only would it regain the territories it had lost to Germans during World War II; it would also retain the territories it had taken as a result of the opportunistic but shortsighted ‘non-aggression’ pact Stalin had concluded with Hitler in August 1939 – portions of Finland, Poland, and Romania, all of the Baltic States”*¹³⁷.

John Lewis Gaddis

Quando os soviéticos retornaram aos países bálticos, em 1944, a dinâmica da guerra entrara em etapa distinta. Por um lado, ingressava-se já nos estágios decisivos da conflagração; por outro, vinham sobrepor-se aos esforços conjuntos da Grande Aliança contra o Eixo os primeiros movimentos dos aliados de certa forma inscritos no marco inicial da Guerra Fria. A maneira como os soviéticos ocuparam os bálticos indicava de forma inequívoca o duplo desejo de permanecer e de incorporá-los no lado oriental da linha divisória que logo separaria a Europa em fronteiras ideológicas.

Na escolha mesma do título que atribuiu a seu livro de memórias sobre o período, *Triumph and Tragedy*, Winston Churchill externara sua frustração com o fato de que a Segunda Guerra foi vencida por uma coligação cujos principais integrantes estavam, ao mesmo tempo, encetando outra confrontação, ideológica em grande parte, mas que nem por isso deixou de redefinir o mapa do mundo geopoliticamente e de desdobrar-se em conflitos militares, geralmente em países periféricos.

¹³⁶ Citado em BUDRYTE, Dovile, op. cit., p. 206.

¹³⁷ GADDIS, John Lewis. *The Cold War: a new history*. Nova York: Penguin, 2005, p. 11.

Nesse quadro, a ocupação soviética no longo período que se estende de 1944 a 1991 é considerada pelos bálticos como perpetuação das zonas de influência do Pacto Molotov-Ribbentrop de 1939, ou, em outras palavras, como uma extensão da Segunda Guerra Mundial até 1991.

A dilatada ocupação assumiu, na percepção dos bálticos, proporções de uma verdadeira catástrofe do ponto de vista da preservação da identidade nacional. Em primeiro lugar, porque os Estados bálticos perderam, além da independência, os avanços sociais e econômicos experimentados entre 1920 e 1940. Além disso, ao contrário de países como, por exemplo, a Polônia, a Hungria ou a Bulgária, os bálticos não podiam contar sequer com aparato estatal próprio, nem com interlocução externa direta. À “russificação” a que estavam submetidos os países bálticos durante as décadas finais do império czarista vinha adicionar-se agora a “sovietização” da vida econômica, social e cultural. No novo cenário, a segunda não excluía a primeira, apenas viera agregar-lhe dimensão ideológica, já que Moscou e a República da Rússia continuavam a exercer fortemente a função de matriz da vida política e cultural da União Soviética.

Finalmente, na visão dos países bálticos, historicamente localizados na zona relativamente indeterminada e fluida de fronteiras entre antigos impérios, eles teriam ficado do lado que não lhes corresponde no marco da clivagem ideológica criada com a Guerra Fria e que estabeleceu, de fato, uma rígida fronteira entre leste e oeste. A autoimagem dos países bálticos posicionava-os dentro da Europa, de que teriam sido excluídos pela anexação à URSS.

O retorno dos soviéticos em 1944, à diferença da relativamente organizada e planejada chegada em junho de 1940, deu-se de maneira caótica, em meio ao fogo cruzado e na esteira das sucessivas tentativas alemãs de estabilizar a frente de combates oriental diante do avanço do Exército Vermelho. Assim como ocorrera na Grande Guerra, o território dos países bálticos serviu mais uma vez de teatro de combates entre alemães e russos. A ofensiva soviética começou em janeiro de 1944, em Narva, na fronteira com a Estônia, e alcançou o Golfo de Riga em julho. A cidade de Riga caiu em 13 de outubro. No final de outubro de 1944, apenas a área correspondente à antiga Curlândia ainda se achava sob controle das tropas alemãs.

Na fase inicial, o domínio soviético sobre a situação nos países bálticos era precário, superficial na melhor das hipóteses. Grupos de pessoas escondiam-se nos escombros das cidades; outros, em grande número, fugiram para as florestas, onde se cruzavam alemães dispersos, unidades bálticas do exército alemão, guerrilheiros nacionalistas lituanos e veteranos finlandeses da guerra de libertação estoniana que se opunham tanto aos russos como aos alemães. Apenas ao longo de 1945 os soviéticos adquiriram pleno comando da situação nos países bálticos, reconvertidos em repúblicas socialistas soviéticas. Abria-se, então, novo período de dominação soviética, que se iniciou exatamente por onde terminara antes da invasão nazista: com as deportações em massa destinadas a minar a resistência nacionalista e a promover a soviétização.

Dois eventos merecem menção à parte durante os primeiros anos daquele período. O primeiro deles foi a mudança nas fronteiras. Embora o assunto pudesse ser apenas uma formalidade enquanto as três repúblicas socialistas soviéticas bálticas permanecessem integradas na URSS, as ligeiras alterações nas fronteiras efetuadas em 1945 teriam desdobramentos importantes décadas mais tarde, no momento em que os Estados bálticos resgataram a vida independente. A Estônia e a Letônia tiveram perdas territoriais para a República Socialista Soviética da Rússia. A primeira cedeu a margem oriental do Rio Narva e a maior parte do distrito de Petseri, no sudeste do país, perfazendo, ambas as áreas, 5% da superfície territorial antes da Guerra e 6% da população. A perda da segunda, que incluiu parte do distrito de Abrene, no nordeste letão, foi menor, da ordem de 2% do território e da população. A Lituânia, em contrapartida, expandiu sua superfície: a região de Klaipeda, incluindo a cidade portuária, que lhe fora tomada à força pela Alemanha em 1939, foi-lhe restituída pela URSS, somando-se assim à capital, Vilnius, que lhe houvera sido transferida previamente, também pelos soviéticos.

O segundo evento relevante foi o desenvolvimento de movimentos guerrilheiros de resistência contra a ocupação soviética nos três países bálticos. Tais movimentos despontaram, ainda em forma embrionária, durante a primeira ocupação soviética, fortaleceram-se no curso da invasão nazista e ganharam ímpeto definitivo com o retorno dos soviéticos. “Irmãos da Floresta” era como a população nos três países se referia aos membros da guerrilha, os quais mantinham entre si algum grau de coordenação.

Mart Laar, duas vezes Primeiro-Ministro da Estônia (1992-94 e 1999-02) e provavelmente a personalidade política mais marcante do país após a independência, junto com o ex-Presidente Lennart Meri, escreveu sobre o tema livro em que sustenta ter sido o movimento fortemente inspirado na Carta do Atlântico, que, por sua vez, trazia novamente à baila o ideário de Woodrow Wilson no que toca à autodeterminação dos povos e às nacionalidades. Afirmar Laar que os princípios da Carta eram bastante conhecidos na Estônia, especialmente o terceiro deles, no que tange à restauração dos direitos de soberania e de autogoverno aos países que deles foram privados à força. A Carta teria proporcionado, em síntese, justificativa moral e encorajamento aos “Irmãos da Floresta” para persistirem engajados em seu combate contra o que Mart Laar evoca como “*red terror, the worst of all nightmares*”¹³⁸. Outros autores trilham caminho interpretativo similar. Para Rein Taagapera e Romuald J. Misiunas, por exemplo, o principal motivo da resistência seria o receio da repetição do terror infligido pelos soviéticos em 1940-41; o segundo, o que chamam de “idealismo patriótico”¹³⁹.

O movimento chama a atenção pela dimensão que alcançou, assim como pela duração. No apogeu, os “Irmãos da Floresta” perfaziam entre 0,5 e 1% da população dos países bálticos, percentual comparável ao pico da participação dos guerrilheiros vietcongues no ex-Vietnã do Sul. Estimava-se que, na primavera de 1945, cerca de 30 mil combatentes na Lituânia, entre 10 e 15 mil na Letônia e 10 mil na Estônia encontravam-se espalhados nas florestas, onde viviam em acampamentos ou *bunkers* e eram apoiados pela população civil em geral. Na Lituânia, país em que os “Irmãos da Floresta” atingiram números mais significativos e fincaram raízes mais profundas, o fato explica-se em parte pelo apoio brindado pela Igreja Católica, que usava as paróquias como ponto de congregação de ajuda dos fiéis à guerrilha.

A maior parte das ações empreendidas pelos guerrilheiros visava a romper as estruturas administrativas implantadas pelos soviéticos, além de executar aqueles colaboracionistas com nítida vocação para o excesso de zelo. Entre 1945 e 1952, calcula-se que entre quatro e treze mil colaboradores ou suspeitos tenham sido mortos.

¹³⁸ LAAR, Mart. *War in the Woods: Estonia's struggle for survival 1944-1956*. Washington, DC: The Compass Press, 1992, p. 7.

¹³⁹ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 83.

No final de 1949, a guerrilha estava controlada na Letônia. Na Estônia, há registro de ações organizadas até 1953. Na Lituânia, até meados da década de 1950 prolongou-se, com alguma intensidade, a atividade guerrilheira. O último líder importante da guerrilha lituana foi capturado e executado em 1956. Calculam-se entre 20 e 40 mil as baixas lituanas entre os “Irmãos da Floresta”. Casos esporádicos foram documentados nos três países, todavia, nos anos seguintes, o último deles em 1978, quando um sobrevivente da guerrilha estoniana, August Sabe, preferiu afogar-se a render-se quando descoberto por agentes da KGB enquanto pescava às margens de um rio¹⁴⁰.

Provavelmente o fator que mais profundamente afetou a vida dos Estados bálticos no curso da longa ocupação foi a “sovietização” da vida econômica, aliada à imigração de grandes contingentes de trabalhadores de outras partes da URSS, majoritariamente russos, mas também bielorrussos e ucranianos. Dentro da lógica dos sistemas econômicos centralmente planejados, os países bálticos industrializaram-se, num processo cujo grande impulso ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, mas que se estendeu até o início dos anos 80, mediante plena integração na dinâmica das cadeias produtivas construídas em função, primeiramente, do vasto mercado interno da URSS e, marginalmente, das economias do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua).

Coube aos países bálticos, portanto, a produção especializada e em larga escala de alguns bens industriais. Foram responsáveis, por exemplo, por mais da metade da produção soviética dos seguintes bens: locomotivas e vagões ferroviários (Letônia); aparelhos e centrais telefônicas (Letônia); equipamentos elétricos de solda (Lituânia); papel; equipamentos eletrônicos e de computação; e motores para refrigeradores e máquinas de lavar. Ademais, respondiam por entre 10% e 50% de itens como: lâmpadas, rádios e motocicletas (Letônia); têxteis (Estônia); equipamento e compressores para refrigeração e pescado. Na área de energia, a produção também se especializou geograficamente em etapa posterior, tocando à Estônia, por exemplo, a produção de petróleo a partir de xisto betuminoso, assim como à Lituânia o refino de petróleo

¹⁴⁰ Fotos registram o episódio. Vide LAAR, Mart, op. cit., imagens 49 a 53 (*August Sabe, the last free man*).

(complexo de Mazeikiai, inaugurado em 1980) e a energia elétrica de fonte nuclear (usina de Ignalina, aberta em 1983).

No campo, as propriedades rurais, eixo principal e tradicional da economia daqueles países, foram coletivizadas. A agricultura continuou a desempenhar nas repúblicas socialistas bálticas o mesmo papel central que desempenhara no período de vida independente entre 1920 e 1940, de supridor de laticínios, carne suína, avícola e ovos, agora destinados ao mercado soviético.

Na esteira da diversificação da economia dos países bálticos, que agregou a indústria à base agrícola preexistente, ambas lastreadas em bons índices de produtividade possibilitados pela mão de obra local qualificada e pelo trabalho complementar de imigrantes, a renda *per capita* das três repúblicas soviéticas bálticas elevou-se consideravelmente acima das demais. Em 1958, por exemplo, a renda *per capita* na Estônia e Letônia era respectivamente 29% e 19% superior à média soviética, ao passo que a da Lituânia se situava 8% abaixo da média. Dez anos depois, em 1968, o ingresso por habitante na Estônia, Letônia e Lituânia ultrapassava a média da URSS em respectivamente 44%, 42% e 15%¹⁴¹. Em 1988, a Estônia, a Letônia e a Lituânia eram, nesta ordem, as três repúblicas socialistas soviéticas mais prósperas em termos de renda *per capita*¹⁴².

No entanto, na avaliação dos próprios bálticos, esses números não eram de natureza a despertar maior entusiasmo. É que o padrão de referência nunca esteve, para eles, durante os anos de independência, na Rússia, nem, menos ainda, nas demais repúblicas soviéticas, mas antes nos países escandinavos e na Finlândia. Conforme apontam Artis Pabriks e Aldirs Purs, referindo-se especificamente à Letônia, aquele país estava muito adiante da URSS e da maior parte da Europa Oriental por volta de 1940, por qualquer indicador social ou econômico; o que preocupava, na verdade, era o aprofundamento do desnível já existente em relação aos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental e da Escandinávia¹⁴³.

A industrialização acelerada imediatamente após o decréscimo da população durante a Guerra, estimado em algo próximo a 20%, teve ainda outro impacto relevante sobre a sociedade dos países

¹⁴¹ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 185.

¹⁴² SMITH, Graham. "Introduction: the Baltic nations and national self-determination", in SMITH, Graham (editor), op. cit., p. 6.

¹⁴³ PABRIKS, Artis e PURS, Aldis, op. cit., p. 22.

bálticos, em particular na Letônia e na Estônia: a alteração, uma vez mais, na composição étnica da população, provocada pelo influxo de migrantes de dentro da União Soviética. Na Letônia apenas, 535 mil imigrantes, entre trabalhadores, gerentes de empresas e administradores públicos, desembarcaram entre 1945 e 1955¹⁴⁴. Durante o intervalo de tempo relativamente comprimido que vai do final dos anos 30 a meados dos 50, alterou-se completamente a tessitura étnica dos países bálticos, que existira durante séculos, em razão dos quatro fatores já assinalados: i) a deportação em massa de estonianos, letões e lituanos; ii) a grande imigração interna que se seguiu à incorporação à URSS, especialmente de russos; iii) o virtual desaparecimento dos germano-bálticos; e iv) o extermínio da população judia. Esses movimentos de população reduziram em proporções significativas o peso relativo do elemento étnico local, primordialmente na Letônia e na Estônia.

Apesar da “sovietização” da vida e da cultura nos países bálticos, tema cuja análise, no entanto, escapa ao propósito deste trabalho, o forte sentido de identidade nacional em cada um deles foi capaz de resistir e mesmo de fortalecer-se frente às pressões deslançadas por Moscou. Paralelamente, um sentimento de identidade comum báltica, separado da URSS, foi-se constituindo entre as três repúblicas socialistas soviéticas¹⁴⁵. Este sentimento era inédito. A existência de um *ethos* báltico se evidenciaria durante os anos imediatamente anteriores e posteriores às revoluções de independência de 1989-1991, embora hoje possivelmente não mais se manifeste com a mesma nitidez.

Georg von Rauch, escrevendo em 1970, procedeu a uma avaliação singular da etapa soviética na trajetória dos Estados bálticos: “*The Baltic peoples are now beginning to fulfill much the same kind of function within the Soviet Union as the Baltic Germans fulfilled in Russia in the eighteenth and nineteenth centuries. The plain fact of the matter is that peoples of the USSR still tend to regard the Baltic soviet republics as an outcrop of Western Europe*”¹⁴⁶. Trinta e cinco anos depois de von Rauch, Tony Judt apontou na mesma direção ao afirmar, focando exclusivamente na função econômica exercida pelas repúblicas socialistas bálticas no

¹⁴⁴ PABRIKS, Artis e PURS, Aldis, *Ibidem*, p. 31-32.

¹⁴⁵ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., *op. cit.*, p. 135.

¹⁴⁶ von RAUCH, Georg, *op. cit.*, p. 240.

interior da União Soviética, que, fora das repúblicas bálticas, ninguém na URSS dispunha de experiência direta como agricultor independente ou numa empresa de mercado, ou sabia como produzir uma mercadoria, precificá-la e encontrar-lhe compradores¹⁴⁷.

1.1 A “questão báltica” – A política externa sob a ocupação

“During negotiations on the United Nations Charter, the Soviet Union sought to increase its presence at the UN by pressing for all of the then 16 Soviet Republics to be admitted to the UN... Western countries rejected Soviet demands, partly because they did not wish to recognize officially the occupation of the Baltic states. Eventually, only the Soviet Union itself plus Ukraine and Belorussia entered the UN”¹⁴⁸.

Konstantin K. Khudoley

Embora a história dos Estados bálticos, conforme indicado por von Rauch e aludido anteriormente, seja aquela dos períodos em que usufruíram plenamente dos direitos de soberania e de independência, pode-se dizer que, durante a Guerra Fria, a chamada “questão báltica” tornou-se um dos temas da agenda internacional. Esse argumento é sustentado num interessante volume dedicado integralmente ao tema¹⁴⁹.

O instante decisivo em que a questão báltica foi incluída na agenda internacional deu-se por ocasião da ocupação dos três Estados pela URSS, em junho de 1940, e no momento seguinte, em 23 de julho de 1940, quando o Secretário de Estado interino Sumner Welles recusou-se a reconhecer a reivindicação soviética sobre as repúblicas bálticas, estabelecendo então a política de não reconhecimento da ocupação que perdurou até a independência. A partir de então, o destino das repúblicas bálticas foi amplamente determinado, sob a Guerra Fria, pela atmosfera vigente na interação entre as duas superpotências.

Não era óbvio que Washington terminaria por assumir papel de protagonista na questão báltica. Conforme assinala Eero Medijainen, os

¹⁴⁷ JUDT, Tony, op. cit., p. 596.

¹⁴⁸ KHUDOLEY, Konstantin K. “The Baltic Factor”, in HIDDEN, John, MADE, Vahur e SMITH, David J. (editores). *The Baltic Question during the Cold War*. Londres e Nova York: Routledge, 2008, p. 61. (Introdução).

¹⁴⁹ HIDDEN, John, MADE, Vahur e SMITH, David J. (editores), op. cit. p 1. (Introdução).

EUA foram, ao final da Grande Guerra, a última das grandes potências a reconhecer, apenas em 1922, a independência dos Estados bálticos. A ideia de uma Rússia unida e indivisível teria permanecido como possibilidade por mais tempo entre os estrategistas norte-americanos do que entre os europeus¹⁵⁰. No entanto, após o reconhecimento, os EUA teriam efetivamente separado os Estados bálticos da URSS em seus cálculos geopolíticos e instalaram em Riga a base de seus serviços de inteligência sobre a URSS antes de abrirem Embaixada em Moscou, em 1933. Serviram em Riga, por exemplo, George F. Kennan e Charles E. Bohlen, dois dos maiores especialistas em assuntos soviéticos do Departamento de Estado e futuros Embaixadores em Moscou.

Em junho de 1940, a Alemanha já havia invadido a Tchecoslováquia, Polônia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França. À medida que progrediam as sucessivas conquistas territoriais nazistas, os EUA procederam, sem renunciar à política de neutralidade, a uma mudança de postura que consistiu em congelar ativos financeiros e outros, em território norte-americano, pertencentes aos países ocupados pela Alemanha. A medida inicial, uma ordem executiva de 10 de abril, seguiu-se à invasão da Dinamarca e da Noruega e teve sua amplitude geográfica estendida a cada novo avanço alemão.

Em 10 de julho, a ordem executiva número 8484 incluiu os Estados bálticos dentro dos países tomados à força cujos ativos foram congelados nos EUA. Imediatamente após o anúncio da medida, em 17 de julho, o Secretário de Estado Cordell Hull expediu instruções ao titular da missão dos EUA em Riga, John C. Wiley, para que deixasse o posto na eventualidade de a situação nos Estados bálticos deteriorar-se. Logo depois, os temores se confirmaram a partir da decisão dos respectivos parlamentos de formalizar demanda de acesso à URSS. A anexação formal dos três países pela URSS apresentava aos EUA uma situação jurídica nova, uma vez que, durante os avanços territoriais anteriormente efetuados pela Alemanha, não se apresentara a questão da supressão “voluntária” da personalidade jurídica internacional dos Estados ocupados¹⁵¹.

¹⁵⁰ MEDIJAINEN, Eero. “The USA, Soviet Russia and the Baltic States”, in HIDEN, John, MADE, Vahur e SMITH, David J. (editores), op. cit., p. 21-30.

¹⁵¹ L'HOMMEDIEU, Jonathan. “Roosevelt and the Dictators: the origin of the US non-recognition policy of the Soviet annexation of the Baltic States”, in HIDEN, John, MADE,

Diante do protesto soviético contra a medida adotada pelos EUA, o Secretário de Estado interino Sumner Welles enviou mensagem a Moscou com o seguinte teor:

The attempt to transfer the gold belonging to the Banks of Lithuania, Latvia and Estonia was made at a time when it had become apparent that the governments and peoples of those countries were being deprived of freedom of action by foreign troops which had entered their territories by force or threats of force¹⁵².

A argumentação norte-americana, tal como acima exposta, embasava posição de princípio que, sintonizada com a política de neutralidade até então seguida pelos EUA, permitia atitude condenatória das ações expansionistas de qualquer Estado, inclusive, evidentemente, as da Alemanha e da URSS, a despeito da lógica da guerra que conduziria os EUA a aliar-se futuramente à segunda contra a primeira potência. Embora fosse apresentada como posição de princípio, respondia a interesse concreto dos EUA, mais especificamente o de posicionar-se como agente fiduciário internacional dos territórios ocupados enquanto fosse capaz de manter a política de neutralidade¹⁵³.

O passo mais importante dos EUA em relação à questão báltica seria dado, porém, conforme previamente mencionado, em 23 de julho de 1940, com a declaração feita por Sumner Welles que estabeleceu a política de não reconhecimento. Inspirado na chamada Doutrina Stimson, aplicada pelos EUA para condenar a expansão do Japão em território chinês no final dos anos 20 e início dos 30, o texto foi redigido por Loy W. Henderson, Diretor para Assuntos Europeus do Departamento de Estado, em consulta com Sumner Welles e com o próprio Presidente Roosevelt. A declaração era sucinta: apenas cinco parágrafos, nos quais os EUA expressavam as razões pelas quais se opunham à ocupação soviética dos Estados bálticos e não a reconheciam.

Os dois elementos da política norte-americana sobre a “questão báltica”, o congelamento de ativos dos Estados bálticos e o não reconhecimento da ocupação, foram articulados de diferentes maneiras

Vahur e SMITH, David J. (editores), op. cit., p. 38.

¹⁵² Citado em L'HOMMEDIEU, Jonathan, op. cit., p. 35.

¹⁵³ L'HOMMEDIEU, Jonathan, Ibidem, p. 36.

ao longo do tempo e geraram efeitos pouco comuns¹⁵⁴. Talvez o resultado mais singular dessa política tenha sido a continuidade do reconhecimento internacional das missões diplomáticas dos Estados bálticos em vários países ocidentais, em particular nos EUA. Tratava-se de consequência natural e lógica do não reconhecimento da anexação e da afirmação da independência *de jure* daqueles países. Embora arranjos desse tipo não fossem incomuns durante a Segunda Guerra ou em outras situações, normalmente aplicáveis a Governos no exílio ou a movimentos de insurreição nacional, no caso dos Estados bálticos criara-se uma situação única. As Embaixadas daqueles países, terminada a Guerra, não representavam Estados independentes, nem governos no exílio ou movimentos de libertação nacional. Os diplomatas ali lotados não recebiam instruções, nem simbolizavam, a rigor, mais nada, a não ser a ficção jurídica da independência dos países bálticos. Seus nomes constavam, porém, das listas diplomáticas elaboradas pelas chancelarias junto às quais estavam acreditados¹⁵⁵.

Os EUA acreditaram diplomatas bálticos entre 1940 e 1991. Até 1980, foram nomeados pelos governos bálticos existentes em 1940; após 1980, pelos membros de maior antiguidade dos serviços diplomáticos bálticos. Havia um *desk* encarregado dos países bálticos no Departamento de Estado, cuja principal função era zelar pelo credenciamento dos diplomatas. As missões diplomáticas bálticas nos EUA eram custeadas por recursos provenientes de rendimentos dos próprios ativos que haviam sido congelados nos EUA e não pelo *lobby* da diáspora ou por fundos dos próprios EUA. As bandeiras dos países bálticos sempre estiveram hasteadas no Departamento de Estado, ao lado das dos demais países com os quais os EUA mantêm relações diplomáticas.

Por outro lado, os EUA nunca reconheceram governos bálticos no exílio, nem se comprometeram com qualquer ação específica para dar execução concreta ao princípio de não reconhecimento, deixando as coisas suficientemente vagas. Com essa atitude, frustraram as lideranças dos países bálticos que se empenhavam por maior envolvimento dos

¹⁵⁴ GOBLE, Paul A. "The politics of a principle: US non-recognition policy before, during and after the recovery of Baltic Independence" in HIDEN, John, MADE, Vahur e SMITH, David J. (editores), op. cit., p. 46-47.

¹⁵⁵ McHUGH, James T. e PACY, James S. Diplomats without a country: Baltic diplomacy, international law, and the cold war. Westport: Greenwood Press, 2001, p. 91-117.

EUA em sua causa; deixaram, assim, as portas sempre abertas para o diálogo com a URSS. A propósito, a necessidade de maior acomodação com a URSS em função da dinâmica da guerra contra a Alemanha prevaleceu e resultou num recuo do Presidente Roosevelt, que consistiu em oferecer aos estonianos, letões e lituanos que não estivessem conformes com a anexação a perspectiva de imigração aos EUA. Para efeitos práticos, o sentido da mensagem era a aceitação norte-americana não do princípio, mas da realidade da ocupação. Está aí em boa parte a origem da comunidade de emigrados nos Estados Unidos – 8% da população etnicamente letã antes da Guerra, 6% da estoniana e 3% da lituana¹⁵⁶ – que desempenharia, no futuro, função destacada no *lobby* pela independência dos bálticos.

Países ocidentais como o Reino Unido, a França e, posteriormente, a República Federal da Alemanha juntaram-se aos EUA na adesão à política de não reconhecimento. No entanto, puseram-na em prática de modo mais cauteloso. Por exemplo, nas listas diplomáticas naqueles três países, os representantes bálticos constavam de relação à parte que não lhes conferia o mesmo *status* dos diplomatas formalmente reconhecidos. No que se refere à gestão dos ativos congelados, o Reino Unido cedeu a uma demanda soviética e granjeou à URSS acesso a depósitos em ouro de propriedade dos bálticos, assim como a França permitiu a anexação dos edifícios das Embaixadas dos Estados bálticos em Paris. No entanto, de modo geral, a política de não reconhecimento da ocupação esteve em vigor durante toda a Guerra Fria e os países ocidentais aceitavam os documentos de cidadania emitidos pelos países bálticos.

Da perspectiva de Moscou, a reação dos EUA à anexação não deixou de surpreender. Stalin esperava, evidentemente, protestos e repercussões negativas na esfera internacional à ação empreendida nos Estados bálticos. Em seus cálculos, porém, tais dificuldades seriam passageiras. Stalin raciocinava com base na aceitação, poucos anos antes, pelo Reino Unido, pela França e, depois, pelos próprios EUA, da incorporação soviética da Geórgia, Armênia e Azerbaijão¹⁵⁷.

Em junho de 1941, o Comissário-adjunto para Assuntos Estrangeiros, Salomon Lozovskiy, apresentou lista de demandas aos países ocidentais

¹⁵⁶ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 127.

¹⁵⁷ Sobre o impacto da política de não reconhecimento da ocupação dos bálticos, ver KHUDOLEY, Konstantin K., op. cit., p. 56-72.

da qual constavam os seguintes itens: i) reconhecimento dos Estados bálticos como parte integrante da URSS; ii) devolução a Moscou dos depósitos em ouro feitos pelos três países; iii) devolução dos navios dos Estados bálticos ancorados em portos estrangeiros e iv) encerramento das atividades das Embaixadas, Consulados e outras missões dos Bálticos nos países ocidentais. Os EUA rejeitaram as demandas de forma enérgica e o tema foi objeto de grande controvérsia bilateral antes da agressão alemã contra a URSS. A partir de então, como se sabe, os EUA e os demais aliados ocidentais se aproximariam de Moscou, mas a “questão báltica” permaneceu como aresta no relacionamento com a URSS.

Em Ialta e Potsdã, as potências ocidentais acordaram que os Estados bálticos ficariam dentro da esfera soviética, sem que isso se traduzisse, contudo, em reconhecimento da ocupação. A partir de então, a questão báltica foi lentamente perdendo importância sob a ótica de Moscou, no marco da Guerra Fria.

Em sua origem, a questão báltica não se encontra, assim, ao contrário do que comumente se alega, radicada na lógica da Guerra Fria. Resultou de uma postura assumida pelos EUA bem antes de seu próprio envolvimento como parte beligerante na Segunda Guerra Mundial, após Pearl Harbor. A rejeição à ocupação soviética dos Estados bálticos serviria, no entanto, aos interesses dos EUA e dos demais países ocidentais nas tratativas posteriores com Moscou, ao final da Segunda Guerra e durante a Guerra Fria. Da perspectiva da URSS, ao contrário, a questão báltica perdeu importância justamente quando se consolidou de forma clara e definitiva a Guerra Fria e os Estados bálticos, dentro da dinâmica então fixada, continuaram a ser repúblicas socialistas soviéticas, com a aprovação tácita dos países ocidentais.



Capítulo III

Reconstrução das Nações e Transição para a Democracia e para a Economia de Mercado

3.1 Reconquista da independência: as *singing revolutions*

*“In truth 1989 represented a culmination more than a new departure. It marked the final end of a long European civil war, the third since 1914”*¹⁵⁸.

Kenneth Weisbrode

*“When people protested Communist regimes in Eastern Europe, the large majority of them did not ask for capitalism. They wanted the freedom to live their lives outside state control, to come together and talk as they pleased; they wanted a life of simplicity and sincerity, liberated from the primitive ideological indoctrination and the prevailing cynical hypocrisy”*¹⁵⁹.

Slavoj Zizek

¹⁵⁸ Cf. “The false promise of 1989”, *The International Herald Tribune*, 7 e 8 de novembro de 2009.

¹⁵⁹ Cf. “Twenty years of collapse”, *The International Herald Tribune*, 9 de novembro de 2009

Em nove de novembro de 2009, celebrou-se o vigésimo aniversário da queda do muro de Berlim. Líderes e ex-líderes envolvidos diretamente nos acontecimentos que conduziram ao fim da Guerra Fria reuniram-se na capital alemã, em torno da anfitriã Angela Merkel. A imprensa em todo o mundo deu ampla cobertura ao evento. Simultaneamente, as casas editoras lançaram número expressivo de novos títulos, especialmente nos EUA, sobre distintos aspectos das mudanças ocorridas no mundo em 1989¹⁶⁰.

Pode-se argumentar que vinte anos assinalam dimensão temporal intermediária, não suficientemente distante dos fatos para balanços conclusivos ou definitivos, mas longínqua o bastante para reavaliações e redimensionamentos. Salta imediatamente aos olhos, numa leitura ainda que apressada da enorme massa de editoriais e artigos assinados que se publicou na ocasião, a persistência de um debate sobre a própria natureza do legado histórico de 1989, assim como sobre a importância relativa dos atores envolvidos e a consequente parcela individual de crédito que lhes tocava. Embora a multiplicidade de visões dê o tom, são perceptíveis matizes entre o olhar norte-americano e o europeu sobre a mesma realidade objetiva: o primeiro é naturalmente mais triunfalista e centrado no papel dos EUA e na “vitória do Ocidente” num confronto ideológico e militar; o segundo enfatiza a luta dos próprios cidadãos europeus pela liberdade, a *Ostpolitik* da República Federal da Alemanha e o anseio pelo chamado “retorno à Europa”, assim como pelo acesso aos bens materiais necessários à dignidade.

Para o cidadão norte-americano médio, é muito provável que a resposta sobre quem “venceu a Guerra Fria” esteja na ponta da língua e contida na conhecida frase do Presidente Ronald Reagan – “*Mr. Gorbachev, tear down that wall*” –, conforme aponta Michael Meyer¹⁶¹, como se a realidade se decantasse a partir da vontade e da ameaça dos EUA. Mary Elise Sarotte, autora de recente livro sobre a reconstrução da ordem internacional após 1989, amplia o leque de possíveis respostas, mas ainda atribui peso ponderável à guerra de valores entre Leste e Oeste. Para ela, a Guerra Fria não representou

¹⁶⁰ Duas resenhas interessantes sobre tais lançamentos podem ser encontradas em: a) Cf. “The fall of Communism: wall stories”. *The Economist*. 7 de novembro de 2009; b) ZELIKOW, Philip D., “The Suicide of the East?”. *Foreign Affairs*, novembro e dezembro de 2009.

¹⁶¹ Cf. “The Gipper or the Guard?” *The International Herald Tribune*. 3 de novembro de 2009.

apenas uma rivalidade militar, mas também um conflito sobre duas visões opostas da modernidade. Nesse sentido, ter assegurado a “vitória” do modelo ocidental no terreno militar poderia comparar-se a um triunfo ideológico na disputa pelo significado mais convincente do que seja a modernidade¹⁶². Finalmente, James Baker, Secretário de Estado em 1989, expande definitivamente o espectro de possibilidades, sem abrir mão de reivindicar a liderança norte-americana. Distribui créditos a todos os protagonistas do processo, particularmente Gorbachev, Kohl e todos os Presidentes norte-americanos desde Harry Truman, além do povo da Alemanha Oriental e das outras nações do Leste Europeu¹⁶³.

A visão dos europeus, particularmente a daqueles que estavam do lado oriental do muro de Berlim, está mais bem refletida nas passagens em epígrafe de Kenneth Weisbrode e Slavoj Zizek. O significado mais importante do final da Guerra Fria seria o coroamento da capacidade de combate e de resistência dos próprios europeus, além do retraimento pacífico das fronteiras russas a limites próximos àqueles existentes ao final da Primeira Guerra, após o colapso do império czarista. Este encolhimento dos limites territoriais russos é que teria possibilitado a liberdade tanto dos territórios situados dentro da URSS, tais como os países bálticos, como dos países-satélites que se achavam sob a órbita de Moscou. Se a conquista da liberdade foi inegavelmente um dos principais motivos da luta dos europeus e se o apoio norte-americano, desde o final da Segunda Guerra, foi decisivo, não necessariamente – e isto enfraquece o argumento dos EUA de triunfo ideológico completo – o mesmo seria válido para o “capitalismo”, tal como aponta Slavoj Zizek ou, de maneira ainda mais clara, Tony Judt, para quem o reverso do comunismo não seria o “capitalismo”, mas a “Europa”¹⁶⁴.

A afirmação de Kenneth Weissbrode de que 1989 foi marco que pôs termo a uma longa guerra civil europeia, a terceira desde 1914, é a que mais bem se presta para entender o pano de fundo em que se deram as *singing revolutions* entre 1989 e 1991. Para os países bálticos, de resto,

¹⁶² SAROTTE, Mary Elise. *1989: the struggle to create post-cold war Europe*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2009, p. 6.

¹⁶³ Cf. “The day the wall came down”, *The International Herald Tribune*, 9 de novembro de 2009.

¹⁶⁴ JUDT, Tony, op. cit., p. 630.

mais significativa do que a data de 9 de novembro, da queda do muro de Berlim, foi a de 23 de agosto de 1989. Naquele dia, a assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop cumpria cinquenta anos. Entre um milhão e meio e dois milhões de pessoas, de uma população total de sete milhões e meio, formaram, de mãos dadas, uma corrente humana ininterrupta de 600 quilômetros de extensão que unia as três repúblicas bálticas de uma ponta à outra, passando pelas três capitais. Foi esta a maneira pacífica e organizada que as populações bálticas escolheram para chamar a atenção da comunidade internacional para a ilegalidade da ocupação soviética e para a solidariedade mútua na perseguição do objetivo de independência¹⁶⁵.

A eloquência da simbologia embutida da construção da Corrente Báltica ou *Baltic Way*, nome pelo qual o evento ficou conhecido, é comparável à destruição do muro de Berlim. Fez ver a luta pela independência nos países bálticos não apenas como reivindicação ou bandeira política, mas antes como causa de justiça, de reparação moral e histórica pela herança do stalinismo e do nazismo. Convocado pelas “frentes populares” que se haviam constituído nas três repúblicas socialistas do Báltico no ano anterior, o movimento foi julgado amplamente exitoso, na medida em que serviu de catalisador da independência.

É importante recordar o pano de fundo em que ocorreu a Corrente Báltica. Os países bálticos vinham intensificando, com o apoio de historiadores como Roy Medvedev, em 1988 e 1989, a pressão sobre o Congresso dos Deputados do Povo, em Moscou, para que admitisse a existência dos protocolos secretos do Pacto Molotov-Ribbentrop. Gorbachev respondeu a essa pressão mediante a criação de uma comissão presidida por Alexander Yakvolev, igualmente historiador e protagonista daquele momento crucial da vida soviética como um dos principais formuladores da *glasnost* e da *perestroika*. Em 20 de julho de 1989, a comissão deu a conhecer publicamente seu veredicto, que revelou o que o mundo inteiro há muito sabia: efetivamente o Pacto continha anexos que dispunham os países bálticos dentro da zona de influência soviética. A comissão estabeleceu, ademais, que o Pacto feria princípios universalmente reconhecidos do Direito Internacional e o considerou,

¹⁶⁵ Imagens do evento podem ser vistas no sítio “You Tube”, digitando-se “Baltic way”.

portanto, inválido desde que fora concluído¹⁶⁶. Gorbachev recusava-se, no entanto, a aceitar o fato de que as repúblicas bálticas tivessem sido anexadas pela URSS. Em 1990, o jornal *Pravda* publicou a íntegra das petições das repúblicas bálticas que solicitavam “voluntariamente” a admissão na URSS, em 1940¹⁶⁷.

A partir desses acontecimentos, o destino das repúblicas soviéticas bálticas estava traçado e a independência seria apenas uma questão de tempo. Já em 22 de agosto, véspera da Corrente Báltica, um comitê no âmbito do Soviete Supremo da República Lituana declarara a ocupação soviética nula juridicamente, e a frente popular nacionalista lituana, o movimento *Sajudis*, sem reivindicar taxativamente a independência da URSS, passou a defender que as relações entre a União Soviética e a Lituânia deveriam fundamentar-se no tratado de 12 de julho de 1920, firmado, como se recorda, entre dois Estados independentes.

A independência dos países bálticos não se produziu, assim, em simetria com as revoluções na Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia ou mesmo Alemanha Oriental, as quais constituíam movimentos de Estados formalmente independentes, que buscavam autonomia e liberdade de atuação em relação à URSS. Representou movimento à parte. Para viabilizar-se, dependia não apenas do colapso do bloco soviético, mas igualmente da implosão da própria URSS. Entre a primeira demanda por uma frente popular na Estônia, em abril de 1988, e a declaração unilateral de independência da Lituânia, em março de 1990, transcorreu período de menos de dois anos. Apenas na parte final do período, no outono de 1989, é que as revoluções nos demais países da Europa Oriental proveram estímulo adicional ao processo de libertação dos bálticos. Segundo Anatol Lieven, no que é acompanhado pela totalidade dos analistas, o movimento de independência nos países bálticos foi gerado de forma essencialmente autônoma, além de ter sido capaz de estimular movimentos no resto da URSS¹⁶⁸. Últimas repúblicas a ingressarem na URSS, em que sempre se sentiram um corpo estranho, as repúblicas bálticas foram as primeiras a dela querer desmembrar-se.

As raízes de tais movimentos de independência nos bálticos remontam à dissidência previamente existente e que se articulava em volta

¹⁶⁶ TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 326.

¹⁶⁷ LANE, Thomas, op. cit., p. 106-108.

¹⁶⁸ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 219.

da própria dissidência russa, a partir dos anos 60 e 70. Tais movimentos despontaram como reação nacionalista a medidas tais como aquelas demandadas, por exemplo, em 1963, pelo primeiro secretário do Partido Comunista da República Socialista da Letônia, de supressão de todas as expressões de nacionalismo, “localismo estreito”, separatismo nacional, idealização do passado ou adesão a forças reacionárias¹⁶⁹.

Durante o governo de Gorbachev, o braço báltico da dissidência tomou inicialmente a defesa de causas ecológicas. Na Estônia, o alvo eram os planos governamentais para exploração do petróleo extraído do xisto betuminoso, cujo efeito colateral era extremamente prejudicial à preservação dos ecossistemas do nordeste do país. Na Letônia, os membros do partido verde mobilizaram-se em 1986, com êxito, contra o projeto de construção de barragem no rio Daugava, na altura da cidade de Daugavpils, que serviria para uma grande usina hidrelétrica. Finalmente, na Lituânia, o centro das atenções dos ecologistas era a planejada instalação, interrompida em razão dos protestos, de novos reatores nucleares em Ignalina. As campanhas ecológicas forjaram, nos três países, lideranças importantes que em seguida se engajariam na luta pela independência. Ao contrário da maioria dos países europeus, nos quais os partidos verdes se inscrevem numa corrente política libertária e de esquerda, nos países bálticos eles juntaram-se à plataforma nacionalista conservadora e alimentaram-se do respeito à natureza não apenas como bandeira “moderna”, mas igualmente como elemento central da ancestralidade pagã.

Na Estônia, em dimensão mais importante do que nos países vizinhos, relevante ator do processo de independência foi a sociedade de preservação da herança cultural¹⁷⁰, fundada em 1987 por um grupo de jovens intelectuais de que fazia parte o já mencionado Mart Laar. Foi a primeira entidade a estimular o uso das antigas cores nacionais e a bandeira estoniana. Na Lituânia, a exemplo da Polônia, a participação da Igreja Católica foi decisiva.

Cada uma das três nações tomou a liderança em determinado momento, numa espécie de competição não declarada pela primazia do processo de independência. A imagem usada para descrever o fenômeno

¹⁶⁹ PABRIKS, Artis e PURS, Aldis, op. cit., p. 36.

¹⁷⁰ Estonian Heritage Society

por Marju Lauristin, política e acadêmica estoniana, foi a de uma corrida ciclística em que diferentes membros de uma mesma equipe revezam-se na liderança do pelotão em distintos momentos¹⁷¹. Na primeira etapa, em 1986-87, a Letônia assumiu a vanguarda, com a criação do grupo “Helsinki 86” na cidade de Liepaja por dissidentes antigos e novos recrutas. Este foi o primeiro grupo abertamente antissoviético nos bálticos e organizou, em 14 de junho de 1987, aniversário das deportações promovidas por Stalin, as primeiras demonstrações públicas importantes, no monumento à liberdade situado na zona central de Riga, às quais se seguiram, no mesmo ano, manifestações em 23 de agosto e 18 de novembro, datas respectivamente do Pacto Molotov-Ribbentrop e da declaração de independência letã de 1918.

A partir de setembro de 1987, a Estônia tornou-se a propulsora das reivindicações quando quatro personalidades – Edgar Savisaar, Siim Kallas, Mikk Titma e Tiit Made – propuseram um plano de autonomia econômica da Estônia, dentro da URSS. Os dois primeiros nomes tornaram-se lideranças importantes do país em etapa subsequente: Savisaar foi Primeiro-Ministro da Estônia imediatamente após a independência e posteriormente Prefeito de Tallinn; Kallas foi igualmente Primeiro-Ministro (2002-03), além de Presidente do Banco Central, Ministro da Economia, Chanceler e Comissário para assuntos administrativos da União Europeia. As principais manifestações durante 1988 foram as que ocorreram na Estônia, tanto em Tartu, como em Tallinn.

Na etapa final da independência, a partir de 1989, foi a vez de a Lituânia ocupar a dianteira do processo. A ênfase da ação das frentes populares em cada um dos países trasladou-se então, progressivamente, do impulso pelas reformas e pela busca de modalidades de autonomia dentro do sistema soviético para a plena independência da URSS. O salto qualitativo deu-se no início de 1990, quando eleições para os soviets supremos das três repúblicas conferiram maiorias aos nomes indicados pelas frentes populares pró-independência.

Na Lituânia, o primeiro passo já fora dado, a rigor, no final de 1989, no momento em que a maior parte dos membros do partido comunista lituano romperam com Moscou e posicionaram-se em favor da

¹⁷¹ Citado em TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J., op. cit., p. 312.

independência. Mikhail Gorbachev empreendeu uma dramática visita a Vilnius, em janeiro de 1990, em vão esforço de convencimento das lideranças locais para evitar a secessão. Nas eleições realizadas em fevereiro e março na Lituânia, o *Sajudis* obteve maioria expressiva no soviete supremo. Em 11 de março, foi declarada a independência *de facto* da Lituânia, à qual a URSS respondeu imediatamente com um boicote econômico, posteriormente retirado, em junho, mediante a “suspensão da independência” pela Lituânia.

Nos outros dois países, cujas populações incluíam percentuais mais elevados de russos, a votação obtida pelos movimentos de independência foi mais baixa, embora parcela relevante dentre os eleitores das minorias russas tenha optado pelos candidatos pró-independência. Uma eventual declaração unilateral de independência na Estônia e Letônia suscitava, porém, questões de outra ordem, como, por exemplo, o tratamento a ser dado aos segmentos russos da população ou às fronteiras com a URSS, já que ambos os países haviam perdido pequenas partes de seus respectivos territórios anteriores a 1940 para a república russa. Por fim, diante da firme reação russa no caso da Lituânia, a Estônia e a Letônia optaram por anunciar, respectivamente em 30 de março e 8 de maio, em tom deliberadamente ambíguo, que estavam “em etapa de transição para a independência”.

O restante do ano de 1990 e a primeira metade de 1991 foram extremamente confusos em consequência da indefinição da condição jurídica das repúblicas socialistas soviéticas, inclusive a russa, as quais, a exemplo do passo dado pela Lituânia, sucederam-se na divulgação de declarações de independência no momento em que Gorbachev tentava, a todo custo, impedir a desintegração da URSS. Em 10 de janeiro de 1991, enquanto as tropas dos EUA e demais aliados, sob a bandeira das Nações Unidas, dirigiam-se ao Golfo para desfechar a operação destinada a retirar as forças iraquianas do Kuwait, Gorbachev lançou ultimato à Lituânia para que aderisse à constituição soviética. Nos dias seguintes, unidades de elite soviéticas ocuparam edifícios públicos em Vilnius, assim como os estúdios da TV e rádio. As tropas soviéticas abriram fogo contra os que tomavam parte nas manifestações de protesto: 14 pessoas morreram e mais de 700 foram feridas. Alguns dias depois, seria a vez de Riga, onde quatro pessoas perderam a vida.

O uso da força pelos soviéticos nos bálticos gerou protestos nas demais repúblicas soviéticas e em escala mundial. Cento e cinquenta mil pessoas saíram às ruas em Moscou e Boris Yeltsin, presidente do Soviete Supremo da república russa, assinou tratados de reconhecimento mútuo da independência com cada uma das repúblicas bálticas. Gorbachev ainda tentou recompor as relações com os bálticos, mas a situação na URSS já lhe escapara completamente ao controle. A resistência ao *putsch* de agosto de 1991 contra Gorbachev colocou Boris Yeltsin no papel de protagonista da história da Rússia, que ressurgia, tomando o lugar da URSS. A Rússia reconheceu novamente a independência das repúblicas bálticas ainda em agosto, abrindo as portas para que a comunidade internacional também o fizesse. A URSS procedeu ao reconhecimento em 6 de setembro, logo após os EUA, que o fizera no segundo dia do mesmo mês. Antes de terminar setembro, os três Estados bálticos foram admitidos como membros das Nações Unidas.

Daina Stukuls Eglitis¹⁷² faz instigante análise sobre a especificidade das revoluções de independência nos países bálticos. Sua primeira observação é a de que tanto a opinião pública como a literatura, ao definirem tais movimentos como revoluções, adicionaram-lhes um qualificativo, *singing*, no caso dos bálticos. A modulação do substantivo pela suavidade implícita no adjetivo não significa menor impacto das transformações produzidas, que alteraram completamente os Estados bálticos. O que caracterizou as revoluções do Báltico foi, simplesmente, uma dupla ausência: a ausência de violência, de guilhotinas, de baionetas, de uniformes, assim como a ausência de uma utopia, de uma visão ideológica ou particular sobre o modelo que se tencionava edificar, afastando-as assim do paradigma clássico das revoluções como a francesa, a soviética, a chinesa ou, mais perto de nós, a cubana.

Tais ausências no marco referencial das revoluções seriam preenchidas pela busca da “normalidade”, que, em vez de eliminar, viria adicionar-se ao nacionalismo ou à luta pela autodeterminação nacional¹⁷³ como elementos impulsionadores dos movimentos de independência. Revoluções para restabelecer a normalidade, termos em aparente

¹⁷² EGLITIS, Daina Stukuls, op. cit., p. 1-21.

¹⁷³ Boa parte da literatura situa a independência dos bálticos no marco das lutas pela autodeterminação nacional, como indicam claramente os títulos de alguns livros incluídos na bibliografia.

contradição, fechariam o longo círculo percorrido pelos países bálticos desde que se tornaram independentes pela primeira vez.

A “normalidade” é, por sua vez, na visão de Daina Stukuls Eglitis, conceito em aberto, à procura de conteúdos, que se define inicialmente por mera oposição ao passado recente, como algo definitivamente “não soviético”. Para alguns, o caminho da normalidade passaria por retomar as tradições de vida independente entre 1920-1940. Para a grande maioria, no entanto, o modelo da normalidade não estaria no passado, impossível de resgatar, mas antes na integração na Europa atual e em seus valores, na ausência de conflitos e de opressão, na disponibilidade de bens e mercadorias indispensáveis aos padrões de uma vida comum, na emulação, em suma, da regularidade e previsibilidade da vida quotidiana dos países europeus ocidentais. Tais questões estiveram no centro dos debates iniciais da vida independente dos Estados bálticos.

3.2 Redemocratização

*“History and the specific legacy of the previous nondemocratic regime are important for all analyses of democratization. There is possibly no area where history is more important than in the Baltics...”*¹⁷⁴.

Juan J. Linz e Alfred Stepan

Se reconquistar a “normalidade” foi e permanece o grande desafio da transição pós-comunista nos Estados bálticos, não resta dúvida de que a redemocratização seria o primeiro e fundamental passo. Duas questões interligadas revelaram-se cruciais, ainda antes da independência em agosto de 1991: i) a definição, nas respectivas constituições, dos modelos políticos e sistemas de Governo dos novos Estados; ii) o tema correlato dos direitos de cidadania e das minorias étnicas.

O princípio seguido nas duas situações, facilitado de certa forma pelo não reconhecimento da ocupação soviética por vários países, foi o da “restauração” dos Estados independentes, ou seja, o da continuidade jurídica entre as repúblicas bálticas existentes no período entre guerras e os atuais Estados. Nesse contexto, resgatar, no todo ou em parte, as

¹⁷⁴ LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 402.

cartas constitucionais vigentes antes da ocupação soviética em 1940 acabou por transformar-se em alternativa preponderante.

A Letônia constituiu caso extremo ao haver ressuscitado, quase na íntegra, a constituição de 1922, complementando-a e adaptando sua terminologia aos tempos atuais. A Estônia optou por elaborar nova constituição, mas o texto da carta de 1992¹⁷⁵ foi fortemente inspirado na constituição prévia. Ambos os países estabeleceram regimes parlamentares unicamerais.

A Lituânia, cuja experiência democrática fora, dentre os países bálticos, a de duração mais curta no período entre Guerras, preferiu deter-se menos no passado. Num declarado esforço de mesclar os sistemas políticos norte-americano, francês e a experiência própria, optou por uma fórmula híbrida, em que o poder do parlamento é temperado pela figura do Presidente, eleito, pelo voto direto, para mandato de cinco anos. Suas atribuições incluem a política externa e de defesa, bem como nomear o Primeiro-Ministro, aprovar o Gabinete e, individualmente, cada um de seus membros. O poder executivo é assim exercido em conjunto pelo Chefe de Estado (Presidente) e pelo Chefe de Governo (Primeiro-Ministro). O Presidente é ainda responsável pela designação de parte dos juizes da corte suprema. O parlamento (*Seimas*) conta com 141 membros eleitos para mandatos de quatro anos, 71 dos quais pelo sistema de voto distrital majoritário e 70 pelo voto proporcional em escala nacional. Para que possam dispor de bancadas no *Seimas*, os partidos políticos precisam obter nas urnas o patamar mínimo de 5% dos votos.

Na Estônia e na Letônia, os Presidentes são eleitos indiretamente pelos parlamentos e exercem funções tipicamente representativas de Chefes de Estado, além de deterem responsabilidades na formulação das políticas externa e de defesa. Na Letônia, o mandato do Presidente é de quatro anos; na Estônia, de cinco. Ambos os parlamentos são compostos por membros eleitos unicamente pelo voto proporcional, em escala nacional, em número de 100 no *Saeima*, na Letônia, e 101 no *Riigikogu*, na Estônia. Aplica-se a ambos o percentual mínimo de 5% dos votos para que os partidos possam fazer-se representar.

¹⁷⁵ As novas constituições foram adotadas nos três Estados bálticos no curso de 1992.

Desde o início da vida independente, a dinâmica política nos três países tem seguido padrão convergente. As frentes populares criadas durante o processo de independência desfizeram-se e deram origem a diversas agremiações, inclusive aquelas herdeiras dos antigos Partidos Comunistas. O parlamentarismo nos três países tem sido marcado pela alta volatilidade que resulta de coalizões muitas vezes instáveis, fragmentação da vida partidária, grau elevado de personalismo, ressurgimento do populismo e influência da corrupção.

Tomem-se como ilustração as últimas eleições parlamentares realizadas na Lituânia, em outubro de 2008. Nada menos do que quarenta partidos políticos apresentaram candidatos ao pleito. Em segundo lugar na votação, com 15,2% dos sufrágios, ficaram os candidatos do Partido da Ressurreição Nacional¹⁷⁶, criado pouco antes das eleições, composto essencialmente por celebridades da TV e presidido por um conhecido animador de programa de auditório, Arunas Valinskas, o qual posteriormente assumiu o cargo de *speaker* do parlamento quando seu partido aceitou integrar a coalizão liderada pela União da Pátria/Democracia Cristã. Duas outras agremiações de orientação programática nebulosa e vocação marcadamente populista, Ordem e Justiça e o Partido Trabalhista, ficaram em terceiro e quinto lugar, com 12,9% e 9,2% dos votos. O Partido da Ressurreição Nacional emulou em 2008 a trajetória do Partido Trabalhista, o qual, inexistente nas eleições de 2000, ficou em primeiro lugar nas eleições de 2004, com 28,4% dos sufrágios, numa campanha capitaneada por seu líder Viktor Uspaskich, milionário de origem russa que se transformou em personalidade pública.

Esse quadro de fragmentação da vida político-partidária evidencia, de um lado, alguma medida de desinteresse da população pela política, que se traduz, por sua vez, em índices de absenteísmo relativamente elevados: na Lituânia, as eleições de 2008 contaram com a presença de 48,5% dos eleitores, percentual superior aos 40,2% das eleições de 2004, mas claramente inferior aos 57% de eleitores habilitados que sufragaram a nova constituição em 1992. Por outro lado, revela a existência de uma parcela não desprezível de cidadãos que se consideram “perdedores”¹⁷⁷ da

¹⁷⁶ National Revival Party.

¹⁷⁷ Segundo Marju Lauristin e Peeter Vihalemm, as sociedades nos países bálticos são marcadas pela dicotomia entre “vencedores” e “perdedores”. Na Estônia e na Letônia a clivagem étnica superpõe-se à econômica: os “perdedores”, além dos marginalizados pela nova ordem econômica

nova ordem política e econômica interna, nos quais os partidos populistas vão recrutar simpatizantes e votos.

Em artigo dedicado exclusivamente ao populismo na Lituânia, Leonidas Donskis faz uma síntese das condições que deram origem ao fenômeno. A seu ver, o longo tempo sob domínio soviético transformou a Lituânia numa nação com baixa capacidade de crença nas instituições, fato que por sua vez ameaçaria as frágeis bases da sociedade civil. Nesse ambiente, os indivíduos estariam naturalmente mais inclinados, no vazio de referências exemplares ou merecedoras de respeito na cena pública, a transferir sua confiança para a imprensa e para a TV, inclusive para suas celebridades. O acelerado ritmo de transformações econômicas e sociais desde 1991 apenas teria exacerbado tais tendências, especialmente entre os mais idosos. A desesperança destes “perdedores” da transição seria assim combinação dos sentimentos de desolação, como se suas vidas tivessem sido completamente desperdiçadas, de solidão, pois seus descendentes muitas vezes emigraram para outros países da UE, e de penúria, já que dependem de uma modesta pensão paga pelo Estado para cobrir suas despesas diárias. Impossível tentar convencê-los de que a Lituânia contaria agora com uma economia dinâmica ou de que seria um “novo tigre báltico”, arremata Donskis¹⁷⁸. Embora tenha sido escrita logo após o *impeachment*, em 2004, do Presidente Rolandas Paksas, então envolvido em escândalo de corrupção, a síntese de Donskis permanece ainda mais atual diante do agravamento da crise econômica. Sua validade não se circunscreve à Lituânia e se estende aos demais Estados bálticos

Desde 1991, a vasta maioria dos Gabinetes resultantes das eleições parlamentares nos três países foi de natureza conservadora e nacionalista, de centro-direita. Ocasionalmente elegeram-se coligações mais à esquerda, de inspiração social-democrata, na Lituânia e na Estônia. É como se a centro-direita houvesse capturado a iniciativa do debate político e preenchido de forma hegemônica os espaços existentes, deixando

e social, incluem os etnicamente minoritários. Vide LAURISTIN, Marju e VIHALEMM, Peeter. “The political agenda in Estonia during different periods of transformation: external and internal factors”, in LAURISTIN, Marju e VIHALEMM, Peeter (editores) – *Estonia’s transition to the EU: twenty years on*. Londres e Nova York: Routledge, 2010, p.13.

¹⁷⁸ DONSKINS, Leonidas. “The promise of certainty, safety and security in an uncertain, unsafe and insecure world: the emergence of Lithuanian populism”, in SMITH, David J. (editor) – *The Baltic States and their region: new Europe or old?* Amsterdã e Nova York: Editions Rodopi, 2005, p. 146.

estreita margem de atuação para as correntes de oposição situadas nos demais polos do espectro político.

Mas qual a natureza destes partidos de centro-direita bálticos? Em grandes traços, suas ações pautam-se, na política econômica, pela defesa sem nuances dos princípios da economia de mercado; na política externa, pela integração plena à União Europeia (e nisso se distanciam de parte dos movimentos conservadores na Europa Ocidental) e à OTAN; e, na política interna, por ações de cunho nacionalista nos campos da cultura, da língua, dos valores e da cidadania.

Aspecto positivo dessa ampla convergência em torno de um movimento de centro-direita mais conservador em comparação com outras partes da própria Europa seria o fato de inibir extremismos nos países bálticos, conforme destaca matéria publicada na *The Economist* sobre a ascensão da extrema-direita na Europa Oriental¹⁷⁹. Outro elemento possivelmente positivo da vertente báltica de centro-direita seria, na visão de Anatol Lieven, o nacionalismo herdado do despertar nacional no final do século XIX e dos movimentos de independência mais recentes, na medida em que, no mundo pós-comunista, ele seria capaz de proporcionar alguma margem de proteção contra a corrupção mais escancarada e de mobilizar a nação em torno de um sentimento de serviço e de sacrifício, em prol da coletividade¹⁸⁰. Em contrapartida, essa variante báltica de centro-direita demonstra baixíssima inclinação para posições liberais em matéria de direitos dos homossexuais, assim como tendência à omissão diante de manifestações de antissemitismo.

Uma das melhores pistas para compreender a dinâmica política nos bálticos desde a independência está na reflexão de Marju Lauristin e Peeter Vihaleem, a propósito da Estônia. Segundo eles, os partidos de centro-direita, ao agregarem a suas plataformas econômicas liberais um forte apelo nacionalista, moldaram o debate de maneira que lhes permitiu assegurar domínio da agenda pública. Nas duas décadas de vida independente, a disputa política não orbitaria em torno dos tradicionais lineamentos de esquerda e direita. Outros seriam os polos do debate: por uma parte, uma corrente nacional-reformista;

¹⁷⁹ Cf. “The far right in Eastern Europe: right on down”. *The Economist*. 14 de novembro de 2009.

¹⁸⁰ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 318.

por outra, uma linha pró-soviética e antirreformista¹⁸¹. Polarizado nos termos acima descritos, o debate reserva à oposição bandeiras de apelo eleitoral restrito, tais como a nostalgia da era soviética, ou o combate à “ocidentalização” – reduzida unicamente à sua dimensão de consumismo –, as quais em geral têm sido exploradas pelos líderes de inclinação populista.

Cabe ainda registrar que a instabilidade dos Gabinetes parlamentares desde 1991, que não deixa de evocar a vida política nos Estados bálticos no intervalo de vida independente entre as duas Guerras, tem sido contrabalançada por dois elementos. O primeiro e possivelmente mais relevante é a integração na União Europeia, que cria compromissos incontornáveis em termos de políticas públicas democráticas. O segundo é o papel essencial que tem sido exercido pelos Chefes de Estado, mesmo nos Estados em que não são eleitos diretamente e cumprem papel interno essencialmente protocolar, como a Estônia e a Letônia. Personalidades fortes e testadas em posições importantes, todos com extensa bagagem de vida e profissional fora de seus países – lideranças como Lennart Meri e Toomas Hendrik Ilves, na Estônia; Vaira Vike-Freiberga, na Letônia, Valdas Adamkus e Dalia Grybauskaitė, na Lituânia – acabaram por alcançar estatura que os colocou acima do varejo político do dia a dia e, portanto, dotou-os de capacidade incomum de influenciar os rumos de seus respectivos países, ainda que pelo simples exemplo e respeito que inspiraram ou inspiram.

A similaridade nos processos de democratização dos três países não deve, no entanto, criar a ilusão de uniformidade. Há diferenças importantes a registrar, sobretudo de ritmo. A Estônia, país de menor população dos três Estados bálticos, foi o país que mais rapidamente se desvinculou das estruturas político-institucionais soviéticas. Vello Pettai adverte, por exemplo, que, durante o processo de acesso à UE, uma das explicações para a decisão inicial da Estônia de negociar individualmente com Bruxelas reside no fato de que seu quadro político-partidário estava posicionado mais à direita e de que os liberais a favor das reformas conducentes à economia de mercado estavam mais claramente no controle do poder¹⁸². A jovem equipe liderada pelo Primeiro-Ministro

¹⁸¹ LAURISTIN, Marju e VIHALEMM, Peeter, op. cit., p. 20.

¹⁸² PETTAI, Vello. “Introduction. Historic and historical aspects of the Baltic accession to the European Union”, in PETTAI, Vello e ZIELONKA, Jan (editores). *The road to the European*

Mart Laar, que assumiu pela primeira vez o cargo aos 32 anos de idade, lançou-se imediatamente em programas agressivos de privatização e nunca hesitou em ver unicamente aspectos positivos no rótulo de “tigre báltico” frequentemente colado a seu país.

A Lituânia fez transição política mais gradual, excessivamente lenta na visão de alguns. O *Sajudis* incorporou em seus quadros, desde o início, dentro de uma estratégia agregadora que lhe permitiu, de resto, liderar o processo de independência dos bálticos na fase crucial, vários dissidentes do antigo Partido Comunista Lituano. Um deles, Algirdas Brazauskas, ex-Primeiro-Secretário do Partido e chefe do soviete supremo, foi eleito Presidente da Lituânia no final de 1992, fato que se explica tanto pela participação de eleitores de origem russa nas eleições, ao contrário do ocorrido nos dois outros países, que os privou de direitos civis e políticos, como se verá a seguir, como pela excessiva pulverização inicial do quadro partidário lituano após a dissolução do movimento nacionalista *Sajudis*.

Existe um amplo consenso entre os observadores de que, a despeito de pouca oscilação na orientação política seguida pelas distintas coalizões no poder desde 1991, a Letônia é, dos três, no momento, o Estado com estruturas institucionais possivelmente mais fragilizadas e, portanto, o mais suscetível de sofrer influências desestabilizadoras dos interesses organizados em *lobbies* empresariais, alguns vinculados ao crime organizado controlado pela minoria russa, com supostos vínculos com Moscou. Num editorial publicado no *The Baltic Times* o Professor Veiko Spolitis, da Universidade Stradins de Riga, observa que a democracia passou por testes importantes de maturidade política na Estônia e na Lituânia. No caso da Estônia, a queda de todo o Governo na esteira da gravação ilegal das conversações telefônicas de políticos da oposição determinadas por Edgar Savisaar, então Ministro do Interior, em 1995; na Lituânia, o momento decisivo teria sido a destituição em setembro de 2009 do *speaker* do parlamento, Arunas Valinkas, celebridade televisa e político populista, como resultado de um teste de forças com a Presidente Dalia Grybauskaitė.

Na visão de Spolitis, o sistema letão ainda se caracteriza por um déficit de transparência e honestidade. Seu veredito, em caso de ausência

Union: Volume 2. Estonia, Latvia and Lithuania. Manchester e Nova York: Manchester University Press, 2003, p. 2.

de transformações, é severo. Afirma que, em benefício da estabilidade nos países bálticos, haveria duas alternativas: ou surge uma pressão interna, por parte da sociedade civil letã, no sentido de impulsionar o parlamento a “europeizar-se”, ou os governos em Tallinn e Vilnius terão de fazer entender a seus colegas em Riga que vincular-se unicamente à identidade letã e báltica equivale, ainda hoje, tão somente a uma identidade pós-soviética. A incapacidade de alinhar o sistema político e econômico letão aos padrões europeus redundaria, em suma, em colocar o país e sua sociedade na vizinhança do autoritarismo e com isto correr o risco de desestabilizar a região do Báltico em conjunto¹⁸³.

Questão que gerou intensa polarização interna e externa durante todo o processo de redemocratização foi a da condição legal das minorias, essencialmente russas, na Letônia e Estônia. Os desdobramentos internacionais da questão, sobretudo nas relações dos bálticos com a Rússia, serão examinados no capítulo seguinte, dedicado à política externa. A análise que se segue prende-se apenas a aspectos jurídicos, institucionais e de cidadania suscitados internamente quanto ao tratamento a ser dado às minorias, durante a construção da democracia nos Estados bálticos.

Convém recordar que, ao desintegrar-se em 1991, a URSS deu origem a quinze Estados independentes. Todos haviam sido estruturados em torno do conceito de nação, ou, mais precisamente, de uma nacionalidade titular, de que emprestavam, de resto, o próprio nome. Cada cidadão da União Soviética era legalmente considerado como membro de uma nacionalidade específica, que era registrada em todos os passaportes soviéticos, usados também internamente. Tais nacionalidades, embora fossem formalmente definidas em termos étnicos, tomavam como base, na prática, a origem territorial, independentemente da língua ou identidade cultural dos indivíduos, criando assim um sistema de “identidades imutáveis”, vinculadas ao local de nascimento, que acompanhavam os cidadãos soviéticos.

Estudo publicado em 1994 por Yuri Slezkine¹⁸⁴ sugere que a URSS sofria de “etnofilia”. Como resultado da aplicação de políticas que suprimiam os direitos individuais, mas favoreciam os direitos coletivos

¹⁸³ Cf. “More European and less Baltic?”. *The Baltic Times*, 15 de outubro de 2009.

¹⁸⁴ O estudo é intitulado “The USSR as a communal apartment, or how a socialist State promoted ethnic particularism” e está mencionado em BUDRYTE, Dovile, op. cit., p. 18.

das nacionalidades por meio da educação, da valorização da língua, da promoção de quadros locais a níveis decisórios superiores, aquele país se teria convertido em um multiplicador de nações. Tal política de apoio às nacionalidades encontrava, porém, limites claros na realidade de que a “nacionalidade titular” da União Soviética em seu conjunto, ainda que jamais explicitada, tenha sido a russa a partir de meados da década de 30, com o fracasso da *korenizatsiia*¹⁸⁵. Segundo David J. Laitin, os russos que viviam fora da república soviética russa foram sempre, de alguma forma, protegidos por Moscou. Nunca sofreram plenamente os efeitos de seu *status* de minoria étnica. As autoridades soviéticas nunca descuidaram, ademais, de valorizar a presença da cultura russa em todas as repúblicas da União Soviética¹⁸⁶.

Há elevado grau de convergência na literatura sobre o fato de que a política de nacionalidades adotada pela URSS acabou contribuindo para seu colapso final. Em escala crescente, a partir de Leonid Brejnev, os movimentos de dissidência passaram a assumir a forma, tolerada, de manifestações de nacionalismo. A tendência ganhou corpo com a *glasnost*, sob Gorbachev. Não é por casualidade que os diferentes Estados nascidos do desmembramento da União Soviética mantiveram os nomes das nacionalidades titulares das antigas repúblicas soviéticas, além de terem preservado as fronteiras anteriores. Pode-se argumentar que as repúblicas soviéticas constituíam rascunhos, em distintos estágios de elaboração, de Estados-Nação, fator que concorreu igualmente para impedir que a implosão soviética se fizesse acompanhar de violência extremada.

Em 1989, as repúblicas socialistas soviéticas bálticas eram, em graus diversos, entidades políticas multiétnicas, apesar de distintas daquelas prevaletentes durante a maior parte de suas histórias num duplo sentido. O “outro” deixara de ser uma tapeçaria composta de várias etnias para converter-se quase que exclusivamente no componente étnico russo, cujo grande influxo se dera durante o período da ocupação soviética e embutia assim, aos olhos dos bálticos, um elemento intrínseco de “ilegalidade”. Além disso, o ingrediente étnico autóctone tivera seu peso

¹⁸⁵ Conjunto de diretrizes que visava dar maior conteúdo local às estruturas e políticas públicas na URSS nas regiões compreendidas fora da república russa.

¹⁸⁶ LAITIN, David D. *Identity in Formation: the Russian-speaking populations in the near abroad*. Ithaca e Londres. Cornell University Press, 1998, p. 69.

relativo reduzido sensivelmente: em 1939 e 1989, os letões representavam respectivamente 75,5 e 51,8% da população na Letônia. Os estonianos caíram de 90 para 64,7% da população no mesmo período. Apenas na Lituânia a população local se manteve no mesmo patamar, em torno de 80%, em consequência tanto do menor nível de industrialização e, por conseguinte, da necessidade de imigração, como da taxa de natalidade comparativamente maior dos lituanos católicos¹⁸⁷.

Contra esse pano de fundo em que havia a percepção de uma ameaça, real ou hipotética, à própria sobrevivência da língua e das populações letã e estoniana, as frentes populares nos três países detiveram-se, desde sua criação em 1988, sobre a questão relativa àqueles que teriam direito à nacionalidade após a independência. Tais debates foram marcados, em particular na Estônia e Letônia, pela necessidade de redefinir a nacionalidade tendo em vista a necessidade de fortalecer o elemento étnico local e seu idioma. Conforme assinalam Juan J. Linz e Alfred Stepan, não se tratava de um debate sobre a democracia. Todos os países bálticos almejavam regimes democráticos. O debate era sobre a natureza da democracia que se desejava criar: se um modelo liberal e inclusivo que concedesse a cidadania a todos os residentes, ou se um ramo excludente da democracia, que a restringisse aos que pudessem atestar residência anterior a 1940¹⁸⁸.

A primeira opção, de uma democracia inclusiva, foi feita pela Lituânia antes ainda da independência, ao adotar, em 3 de novembro de 1989, uma lei de cidadania frequentemente referida como “opção zero”, por estender a todos os habitantes do país a possibilidade de adquirir no momento da independência direitos plenos de cidadania. O *Sajudis* visava a angariar ampla base de apoio, inclusive entre as populações que etnicamente não eram lituanas. A lei foi assim concebida como instrumento facilitador do próprio processo de independência que então se iniciava, assegurando aos russos que residissem no país a possibilidade de beneficiar-se do desfecho do processo. Para acomodar os ultranacionalistas, a medida adotada em 1989 não invalidou as disposições legais vigentes em matéria de cidadania antes da ocupação, de modo que ficasse preservado, formalmente, o

¹⁸⁷ AASLAND, Aadne, MOLE, Richard e SMITH, Graham. “Statehood, ethnic relations and citizenship”, in SMITH, Graham (editor), op. cit., p. 182.

¹⁸⁸ LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred, op. cit., p. 408.

princípio de continuidade jurídica entre a República da Lituânia existente entre 1920 e 1940 e o Estado que se estabeleceria em 1991.

Na Estônia e na Letônia, diverso foi o caminho escolhido. As lideranças das respectivas frentes populares abriram mão da tradição de nacionalismo cívico que existira nos dois países no período entreguerras, amparada no pluralismo, nos valores da coexistência e no princípio da universalidade da cidadania para todos os grupos. Substituíram-na por um nacionalismo de base étnica, resultante da insegurança sobre as perspectivas de sobrevivência dos grupos autóctones e centrado sobre uma “relação simbiótica” entre o núcleo étnico da nação, o território pátrio e os direitos de cidadania¹⁸⁹. Não deixa de ser irônico que se tenha operado uma descontinuidade da tradição jurídica interna daqueles dois Estados bálticos em nome do princípio da continuidade jurídica internacional. Na Estônia e na Letônia após a independência, só teriam direito automático à nacionalidade os que estivessem registrados como cidadãos em 1940, antes da ocupação soviética, e seus descendentes. Os demais teriam de passar por processos de naturalização.

Dovile Budryte investigou as opções feitas pelos bálticos em matéria de cidadania à luz do arcabouço teórico contemporâneo sobre o nacionalismo¹⁹⁰. A Estônia e Letônia ter-se-iam guiado pela chamada escola “primordialista”. Um de seus expoentes é Anthony D. Smith, o qual, em artigo datado de 1996, define a etnia como elemento central em torno do qual as nações são erigidas. A nação não seria assim uma construção do intelecto, mas antes disporia de base real, tangível, que estaria no sentimento de pertencimento ao mesmo grupo, clã, tribo ou família ampliada, característica que distinguiria o sentimento da nação de todos os demais¹⁹¹. Smith, assim como outros discípulos dessa escola de pensamento, seria herdeiro direto da fonte herderiana ao considerar que as nações formariam uma comunidade permanente, de história e cultura únicas.

A matriz teórica que faz o contraste com o olhar “primordialista” sobre o nacionalismo é aquela conhecida como “construtivista”, que inscreve a criação das nações no marco mais abrangente dos processos

¹⁸⁹ AASLAND, Aadne, MOLE, Richard e SMITH, Graham. “Statehood, ethnic relations and citizenship”, in SMITH Graham (editor), op. cit., p. 183-184.

¹⁹⁰ DUBRYTE, Dovile, op. cit., p. 13-38.

¹⁹¹ Citado em DUBRYTE, Dovile, op. cit., p. 16.

modernos de mudanças sociais e econômicas. As nações seriam assim estruturas arquitetônicas conceituais, balizadas por um determinado tempo histórico. Exponentes desta escola seriam, por exemplo, Ernest Gellner e o já mencionado Benedict Anderson. Este último sugere uma definição de nação tão simples como precisa: “*it is an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign*”¹⁹². A crítica que os construtivistas fazem aos primordialistas é de que suas abordagens são em si mesmas expressões do nacionalismo, em vez de ferramentas úteis com as quais se possa explorar o fenômeno intelectualmente. Ao fixar seus atos jurídicos constitutivos na moldura de uma democracia inclusiva, em linha com os valores ocidentais “imaginados” pelas lideranças do *Sajudis* como válidos para a Europa do final do século XX, a Lituânia trilhou um caminho obviamente menos conflituoso, conducente à coesão da nação e praticamente impermeável à crítica internacional. Não foi o que ocorreu nos demais Estados bálticos.

Do ponto de vista de aplicação prática, o modelo de cidadania adotado na Estônia e Letônia era nitidamente complexo, na medida em que os critérios de aquisição automática da cidadania se fizeram com base unicamente num corte temporal, com a finalidade claríssima de excluir da nacionalidade as minorias russas que afluíram durante a ocupação soviética. Na Letônia, por exemplo, dos cerca de um milhão e 700 mil indivíduos passíveis de adquirir a nacionalidade, 280 mil eram russos, habitantes do país antes da ocupação e concentrados em Riga e outras cidades.

Sob o prisma de justiça e legalidade, tal modelo era questionável. Os russos¹⁹³ que chegaram após a ocupação, em sua vasta maioria, não constituíam imigrantes temporários, nem sequer eram, tecnicamente, “imigrantes”, uma vez que os deslocamentos de população na direção dos bálticos se produziam dentro do mesmo país, a URSS. Vinham estabelecer-se e não tinham em princípio planos de voltar. Outro elemento importante é o fato de que a população russa no Báltico, após a Segunda Guerra, era integrada por contingentes que não guardam relação direta

¹⁹² ANDERSON, Benedict, op. cit., p. 6.

¹⁹³ Conforme indicam Linz e Stepan, há alguma confusão nos Estados bálticos após a independência entre os termos russos, russófonos e não bálticos. Normalmente, a referência aos russos inclui também ucranianos e bielorrussos e aqueles que se expressam em russo. Vide LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred, op. cit., p. 404.

com as atrocidades do passado. Nas palavras de Anatol Lieven, as quais buscam articular um possível equilíbrio dentro de uma discussão caracterizada por carregado conteúdo emocional, por visões divergentes da história e por consequências que ultrapassam a abstração teórica e se traduzem em impacto direto nas perspectivas de vida de seres humanos, “*while the Balts have a strong case in international law for regarding most of the Russians as illegal immigrants, a moral argument can also be made for the rights of the Russians*”¹⁹⁴.

De fato, instituições europeias como a Organização para a Cooperação e segurança na Europa (OSCE), o Conselho da Europa e a UE valeram-se do “argumento moral” a que Anatol Lieven faz alusão para pressionar os dois países no sentido de alterar aspectos de sua legislação. Uma das mudanças importantes foi a que se refere à aquisição automática da cidadania para as crianças nascidas na Estônia e Letônia após 1991. Outra diz respeito à maior maleabilidade introduzida nos critérios de tempo de permanência e de aprendizado da língua para a naturalização, além da emissão de documentos adequados para os que não se nacionalizaram. O poder de barganha da UE era inequívoco durante o processo de acesso dos Estados bálticos, pois o primeiro dos três critérios estabelecidos pelo Conselho Europeu em julho de 1993, em Copenhague, é o que pede “instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos, bem como o **respeito pelas minorias e a proteção das mesmas**” (grifo do autor).

A introdução de sucessivas modificações legais possibilitou ampliar o número de candidatos à naturalização e acelerar a tramitação dos respectivos processos, bem como redundou numa maior conscientização sobre os direitos das minorias na Estônia e na Letônia. No entanto, teria sido insuficiente para dar encaminhamento abrangente à questão, na opinião de grande parte dos observadores. Helen C. Morris destaca, por exemplo, que perto de 500 mil habitantes (de uma população de 2.3 milhões) permanecem sem cidadania na Letônia¹⁹⁵ e, destes, 300 mil jamais se naturalizarão, por não terem condições de atender aos critérios necessários, em particular conhecimento da língua, e/ou por

¹⁹⁴ LIEVEN, Anatol, op. cit., p. 175.

¹⁹⁵ MORRIS, Helen M. “The non-citizens of the UE”, in SMITH, David J. (editor), op. cit., p. 253.

não se sentirem estimulados após terem vivido tantos anos na condição de não cidadãos.

Dirk Crols salienta, em análise focada sobre o caso estoniano, que a ação de Bruxelas ao exercer pressão sobre Tallinn foi calculadamente moderada. Apesar do muito que se diz sobre uma suposta Europa supranacional, o fato é que, segundo Crols, a Comissão Europeia em Bruxelas continuaria a dar prioridade à coesão e à integração de cada Estado-Nação como pilar da estabilidade e da segurança no Leste Europeu, à semelhança do que fazia a Liga das Nações.¹⁹⁶ Observa, ademais, que as considerações de direitos humanos e de proteção das minorias, no processo de acessão da Estônia, teriam sido relevantes apenas do ponto de vista da paz e da segurança e seriam ademais secundárias em relação a progressos na agenda de reformas econômicas. Finalmente, tanto Morris como Crols alertam para o fato de que a existência de minorias nacionais em Estados membros da UE mais antigos, como os turcos na Alemanha, ou magrebinos na França, além de movimentos autonomistas em países como a Espanha e o Reino Unido, funcionariam como freio a eventual fervor excessivo de Bruxelas ao dispensar aconselhamento aos recém-convertidos.

Nida M. Gelazis pende para uma avaliação mais positiva sobre o papel da UE. Num amplo estudo sobre o uso por Bruxelas de condicionalidades como meio de abrandar as legislações da Estônia e da Letônia, ela contrasta a efetividade da UE com a impotência da OSCE e do Conselho da Europa para reverter a situação, à luz, inclusive, do relativo vácuo normativo internacional em questão de direitos da cidadania no caso específico dos bálticos, que optaram pelo caminho da continuidade jurídica entre os atuais Estados e aqueles ocupados em 1940, em vez da secessão da URSS, hipótese que, caso selecionada, encontraria conjunto de regras internacionais para amparar as minorias russas. Conclui Gelazis que o “grande sucesso” da UE em promover mudanças nos Estados bálticos na área de direitos humanos em geral, inclusive na proteção da minoria russa, resultou da aplicação de condicionalidades¹⁹⁷.

¹⁹⁶ CROLS, Dirk. “Old and new minorities on the international chessboard: from League to Union”, in SMITH, David J. (editor), op. cit., p. 185.

¹⁹⁷ GELAZIS, Nida M. “The effects of EU conditionality on citizenship policies and the protection of national minorities in the Baltic States”, in PETTAI, Vello e ZIELONKA, Jan, op. cit., p. 69.

Talvez seja também excessivamente otimista o parecer de Dovile Budryte. Ao examinar passo a passo as sucessivas transformações nas legislações adotadas na Estônia e Letônia, descreve os respectivos processos como a transição de um “modelo não liberal” de nacionalismo, marcado pelo compromisso fundamental com apenas um grupo étnico, a um modelo “liberal” dedicado à proteção das minorias e com nível em geral mais elevado de tolerância. Atribui o qualificativo “domado” ou “amansado” (“*tamed*”) ao atual veio báltico do nacionalismo, cujos três elementos principais seriam: i) baixa probabilidade de uso da violência na perseguição de seus objetivos; ii) abertura ao diálogo e à influência de fontes externas; e iii) a “democratização da história”, ou seja, a capacidade de efetuar revisões construtivas da história e de deixar de enxergar a “nação” invariavelmente como valor supremo, acima dos cidadãos¹⁹⁸.

A questão das minorias indica, em suma, que muito ainda está por aperfeiçoar no quadro normativo dos Estados bálticos. Os conflitos surgidos na Estônia em 2007, em torno do reposicionamento de um monumento histórico soviético, serviram para comprovar que as tensões entre russos e estonianos seguem vivas e não autorizam qualquer expectativa de que se tenha virado uma página da história. Esses conflitos serão analisados no capítulo sobre a política externa.

No entanto, pode-se dizer que os três Estados completaram o ciclo de transição para a democracia de forma relativamente bem-sucedida. O processo de transição foi conduzido até o momento de forma pacífica e em prazo de tempo não excessivamente dilatado quando se tem presente o ponto de partida de países que não dispunham sequer de estrutura e instituições de Estado. Pelo que possam valer tais listas, o índice de democracia publicado pela revista *The Economist* em 2008¹⁹⁹ situa os três países bálticos na categoria de democracias imperfeitas ou *flawed democracies*, muito próximos ao Brasil: a Estônia, a Letônia e a Lituânia estão respectivamente na 37^a, 46^a e 42^a posições na lista em que o Brasil figura na 41^a posição e que é encabeçada pela Suécia²⁰⁰.

¹⁹⁸ BUDRYTE, Dovile, op. cit., p. 197-201.

¹⁹⁹ The Economist Democracy Index, 2008.

²⁰⁰ O índice é publicado a cada dois anos. Na edição de 2010, a Estônia, e Lituânia e a Letônia ocuparam respectivamente a 33^a, 41^a e 48^a posições, todas dentro da categoria de “democracias imperfeitas”. O Brasil, em 47^o lugar na lista, também pertence à mesma categoria.

3.3 Transição para a Economia de Mercado

“The financial crisis has hit the region hard and slowed the pace of new reforms, but so far it has neither led to reform reversals nor to systemic banking crises and uncontrolled currency collapses. This reflects the quality of the pre-crisis transition and integration process, and effective responses to the crisis both domestically and internationally”²⁰¹.

Transition Report - 2009

Em 31 de dezembro de 2009, os técnicos encarregados de operar a usina nuclear de Ignalina desligaram o último dos dois reatores. O primeiro fora desativado em 2004. A véspera das comemorações do ano novo era o último dia dentro do prazo concedido em 1999 pela Comissão Europeia, no âmbito dos trâmites de acesso da Lituânia, para o fechamento da única instalação atômica em funcionamento nos países bálticos, cuja tecnologia era semelhante àquela empregada na planta de Chernobyl, sinistrada em abril de 1986. As condições de segurança da usina de Ignalina, emblema do que havia de mais avançado na tecnologia energética soviética, foram reputadas inconsistentes com os padrões exigidos por Bruxelas. Para a Lituânia, o preço a pagar foi alto: a energia gerada apenas no reator fechado em dezembro de 2009 respondia por mais de 70% do consumo de eletricidade do país.

A União Europeia comprometeu-se a desembolsar 820 milhões de euros, a título de auxílio para cobrir parcialmente os custos de desativação. O apoio parece modesto e provavelmente não chegará a ser percebido pelo cidadão lituano. Pelo contrário, estimativas indicam que o uso de fontes de energia alternativas a Ignalina acarretará, num primeiro momento, elevação de preços da ordem de 30% na conta de eletricidade dos lares lituanos, aumento no grau de dependência da matriz energética lituana de fornecimentos de petróleo e gás oriundos da Rússia, além de impacto negativo de um ponto percentual no Produto Interno Bruto (PIB).

Na opinião do gerente da usina, não teria sido difícil, em termos técnicos, modernizar os dois reatores de Ignalina e com isso preparar uma

²⁰¹ Transition Report 2009. European Bank for Reconstruction and Development.

transição dentro de horizonte ampliado de tempo²⁰². Caso ele estivesse de fato certo, abandonar uma instalação em aparente perfeito estado de funcionamento, por imposição externa, sem dispor de plena certeza em relação aos custos e fontes de energia alternativa, numa espécie de salto no vazio, não constitui epílogo alvissareiro para um ano em que a economia lituana teve desempenho desastroso, com crescimento negativo de 14,7% do PIB. Diante desse cenário, não seria de estranhar se os cidadãos lituanos se estivessem questionando sobre se terá valido a pena o ônus da transição para a economia de mercado no curso das duas últimas décadas.

Em posição parecida de desconforto também estariam os letões e, em menor medida, os estonianos, cujos países tiveram contração do PIB, em 2009, de 18% e 13,9% na Estônia²⁰³.

O Professor Janis Berzins²⁰⁴, brasileiro de origem letã, que regressou há alguns anos ao país de seus antepassados e leciona na Universidade Stradins, de Riga, afirma que a recente e acentuada deterioração da situação econômica não conduziu, no plano político, pelo menos até o presente, ao contrário do que seria de esperar e mesmo de desejar, a questionamento mais profundo dos modelos econômicos adotados desde o início da independência, formulados inicialmente com a cooperação do FMI e de outras instituições internacionais e posteriormente referendados pela UE, durante a acessão. É notável, a propósito, levando-se em conta a variedade de modelos de capitalismo que se podem encontrar mesmo no universo relativamente reduzido dos membros da UE, a consistência com que o viés anglo-saxão do que seja a economia de mercado ficou impresso nos documentos de acessão, possivelmente como reflexo da época. Pouco ou quase nada se incorporou, nos países que acederam em 2004, da social-democracia escandinava ou dos sistemas de economia de mercado associado a mecanismos de proteção social fortes como os da Alemanha, França ou Países Baixos.

Tais modelos de transição, comuns às demais economias que atravessaram o processo nos anos 90, consistiram, de maneira geral,

²⁰² Cf. "Lithuania forced to diversify its power supply". *Financial Times*, 2 e 3 de janeiro de 2010.

²⁰³ Estônia e Lituânia tiveram crescimento modesto do PIB em 2010, de respectivamente 3,1% e 1,3%. A Letônia voltou a apresentar contração do PIB em 2010, de 0,3%.

²⁰⁴ Entrevista concedida em 9 de dezembro de 2009.

numa sequência de três passos: i) liberalização, incluindo-se aí a descentralização dos processos decisórios, dentro de parâmetros políticos democráticos, a liberação propriamente dita de preços, do comércio exterior, dos serviços financeiros; e a implementação de moldura regulatória favorável à atividade econômica em bases da economia de mercado; ii) estabilização, cujo significado passa essencialmente pelo controle das contas públicas e do nível de preços; e iii) privatização tanto em nível micro, referente ao próprio estabelecimento de direitos de propriedade privada anteriormente inexistentes, como macro, relativo à transferência da propriedade de unidades produtivas e de serviços antes em mãos do Estado²⁰⁵.

O comentarista Martin Wolf, do *Financial Times*, ao analisar a edição de 2009 do *Transition Report* publicado pelo Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), chega a conclusões semelhantes a Berzins e amplia a validade delas ao conjunto da Europa Oriental. Wolf concebe paralelismo entre os efeitos da crise econômica nas economias avançadas e naquelas em transição: “*Some transition countries are in crisis; transition is not. The same judgement applies elsewhere: capitalist countries are in crisis; capitalism is not*”²⁰⁶.

De teor parecido é o diagnóstico de Erik Berglof, economista chefe do BERD, entidade que se define, no sítio oficial na internet, como a “primeira instituição financeira internacional do período após a Guerra Fria” e, como se sabe, foi criada em 1991, por iniciativa do ex-Presidente François Mitterrand. Diz Berglof que permanecem intactos, em suas linhas fundamentais, os modelos de crescimento econômico adotados na região. Para ele, o caminho à frente estaria em estender e aprofundar a agenda da transição, em vez de substituí-la²⁰⁷. Sob a ótica de Berglof e de Wolf, a ausência de um modelo econômico alternativo com credibilidade significaria que a retração econômica nos países em transição não deve ser interpretada como possível ameaça de reversão do conjunto de reformas empreendidas nos últimos vinte

²⁰⁵ A aplicação deste modelo nos países bálticos está descrita em MYGIND, Niels. “A comparative analysis of the economic transition in the Baltic countries – barriers, strategies, perspectives”, in HAAVISTO, Tarmo (editor) – *The Transition to a Market Economy. Transformation and Reform in the Baltic States*. Cheltenham: Edward Elgar, 1997, p. 17-65.

²⁰⁶ Cf. “Cold war victory was a start and an end”. *Financial Times*, 15 de dezembro de 2009.

²⁰⁷ Cf. “Crisis cools openings of markets in East Europe”. *The International Herald Tribune*, 3 de novembro de 2009.

anos. Por outro lado, ambos acreditam que a profundidade da crise atual não deveria, sob hipótese alguma, dar lugar à indulgência ou a eventuais conclusões precipitadas sobre a desnecessidade de ajustes nas políticas econômicas utilizadas até o momento.

A edição de 2009 do *Transition Report* do BERD conclui, por sua vez, ser altamente improvável eventual reviravolta no avanço da chamada “transição” em virtude das dificuldades presentes, lastreando sua conclusão no fato de que, desde o segundo semestre de 2008, a maior parte dos governos que ascenderam ao poder nas economias em transição se declara a favor do prosseguimento das reformas estruturais. Poder-se-ia imputar a falta de questionamento mais profundo do modelo econômico em curso, segundo o BERD, a alguns fatores, entre os quais: i) o fato de que as instituições políticas e econômicas naqueles países teriam alcançado maior grau de solidez e maturidade; ii) o aprofundamento da integração das economias em transição nas instituições globais e regionais – no caso dos bálticos, a acessão à UE conduz a claro cerceamento do chamado *policy space* de cada país; e iii) as respostas satisfatoriamente dadas à crise pelas autoridades governamentais nacionais, em particular na contenção do déficit público e da inflação e na prevenção de colapso sistêmico do setor bancário e das moedas em circulação.

Se não há por que esperar recuos no caminho percorrido nos últimos vinte anos, o *Transition Report* salienta ser igualmente implausível, no curto ou médio prazos, a retomada do ímpeto reformador. O cenário de maior probabilidade implicaria estagnação temporária dos processos de transição econômica, à espera de sinais mais sólidos de retomada da atividade. Entrementes, com base no crescente reconhecimento, assinalado pelo BERD, de que os processos de transição considerados exitosos incluem não apenas mecanismos de mercado, mas também interação fluida entre o setor público e o setor privado, caberia às economias em transição dar prioridade à manutenção de instituições públicas eficazes e ao aprimoramento constante da arquitetura normativa e institucional dentro da qual os agentes econômicos atuam. Tratar-se-ia de um conjunto de pequenos ajustes, de sintonias finas, no lugar de transformação radical.

O BERD destaca ainda, como especialmente relevante no contexto da crise, nas economias em transição, a chamada “Iniciativa de Viena”. Trata-se de foro estabelecido no início de 2009 e destinado a coordenar

respostas preventivas das instituições públicas e privadas potencialmente afetadas pela saúde do sistema financeiro, mediante repartição acordada das respectivas responsabilidades entre os atores envolvidos.

Mais especificamente, a “Iniciativa” teria sido capaz de promover consenso sobre a divisão do ônus nas seguintes bases: i) os governos das economias em transição obrigam-se a garantir os depósitos bancários e a liquidez das instituições financeiras, independentemente da nacionalidade da sede destas, bem como perseguir políticas macroeconômicas, ocasionalmente no contexto de programas do FMI, alinhadas com o objetivo de fortalecer o sistema financeiro; ii) as casas bancárias com sede em países membros da UE assumem o compromisso de capitalizar-se para refinarçar as atividades de suas subsidiárias nos países em transição; nas economias em transição que estiverem sob programas supervisionados pelo FMI, o mesmo compromisso tomou forma ligeiramente diferente, mediante cartas pelas quais os bancos comprometem-se a manter sua exposição no país em questão enquanto durar o programa acertado com o Fundo; iii) os governos onde estão sediadas as matrizes dos bancos estendem ao conjunto das atividades dos grupos financeiros, inclusive aquelas conduzidas nas economias em transição, eventuais pacotes oficiais de ajuda; e iv) as instituições financeiras internacionais comprometem-se com esquemas de ajuda dentro de seus mandatos; em fevereiro de 2009, o BERD, o Banco Europeu de Investimentos e o Banco Mundial anunciaram *pool* de recursos de 25 bilhões de euros para 2009-2010, em programas de respaldo da estabilidade do setor financeiro nas economias em transição.

A contribuição da “Iniciativa de Viena” tem sido essencial para a continuidade do funcionamento do sistema financeiro dos países bálticos, dominado, entre outros, por bancos tais como o *Swedbank* e *SEB*, suecos, o *Danske Bank*, dinamarquês, e o *Nordea*, banco com capital pulverizado entre as capitais nórdicas e cujo maior acionista individual é uma empresa finlandesa de seguros. Em junho de 2009, por exemplo, o Banco central sueco, *Riksbank*, anunciou que tomaria linha de crédito de cerca de três bilhões de euros do Banco Central Europeu para aumentar suas reservas e com isto mitigar os riscos de eventual necessidade de socorro a seus bancos, em razão da exposição aos países bálticos. No dia da divulgação da notícia, as ações do *Swedbank* subiram 9,2%, ao passo que as do *SEB* se

elevaram em 6,7%²⁰⁸. Em modalidade distinta de ajuda coordenada dentro da “Iniciativa de Viena”, o *Parex Banka*, entidade de crédito letã que havia passado por dificuldades e teve de ser nacionalizada em 2008, recebeu apoio diretamente do BERD em abril de 2009²⁰⁹. Posteriormente, em setembro, o BERD tornou-se acionista do banco, com 25% de participação no capital, enquanto se buscam interessados numa eventual aquisição.

A presença de bancos estrangeiros nos países bálticos colaborou para a expansão acelerada do crédito em moedas fortes, essencialmente em euro, nos anos imediatamente antes da crise. Dessa forma, elevou os níveis de endividamento pessoal e inflacionou os preços dos ativos reais como imóveis, contribuindo para o superaquecimento de modo geral da economia. Esse é um dos motivos pelas quais, rompida a bolha imobiliária e interrompida, em razão da inadimplência elevada, a bonança creditícia, a retração da atividade econômica chegou a níveis críticos nos três países. Em contrapartida, a maior solidez relativa dos bancos nórdicos, reforçada com as garantias adicionais resultantes da “Iniciativa de Viena”, atenuou os efeitos adversos da crise ao conter a fuga de capitais nos bálticos que poderiam estar em busca de portos mais seguros.

Outra especificidade dos países bálticos no contexto da crise diz respeito à questão cambial. Questionaram-se intensamente, durante todo o ano de 2009, as condições efetivas das três economias de poderem manter as suas respectivas moedas nacionais atreladas ao euro, dentro de *currency boards*. Em caso de desvalorização das moedas, antecipava-se como considerável o impacto sobre a capacidade da população dos países bálticos de honrar dívidas denominadas, em parcela expressiva, conforme mencionado previamente, em euros ou outras moedas fortes.

Recorde-se que a decisão de vincular as respectivas moedas, sob taxas fixas, ao euro, foi tomada por cada país báltico individualmente, não como medidas permanentes, mas antes como arranjo transitório na direção da integração ao sistema monetário europeu, que idealmente culminaria com a adoção do próprio euro. Estudo técnico sobre o tema contido em publicação do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicava,

²⁰⁸ Cf. “Mixed signals on Swedish bank health”. *The International Herald Tribune*. 11 de junho de 2009.

²⁰⁹ Cf. “Still afloat in the Baltic, just”. *The Economist*. 11 de abril de 2009.

em 2004, a viabilidade daquela solução para a taxa de câmbio, desde que mantidas sob controle algumas variáveis macroeconômicas²¹⁰.

Atrelar as moedas nacionais ao euro em regimes de *currency boards* foi assim um dos componentes da estratégia articulada pelos três países bálticos com vistas a atender aos chamados “critérios de convergência” fixados pelo Tratado de Maastricht para ingresso na zona do euro. O compromisso estrito com a manutenção dessa política cambial no cenário de crise é, na visão geral dos analistas, uma das razões pelas quais tem sido tão severa a contração econômica. Isto porque a preservação da política cambial tem sido feita essencialmente à custa de ajustamento geral da economia, que pede equilíbrio rígido das contas públicas, esperados ganhos de produtividade e cortes salariais. Havia certa margem para eventuais reajustes para baixo na remuneração do trabalho, já que os salários vinham aumentando a taxas bem acima da inflação nos anos imediatamente anteriores à crise, quando a economia estava superaquecida. Em 2007, por exemplo, o índice médio salarial elevou-se aproximadamente em 30% na Letônia, em 21% na Estônia e em 20% na Lituânia²¹¹. O rebaixamento explícito do poder aquisitivo é, porém, medida de conteúdo social e político inegavelmente explosivo.

Eliminado o ajuste à crise pela desvalorização cambial, restaria hipoteticamente a possibilidade de políticas fiscais expansionistas. Esta via teve de ser deixada de lado, em parte pelos programas de ajuste do FMI no caso da Letônia, em parte por opção própria, para que as políticas econômicas não se afastassem em demasia dos limites de austeridade prescritos pelos “critérios de convergência”, em parte, finalmente, pela impossibilidade mesma de aumento do gasto público²¹². As dificuldades que vem enfrentando a Grécia²¹³, país de dimensão significativamente maior e dentro da zona do euro, para sustentar seus crescentes níveis

²¹⁰ BURGESS, Roberto, FABRIZIO, Stefania e XIAO, Yuan. *The Baltics: Competitiveness on the eve of EU accession*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, 2004, p. 45.

²¹¹ “A special report on EU enlargement”. *The Economist*. 31 de maio de 2008.

²¹² Nas palavras da Presidente Dalia Grybauskaitė, da Lituânia: “*Small countries do not have these options. If we are eager to have a 10 or 15 per cent deficit, nobody would lend us the money*”. Vide “The black-belt president”. *Financial Times*, 3 e 4 de outubro de 2009.

²¹³ No momento em que este trabalho foi escrito, o foco da crise econômica na Europa estava nos países bálticos. Começava-se apenas a noticiar as dificuldades da Grécia em financiar seu déficit público. De Portugal e da Espanha praticamente nada ainda surgira na imprensa de maneira sistemática.

de endividamento, constituem ilustração do desafio de financiar déficits públicos para economias consideradas desajustadas, no atual momento de crise econômica global.

Restaria, ainda, a alternativa, a que recorreram os bálticos, de uma chamada “desvalorização interna”, teoricamente possível, mas pouco usual e seguramente dolorosa para a sociedade como um todo, na medida em que tem sido feita mediante redução dos salários, inclusive os do setor público, e diminuição dos valores dos bens e ativos da economia²¹⁴. O preço cobrado pela “desvalorização interna” está assim na elevação do desemprego e no resultante aumento da emigração, sobretudo de jovens. É certo que o sacrifício imposto por esse caminho de ajuste não seria sustentável social e politicamente por tempo prolongado, razão pela qual, em matéria de capa, a revista *The Economist* propôs que a Comissão Europeia aceitasse de imediato a inclusão na zona do euro, não obstante não haverem preenchido integralmente os “critérios de convergência”, dos três países bálticos e da Bulgária, países, todos, que adotaram políticas cambiais baseadas na ancoragem das respectivas moedas nacionais ao euro.

A alternativa de colapso daqueles países e do Leste Europeu poderia, na opinião de editorial da revista, levar de roldão a UE em conjunto²¹⁵. O mesmo ponto de vista de defesa do ingresso antecipado dos bálticos na zona do euro foi salientado, com algumas nuances, por outros veículos internacionais²¹⁶. O argumento essencial dos que defendem a admissão acelerada dos bálticos na zona do euro é o pequeno porte das economias e, portanto, seu reduzido impacto geral sobre a manutenção de fundamentos econômicos saudáveis no conjunto da área. Em contrapartida, os custos das atuais políticas cambiais seriam excessivos, além de nada poder garantir, nesta altura, que as economias bálticas sejam capazes de resistir a uma desvalorização forçada e não planejada, com resultados ainda mais desastrosos para as atuais perspectivas sombrias de crescimento²¹⁷.

²¹⁴ Cf. “No panic, just gloom”. *The Economist*. 16 de maio de 2009.

²¹⁵ Cf. “The bill that could break up Europe”. *The Economist*, 28 de fevereiro de 2009, cujo subtítulo é “if eastern Europe goes down, it may take the European Union with it”.

²¹⁶ Cf. “Euro zone should let Estonia join”. *The International Herald Tribune*, 15 de dezembro de 2009, e “Fog in the Baltic”. *Financial Times*, 8 de outubro de 2009.

²¹⁷ No dia primeiro de Janeiro de 2011, a Estônia tornou-se o décimo sétimo país da zona do euro. Os outros países bálticos ainda não têm data marcada para adotar o euro.

A crise das economias bálticas, até recentemente apresentadas como histórias de sucesso de transição para a economia de mercado e caracterizadas por vários anos de crescimento expressivo, assinala, em suma, uma reversão de rumos e de expectativas. No artigo previamente referido e utilizando fontes do BERD, Martin Wolf²¹⁸ salienta que, tomando-se como base o ano de 1990 (índice 100), os PIBs dos países bálticos seriam, a preços constantes, em 2010, os seguintes: Estônia (140), Letônia (102) e Lituânia (100), ou seja, nominalmente, o crescimento do PIB teria, em duas décadas, sido praticamente nulo em dois dos países bálticos.

Bem mais positiva, além de mais significativa, é a evolução econômica nos bálticos em termos de renda *per capita* medida pelo poder de paridade de compra, ou *purchasing power parity*, que avalia o real poder aquisitivo dos consumidores. Dados da *The Economist Intelligence Unit* indicam que a renda *per capita* no conjunto dos países bálticos expandiu-se 57%, entre 1989 e 2009, já computados os efeitos da crise²¹⁹. Tal desempenho é bem superior ao conjunto das economias em transição, de 39,6%. O conjunto da Comunidade de Estados Independentes (CEI) cresceu 35,8% no mesmo intervalo de tempo.

Utilizando dados do BERD e do FMI, a revista *The Economist* publicou, em novembro de 2009, relação da renda *per capita*, em valores absolutos, nos vinte países do Leste Europeu, contrastando-as com a média da Europa Ocidental. O país de melhor desempenho dentre os vinte, amplamente superior aos demais, é a Eslovênia, com renda *per capita* de US\$ 24.180, pouco mais de 60% da média da Europa Ocidental. A Estônia aparece em quarto lugar, após a Eslovênia, República Tcheca e Eslováquia, com US\$ 13.980. A Lituânia figura na sétima posição (entre a Estônia, na quarta posição, e a Lituânia, estão a Croácia e Hungria), com US\$ 12.090 e a Letônia na oitava, com US\$ 11.910. As três economias bálticas contavam, em 2009, mesmo em quadro de crise, com rendas *per capita* superiores à Polônia e sensivelmente mais elevadas do que as da Bulgária e Romênia. A Rússia, a Belarus, a Ucrânia e a Moldávia, únicos países da lista que eram membros da URSS junto com os países bálticos, ocupam respectivamente a 10^a, 15^a, 19^a e 20^a (e última) posição²²⁰.

²¹⁸ Cf. “Cold war victory was a start and an end”. *Financial Times*, 15 de dezembro de 2009.

²¹⁹ “Twenty years of capitalism: was it worth it?”, in *The World in 2009*, *The Economist*, p 50-51.

²²⁰ Cf. “The World after 1989: walls in the mind”. *The Economist*, 7 de novembro de 2009.

Completada a maior parte da transição econômica nos países bálticos, os resultados não revelam surpresa. A distância em relação aos padrões de vida dos países mais ricos da Europa é grande; diminuí-la em alguma medida será tarefa para várias gerações, no melhor dos casos. Por outro lado, as economias bálticas vêm ampliando os níveis mais elevados de padrões de renda e de vida em relação às antigas repúblicas socialistas soviéticas, numa tendência que, no médio e no longo prazos, não deverá retroceder, mas antes consolidar-se, até como decorrência natural da maior convergência com as demais economias da UE, em geral. As economias bálticas deverão, em suma, situar-se, no horizonte previsível, em patamar intermediário de nível de renda dentro do conjunto da Europa, mas na faixa superior de indicadores no âmbito do Leste Europeu.

Os resultados da transição econômica não deixam, em suma, de apresentar saldo positivo para três economias cujas estruturas nacionais sequer existiam há menos de vinte anos e que foram capazes de concluir transição paralela à democracia, cujo valor, de resto inestimável, não se encontra contabilizado, naturalmente, em dados estatísticos como a renda *per capita*.

Capítulo IV

Política Externa dos Estados Bálticos após a Independência

4.1 Tempos e Temas da diplomacia dos Estados bálticos

“The entry into the EU and NATO was not ‘the end of history’ for Estonian Foreign Policy, but rather it was a new beginning, with new challenges and opportunities”²²¹.

Kristiina Ojuland

Na visão de Andris Spruds, Diretor do Instituto de Assuntos Internacionais da Letônia, concluídas as negociações que resultaram no ingresso dos Estados bálticos na União Europeia e na OTAN, em 2004, as políticas externas dos Estados bálticos entraram num outro momento, inicialmente marcado por uma espécie de pausa, destinada a repensar os próximos passos²²². Essa etapa de redefinições, de que os Estados bálticos ainda não emergiram completamente, foi e está sendo necessária, segundo Spruds, depois de vários anos em que praticamente todas as energias disponíveis nos três países foram canalizadas para o projeto dessa “dupla adesão”.

²²¹ Discurso da Chanceler estoniana Kristiina Ojuland, perante o parlamento, em junho de 2004. Mencionado em GALBREATH, David J., LASAS, Ainius e LAMOREAUX, Jeremy W., op. cit., p. 40-41.

²²² Entrevista concedida em 11 de dezembro de 2009.

O ingresso nas duas organizações foi anunciado como prioridade máxima de política externa pelos três países ainda em 1993. Constituiu boa parte da resposta ao conjunto de anseios que estavam na raiz dos movimentos de independência. A acessão à UE culminou simbolicamente o ansiado “retorno à Europa”; a admissão na OTAN, por seu turno, representou o “retorno ao Ocidente” do ponto de vista da política de defesa, tendo em conta o onipresente temor da ameaça da Rússia. Ambas as adesões podem ser interpretadas, em conjunto, como o cruzamento do umbral que, no plano das relações internacionais, assinalaria a conquista da “normalidade” a que se referia Daina Stukuls Eglitis enquanto expressão da meta das revoluções pacíficas de independência nos bálticos²²³.

Apesar das origens e motivações distintas que impulsionaram os Estados bálticos a tornarem-se membros das duas Organizações, a “dupla adesão” é percebida, nos tempos atuais, quase como se tratasse de um único projeto, ou de dois pilares do mesmo projeto. Não se vislumbraram possibilidades outras que não a de pertencer simultaneamente aos dois grupos de países, tais como a opção feita, por exemplo, pela Suécia e Finlândia, membros da União Europeia e não da OTAN, ou a selecionada pela Noruega, ao contrário membro desta e não daquela.

O ex-Chanceler da Lituânia, Vygaudas Usackas, sublinha, por exemplo, que “*we have never had a dilemma of prioritising either the EU or NATO. It has always been Lithuanian policy to join both EU and NATO. Lithuania remains being active in both EU and NATO*”²²⁴. O Subsecretário de Assuntos Políticos da Estônia, Harry Tiido, embora empreste enfoque distinto ao tema, chega a conclusão similar. A seu ver, seria simplista atribuir a acessão da Estônia à UE unicamente a considerações de ordem econômica, assim como, na admissão na OTAN, apenas a motivações de segurança ou de defesa. Para ele, estar sob a proteção da OTAN teria também, no caso particular da Estônia, dimensão econômica, no sentido de oferecer segurança adicional aos

²²³ SPRUDS, Andris. “Entrapment in the discourse of danger?: Latvian-Russian Interaction in the Context of European Integration” in BERG, Eiki (editor) e EHIN, Piret (editor). *Identity and Foreign Policy: Baltic-Russian Relations and European Integration*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009, p. 108.

²²⁴ A entrevista foi concedida em 4 de dezembro de 2009, quando Vygaudas Usackas ainda estava no exercício do cargo de Chanceler. Apresentou sua carta de demissão em 21 de janeiro de 2010.

investidores em potencial no mercado estoniano, os quais, de outra forma, poderiam ter receio de assumir compromissos de longo prazo e desviar, assim, para destinos concorrentes os fluxos de investimento direto. Da mesma forma, a acessão à UE não prescindiria de um componente de defesa, na medida em que Bruxelas vem ocupando espaços crescentes na formulação e execução de uma política externa e de defesa comum. As duas organizações complementam-se e reforçam-se mutuamente na perspectiva da Estônia, conclui Tiido²²⁵.

Vista sob outro ângulo, a “dupla adesão” teve influência decisiva sobre o desenho das políticas públicas, em diversos domínios, nos Estados bálticos. Condiționaram-nas, com efeito, de modo tão profundo que um autor, ao teorizar sobre o impacto nos modelos de governança dos Estados bálticos do processo de incorporação do acervo comunitário, sugeriu que se lhes poderia aplicar a noção de *scripted States*, ou Estados cujos arcabouços regulatórios foram modelados a partir de roteiros preestabelecidos pela UE²²⁶.

Por outro lado, o conceito de *scripted States* aponta para o fato de que a política externa dos países bálticos, e, em particular, seu projeto mais relevante consubstanciado na “dupla adesão”, constitui justamente instrumento adicional para colocar em prática, de forma acelerada, o conjunto de reformas internas nos três países, tanto as de ordem econômica como as de natureza política. No âmbito de uma dinâmica de transformação, a política externa foi, em síntese, posta a serviço de um processo que visava a possibilitar o retorno dos Estados bálticos à “normalidade”. Tal processo, inicialmente respaldado por grande parte da população, foi moldado por diretrizes emanadas das organizações internacionais definidas como prioritárias pelos próprios bálticos.

Muitas das regras e decisões impostas por Bruxelas no curso do processo não se revelariam populares, tais como o fechamento da usina nuclear de Ignalina na Lituânia, ou as flexibilizações introduzidas nas leis de cidadania da Estônia e da Letônia, sem mencionar as medidas de austeridade econômica preconizadas como caminho necessário para a entrada na zona do euro. Por isto, a responsabilidade pelo ônus de

²²⁵ Entrevista concedida em 8 de dezembro de 2009.

²²⁶ JACOBSSON, Bengt. “Scripted States and Changes in Governance”, in JACOBSSON, Bengt (editor). *The European Union and the Baltic States: changing forms of governance*. Londres e Nova York: Routledge, 2010, p. 1-21.

decisões difíceis passou a ser frequente e convenientemente transferida de volta às organizações internacionais pelos atores políticos locais, num exercício constante que tem contribuído para fazer decrescer a popularidade da UE, mais do que a da OTAN, na percepção local.

A política externa dos Estados bálticos não se esgota, porém, na “dupla adesão” consumada em 2004. Começou antes e tem tido continuidade depois. Marju Lauristin e Peter Vihalemm propõem uma periodização em cinco etapas para o processo de transição levado a efeito na Estônia, como resultado interligado de variáveis externas e internas: a) 1988-1991: ruptura com o modelo antigo, as revoluções de independência; b) 1991-1994: reformas internas radicais, construção da nação, estabelecimento de novo ordenamento jurídico interno, tempo de uma “política extraordinária”; c) 1995-1998: estabilização econômica, início das negociações para a integração na UE e na OTAN; d) 1999-2004: negociação e preparação para a acessão à UE; tensões crescentes; e) 2005-2009: novos desafios pós-acessão, crise de identidade e mudança de cenário econômico do crescimento para a recessão²²⁷.

Para fins de política externa, poder-se-ia simplificar com vantagem a periodização indicada acima por outra e aplicá-la a todos os Estados bálticos. A periodização proposta seria composta por apenas três etapas, as quais se sucedem dentro de prazos que se devem considerar com grande flexibilidade, pois, como de hábito em matéria de política externa, há elementos de continuidade e de ruptura em cada uma delas.

A primeira etapa, que se estendeu do início do processo de independência em 1989 até meados da década dos 90, pode-se considerar como o período formativo da política externa dos países bálticos. Foi dominada, em primeiro lugar, pelos aspectos externos vinculados à independência dos Estados bálticos e ao reconhecimento internacional. É importante recordar que, durante a fase inicial das *singing revolutions*, o apoio dos EUA e dos demais países ocidentais foi discreto, hesitante, oscilante. A prioridade estava em respaldar, primeiramente, as revoluções nos países formalmente independentes e de maior importância relativa, em especial na Polônia e na Tchecoslováquia.

Como as repúblicas bálticas abrigavam-se no interior da própria URSS, poderiam ler-se como provocação direta a Moscou eventuais

²²⁷ LAURISTIN, Marju e VIHALEMM, Peeter (editores), op. cit., p. 5-6.

erros de avaliação ou gestos prematuros em relação aos países bálticos. Não convinha debilitar Gorbachev e pôr a perder um movimento de libertação mais amplo, que se processava no conjunto dos países que rodavam em torno de Moscou. Do conjunto de assuntos internacionais tratados no marco do processo de independência constavam também aqueles relacionados às relações com a ex-potência dominante, a Rússia, entre os quais a retirada das tropas soviéticas dos territórios dos Estados bálticos, a negociação de acordos de fronteiras, o estatuto das minorias étnicas russas e facilidades de trânsito para Kaliningrado.

Foi igualmente durante esse período de intensa e necessária coordenação entre os três Estados à luz das questões comuns que enfrentavam nas relações com Moscou que se criaram os foros de cooperação regional entre os países bálticos, assim como entre eles e os países escandinavos. Por outro lado, os países bálticos tornaram-se membros das duas organizações internacionais – além das Nações Unidas, das agências do sistema da ONU e de instituições financeiras internacionais – cujo acesso lhes estava franqueado logo após a independência: a OSCE e o Conselho da Europa.

Com relação à primeira, os Estados bálticos foram inicialmente convidados como observadores pela presidência francesa, por iniciativa dos EUA e do Reino Unido, para a cúpula de Paris em 1990, quando se aprovou, a propósito, a institucionalização da antiga Conferência e sua conversão em Organização para a Segurança e Cooperação Europeia. Após longo debate, que marcou o ressurgimento da “questão báltica” na agenda internacional, a URSS bloqueou a participação dos representantes da Estônia, Letônia e Lituânia. Em setembro de 1991, porém, os três Estados, já independentes, foram admitidos conjuntamente na Organização.

Quanto ao Conselho da Europa, entidade erigida sobre a base jurídica de tratados internacionais de direitos humanos, os Estados bálticos passaram, antes da admissão, pela primeira experiência de lidar com critérios formais de condicionalidade. Mais especificamente, os Estados bálticos tiveram de compatibilizar sua legislação de direitos humanos com os padrões fixados pelo Conselho. A Estônia e a Lituânia aderiram em maio de 1993; a Letônia, porém, viu-se obrigada a aguardar até fevereiro de 1995, enquanto procedia a alterações nas regras sobre direitos de cidadania aplicáveis à minoria russa, durante processo de consultas tanto com o Conselho como com a OSCE. No caso dos três países, a adesão

ao Conselho serviu como um primeiro teste, uma pequena antessala do que seria deles exigido em termos de compatibilização e absorção interna de corpos inteiros de legislação, no curso do processo de acesso à UE.

Cabe ainda um último comentário sobre esta primeira etapa da política externa dos países bálticos. Após quase sessenta anos de ocupação, apenas dois ministérios tiveram de ser criados do nada, por inexistentes nas antigas Repúblicas Socialistas Soviéticas da Estônia, Letônia e Lituânia: os de Assuntos Estrangeiros e da Defesa. A estruturação das duas pastas, a contratação de pessoal especializado e sua capacitação foram tarefas levadas a cabo ao mesmo tempo em que os países bálticos lidavam com questões sensíveis como a negociação das fronteiras com a Rússia e as leis de cidadania, diante da presença intimidante de tropas soviéticas estacionadas dentro de seus próprios territórios.

A segunda etapa dentro da periodização da política externa dos países bálticos prolonga-se de meados dos anos 90 à “dupla adesão” em 2004. A pauta de política externa dos Estados bálticos foi monopolizada pela complexidade dos dois processos, em particular o de acesso à UE. Por outro lado, essa fase herdou da anterior alguns temas pendentes de resolução, em particular no relacionamento com a Rússia, como as fronteiras da Estônia e da Letônia com a Rússia. A etapa assistiu também a mudanças da ordem internacional, duas das quais têm interesse direto para as relações internacionais dos países bálticos. A primeira foi a ascensão de Vladimir Putin ao poder na Rússia e a resultante assertividade internacional daquele país, em particular na sua vizinhança; a segunda foi a necessidade sentida pelos Estados bálticos, em virtude das novas lealdades pactuadas durante a “dupla adesão”, de participar de missões internacionais no Afeganistão, junto com a OTAN, e no Iraque, no âmbito de uma *coalition of the willing* comandada pelos EUA.

O terceiro e último período inaugurou-se com o término bem-sucedido dos projetos gêmeos de retorno à Europa e ao Ocidente e vem até os dias de hoje.

Pertencer à OTAN e à UE significou, em primeiro lugar, mudanças nos processos decisórios sobre política externa nos países bálticos. Grande parte da energia das chancelarias passaria desde então a estar dedicada à tarefa de articular a defesa dos interesses nacionais no âmbito daquelas Organizações, em particular na UE, bem como a coordenar a implementação interna, em cada país, das decisões ali adotadas. O

exercício do *lobby* interno em Bruxelas é imperativo do qual os Estados bálticos logo se deram conta em vista da variedade de posições sobre o mesmo tema que é comum entre os membros da UE, inclusive naqueles importantes para a política externa dos Estados bálticos, tais como, por exemplo, a cooperação em temas de energia com Moscou ou a participação nas missões no Iraque ou Afeganistão. Defender interesses nacionais em Bruxelas nem sempre passará, ademais, por uma frente única entre os próprios bálticos. Abre-se margem para perfis distintos e até mesmo competidores entre eles.

Por fim, a adesão dos três países à UE significou também que Bruxelas capturou, por gravidade, alguns temas da agenda externa, tais como a cooperação regional na região do Mar Báltico. De fato, sob a presidência de turno da Suécia no segundo semestre de 2009, a UE lançou uma estratégia para a região do Báltico, que não deixará de esvaziar em alguma medida os foros de cooperação restritos unicamente aos três países e outros, conforme será analisado em seção posterior.

A etapa inaugurada com a conclusão da “dupla adesão” assinala buscas de diferenciação nos perfis de atuação externa entre os três Estados bálticos. Até 2004, estavam não apenas associados a políticas assemelhadas de atuação internacional, mas também à mesma identidade “báltica” de contornos pouco precisos e imagem não exatamente positiva, na medida em que os atrelava a um passado soviético ou mesmo pós-soviético que querem deixar para trás.

Nesse sentido, a Estônia passou a agarrar-se cada vez mais à dimensão “nórdica” de sua política externa, tirando, para tanto, partido de suas afinidades com a Finlândia e trilhando senda idêntica à percorrida por seu vizinho no período entreguerras, quando eliminou praticamente a vertente báltica em sua imagem e sua presença internacionais.

A Lituânia, no outro extremo, passou a apresentar-se externamente de uma maneira que certamente tem por objetivo deixar também para trás a identidade báltica: ora oferece como assinatura pertencer à Europa Central e Oriental, ora representar local de encontro dos quatro pontos cardeais na Europa, ora, ainda, ser “líder regional” não se sabe exatamente bem de que área da Europa. A Lituânia gaba-se ainda de sua parceria estratégica com a Polônia, que seria equivalente da associação entre a Estônia e Finlândia. Tal parceria atingiu o ápice no breve período entre 2006 e 2007, em que Jaroslaw Kaczynski exerceu o cargo de Primeiro-Ministro da Polônia, à

frente do ultraconservador partido Direito e Justiça. Começou a declinar a partir da ascensão de Donald Tusk e a dar sinais de fadiga ultimamente, em razão de pequenos irritantes no relacionamento bilateral, referentes aos direitos culturais das minorias polonesas na Lituânia.

A Letônia, além de buscar vínculos com a Suécia e a Dinamarca, apresenta-se como único país de identidade primordialmente báltica. Riga é tradicionalmente o maior centro urbano da região, com vocação cosmopolita e dotada da melhor infraestrutura de transportes dos três países. Do aeroporto de Riga, por exemplo, é fácil alcançar, por voos diretos da *Air Baltic*, companhia aérea local, as principais cidades europeias. A dimensão báltica implica, por outro lado, manter vínculos mais estreitos com a Rússia, o que de fato vem ocorrendo na Letônia, sobretudo a partir da comunidade de negócios baseada em Riga e nas principais cidades do país.

O momento presente de transformações na política externa após a “dupla adesão” marca igualmente uma preocupação nova, nas três chancelarias, com a qualidade e ampliação das respectivas redes de relações bilaterais, até então relativamente descuidadas, com a previsível exceção dos postos bilaterais mais relevantes do ponto de vista dos Estados bálticos, tais como Washington ou Berlim, por exemplo, além de Moscou.

Vygaudas Usackas, ex-Chanceler lituano, refere-se ao “*use of the bilateral and multilateral formats in the realization of the Lithuanian national interests*”, bem como à necessidade de “*present Lithuania as a strong and a trustworthy partner in bilateral relations*”²²⁸. A respeito do tema, o Subsecretário de Assuntos Políticos da Estônia, Harry Tiido, afirma que teria sido voto vencido na Chancelaria quando se discutiu o tema, por acreditar que é necessário expandir a rede de Embaixadas unicamente dentro de estratégias claras, sem desperdício de recursos; é contra a abertura de Embaixadas sem que haja densidade de acordos de cooperação que demandem trabalho de acompanhamento minucioso. Seus colegas, agregou Tiido, são da opinião, majoritária na chancelaria, de que a abertura de Embaixadas é parte integrante das próprias funções de Estado; por isso, são favoráveis à ampliação da rede de missões no exterior, fato que, no entanto, terá de aguardar momento econômico

²²⁸ Entrevista concedida em 4 de dezembro de 2009.

mais propício do que o atual²²⁹. Com relação à Letônia, Janis Zlamets, Diretor do Departamento de Relações Bilaterais – I da Chancelaria, afirma que uma das prioridades da agenda externa letã, de acordo com documento de diretrizes aprovado para o período 2005-10, é justamente fortalecer as relações bilaterais com países-chave, o que acarretará inauguração de novas missões. No entanto, pelas mesmas razões de restrição orçamentária na presente conjuntura, o projeto permanece em compasso de espera²³⁰.

Outro traço comum às três chancelarias bálticas, desde 2004, é a crescente ênfase dada à prestação de serviços consulares de qualidade aos nacionais que vivem no exterior. Essa prioridade está baseada na realidade de uma dinâmica demográfica altamente desfavorável, de encolhimento associado ao envelhecimento da população. Os três países vêm perdendo população desde 1991, da ordem total de 10%, para o conjunto do período. Parte do problema se explica por baixas taxas de natalidade, parte pelo aumento da emigração. A maior parte da emigração recente foi de jovens que encontrou perspectivas de trabalho, normalmente na construção civil ou na indústria, em países membros da UE, em particular Irlanda, Reino Unido, Suécia, únicos que lhes abriram as fronteiras imediatamente após a acessão, além da Espanha. Um dos resultados esperados da crise recente é o aumento na emigração. Atrair de volta os cidadãos que partiram para o exterior é um objetivo prioritário dos países bálticos.

Por fim, característica importante do momento atual da diplomacia é a frustração das expectativas de crescimento provocada pela aguda contração econômica que se abateu sobre os Estados bálticos, na esteira da crise mundial. No caso da Letônia, além do impacto adverso da redução de salários no ânimo e na motivação dos funcionários da chancelaria, cortaram-se recursos destinados, por exemplo, a programas como os de cooperação para o desenvolvimento, que os Estados bálticos estão obrigados a conduzir em função da acessão à UE, ou os de missões de paz no exterior. A chancelaria trabalha, em suma, com o mínimo necessário para manutenção das atividades essenciais e rotineiras.

A crise econômica detém no momento atual espaço de primeiro plano na agenda externa, em particular na Letônia e na Lituânia, desbancando

²²⁹ Entrevista concedida em 8 de dezembro de 2009.

²³⁰ Entrevista concedida em 11 de dezembro de 2009.

temas de menor importância relativa na presente conjuntura. Ao impor enorme quota de sacrifício às populações bálticas, a crise ameaça provocar, caso se prolongue ainda por muito tempo, questionamento mais profundo dos modelos econômicos prevalentes. Pela primeira vez em muitos anos, registraram-se manifestações abertas contra os Governos em Riga e Vilnius, em janeiro de 2009. O Primeiro-Ministro Ivars Godmanis, da Letônia, renunciou em 20 de fevereiro daquele ano na esteira da onda de protestos contra o custo dos ajustes decorrentes da “desvalorização econômica interna” previamente aludida.

Se a política externa dos países bálticos pode ser periodizada da maneira acima sugerida, é inegável que os principais tópicos da agenda internacional desde a independência são os seguintes: i) relações com a Rússia; ii) relações com a UE; iii) relações com a OTAN; iv) cooperação regional. Tais tópicos serão analisados a seguir, individualmente.

4.2 Relações entre os Estados bálticos e Rússia: instabilidade dentro da assimetria e narrativas conflitantes de identidade

“Baltic-Russian conflict can thus be seen as structural in the sense that it stems from an in-built antagonism at the level of identity constructions underlying state and nationhood”²³¹.

Piret Ehin e Eiki Berg

As relações com a Rússia constituem elemento central da política externa dos Estados bálticos. Desde a independência, em 1991, a evolução de tais relações distingue-se por padrão de alta volatilidade. O que chama atenção, contudo, é menos a existência de altos e baixos, de resto normais em relações diplomáticas de modo geral, do que dois elementos singulares.

Em primeiro lugar, nota-se que as relações oscilam em torno de um eixo que se situa muito aquém do que se poderia esperar de países que afinal são vizinhos e cuja assimetria de forças é tão flagrante que

²³¹ BERG, Eiki e EHIN, Piret. “Incompatible Identities? Baltic-Russian Relations and the EU as an Arena for Identity Conflict”, in BERG, Eiki e EHIN, Piret (editores). *Identity and Foreign Policy: Baltic-Russian relations and European integration*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009, p. 9.

dispensaria, num caso, e desaconselharia, no outro, o jogo da provocação mútua a que muitas vezes os dois lados parecem entregar-se.

Ademais, percebe-se que, numa inversão de expectativas, a “dupla adesão” de 2004, em vez de contribuir para enquadrar as relações dos países bálticos com a Rússia dentro de marco referencial mais previsível e estável, concorreu para torná-las ainda mais frias a partir do momento em que passaram a fazer parte do panorama mais abrangente do relacionamento do Ocidente com a Rússia justamente quando George W. Bush e Vladimir Putin o rebaixaram ao patamar de maior distanciamento desde o final da Guerra Fria.

Com efeito, o ingresso na UE e na OTAN encerrava, na visão dos países bálticos, a promessa de reparação das relações bilaterais com a Rússia, que vinham de uma fase em que, ao fardo da memória de um passado comum vivido como tormentoso e conflituoso, no interior da URSS, novas dificuldades foram adicionadas desde a independência, em 1991. A esperança dos Estados bálticos era a de que a Rússia deixasse de lado a postura considerada autoritária e “imperial” e passasse a tratá-los como países independentes, num quadro de estabilidade, em vez de como países pertencentes à zona de interesses russos, o *near abroad*, num padrão de subordinação assimétrica.

Do lado russo, a perspectiva seria análoga. Em colóquio organizado em Moscou em 2005, pela Fundação Friedrich Ebert, Fiodor Lukyanov argumentava que, com as garantias de segurança e de defesa proporcionadas pela adesão à UE e OTAN, as autoridades russas poderiam legitimamente nutrir expectativa de um comportamento “mais sóbrio” da parte dos Estados bálticos. Não foi, no entanto, o que sucedeu, prosseguia Lukyanov: não apenas Estônia, Letônia e Lituânia foram incapazes de atuar no sentido de abrandar a tensão vigente, como passaram a insuflá-la ainda mais, ao influenciar, junto com os outros países admitidos na UE no marco da ampliação de 2004, o conjunto da política externa de Bruxelas na direção de um caminho hostil a Moscou, por meio, por exemplo, da política de vizinhança²³². Convém não esquecer, a propósito, a imagem associada aos países bálticos na Rússia: em pesquisa de opinião pública realizada em junho de 2005 sobre quais os países percebidos como

²³² LUKYANOV, Fiodor. “Russia and the Baltic states: a moratorium on the past?”. In BUHBE, Matthes e KEMPE, Iris (editores) in *Russia, the EU and the Baltic States: enhancing the potential for cooperation*. Seminário organizado pela Fundação Friedrich Ebert, Moscou, 2005, p. 5-7.

“inimigos” na Rússia, os que obtiveram maior número de menções, em percentuais, foram os seguintes: Letônia (49%), Lituânia (42%), Geórgia (38%) e Estônia (32%)²³³.

Independentemente da frustração das expectativas de russos e dos bálticos, o fato é que se poderiam facilmente identificar na realidade elementos concretos que justificavam esperar uma “normalização” gradual das relações bilaterais a partir de 2004, bem como sua inserção dentro de parâmetros em que a cooperação preponderasse sobre a confrontação emocional. O acréscimo dos atributos de segurança dos Estados bálticos não era imaginário, era real, palpável: as suas fronteiras converteram-se também em limites externos da UE e da OTAN. Por essa razão, esperava-se progresso rápido na conclusão das prolongadas negociações, que se arrastavam desde 1991, de fronteiras respectivamente da Estônia e da Letônia com a Rússia²³⁴. O processo de acessão permitira, por pressão exercida diretamente por Bruxelas, liberalizar as condições de aquisição da nacionalidade na Letônia e na Estônia. O comércio poderia ver-se livre de restrições impostas por considerações políticas e voltar a expandir-se, com base na planejada extensão do Acordo de Parceria e Cooperação, vigente desde 1997 entre a UE e a Rússia.

Uma cronologia de desenvolvimentos recentes no Báltico revela, porém, quadro de persistente instabilidade nas relações bilaterais desde então, atingindo, possivelmente, seu ponto inferior durante os acontecimentos de agosto de 2008, nas áreas separatistas da República da Geórgia.

4.2.1 Letônia

Ponto de partida interessante para uma análise dos desdobramentos do relacionamento bilateral com a Rússia após a “dupla adesão” foi a celebração em Moscou, em nove de maio de 2005, do sexagésimo

²³³ Mencionado em KEMPE, Iris. “Russia, the EU and the Baltic States: Filling in a strategic white spot on the European map”, in BUHBE, Matthes, e KEMPE, Iris (editores), op.cit., p. 4.

²³⁴ As negociações de fronteiras da Lituânia foram facilitadas pelo fato de que seu território se expandira durante a ocupação soviética, em Vilnius e Klaipeda. Em outubro de 1997, foram assinados dois tratados, um de fronteiras terrestres e outro de limites da plataforma continental, ambos na fronteira lituana com a região de Kaliningrado. Os textos entraram em vigor em agosto de 2003.

aniversário da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial²³⁵. Tanto o Presidente Vladimir Putin quanto os Presidentes dos países bálticos exploraram a ocasião histórica a partir das realidades políticas do presente. O resultado foi um embate de visões distintas da história, que tem permeado diversos aspectos do relacionamento entre os bálticos e a Rússia.

Vladimir Putin desejava demonstrar a força e a importância da Rússia. Queria mostrar uma nação que ressurgia na cena internacional, unida, orgulhosa, após período em que se vira fragilizada, desmembrada, diminuída em parcela expressiva do poder de que desfrutara anteriormente. Poucos dias antes, em 25 de abril, Putin ditara o tom das comemorações ao proferir, no discurso sobre o Estado da Nação, a conhecida frase de que “o colapso da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século”. O formato escolhido para a celebração do dia da vitória estava na mesma sintonia: um desfile militar na Praça Vermelha, no melhor estilo soviético.

Para a Rússia, celebrar a vitória sobre o nazismo é peça importante de sua identidade. A “Grande Guerra Patriótica”, na qual russos perderam dezenas de milhões de vidas entre soldados e civis, não apenas é motivo de justificado orgulho nacional, mas também situa a Rússia, cultural e historicamente, na Europa e no Ocidente²³⁶. Não se deve perder de vista, porém, que a narrativa da “Grande Guerra Patriótica” se constrói a partir de uma boa dose de seletividade dos fatos. Deixa de lado, por exemplo, o condomínio expansionista criado pelo Pacto Molotov-Ribbentrop e o tratamento degradante dado aos povos que ali viviam. Atribui o sofrimento e as glórias da campanha militar essencialmente aos russos, o que contrasta com a realidade de que a guerra foi movida pela URSS e não unicamente pela Rússia, e os soldados do Exército Vermelho incluíam todas as nacionalidades do extenso Estado, ainda que os russos

²³⁵ O tema está analisado em detalhes em: a) LUKYANOV, Fiodor, op. cit., p.5-7 ; e b) ONKEN, Eva-Clarita. “Commemorating 9 May: The Baltic States and European Memory Politics” in BERG, Eiki e EHIN, Piret (editores), op. cit., p. 33-50.

²³⁶ Elena Fofanova e Viatcheslav Morozov assinalam que “the heroic narrative of the Great Patriotic War (that is, the Soviet Union’s war against Nazi Germany in 1941-1945) is particularly important for the new Russia’s identity construction, since it links Russia with Europe and/or civilization”. FOFANOVA, Elena e MOROZOV, Viatcheslav. “Imperial Legacy and the Russian-Baltic relations: from conflicting historical narratives to a foreign policy confrontation?” in BERG, Eiki e EHIN, Piret (editores), op. cit., p. 26.

fossem maioria. A apropriação exclusiva do discurso da “Grande Guerra Patriótica” pela Rússia e pelos russos é vista com compreensível rejeição em muitas áreas da antiga União Soviética.

Na ótica dos Estados bálticos, o convite formulado pelo presidente russo criara uma situação delicada. Nenhum de seus líderes jamais se imaginara, obviamente, na condição de Chefe de Estado de país vitorioso na Segunda Guerra, e não era agora que seus países tornaram-se membros da OTAN ou da UE que se sentiriam confortáveis em participar de festividades alusivas à data. A vitória da URSS não representou, para os Estados bálticos, a liberação do fascismo, mas simplesmente nova e demorada submissão a Moscou. Um ex-Embaixador da Letônia em Washington, Ojars Kalnis, observou que poderiam ser julgados ofensivos, no limite, os convites estendidos aos Chefes de Estado bálticos, pois estavam sendo convocados a celebrar a invasão, a ocupação e a dizimação de suas populações por Stalin e pelo Exército Vermelho²³⁷. Noutras palavras, estavam sendo involuntariamente convocados a enaltecer o que seus países buscavam renegar.

As respostas dos Chefes de Estado bálticos ao convite russo foram variadas. A Presidente Vaira Vike-Freiberga, da Letônia, aceitou de imediato o convite. Com antecedência planejada, emitiu, em 12 de janeiro de 2005, declaração em que explicava os motivos de sua decisão, da qual se transcrevem trechos em seguida:

Latvia, together with the rest of Europe, rejoices at the defeat of Nazi Germany and its fascist regime in May of 1945. However, unlike the case in Western Europe, the fall of the hated Nazi German empire did not result in my country's liberation...For Latvia, the beginning of the end of the Second World War arrived many decades later, on May the 4th, 1990. This was the date when my country's parliament passed a declaration of independence from the Soviet Union... As a full member of the European Union and the NATO Alliance, Latvia is proud to be able to take part in the construction of a new and better Europe, a privilege that had been denied to my country for decades. For this reason, I, as President of my country, have decided to attend the summit of Europe's leaders in Moscow on May the 9th of this year. In doing so, I will be demonstrating Latvia's

²³⁷ ONKEN, Eva-Clarita, op. cit., p. 40.

*resolute desire to take part in all significant meetings that concern our continent's past history, as well as its future*²³⁸.

Os outros dois Chefes de Estado bálticos declinaram o convite. Arnold Ruutel, Presidente da Estônia, escudou-se numa explicação, dentro do previsível, de que preferia ficar perto da nação naquela data que evocava para seus concidadãos memórias de momentos dolorosos. Embora possa ter colhido aplauso fácil entre a maior parte da população estoniana, foi muito criticado no setor político e por formadores de opinião do país pela decisão de não comparecer e de desperdiçar deste modo uma chance histórica de dar bom encaminhamento às pendências no relacionamento com a Rússia, em particular o acordo sobre fronteiras e os direitos das minorias russas. Chegara a ser cogitada pela parte russa a assinatura, pelo próprio Presidente Putin, dos tratados de fronteiras com a Estônia e com a Letônia em Moscou, no dia seguinte às festividades. As lideranças políticas da Estônia opinavam que o eventual custo da presença de Ruutel em Moscou seria irrisório diante do benefício de finalmente poder dar por encerrada a questão de fronteiras com a Rússia.

Valdas Adamkus invocou motivos similares para permanecer em Vilnius. Podia, é verdade, permitir-se o luxo da ausência. Não tinha motivos para gestos de simpatia em relação a Moscou, já que as relações da Lituânia com a Rússia, apesar de sempre marcadas por uma hostilidade retórica, estavam desobstruídas de qualquer contencioso concreto em 2005. Mas, ao deixar de marcar presença, Valdas Adamkus privou-se de dar passo na direção de libertar o país do fardo da memória coletiva. Preferiu continuar prisioneiro dela. Além disso, alimentou o ressentimento com a decisão de permanecer no país.

Vaira Vike-Freiberga, em contraste, foi bastante aplaudida por sua atitude. Com a presença em Moscou bem fundamentada por sua declaração pública prévia, acabou chamando a atenção sobre si, sobre seu país e sobre a “questão báltica”. Antes de dirigir-se a Moscou, o Presidente norte-americano George W. Bush fez escala em Riga, para encontro com os três Chefes de Estado bálticos, de que a Presidente letã foi anfitriã. Vaira Vike-Freiberga remetera aos 24 Chefes de Estado e de

²³⁸ A íntegra do texto pode ser encontrada em <http://www.am.gov.lv/en/news/speeches/2005/January/12-1/>, acesso em 13 de janeiro de 2010.

Governo convidados cópia da mensagem em que explica as razões de seu comparecimento ao evento. Praticamente todos lhes responderam com manifestações de felicitações pela decisão, de compreensão da dificuldade da Letônia em celebrar o fim da Segunda Guerra Mundial e de expressão de apoio e simpatia. O Premier britânico Tony Blair, em sua carta de resposta, escreveu-lhe o seguinte: “*One year after Latvia took its legitimate place in Europe, and 14 years after regaining independence, you are able to get together for reconciliation and for constructive relations with Russia. I hope that Russia will answer positively*”²³⁹.

A resposta da Rússia seria, de fato, parcialmente positiva. Diferentemente da Estônia, cujo tratado fronteiriço com a Rússia ainda aguarda conclusão definitiva, a Letônia e a Rússia firmaram, em 27 de março de 2007, o instrumento jurídico internacional que havia sido redigido dez anos antes e cuja assinatura ainda não se concretizara em função de eventual inclusão da inevitável cláusula de fundo histórico, reivindicada pela Letônia, sobre a ilegitimidade da ocupação. Expurgado de tal dispositivo, o tratado confirmou as fronteiras existentes em 1991 e não as anteriores à ocupação. Dessa forma, os letões “perdiam” o distrito por eles chamado Abrene²⁴⁰. Em troca, ao assinar o Tratado e ter garantias de fronteiras internacionalmente reconhecidas com a Rússia, afastava questão que ameaçara excluir o país do esquema de livre circulação de pessoas de Schengen, já que um dos requisitos para admissão na UE, inclusive Schengen, e na OTAN é a inexistência de disputas jurídicas sobre as fronteiras. Tal requisito fora contornado por ocasião da dupla adesão em 2004 em razão de uma interpretação generosa da questão, de que não havia litígios fronteiriços: o acordo estava pronto e apenas aguardava o momento da assinatura. O tratado entrou em vigor em 18 de dezembro de 2007, mediante troca de instrumentos de ratificação, em cerimônia realizada em Riga.

Por outro lado, em entrevista coletiva de imprensa após as festividades de 9 de maio em Moscou, o Presidente russo foi indagado por jornalista

²³⁹ Citado em ONKEN, Eva-Clarita, op. cit., p. 47.

²⁴⁰ Daina Stukuls Eglitis observa que “the dispute over Abrene/Pitalovo was more than a dispute about legal rights to a territory (though those were important)... The dispute appeared to be less about wanting physical control over the territory Latvians called Abrene than about asserting control over history. There was a desire to legitimate the Latvian ‘story’ of Abrene and to receive from Russia recognition of a historical injustice that could symbolize other historical injustices done to the nation.” EGLITIS, Daina Stukuls, op. cit., p. 149.

estoniano sobre as dificuldades de Moscou em “desculpar-se pela ocupação”. Sua resposta, após arrazoado histórico, foi de um laconismo apegado estritamente à tautologia jurídica. Disse que, se, em 1940, os países bálticos haviam por iniciativa própria ingressado na União Soviética, então, em 1945, a União Soviética não poderia tê-los ocupado ou anexado, na medida em que já eram parte integrante da nação²⁴¹.

4.2.2 Estônia

O choque de visões conflitantes sobre a história entre os países bálticos e a Rússia – mais especificamente sobre se o papel da URSS na Segunda Guerra teria sido primordialmente o de libertadora do nazismo ou de força de ocupação dos bálticos – manifestou-se de maneira mais aguda e grave em outro episódio ocorrido após 2004: a decisão das autoridades estonianas de transferir da Praça Tonismaagi, no centro de Tallinn, para cemitério militar em local mais afastado, em 2007, o monumento popularmente conhecido na Estônia como Soldado de Bronze, sob o qual jazem os restos mortais de soldados soviéticos mortos em combate contra as tropas nazistas²⁴². A forte reação da minoria russa à decisão traduziu-se, inicialmente, nas primeiras demonstrações de fundo étnico em ampla escala no país desde 1980, quando um concerto de *rock* mobilizara os jovens estonianos contra a “russificação”. Posteriormente, a crise do Soldado de Bronze teve desdobramentos em várias esferas.

O memorial, cujo nome oficial é “Monumento aos Libertadores de Tallinn”, foi inaugurado em 1947, num local escolhido em função da grande visibilidade no mapa urbano de Tallinn e não da eventual proximidade de combates. Ganhou visibilidade com o passar dos anos, sobretudo após Leonid Brejnev ter intensificado, na moldura da identidade soviética, a importância da “Grande Guerra Patriótica”.

²⁴¹ Citado em ONKEN, Eva-Clarita, op. cit., p. 44.

²⁴² O tema está analisado em: a) BRUEGGEMAN, Karsten e KASEKAMP, Andres. “Identity Politics and Contested Histories in Divided Societies: the case of Estonian war monuments”, in BERG, Eiki e EHIN, Piret (editores), op. cit., p. 51-63; b) MAELKSOO, Maria. “Liminality and Contested Europeanness: conflicting memory politics in the Baltic space”, in BERG, Eiki e EHIN, Piret (editores), op. cit., p. 66-83; e c) EHALA, Martin. “The Bronze soldier: identity threat and maintenance in Estonia”, in LAURISTIN, Marju e VIHALEMM, Peeter (editores), op. cit., p. 135-152.

Todos os anos, em nove de maio e 22 de setembro²⁴³, realizavam-se cerimônias no local.

Após 1991, o monumento perdeu importância e foi, de certa forma, esquecido. Era visitado apenas por veteranos de guerra russos. Em termos de “revisão” da história, a prioridade na Estônia estava, como em outras áreas do mundo comunista, em rebatizar cidades e ruas, devolvendo-lhes na maior parte dos casos os nomes originais ou anteriores, ou em derrubar bustos de Lênin. As autoridades estonianas escolheram “despolitizar” o Soldado de Bronze em vez de removê-lo, mediante deslocamento gradual do significado do monumento, que passaria de tributo a heróis soviéticos a homenagem universal às vítimas da guerra²⁴⁴. Nesse contexto de aparente serenidade de ânimos, não haveria explicação imediata para a repentina decisão do Governo de transferir o monumento de local, nem para a forte oposição que suscitou. É preciso recuar no tempo para poder compreender a sequência dos acontecimentos.

Da perspectiva estoniana, os que lutaram contra a ocupação soviética, mesmo ao lado das tropas nazistas, são geralmente vistos como *freedom fighters*. No sentido inverso, os estonianos eram comumente chamados pelos russos soviéticos de fascistas ou de colaboradores do nazismo. Os monumentos públicos erguidos na Estônia durante a Guerra Fria eram unicamente aqueles autorizados pelos soviéticos, como o Soldado de Bronze. Os veteranos de guerra estonianos vinham assim alimentando, desde 1991, a ideia de erigir monumento em reconhecimento ao que julgavam ser o seu devido lugar na história do país.

Um memorial em pedra foi por eles construído em 2004, na cidade interiorana de Lihuala. A obra encontrava inspiração estética na desafortunada ideia de exibir em relevo a imagem de um soldado estoniano trajado em uniforme de guerra alemão, com uma submetralhadora Mauer nas mãos. O Primeiro-Ministro Juhan Parts recusou-se a comparecer à cerimônia de inauguração, em 20 de agosto, alegando que o monumento constituía pura provocação. A crítica internacional não se fez esperar e a obra terminou demolida pelas autoridades, em dois de setembro. Tais fatos estavam ainda muito presentes quando as autoridades estonianas

²⁴³ Data de libertação de Tallinn pelo Exército Vermelho.

²⁴⁴ BRUEGGEMAN, Karsten e KASEKAMP, Andres, op. cit., p. 56.

decidiram transportar para outro sítio o Soldado de Bronze, pouco mais de dois anos depois.

Do ponto de vista de Moscou, a participação na vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, que já vinha sendo enfatizada em escala crescente desde Brejnev, foi alçada, sob o Presidente Putin, à categoria de elemento central da identidade russa contemporânea, no lugar da Revolução de Outubro. Neste sentido, a história passou a ser usada como arma de primeira importância na batalha por corações e mentes empreendida pelo nacionalismo russo revigorado, no segundo mandato presidencial de Vladimir Putin²⁴⁵.

Encaixam-se igualmente nessa ordem de ideias o redimensionamento positivo do papel histórico de Joseph Stalin, assim como a própria comemoração em grande estilo do sexagésimo aniversário da libertação da Europa, em nove de maio de 2005. Atentar contra tudo aquilo que simbolize o triunfo russo na “Grande Guerra Patriótica” se transformara, assim, em blasfêmia²⁴⁶. Não foi simples casualidade que, em 2006, as comemorações do dia da vitória, em Tallinn, atraíssem grande interesse da imprensa, em razão de confrontações entre russos que prestavam homenagens em frente ao Soldado de Bronze e manifestantes estonianos, um dos quais, portando a bandeira nacional, foi cercado e teve de ser resgatado por soldados. Começaram aí as demandas de cidadãos estonianos pela remoção do Soldado de Bronze, o que seria feito no dia 26 de abril de 2007.

O encadeamento dos fatos indicava clima de tensão crescente, mas não em escala que autorizasse supor que a transferência do monumento para um cemitério militar desencadeasse reação na proporção atingida. Tal reação começou quando os habitantes de origem russa, em massa, depositaram em 9 de maio cravos brancos no local onde estava previamente instalado o Soldado de Bronze.

O Governo estoniano tentou em vão conter a elevação da temperatura das hostilidades dentro das fronteiras do país. Angela Merkel, na

²⁴⁵ PELNENS, Gatis (editor). *The “Humanitarian Dimension” of Russian foreign policy toward Georgia, Moldávia, Ukraine, and the Baltic States*. Riga: Centre for East European Policy Studies, International Centre for Defence, Studies, Centre for Geopolitical Studies, School for Policy Analysis at the National, University of Kyiv-Mohyla Academy, Foreign Policy Association of Moldávia, International Centre for Geopolitical Studies, 2009, p. 68-69.

²⁴⁶ A manchete do *Pravda* foi: “Estônia comete sacrilégio ao desmantelar monumentos a soldados soviéticos”.

presidência rotativa da UE e procurando exercer papel de mediadora, obteve consentimento do Governo estoniano para que uma delegação da *Duma* russa visitasse Tallinn. A delegação parlamentar russa declarou sem meias palavras que o Governo estoniano deveria simplesmente renunciar e, com isso, contribuiu para fazer deteriorar ainda mais a atmosfera prevalecente.

As manifestações ultrapassaram a partir de então os limites territoriais estonianos e chegaram a Moscou, onde membros do movimento de juventude ultranacionalista *Nashi*, criado em meados da década de 2000, cercaram seguidamente a missão diplomática da Estônia em atos que chegaram a criar constrangimento pessoal à Embaixadora Marina Kaljurand. Naquela altura, a UE decidiu intervir em socorro de um de seus membros e demandou à Rússia que respeitasse a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. A OTAN também expressou apoio.

É plausível que Moscou não contasse com a possibilidade do pleno respaldo da UE e da OTAN à Estônia. De qualquer modo, diante dos fatos, optou por evitar o desgaste continuado com os países ocidentais e decidiu perseguir seus objetivos por outros meios: ondas organizadas e sucessivas de ataques desferidos por *hackers* contra os sítios oficiais estonianos. Além disso, impôs diferentes modalidades de retaliações econômicas à Estônia. A queda de braços repercutiu no clima negativo do encontro de cúpula UE-Rússia realizado em 17 e 18 de maio, em Samara, na Rússia. Após o evento, Moscou procedeu a um desengajamento rápido da situação, ainda que, durante todo o ano de 2007, militantes do *Nashi* se tenham perfilado no antigo sítio do monumento em Tallinn, tentando manter viva a memória do ocorrido.

Se o episódio em seu conjunto terá servido para tranquilizar Tallinn, assim como, indiretamente, Riga e Vilnius, quanto ao reforço da segurança brindado pela “dupla adesão”, terá sido útil igualmente aos demais membros da UE como processo educativo sobre a hipersensibilidade com que os Estados bálticos e a Rússia ainda se relacionam com o passado. Alguma fração dessa hipersensibilidade fora incorporada nas relações de Bruxelas com a Rússia, depois de 2004.

No plano interno estoniano, os acontecimentos em torno do Soldado de Bronze colocaram em cheque hipóteses mais ou menos otimistas, elaboradas na segunda metade dos anos 90, sobre as relações étnicas nos Estados bálticos. Tais hipóteses argumentavam ser a integração dos

russos na população local uma possibilidade exequível. A integração se processaria à proporção que as gerações antigas fossem substituídas por outras mais jovens, crescidas e educadas nos países bálticos. A questão étnica estaria assim equacionada de forma mais ou menos automática, desde que o nacionalismo dos estonianos e dos letões fosse contido.

Para David J. Laitin, por exemplo, existiria um interesse real das minorias russas (incluindo-se nelas os ucranianos e os bielorrussos) em permanecer nos países em que estão radicadas há décadas, em razão de condições e oportunidades de vida geralmente superiores às que poderiam encontrar na Rússia, ou, ainda, em Belarus ou na Ucrânia. Os que desejavam voltar, e perfaziam parcela muito reduzida, já o haviam feito nos anos imediatamente após a independência. Os que ficaram teriam desenvolvido atitude pragmática e orientada para o futuro no sentido de buscar modalidades de integração e assimilação na vida local. Prova dessa tendência estaria, por exemplo, na decisão cada vez mais comum de pais etnicamente russos na Estônia e na Letônia matricularem os filhos em escolas nas quais o ensino se faz no idioma praticado pela maioria étnica local²⁴⁷.

A mesma possibilidade de assimilação gradual das minorias russas foi elaborada por Juan J. Linz e Alfred Stepan. As premissas utilizadas por eles são, porém, diferentes. Ambos exploram, lastreados em dados de pesquisas de opinião conduzidas na Estônia e Letônia, o conceito de “identidades múltiplas e complementares”. Uma vez observados os direitos culturais coletivos e as liberdades individuais dos integrantes das minorias étnicas russas, poder-se-ia desenvolver entre eles lealdade adicional ao país em que fixaram residência. Este seria um caminho razoavelmente factível para os habitantes etnicamente russos da Estônia e da Letônia, em razão de baixa identificação com a Rússia, apontada nos dados das pesquisas, e da percepção de que seus descendentes contariam com perspectivas de vida comparativamente melhores nos países bálticos. Fator crítico para a concretização dessa alternativa seria o domínio do idioma local pelos indivíduos pertencentes às minorias russas²⁴⁸.

Os acontecimentos em volta do Soldado de Bronze em Tallinn encontram-se assim na contramão das hipóteses desenvolvidas acima

²⁴⁷ LAITIN, David J., op. cit., p. 353-359.

²⁴⁸ LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred, op. cit., p. 410-414.

em vários aspectos, dos quais um deles parece ser particularmente relevante: os manifestantes estonianos e russos que saíram às ruas eram primordialmente jovens. Não será assim por simples decurso de prazo que a questão das relações étnicas nos países bálticos se dissolverá.

Pode-se ponderar que o episódio provavelmente não teria tido lugar se a atitude das autoridades não fosse percebida como gesto de provocação, ou que se trataria de fato relativamente isolado durante as duas décadas de independência e não degenerara em violência aberta, em nada, enfim, que se pudesse comparar, nem de longe, à violência étnica na ex-Iugoslávia. Por fim, não seria inteiramente descabido usar como atenuante a tese de que a violência nasceu menos da dimensão propriamente étnica do conflito do que do antagonismo provocado por visões distintas da história e por ataques desnecessários a símbolos da nacionalidade.

Todos esses argumentos somados não invalidam, todavia, a necessidade de encarar o episódio do Soldado de Bronze como termômetro de uma sociedade dividida. Somente a adoção de medidas efetivas de proteção dos direitos humanos das minorias poderá remediar o quadro no longo prazo. Em Tallinn, a divisão é ainda mais aguda, pois a população da cidade tem composição étnica repartida ao meio entre russos e estonianos.

Além disso, não deve pairar dúvida de que o ocorrido seja indício inequívoco de que as relações com a Rússia permanecem e continuarão sujeitas a tormentas imprevisíveis, surgidas aparentemente do nada e potencialmente capazes de empurrar a Estônia – e, em menor escala, a Letônia – para situações completamente fora de seu controle e, portanto, de risco elevado.

Cenário explosivo foi aventado como possibilidade real em dissertação elaborada no âmbito do XXVIII Curso de Altos Estudos, em 1993: “Os Estados bálticos encontram-se em contexto histórico e geográfico extremamente perigoso. Estão sendo reunidos elementos que podem conduzir as atuais tensões na direção do conflito armado. Atrás desse quadro existem ressentimentos profundamente amargados, nacionalismos ressurgentes, conflitos étnicos, xenofobia profunda e chauvinismo exacerbado”²⁴⁹. Tal cenário foi vislumbrado em momento

²⁴⁹ SANTOS, Affonso José. “Conflitos de base étnica: o caso dos Estados bálticos”. Tese apresentada no XXVII Curso de Altos Estudos. Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. 1993, p. VII (Introdução).

substancialmente diferente do atual. As tropas soviéticas ainda permaneciam estacionadas nos bálticos e a “dupla adesão” à UE e à OTAN pertencia à ampla categoria de possibilidades remotas de um futuro distante. Além disso, o quadro de violência étnica nos Bálcãs permitia esperar o pior.

Se, hoje, as possibilidades de uma evolução tão drasticamente negativa parecem definitivamente afastadas, é seguro, porém, que Moscou não abrirá mão de continuar a exercer influência sobre os “compatriotas” que vivem no exterior. Ao anunciar, na cidade de Sochi, em agosto de 2008, as linhas de política externa que norteariam sua gestão, o Presidente Dmitri Medvedev reiterou a prioridade da questão. A proteção dos cidadãos russos, “onde quer que estejam”, é o quarto dentre os cinco pontos centrais da diplomacia de Moscou então anunciada pelo Presidente. O quinto ponto afirma que a Rússia manterá “vínculos especiais” com as regiões às quais a atam laços amistosos e históricos²⁵⁰.

Esses dois pontos, adicionados à ampla definição jurídica sobre quem pode enquadrar-se como “compatriota” na lei federal russa sobre cidadania, conformam uma política que, embalada como humanitária e cultural, é de fato um conjunto de diretrizes de *soft power* destinadas a uniformizar o tratamento dado à diáspora russa nas ex-repúblicas soviéticas, no intuito de mantê-la vinculada ao “mundo russo”, considerado aqui como elemento civilizacional ímpar. Outro objetivo importante é o de tentar atrair de volta ao país russos que se acham dispersos nas regiões que fizeram parte da ex-URSS. A Rússia é um país que, como se sabe, não apenas se está despovoando, como passa por processo de transformação da paisagem demográfica em que o elemento étnico russo diminui proporcionalmente em relação às demais etnias, provenientes da Ásia Central e do Cáucaso e geralmente muçulmanas.

A política de defesa dos compatriotas atribui-lhes a característica tanto de parceiros econômicos, culturais e espirituais da Rússia no cenário global como de instrumentos de reforço da presença russa no mundo. A diáspora assume assim contornos de entidade geopolítica de defesa dos interesses globais da Rússia.

Por fim, a política dos “compatriotas” almeja manter a diáspora na órbita de Moscou e inculcar-lhe sentimento de lealdade para com o âmag

²⁵⁰ <http://en.rian.ru/world/20080831/116422749.html>, acesso em 15 de janeiro de 2010.

dos valores oriundos da ancestralidade russa. Neste sentido, constitui contrapeso natural aos esforços de membros da diáspora para desenvolver novas identidades à base da integração ou da assimilação nas nações em que vivem. O contrapeso tem sido forte o suficiente para provocar focos de instabilidade e agitação nos países afetados, mas é incapaz de atrair à Rússia os “compatriotas”.

Um dos motivos apontados para a falta de efetividade da política é o fato de que teria chegado tarde, num momento em que os russos que permaneceram no exterior após o desmembramento da URSS já haviam desenvolvido estratégias de integração local, muitas vezes por simples instinto de sobrevivência. Além disso, segundo Maria Nozhenko, os cidadãos russos poderiam reagir em sentido contrário aos objetivos da política ao sentirem-se manipulados, usados para sanar o crônico problema do decréscimo populacional na Rússia na condição de objeto, na política externa russa, da transição “*from a discourse of a burden to the discourse of a resource*”²⁵¹. Na Estônia, por exemplo, apenas vinte famílias regressaram à Rússia no âmbito do programa de assentamento de compatriotas no período 2005-07. No mesmo intervalo de três anos, o fluxo emigratório da Rússia na direção da Estônia foi maior²⁵².

É certo, ainda, que a Rússia continuará a levar a questão dos alegados abusos de direitos humanos das minorias russas na Estônia e na Letônia a diversos foros internacionais, tais como a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a OSCE²⁵³. É longa, na opinião russa, a lista de transgressões no campo dos direitos humanos perpetradas pela Estônia e pela Letônia. O rol de reclamações começa, naturalmente, pela violação dos direitos dos russófonos que vivem nos dois países. Estende-se à denúncia de acolhida de simpatizantes e de simpatias pelo nazismo, as quais se traduzem na negação do significado do papel da URSS na derrocada do nazismo e na aquiescência velada ou na omissão diante de passeatas de veteranos das *Waffen-SS*. Incorpora ainda a recusa, já superada no caso da Letônia,

²⁵¹ NOZHENKO, Maria. “Motherland is calling you! Motives behind and prospects for the new Russian policy on compatriots abroad”, in *Lithuanian Foreign Policy Review* (18), Vilnius: Foreign Policy Research Center, 2006, p. 37.

²⁵² PELNENS, Gatis (editor), op. cit., p. 73.

²⁵³ Uma lista exaustiva das iniciativas russas recentes em foros internacionais e relativas aos direitos humanos nos Estados bálticos pode ser encontrada em PELNENS, Gatis (editor), op. cit., p. 62-75 (Estônia) e p. 161-169 (Letônia).

mas não no da Estônia, em renunciar a reivindicações territoriais sobre a Rússia, pela insistência na menção respectivamente aos tratados de Riga e de Tartu, ambos de 1920, nos acordos de fronteiras negociados após 1991.

O campo de batalha retórica, semântica e histórica em que parcialmente se transformou o relacionamento bilateral dos Estados bálticos com a Rússia deve ser compreendido no quadro amplo das controvérsias que emergiram após o final da Guerra Fria sobre os alegados abusos de direitos humanos cometidos no mundo comunista, cujo principal palco foi e continua a ser o Conselho da Europa. Os Estados bálticos procuram, nesse marco, responsabilizar a Rússia, além de chamar a atenção da comunidade internacional para as violações de direitos humanos ocorridas sob a ocupação soviética.

A pressão do mundo ocidental é, no entanto, para que os Estados bálticos e os ex-países comunistas da Europa Oriental reconciliem-se antes com o Holocausto, em conformidade com o argumento apresentado por Tony Judt e já mencionado anteriormente de que o reconhecimento da responsabilidade pelo genocídio dos judeus passou a ser condição da aceitação na comunidade de valores da Europa contemporânea.

4.2.3 *Lituânia*

Esse descompasso de expectativas entre, de um lado, a ambição dos Estados bálticos de obter reconhecimento pelas injustiças sofridas durante o tempo em que estiveram sob domínio soviético e, de outro, a vasta insensibilidade em relação à admissão de alguma parcela de responsabilidade no extermínio de israelitas pode ser ilustrado por duas matérias publicadas no mesmo número do jornal *The Baltic Times*, editado em Riga.

Na primeira delas, o ex-Presidente da Lituânia, Valdas Adamkus, expressava à imprensa preocupação com a deterioração das relações bilaterais com a Rússia, após haver recebido em audiência protocolar o novo Embaixador russo em Vilnius. Adamkus reconhecia avanços expressivos, tais como o comércio em crescimento, fluxos de investimento em expansão e a multiplicação de contatos diretos entre cidadãos dos dois países. A razão das dificuldades estaria localizada na maneira ambígua com que a liderança russa se estaria referindo à antiga

URSS, recusando-se a reconhecer os crimes cometidos durante o período soviético ao mesmo tempo em que reivindicava créditos pela vitória sobre o fascismo e o nazismo. A ambivalência com relação ao passado – tal como refletida, por exemplo, na anteriormente citada frase de Putin de que o fim da URSS era uma tragédia – aplicar-se-ia igualmente à forma de tratar a própria extinção da União Soviética. Em suas palavras, “*we are increasingly disturbed by Russia’s views of the State which it itself pronounced, in the Belavezha accords, a geopolitical entity that no longer exists*”²⁵⁴. O Presidente lituano recordou, por outro lado, que a Rússia, na condição de sucessora da URSS, era responsável por “crimes contra a humanidade” cometidos nos Estados bálticos, Hungria, Polônia e ex-Tchecoslováquia, entre outros. Por fim, Valdas Adamkus, sem deixar de reconhecer a contribuição soviética na derrota do nazismo, não a limitou aos russos e a dividiu entre todas as nacionalidades que lutaram no Exército Vermelho: “*I can assure you that nobody in Lithuania is going to deny the input of the Russian nation in the fight against fascism. Just like the input of any other nation – the Ukrainians, Belarussians, Kazakhs*”²⁵⁵.

Na segunda matéria, publicada na capa do mesmo número do periódico, entidades que congregam a comunidade judaica internacionalmente, tais como a *B’nai B’rith International* e o *World Jewish Congress*, condenaram o Governo lituano pela incapacidade de cumprir com promessas anteriores de restituir antigas propriedades judaicas roubadas durante a Segunda Guerra Mundial. Tais promessas teriam sido feitas àquelas entidades e outras, segundo o artigo, em contrapartida do apoio por elas dado ao pleito lituano de ingressar na UE e na OTAN. O Governo lituano é ademais criticado por omitir-se frente a atitudes escancaradamente antissemitas no país, tais como, como, por exemplo, a profanação de cemitérios israelitas ou o olhar complacente da polícia no momento em que jovens manifestantes de cabeça raspada desfilavam pela avenida principal de Vilnius, brandindo palavras de ordem de conteúdo racista. Segundo representante de uma das entidades judaicas, citado na matéria, o Governo furtou-se a reprimir a passeata

²⁵⁴ Cf. “Adamkus disturbed by the deteriorating Russian Relations”. *The Baltic Times*, 10 de julho de 2008.

²⁵⁵ Ibidem.

para evitar ser acusado de ceder aos judeus, num momento que antecedia as eleições parlamentares de outubro de 2008²⁵⁶.

O uso seletivo da memória, as dificuldades e ambiguidades de relacionar-se com o próprio passado, que a Lituânia apressa-se em apontar nos russos, mas reluta em admitir em relação a si mesma no caso do antissemitismo, testemunham que, apesar da modernidade propagada alto e bom som e simbolizada pela adesão à UE e à OTAN, ainda é decisivo o peso da história na modelagem de posturas e políticas públicas assumidas pelos Estados bálticos.

A Lituânia foi protagonista, em 2008, de episódio que assinalou possivelmente um dos pontos mais baixos no relacionamento de qualquer dos Estados bálticos com a Rússia, levando ademais consigo todos os demais Estados membros da União Europeia: o bloqueio das negociações de novo instrumento para regulamentar as relações UE-Rússia, em substituição ao Acordo de Parceria e Cooperação que fora assinado em 1994 e entrara em vigor em 1997.

Em vista das grandes transformações no âmbito das relações UE-Rússia ocorridas desde a assinatura do Acordo, entre as quais a ampliação do número de membros da UE, o aumento das áreas de intercâmbio e a adoção dos mapas do caminho para os quatro espaços comuns, a Comissão Europeia circulou aos Estados membros, em julho de 2006, rascunho de mandato negociador para novo acordo de longo prazo que expandisse a cooperação de Bruxelas com Moscou.

Em novembro do mesmo ano, a aprovação do mandato negociador foi bloqueada pelo Governo polonês, sob a liderança do então Primeiro-Ministro Jaroslaw Kaczynski. A razão avocada para a decisão foi a proibição pela Rússia da importação de produtos de carne suína polonesa, em alegada violação dos termos do Acordo de Parceria e Cooperação. A Lituânia apoiou a posição polonesa e condicionou, adicionalmente, o endosso ao mandato negociador à inclusão, em seu escopo, de discussões destinadas a lograr a retomada, pela Rússia, do suprimento de óleo cru à refinaria de Mazeikiai, pelo oleoduto de Druzhba. Supostos defeitos técnicos nos dutos estariam impedindo, na versão oficial russa, o bombeamento de petróleo. Tais defeitos manifestaram-se, sem aviso prévio, logo após a venda

²⁵⁶ Cf. “Jewish community betrayed”. *The Baltic Times*, 10 de julho de 2008.

da maior parte do capital acionário da refinaria, antes pertencente à empresa norte-americana *Williams Petroleum*, à polonesa *PKN Orlen*, sendo preterida no processo a russa *Lukoil*. Na época, o Governo lituano ainda detinha participação minoritária na refinaria Mazeikiai, posteriormente vendida à própria *PKN Orlen*.

Em consequência do duplo bloqueio polonês-lituano, o Acordo de Parceira e Cooperação, que expiraria em novembro de 2007, teve sua vigência prorrogada por um ano. Na esteira da ascensão de Donald Tusk ao cargo de Primeiro-Ministro, no próprio mês de novembro, o Governo polonês chegou a entendimento com o russo sobre a pendência bilateral relativa ao comércio de produtos suínos. Em janeiro de 2008, a Polônia informou Bruxelas de que retirara o veto ao mandato negociador. A Eslovênia, no exercício da presidência de turno da UE, buscou imediatamente traduzir a decisão polonesa numa aprovação pelos Estados membros do mandato negociador em seu conjunto. Foi então que a Lituânia, isoladamente, impediu o consenso comunitário ao colocar sobre a mesa três novos elementos que deveriam ser incorporados no mandato da Comissão Europeia nas tratativas com a Rússia.

As exigências lituanas, finalmente contempladas no mandato negociador aprovado em Bruxelas, abarcavam três conjuntos de temas: i) no campo da energia, incluíram-se referências à validade das obrigações da Rússia nos termos da Carta da Energia e à necessidade de esforços da Comissão no sentido de refletir tais obrigações no futuro instrumento jurídico bilateral²⁵⁷, inclusive a solicitação lituana de que a Comissão desse atenção especial nas negociações ao tema da retomada do fornecimento de petróleo pelo oleoduto de Druzhba; ii) na esfera dos chamados temas de “cooperação judiciária”, a Comissão Europeia obrigou-se a, dentro de suas atribuições, expressar a expectativa de Bruxelas de colaboração mais efetiva de Moscou na apuração dos fatos relativos aos atos de violência de 13 de janeiro de 1991, quando forças russas invadiram as torres de TV e rádio em Vilnius e catorze pessoas foram mortas, bem como ao chamado massacre de Medinikai, nome de posto na fronteira com a Belarus em que sete guardas desarmados foram

²⁵⁷ Posteriormente, em agosto de 2009, a Rússia, que vinha aplicando a Carta em regime provisório, notificou o depositário do Tratado da Carta da Energia da intenção de não tornar-se parte contratante do instrumento. Vide <http://www.encharter.org/index.php?id=414#c1338>, acesso 16.01.2010.

mortos por tiros à queima-roupa disparados por soldados das unidades soviéticas aquarteladas em Riga, em 31 de julho de 1991, pouco antes, portanto, do reconhecimento da independência; ainda dentro do capítulo de “cooperação judiciária”, a Comissão concordou em expressar à Rússia a demanda da Lituânia de esclarecimentos sobre o andamento da questão das compensações pelas pessoas deportadas durante a ocupação soviética; e iii) no que tange aos conflitos na Geórgia e na Moldávia, instou-se a Comissão a buscar formas de resolução que preservassem a integridade territorial de ambos os Estados²⁵⁸.

A posição oficial lituana foi justificada pelo Governo com base em vários argumentos, tais como o de que os problemas suscitados diziam respeito a todos os demais países membros da UE ou o de que a Lituânia visava a construir “uma nova relação de qualidade” com a Rússia. O que é penoso aceitar é a afirmação de que a Lituânia não estaria, durante o processo, transferindo a Bruxelas, como afirma Zygimantas Pavilionis, temas da agenda bilateral com a Rússia²⁵⁹.

Ressalta-se do episódio o isolamento diplomático em que terminou confinando-se a Lituânia, inclusive dos demais países bálticos. Houve uma nítida demonstração de inexperiência em matéria de diplomacia multilateral. Revelou-se temerária vocação ao atijamento permanente, que a Lituânia se esmerou em desenvolver nas relações bilaterais com a Rússia, frequentemente como sócia menor da Polônia durante o período dos irmãos Kaczynski, numa réplica extemporânea da República das Duas Nações. A Polônia, ao contrário, delimitou suas objeções ao mandato negociador de Bruxelas com Moscou a um tema objetivo, de possível resolução no curto prazo, enquanto, paralelamente, não descurou de negociar com a Rússia. Não hesitou em deixar isolada a Lituânia a partir do momento em que encontrou solução satisfatória para seu contencioso.

A Lituânia invocou, em defesa do veto à negociação, não um, mas três temas, dos quais nenhum estava sob seu controle direto, ou sequer remoto. Posição curiosa para uma nação que, a rigor, com exceção das perspectivas distintas sobre a história, novamente presentes neste

²⁵⁸ A posição oficial está refletida em artigo do Subsecretário da chancelaria lituana. Vide PAVILIONIS, Zygimantas. “Lithuanian position regarding the EU mandate on negotiations with Russia: seeking a new quality of EU-Russian Relations”, in *Lithuanian Foreign Policy Review* (21), Vilnius: Foreign Policy Research Center, 2008, p. 174-181.

²⁵⁹ PAVILIONIS, Zygimantas, op. cit., p. 177.

exemplo, dera encaminhamento exitoso aos problemas concretos que tinha com a Rússia não só sobre direitos das minorias étnicas russas e questões de fronteiras, mas também sobre o tema extremamente delicado do trânsito de pessoas e carga entre o território da Rússia e a região de Kaliningrado. Na opinião de grande parte dos observadores, a questão de Kaliningrado transformou-se no tópico mais difícil do relacionamento entre a UE e Rússia durante o processo de ampliação²⁶⁰.

Kaliningrado inclui a região em torno da cidade de mesmo nome. Durante a maior parte da história foi Königsberg, capital da Prússia Oriental e centro de cultura dos germano-bálticos. Conquistada aos alemães na II Guerra, foi incorporada na República Socialista da Rússia em Postdã, como troféu de guerra, por Stalin. Transformou-se com o tempo em base naval e militar. Kaliningrado está separada do território russo, espremida entre o Mar Báltico, de um lado, e dois membros da UE, de outro, Polónia e Lituânia. A ferrovia que liga a região à Rússia cruza o território da Lituânia, razão pela qual Moscou demandava um “corredor” que equivaleria ao traçado da linha férrea e cortaria o território lituano em dois para permitir o trânsito de russos, muitos dos quais soldados em serviço nas bases militares de Kaliningrado.

A proposta russa, embora de aceitação impossível para a Lituânia, logrou ser apoiada pela Itália e foi encorajada pela França, em cúpula da UE. A Alemanha, o Reino Unido e os Países Baixos opuseram-se ao conceito de um “corredor russo” em solo lituano. A solução intermediada pela UE, aceitável para a Rússia, não colocava em risco o ingresso futuro da Lituânia e da Polónia em Schengen. Tal solução consistiu na emissão de documentos facilitados de trânsito, de múltiplas entradas e sem ônus para os russos, para uso entre Kaliningrado e a Rússia. A Lituânia e a Rússia consideraram o arranjo satisfatório, e o nível de cooperação na área tornou-se intenso²⁶¹.

²⁶⁰ SERGOUIN, Alexander. “Kaliningrad” in LIEVEN, Anatol e TRENIN, Dmitri (editores). *Ambivalent Neighbors: the EU, NATO, and the Price of Membership*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2003, p.145.

²⁶¹ Vide: a) “Communication from the Commission to the Council. Kaliningrad: Transit”. Documento COM (2002) 510 final, de 18 de setembro de 2002; e b) “Report from the Commission on the functioning of the facilitated transit for persons between the Kaliningrad region and the rest of the Russian Federation”. Documento COM (2006) 840 final, de 22 de dezembro de 2006.

4.2.4 Estados bálticos e Rússia em perspectiva

As relações dos países bálticos com a Rússia, conquanto tenham em comum o ponto de partida e continuem em grande parte a partilhar as mesmas características essenciais, diferenciam-se em grau crescente, no estilo, nos matizes. O relacionamento da Estônia é marcado por dificuldades baseadas em temas reais e sua diplomacia não parece disposta a concessões. A Lituânia não tem em princípio problemas concretos importantes com a Rússia, além daqueles que ela cria para si própria. Uma e outra pareceram, até aqui, mais propensas as confrontações do que a concessões.

O relacionamento com a Rússia figura apenas de maneira indireta e não individualizada na lista atual de prioridades, em número de sete, da política externa estoniana, tal como definida pelo Chanceler Urmas Paet na resposta à única pergunta que consentiu em responder do questionário que lhe fora enviado, nos seguintes termos: “*Eastern Partnership policy (Russia, Ukraine, Moldávia, Georgia, Belarus etc.) – to promote stability and democracy*”²⁶².

Quanto à Lituânia, os laços com a Rússia aparecem claramente e de maneira mais elaborada entre as prioridades da diplomacia lituana. De acordo com o ex-Chanceler Vygaudas Usackas, a Lituânia procura estabelecer “*a constructive and value-based interaction with Russia based on the values of freedom, democracy, human dignity, and historical truth. Lithuania also develops pragmatic and business-oriented relations with Russia*”²⁶³. Desde que assumiu o cargo no final de 2008, Usackas, ex-Embaixador em Washington e em Londres, vinha procurando dar caráter pragmático às relações com o país vizinho. Sua carta de renúncia, apresentada em 21 de janeiro de 2010, foi provocada por uma queda de braços com a Presidente Dalia Grybauskaite, ambos, segundo noticiado, ex-colegas e rivais na Chancelaria lituana²⁶⁴.

²⁶² Resposta enviada pela assessoria do Ministro Urmas Paet, por mensagem eletrônica, em 30 de novembro de 2009.

²⁶³ Entrevista concedida em 4 de dezembro de 2009.

²⁶⁴ Segundo declaração da porta-voz presidencial, “The president is forced to state that a minister cannot have a personal foreign policy and go about implementing it without coordination with the head of state and even, on occasion, with the prime minister.” Cf. “Foreign Minister Resigns”, The Baltic Times, 27 de janeiro de 2010.

Dalia Grybauskaitė, por sua vez, ex-Comissária da UE e personalidade familiarizada, portanto, com as questões europeias, tem plena consciência da relevância das relações de Bruxelas com Moscou. Além disso, é bem mais jovem do que o antecessor, Valdas Adamkus, respeitado emigrado dos EUA cuja faixa etária o incluía, no entanto, na geração que sofreu mais diretamente as consequências do stalinismo e que é mais propensa a pendurar-se no passado como embasamento para o relacionamento atual com a Rússia. Eleita no primeiro semestre de 2009, no primeiro turno e com grande respaldo popular, tudo indicava que a Presidente atual perseguiria linha de atuação com a Rússia afinada com o ex-Chanceler, cuja demissão se deveu essencialmente a um conflito de personalidades.

A Letônia é o país báltico que mais progrediu em termos comparativos nos vínculos bilaterais com a Rússia, deixando para trás alguns problemas reais como o de fronteiras e esvaziando outros de retórica passional. A presença dos russos no país antecede a ocupação soviética. Ao contrário de Vilnius, que perdeu sua identidade cosmopolita e adquiriu pela primeira vez em séculos um caráter quase que exclusivamente lituano, Riga permanece cidade cosmopolita, em que os letões são minoria e a presença russa é forte, sobretudo no mundo dos negócios.

O atual prefeito da cidade, eleito no ano passado, é um jovem de 33 anos, Nils Usakovs. É o primeiro letão de etnia russa a eleger-se para o cargo. Em entrevista recente, perguntado se concordava com a descrição de que seria um político “pós-étnico”, respondeu que não sabia exatamente a quem o rótulo se poderia destinar. Sua agremiação política, o Centro da Harmonia, sempre fora de caráter étnico pluralista. Usakovs acredita que, no futuro, somente terão vez os partidos que representem todos os letões, independentemente da afiliação étnica, nacionalidade, língua, religião ou condição social. Será cada vez mais importante, a seu ver, que os eleitores não pautem seu voto pela etnia do candidato. Nutre a ambição de eleger-se, em algum momento, Primeiro-Ministro. Caso isto venha a acontecer, será a prova de que a Letônia e a Rússia não estarão distantes de um estágio de maturidade em seu relacionamento.

Apesar da complexidade das questões descritas anteriormente, bem como da contaminação da agenda bilateral por um legado conflituoso, que é continuamente irrigado pelo fluxo de ataques verbais inscritos na busca da “verdade histórica” a que se referia o ex-Chanceler lituano Vygaudas Usackas, não se deve concluir que haja paralisia na cooperação,

em várias áreas. As coisas seguem sua rotina, não obstante a ausência de um tratado de fronteiras entre Rússia e Estônia, por exemplo. Os fluxos de comércio não se estancaram e obedecem ao ritmo da economia. As Embaixadas e os Consulados estão abertos. O risco que se corre no estado atual das relações bilaterais não é, em suma, o de estar-se a caminho do conflito, mas, simplesmente, o de não se estar avançando, o de estar-se desperdiçando tempo com batalhas estimuladas por mapas mentais datados no tempo.

4.3 Relações entre os Estados bálticos e a União Europeia: ativismo na Política de Vizinhança

“The EU has sometimes been called a ‘colonial power’ in extending its influence eastwards or accused of seeking to dominate Eastern Europe just as the Soviet Union once did. If so, the EU must be the most reluctant colonizer in history. It has been slow to respond to those aspiring for membership and indeed has been very reluctant to commit itself to extending its borders”²⁶⁵.

Heather Grabbe

Ramunas Vilpisauskas, Diretor do Instituto de Relações Internacionais e Ciência Política da Universidade de Vilnius, afirma que o engajamento na promoção de uma política de vizinhança efetiva no Leste Europeu é o tema que mais bem se amoldaria à contribuição dos Estados bálticos dentro da UE.

Nenhum outro membro dispõe da experiência dos Estados bálticos de terem passado pela transição política e econômica que os levou de ex-repúblicas soviéticas a membros da UE e da OTAN. Esta trajetória ímpar teria deixado, a seu ver, um acervo de práticas e experiências concretas na formulação de políticas ou na priorização de temas dentro do programa de reformas. Tal acervo habilitaria os Estados bálticos a poder exercer um papel diferenciado, dentro de um nicho específico na UE, papel que os faria passar da categoria de consumidores, durante o processo de acesso à UE, à de fornecedores de *expertise* em

²⁶⁵ GRABBE, Heather. “Challenges of UE Enlargement”, in LIEVEL, Anatol e TRENIN, Dmitri (editores), op. cit., p. 68.

transição, mais especificamente em matéria de incorporação do *acquis communautaire* em países egressos do quadro normativo soviético²⁶⁶.

Sua observação encontra eco em todas as chancelarias bálticas. A efetividade da política de vizinhança da UE, em sua dimensão para o Leste Europeu intitulada “Parceria para o Leste”, é tópico prioritário da agenda externa da Letônia, segundo Janis Zlamets, Diretor do Departamento de Relações Bilaterais – I da Chancelaria letã. Para ele, a Letônia preferiria estar cercada de países que comunguem de valores similares e não constituam fator de instabilidade ou de imprevisibilidade. Nesse sentido, a grande preocupação da Letônia é com Belarus, país com o qual divide extensa fronteira e cuja situação política, sob o regime autoritário de Alexandre Lukashenko, não apenas deixa de oferecer perspectivas promissoras para projetos de cooperação, mas pode evoluir numa direção bastante indesejável, na percepção da Letônia. O pior cenário possível seria a concretização da ameaça de união de Belarus com a Rússia, possibilidade que permanece em aberto e é ocasionalmente ventilada, como se conhece. Por fim, agregou que a política de vizinhança da União Europeia deve culminar na acessão à UE de países como a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia²⁶⁷.

Idêntica posição foi expressa pelo ex-Chanceler lituano Vygaudas Usackas:

Lithuania has been a passionate supporter for EU and NATO enlargements. We all witnessed how the preparations for the EU membership influenced and facilitated not only economic, but also political transition of countries which were eager to join the EU. As the founding member of the Vilnius Group (10 countries club which worked together for NATO membership), Lithuania strongly supports membership in the EU and NATO for the Western Balkans, believe that Turkey should take its place within Europe and that both organizations, NATO and the EU, should remain open for countries, such as Ukraine, Moldávia and Georgia, provided that they express genuine interest, conduct necessary reforms and ensure their sustainability²⁶⁸.

²⁶⁶ Entrevista concedida em 15 de dezembro de 2009.

²⁶⁷ Entrevista concedida em 10 de dezembro de 2009.

²⁶⁸ Entrevista concedida em 4 de dezembro de 2009.

A preocupação expressada na chancelaria letã com os possíveis desdobramentos na situação política de Belarus é ainda mais forte na Lituânia, que tem fronteiras não apenas com aquele país, mas também com o território russo de Kaliningrado. Ver-se confrontada, na hipótese de união de Belarus e da Rússia, com duas fronteiras com a Rússia – uma porosa e extensa, de 650 quilômetros, com Belarus, outra na fortemente militarizada região de Kaliningrado – equivaleria a um cenário de altíssimo risco, nas simulações estratégicas lituanas.

Nesse sentido, a cooperação fronteiriça com Belarus, a exemplo daquela existente com a Rússia a respeito de Kaliningrado, é assunto tratado como tema de importância de primeiro plano na Lituânia. Segundo Usackas,

*Lithuania is seeking to deepen its cooperation with all of its neighbours. Along with the traditionally close partnership with Poland and Latvia, Lithuania has a strong interest in creating mutually trustful and good neighborly relations with Russia and Belarus as well. Despite certain political issues, Lithuania is developing pragmatic cooperation with these countries, focusing on trade, investments, environment protection, cross-border cooperation*²⁶⁹.

O Subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Estônia, Harry Tiido, não se aparta de seus colegas bálticos. Para ele, a dimensão oriental da política de vizinhança da UE constitui área em que o papel dos países bálticos pode representar um diferencial para a construção da “estabilidade e segurança” da Europa. Favorável à política de portas abertas na UE e na OTAN à Ucrânia e Geórgia, Tiido afirmou ser necessário, no entanto, convencê-los de que não devem ver no horizonte da adesão uma possibilidade de compensação pelo hiato entre suas economias e as do resto da Europa. Seria preciso que estes países deixassem para trás o papel de vítimas e fizessem o “dever de casa” das reformas. Em suas palavras, “*the return to Europe is not something that has happened by default after the end of the Cold War; countries must earn their place in the EU by taking the steps towards reform that are good for them in the first place*”. Tiido observa, por fim, que a linha

²⁶⁹ Ibidem.

divisória entre a Europa conformada territorialmente pela UE e os demais países não é um “muro” concebido por considerações geopolíticas, nem barreira apriorística. É a adesão ou não a um conjunto de valores e de princípios o critério que determina o perímetro que separa quem está dentro de quem permanece fora. Nesse sentido, a Rússia poderia, no limite, situar-se dentro da UE e da OTAN se estiver pronta a abraçar este conjunto de valores e regras²⁷⁰.

Os projetos de cooperação para o desenvolvimento da Estônia, aduz Harry Tiido, contemplam a Ucrânia, Geórgia, Moldávia, Belarus (que acabara de ser elevada à categoria de país alvo prioritário de cooperação), além do Afeganistão. Os países prioritários no âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento da Lituânia são: Afeganistão, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Iraque, Moldávia e Ucrânia. Lista similar de países consta do programa de cooperação para o desenvolvimento da Letônia.

A Política Externa de Vizinhança (PEV) foi formalmente lançada em 2004, no momento em que as fronteiras físicas da UE se expandiam consideravelmente ao Leste e ao Sul, no bojo do grande alargamento formalizado naquele ano. O objetivo declarado da PEV é o de promover a estabilidade, prosperidade e segurança das regiões situadas na periferia das novas bordas da UE. Por outro lado, visa a evitar o surgimento de linhas divisórias na Europa após o ingresso de novos membros, ao mesmo tempo em que quer preservar a especificidade do espaço delimitado pelos países membros da UE dentro do contexto europeu²⁷¹. A “Parceria para o Leste” é uma das dimensões da PEV. Foi proposta pela Polônia e pela Suécia em 2008 e lançada em Praga, em maio de 2009, sob a presidência rotativa da República Tcheca. Seis países estão contemplados em seu escopo: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldávia e Ucrânia.

Na sua origem encontra-se, assim, motivação intrinsecamente ambivalente e contraditória. A PEV oferece aos vizinhos a possibilidade

²⁷⁰ Entrevista concedida em 8 de dezembro de 2009.

²⁷¹ Análise sobre a origem da PEV pode ser encontrada, por exemplo, em: a) BUNGS, Dzintra. “The EU and NATO, their policies toward neighbouring countries, especially countries of central Europe, the south Caucasus, and the Russian Federation”, in LEJINS, Atis (editor). *An enlarged Europe and its neighbourhood policy: the eastern Dimension*. Riga: Latvian Institute of International Affairs, 2004, p 6-28; e b) SPRUDS, Andris. “Russia’s Policy Towards Europe’s ‘New Neighbours’: in Pursuit of Partnership or Domination?” in LEJINS, Atis (editor), op. cit., p.29-46.

de construção de um relacionamento “privilegiado”, em troca de compromissos firmes em relação aos “valores comuns”. Tais valores são definidos como a vigência da democracia, respeito aos direitos humanos, Estado de Direito, boa governança, princípios da economia de mercado e desenvolvimento sustentável. A PEV não estabelece limites ao prometido relacionamento especial. Está implícita a possibilidade de acessão. Custa acreditar, todavia, que esta possibilidade seja de validade universal para todos os países incluídos como alvo da PEV.

Os documentos que criaram a PEV confirmaram a ambivalência calculada. Por um lado, deixam claro que se trata de um conjunto de diretrizes distinto do processo de alargamento; por outro, estipulam que o nível e a qualidade do privilégio a ser concedido, sem prejudicar os resultados do processo, estão em correlação estreita com a ambição que o país interessado demonstrar em seu programa de adesão ao patrimônio de “valores comuns”. Não é de estranhar, desta forma, que o Comissário com jurisdição sobre o alargamento seja, na Comissão Europeia, um dos protagonistas nas questões afetas à política de vizinhança. A deliberada ambiguidade da PEV foi concebida para que possa operar dentro da lógica tradicional de *carrots and sticks*, contribuindo dessa maneira para manter os países participantes suficientemente perto e convenientemente distantes de Bruxelas.

Os fundamentos da PEV são produto de lenta evolução que se acelerou após o final da Guerra Fria. Seus antecedentes mais imediatos podem ser buscados no programa PHARE²⁷², de 1989, concebido como facilitador da assistência à transição na Polônia e na Hungria, posteriormente ampliado, em 1992, sob o nome TACIS²⁷³, a outros ex-países comunistas, entre os quais os três Estados bálticos. Os documentos constitutivos da PEV propriamente dita passaram de formatos inicialmente conceituais para lineamentos mais bem definidos em torno de projetos de cooperação em distintos campos²⁷⁴. O elemento central de implementação está nos Planos de Ação, que são negociados individualmente entre a UE e cada um dos países parceiros. Planos de Ação foram concluídos, na dimensão

²⁷² A sigla deriva de Poland/Hungary Assistance for Restructuring of the Economy.

²⁷³ TACIS vem, por sua vez, de Technical Assistance to the Commonwealth of Independent States.

²⁷⁴ A evolução conceitual da PEV pode ser acompanhada em http://ec.europa.eu/world/enp/policy_en.htm acesso em 16.01.2010.

oriental da PEV, com Moldávia, Ucrânia (ambos em 2005), Armênia, Azerbaijão e Geórgia (esses três em 2007). Não existe até o momento Plano de Ação em vigor com Belarus, por opção desta.

Embora igualmente vizinha, a Rússia tem suas relações com Bruxelas demarcadas, como se sabe, em instrumentos próprios: o Acordo de Parceria e Cooperação, que entrou em vigor em 1997, e os quatro “espaços comuns”. A negociação de um novo instrumento jurídico substituto àquele negociado nos anos 90 foi acordada na cúpula UE-Rússia, realizada em junho de 2008, em Khanty-Mansiysk. As negociações foram suspensas, por decisão unilateral da UE, após os conflitos de agosto daquele ano na Geórgia, e retomadas posteriormente.

A PEV incide, na Europa Oriental, sobre países que foram, como os Estados bálticos, ex-repúblicas socialistas soviéticas, precisamente num momento em que a política externa da Rússia volta a afirmar-se globalmente, inclusive nas zonas que lhe são circundantes. O que vem ocorrendo como resultado desses movimentos paralelos é a convergência crescente entre espaços reivindicados tanto pela PEV como pela diplomacia de vizinhança na concepção russa: o *near abroad*, termo que, embora desenvolvido na primeira metade dos anos 90 e em desuso relativo nos últimos anos, permanece no centro das concepções de política externa atual da Federação Russa. Não é mera coincidência que as duas políticas de vizinhança se superponham justamente nas regiões que sempre figuraram nos mapas europeus como zonas fronteiriças tradicionais entre a Rússia e o Ocidente. O braço oriental da PEV cobre, portanto, áreas para as quais confluem os interesses, as influências e o prestígio não só da própria UE, mas também da Rússia, dos EUA e da OTAN.

Se, nesta zona de superposição de espaços ambicionados, prevalecerá encontro ou confronto, apenas a evolução dos acontecimentos dirá. O conflito na Geórgia de agosto de 2008 revelou predisposição à escalada de tensões; a rapidez com que se logrou logo em seguida uma solução mútua e provisoriamente satisfatória entre a Rússia, de um lado, e a UE, os EUA e a Geórgia, de outro, indicava vontade de conter a situação dentro de parâmetros controláveis.

O que é claro é que se trata de duas propostas de vizinhança baseadas em visões do mundo e de valores consideravelmente distintos. Raivo

Vare exemplifica algumas de tais diferenças²⁷⁵. A UE é a epítome de uma sociedade de nações governada por regras. O *acquis communautaire* resume-se a um acervo de corpos normativos aplicáveis à conduta da democracia e da economia de mercado; na Rússia prevalecem o uso dos instrumentos de poder e a índole do governante sobre as regras. A UE está assente na igualdade formal de seus Estados membros, independentemente de suas dimensões; a Rússia percebe-se como única e quer ser percebida em sua especificidade, que inclui a necessidade de reconhecimento externo de sua condição singular de potência.

A UE atribui ênfase aos “valores comuns”, tais como o compromisso com a democracia e o respeito aos direitos humanos universais, na sua vizinhança; a Rússia define seu modelo político como democracia “soberana”, sem sujeição a modelos externos ou a contrapesos internos, mas ao imperativo exclusivo do líder soberano. A UE é, finalmente, uma potência econômica; a Rússia é uma potência militar só rivalizada pelos Estados Unidos. A política externa da UE é frágil na medida em que obedece a processo decisório amplamente descentralizado; mesmo após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, é de prever que os principais Estados membros relutarão em abrir mão de seus interesses nacionais, em prol de uma política externa e de defesa comum. A Rússia, com seu processo decisório fortemente centralizado, não sofre deste problema, mas de seu oposto: o risco do personalismo.

À lógica de Moscou de manter, por motivos históricos e estratégicos, Estados como Moldávia, Ucrânia, Belarus e Geórgia no perímetro do *near abroad*, e à lógica ambígua da PEV de oferecer como possibilidade de recompensa final a acessão, em troca do endosso a um conjunto de valores que sirva de possível pilar da estabilidade na vizinhança, vem acrescentar-se a lógica dos próprios países bálticos na região: acelerar a integração plena da Geórgia, Ucrânia e Moldávia na UE e também na OTAN. A lógica dos Estados bálticos pauta-se pela meta de diminuir a influência da Rússia. Belarus ficaria, momentaneamente, enquanto perdurar o regime de Lukaschenko, à margem do projeto, sob risco de, entretantes, preferir reintegrar-se definitivamente a Moscou.

²⁷⁵ Vide VARE, Raivo. “Towards an EU-Baltic Eastern Policy: a sceptical viewpoint”, in BUHBE, Matthes e KEMPE, Iris (editores), op. cit., p. 17-22.

Qual poderia ser então o nicho específico dos Estados bálticos neste terreno escorregadio de uma dinâmica regional em que pelo menos três “lógicas” – as da Rússia, da UE e dos próprios Estados bálticos – de política externa perseguem interesses próprios?

Um primeiro comentário é o de que a atuação dos três países tem de ser realista e compatível com a escassez de recursos de diferentes naturezas com que contam. Os Estados bálticos não dispõem de excedente de recursos financeiros próprios, menos ainda numa conjuntura como a atual de grave contração econômica. Tampouco há abundância de recursos humanos. Finalmente, a pequena dimensão dos territórios, somada à modéstia de efetivos militares e armamentos, aconselham prudência na orquestração de movimentos de política externa. Nesse contexto, faz sentido aos Estados bálticos engatar sua política externa voltada para a região geograficamente mais próxima naquela definida, planejada e executada pela UE. A UE lhes multiplica, pela simples força dos números, a capacidade efetiva de atuação. E coloca os três Estados bálticos sob guarda-chuva institucional de credibilidade.

Ratione materiae, a PEV oferece aos países bálticos um arcabouço pronto e talhado sob medida para o que eles têm a oferecer em termos de experiência concreta: o que é mencionado amiúde como a “tripla transição” da democratização, liberalização da economia e “des-sovietização”.

Resta, no entanto, o desafio maior de saber como, exatamente, calibrar a participação dos Estados bálticos na execução da PEV. A sintonia fina é a chave que determinará o eventual êxito da estratégia dos Estados bálticos. David J. Galbreath e Jeremy W. Lamoreaux propõem três metáforas para o papel que poderia ser exercido pelos Estados bálticos na PEV: a) a do bastião que serve de limite e de defesa; b) a do farol que sinaliza e ilumina os caminhos e c) a da ponte que une dois locais apartados²⁷⁶.

Não se pode discordar de ambos acadêmicos quando expõem que o papel de bastião, embora aflore amiúde na narrativa dos bálticos, não

²⁷⁶ GALBREATH, David J. e LAMOREAUX, Jeremy W. “Bastion, Beacon or Bridge? The role of the Baltic States in the EU’s relationship with the Eastern ‘neighbours’”. in KASEKAMP, Andres e PAABO, Heiko (editores). *Promoting democratic values in the enlarged Europe: the changing role of the Baltic States from importers to exporters*. Tartu: Tartu University Press, 2006, p. 98-109.

lhes convém no contexto da PEV e da política externa contemporânea de modo mais amplo. Tony Judt recorda que as zonas tradicionalmente de fronteiras indefinidas na Europa, as *borderlands*, do Báltico aos Bálcãs, assim como seus habitantes, consideravam-se durante séculos como posto avançado da “civilização”, ponto nevrálgico em que o mundo conhecido termina e além do qual os bárbaros não devem passar²⁷⁷. O ex-Primeiro-Ministro da Estônia, Mart Laar, no estilo direto, sem polimento, pelo qual os estonianos são reputados, afirma que “*along with its northern neighbor Finland and its southern neighbors Latvia and Lithuania, Estonia comprises a unique buffer zone between Western civilization and Eastern barbarianism*”²⁷⁸.

É certo que algumas das missões desempenhadas pelos Estados bálticos encaixam-se na definição de bastião, como as de controle da imigração (Schengen) e do tráfico de drogas que vem do Oriente pela Rússia. Voluntariar-se, no entanto, para desempenhar este papel, hoje, contra um impulso que vem da própria EU no sentido de não criar divisões na Europa que produzam deslocamentos tectônicos adicionais a um contexto de segurança já suficientemente movediço, seria suicídio. Demais, não há interesse da UE, nem de Moscou, em excluir por completo a hipótese de um retorno, longínquo, da própria Rússia à Europa. A Rússia, ainda que ciosa de sua unicidade, define-se frequentemente como parte do mundo ocidental. Em artigo a propósito do Afeganistão, Dmitry Rogozin, Embaixador russo na OTAN, não pestaneja ao delimitar o lugar da Rússia no mundo: “*In fact, we were the first to defend Western civilization against the attack of Muslim fanatics (in Afghanistan)*”²⁷⁹.

O papel de farol é aquele que os Estados bálticos poderiam desempenhar como replicadores da experiência da tripla transição nos países vizinhos. Isto vem ocorrendo na prática, ainda que forma restrita, mas se defronta com pelo menos três limitações. Uma tem a ver com a ótica cronológica: a exportação deste *know-how* é produto perecível e tem prazo de validade que começará a estar vencido à medida que as gerações se sucedam e os modelos de governança se alterem. Outra limitação prende-se às arestas que este papel de farol desperta nas relações com a

²⁷⁷ JUDT, Tony, op. cit., p. 752.

²⁷⁸ LAAR, Mart, op. cit., p. 1.

²⁷⁹ Cf. “Russia advice on Afghanistan”. *The International Herald Tribune*. 12 de janeiro de 2010.

Rússia. A terceira é que a tarefa de farol pede luz baixa, na medida em que a ambiguidade embutida na PEV quanto às perspectivas de acesso dos países participantes impõe transações de baixo valor aos exportadores e consumidores de conhecimento.

O papel de ponte é assim o que melhor se prestaria, no longo prazo, para o nicho dos bálticos na implementação da PEV. Dos três países bálticos, o que talvez mais bem tenha ajustado seu perfil de ação externa ao papel de ponte seja a Lituânia. Desde 2004, após a “dupla adesão”, a Lituânia vem se apresentando como “lugar de encontro da Europa”, na expressão do ex-chanceler Antanas Valionis²⁸⁰, ou, na versão atualizada de Vygaudas Usackas, como líder de cooperação numa região imaginária em que se cruzariam vários vértices civilizacionais:

*Lithuania could play a leaders' role by becoming a dynamic and attractive centre of regional co-operation, which spreads the Euro-Atlantic values and the spirit of tolerance and co-operation across the borders and unites cultures and civilisations. Therefore Lithuania will continue making use of its geographical, historical and cultural advantages as well as broadening its experience of good neighbourly relations*²⁸¹.

4.4 Relações entre os Estados bálticos e a OTAN

*“...The enlargement of European and Atlantic institutions is an equivalent of the post-confrontational settlement”*²⁸².

Dmitri Trenin

A reorganização da ordem global após a Guerra Fria desobedeceu ao modelo que se verificou após as duas Guerras Mundiais.

Em conflitos bélicos tradicionais, sabe-se em geral com clareza quem são os vencedores e os vencidos. Os primeiros impõem sua vontade sobre os segundos. Cabe-lhes tanto determinar os termos da capitulação como desenhar os arranjos institucionais e de poder que presidirão ao novo

²⁸⁰ VALIONIS, Antanas. “Lithuania, a meeting place of Europe”, in *Lithuanian Foreign Policy Review (13-14)*, Vilnius: Foreign Policy Research Center, 2004, p. 21-27.

²⁸¹ Entrevista concedida em 4 de dezembro de 2009.

²⁸² TRENIN, Dmitri. “The Grand Redesign”, in LIEVEN, Anatol e TRENIN, Dmitri (editores), op. cit., p. 3.

ordenamento. Assim ocorreu em Versalhes, após a Grande Guerra, em benefício dos Estados bálticos. Assim igualmente sucedeu em Teerã, Ialta e Potsdã – em prejuízo dos Estados bálticos – bem como em São Francisco e em Bretton Woods, após a Segunda Guerra.

Nada disto ocorreu ao final da Guerra Fria. O desfecho do conflito ideológico não resultou de operações militares, ainda que muitos apontem não ter sido desprezível, ao forçar a URSS a despendar recursos de que não dispunha, a contribuição do projeto de escalada armamentista lançado pelo Presidente Ronald Reagan, sob o nome de “Guerra nas Estrelas”. O término da Guerra Fria deu-se pela desagregação interna e lenta de um dos lados.

Os dois polos do conflito foram capazes de pactuar condições que asseguraram, com a clara exceção da ex-Iugoslávia, transição pacífica no resto da Europa Oriental, o que não significa que as soluções encontradas de maneira geral e em cada situação nacional tenham sido do agrado de Moscou. Não se reformaram, porém, as instituições políticas e econômicas multilaterais, nem se convocaram grandes conferências internacionais para rediscutir a arquitetura da ordem global, redefinir fronteiras, estipular reparações de guerra ou organizar a reconstrução econômica. Procurou-se, no plano internacional, num primeiro momento pelo menos, reforçar as Nações Unidas, cuja missão no Golfo em 1991 foi considerada pelo Secretário de Estado James Baker como verdadeiro marco final da Guerra Fria, e o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) que, se transformou em 1994 na Organização Mundial do Comércio.

Numa análise profunda e relativamente recente do reordenamento europeu após a queda do muro de Berlim, Mary Elise Sarotte afirma que a Guerra Fria, ainda que se tenha espreado, sob a forma de conflitos localizados, sobre várias partes do mundo, originou-se na Europa e ali se jogaram os lances finais e decisivos do confronto. A opção que vingou como plataforma sobre a qual seria reerguido o concerto europeu foi aquela impulsionada pelo ex-Chanceler alemão Helmut Kohl, a que Sarotte dá o nome de “*prefab model*” e consistiu em estender na direção oriental as fronteiras geográficas das instituições ocidentais preexistentes²⁸³. A expansão da UE e da OTAN representou assim, como

²⁸³ SAROTTE, Mary Elise, op. cit., p. 8.

também indica Dmitri Trenin na passagem em epígrafe, o acerto de contas na Europa em seguida à “rendição da URSS”.

Essa não era a única opção. Tampouco era óbvio que constituísse necessariamente a melhor alternativa. Mary Elise Sarotte assinala que Douglas Hurd, responsável pela diplomacia britânica à época, considera que caminhos mais eficazes poderiam ter sido seguidos: em 1989-90 havia, pelo menos no plano teórico, a possibilidade de reformar por completo as instituições mundiais e as regras de convívio internacional, no momento em que os EUA haviam atingido o pináculo de seu poder e prestígio. Hurd observa, no entanto, que nem o Presidente George Bush, nem o Secretário de Estado James Baker eram de personalidade visionária. Ambos não queriam assumir riscos considerados desnecessários enquanto o caminho de uma transição controlada e segura estivesse aberto²⁸⁴.

Um dos principais problemas resultantes da opção pelo *quick fix*, em vez de alternativa mais ambiciosa e generosa para o remodelamento da ordem mundial, foi o de não haver sido contemplado lugar apropriado para a Rússia. A Rússia ficou marginalizada da dupla ampliação das instituições ocidentais justamente na fase em que se abria uma janela de oportunidade propícia para a intensificação da cooperação dos ex-adversários ideológicos e estratégicos. A janela de oportunidades logo se fecharia. A “casa comum europeia”, para usar a expressão que ficou famosa ao ser expressada por Gorbachev, seria sacrificada no altar do pragmatismo ocidental.

O otimismo dos momentos imediatamente posteriores à queda do Muro de Berlim logo cedeu espaço, na Europa Oriental, à realidade da elevada instabilidade resultante da atuação de forças de desintegração, tais como conflitos étnicos até então camuflados ou simplesmente reprimidos, ou a profunda crise econômica que se abateu, sem distinção, sobre todos os países da região, nos anos iniciais da transição. A percepção que se instalou nos países ocidentais foi a de que unir-se a este espaço sujeito a convulsões não seria resposta adequada aos desafios da transição, do ponto de vista de segurança, na medida em que esta possível junção tão somente disseminaria para o conjunto da Europa as consequências destrutivas das tempestades vindas do leste.

²⁸⁴ Ibidem, p. 4-5.

Esse temor foi invocado no Ocidente como motivo para poder permanecer na zona de conforto relativo que era a manutenção de suas instituições. Na resistência à sua integração em tais instituições, a Rússia enxergou falta de “vontade política” do Ocidente. Em intervalo de tempo não excessivamente dilatado, de poucos anos, Moscou sentiu-se duplamente humilhada: pelo desmembramento, perda de território e poder, bem como pelo sentimento de rejeição, ao não lhe ser granjeado acesso às instituições concebidas pelos adversários, diante das quais os aliados soviéticos de ontem fariam fila para serem admitidos. Em meados dos anos 90 o clima de diálogo já fora prejudicado consideravelmente.

A partir de então, a Rússia de Yeltsin deixou de insistir na ilusão da admissão plena no mundo ocidental e passou gradualmente a perseguir o estabelecimento de relações ou parcerias “estratégicas”. No final dos anos 90, essa fórmula colocou a Rússia na defensiva, em postura muitas vezes simplesmente reativa, que redundou num crescente retraimento e autoisolamento do país. Nenhuma de suas principais metas nas relações com o Ocidente durante o período foi atingida, segundo Dmitry Danilov²⁸⁵. Tais metas, todas defensivas, eram as seguintes: i) não permitir a expansão da OTAN; ii) evitar intervenção militar na Iugoslávia sem aprovação das Nações Unidas; iii) impedir a atuação da OTAN nas chamadas missões *out of area*; iv) evitar constrangimentos internacionais à ação interna russa na repressão aos movimentos de insurreição na Chechênia.

A expansão da OTAN era, dentre todos, possivelmente o tema de maior sensibilidade. Após a desintegração da URSS e a mudança de regime em Moscou, a expectativa no grupo de assessores e políticos pró-ocidentais que constituía o núcleo central do Governo de Yeltsin era no sentido de que a OTAN, que perdera a razão de ser para a qual fora criada, seria absorvida no marco de um novo e ampliado sistema europeu de segurança. Quando a realidade de que a OTAN não apenas não seria dissolvida, mas ao contrário seria ampliada tanto pela aquisição de novos membros como pela expansão do escopo de suas atividades, a posição daquele grupo de conselheiros e do próprio Yeltsin tornou-se insustentável.

²⁸⁵ DANILOV, Dmitry. “Russian Security Policy and Developing EU-Russia Relationships in the Political and Security Field”, in MALFLIET, Katlijn e VERPOEST, Lien (editores). *Russia and Europe in a Changing International Environment*. Leuven: Leuven University Press, 2001, p. 102.

Havia um agravante na questão. Moscou sempre afirmou que anuía à unificação da Alemanha em troca de compromisso de Washington de não expandir a aliança atlântica. Washington, por sua vez, desconhece ter assumido formalmente qualquer obrigação a respeito. Mary Elise Sarotte tentou esclarecer o episódio em número razoável de páginas de seu já mencionado livro sobre a conformação da Europa pós-Guerra Fria. Um resumo de suas conclusões foi publicado sob a forma de artigo assinado, no *International Herald Tribune*. Após recapitular passo a passo os acontecimentos, Sarotte indica que houve uma sucessão de equívocos e ambiguidades entre, de um lado, conversas mantidas separadamente por Helmut Kohl e James Baker com Mikhail Gorbachev e, de outro, uma carta do Presidente Bush ao líder soviético. A mensagem transmitida por Kohl e Baker a Gorbachev permitiria interpretação no sentido indicado pelo Kremlin; a carta enviada por Bush não, pois se limitava a propor um “estatuto jurídico especial”, no âmbito da OTAN, para o território correspondente à antiga República Democrática da Alemanha.

O sentido da carta do Presidente Bush era inequívoco: a OTAN continuaria a estender-se e, dentro da aliança, a ex-Alemanha Oriental gozaria de condição diferenciada. Sarotte conclui, pois, que, de um ponto de vista meramente formal, os EUA não teriam desonrado engagements alegadamente empenhados junto a Moscou. Acrescenta, contudo, no referido artigo assinado, que uma resposta mais completa deveria reconhecer que houve, efetivamente, mensagens de sinais trocados e deliberadamente ambivalentes da parte dos líderes ocidentais, razão pela qual propõe uma espécie de *mea culpa* dos EUA, sem implicações concretas sobre a situação atual da aliança hoje ampliada. Nas palavras de Mary Elise Serotte, “*By acknowledging that there might be some substance to Russian grievances, the Obama administration would strengthen relations with Moscow*”²⁸⁶.

Neste pano de fundo de grande sensibilidade, assinou-se entre a Confederação Russa e a OTAN, em 1997, o ato fundador das relações mútuas, cooperação e segurança que tinha por finalidade assegurar a Moscou a possibilidade de uma parceria, independentemente do alargamento da aliança, que seguiria o rumo planejado. Ocorreu em

²⁸⁶ Cf. “Enlarging NATO, expanding confusion”. *The International Herald Tribune*, 29 de novembro de 2009.

março de 1999 a admissão formal da Polônia, Hungria e República Tcheca. Somou-se a aprovação, logo depois, de um novo documento de conceito estratégico, durante o aniversário de cinquenta anos da aliança, que confirmava a política de “portas abertas” da OTAN, para grande consternação de Moscou. Aos olhos da Rússia, a OTAN deixara de ser apenas uma aliança defensiva. A nova doutrina estratégica previa a possibilidade de uso da força como reação a ameaças outras que o ataque direto a um dos Estados membros. Foi empregada pela primeira vez na Sérvia e no Kosovo, naquele mesmo ano²⁸⁷.

Foi este o contexto já em si bastante complexo que precedeu o anúncio da adesão dos Estados bálticos. Para Moscou, a possibilidade de ingresso dos três países representava uma escalada, um puro ato de hostilidade, pois a aliança adentrava território que pertencera à própria URSS, isolava a região de Kaliningrado do ponto de vista de defesa e expunha São Petersburgo ao risco de eventuais ataques de curta distância. A preocupação com a presença dos Estados bálticos na OTAN é real para grande parte da população russa: numa pesquisa realizada em janeiro de 2000, 37% dos entrevistados consideravam que a notícia representava ameaça à Rússia, contra apenas 17% que nela não viam qualquer perigo. Os demais responderam que não sabiam²⁸⁸.

A esperada reação contrária de Moscou ao ingresso dos Estados bálticos criou um dilema para a OTAN. Por um lado, a aliança atribuía clara prioridade ao estabelecimento de uma relação de cooperação com a Rússia. Esta prioridade cresceu exponencialmente após o ataque terrorista aos EUA, em setembro de 2001, e a decisão subsequente da aliança – tomada com base no artigo quinto, relativo a medidas de segurança coletiva em caso de ataque a um Estado membro e usado então pela primeira vez na história da Organização – de organizar missões contra as bases da *Al Qaeda* no Afeganistão. A cooperação da Rússia foi desde sempre considerada essencial, do ponto de vista de apoio logístico, para o êxito da complexa empreitada no Afeganistão. Por outro lado, a OTAN não poderia colocar-se na situação de ter de aceitar um veto de Moscou

²⁸⁷ Sobre o processo de expansão da OTAN, ver KAMP, Karl Heinz. “The dynamics of NATO enlargement”, in LIEVEN, Anatol e TRENIN, Dmitri (editores), op. cit., p. 185-204.

²⁸⁸ LIGHT, Margot. “The European Union’s Russian Foreign Policy”, in MALFLIET, Katlijn e VERPOEST, Lien (editors), op. cit., p. 16.

à eventual entrada de futuros membros, nem sequer um vago *droit de regard* sobre a matéria²⁸⁹.

Nos cálculos da OTAN, terminaram por prevalecer, como se conhece, a tendência de admissão dos Estados bálticos e os argumentos que a embasavam. O primeiro deles era o de que a Rússia se achava, no final do Governo Yeltsin e início do primeiro mandato de Putin, de tal forma debilitada que seria incapaz de responder de forma efetiva, no terreno militar. Mesmo a possibilidade de um bloqueio naval foi considerada implausível. A fragilidade demonstrada pela Rússia no conflito do Kosovo ficara exposta. O dramático acidente ocorrido em agosto de 2000 com o submarino *Kursk*, no Mar de Barents, que custou a vida a todos os tripulantes, chamou a atenção para as dificuldades da Rússia na manutenção de sua frota setentrional. Ademais, uma reação que incluísse o uso da força conduziria Moscou a uma posição de confronto com Europa, de modo geral, e com os EUA. Naquele momento, este curso de ação não era de interesse da Rússia. No final, as hesitações da OTAN foram superadas pelo fato de que as simpatias da Europa Ocidental e dos EUA sempre estiveram com os Estados bálticos, que contavam ademais com patrocinadores importantes na OTAN como a Alemanha, os EUA e os escandinavos (Dinamarca e Noruega).

Em março de 2004, os três Estados bálticos formalizaram o ingresso na OTAN, ao lado da Bulgária, Eslováquia, Eslovênia e Romênia. Dos critérios de admissão na OTAN constam – ademais dos relativos à democracia, à resolução de eventuais conflitos étnicos e a práticas de desenvolvimento – compromissos de natureza propriamente militar, tais como a elevação do orçamento de defesa²⁹⁰, o treinamento das tropas dentro de normas compatíveis com as estabelecidas pela Organização e a disponibilidade para participação em missões.

Desde então, os esforços dos países bálticos na área de defesa têm consistido em grande parte num esforço de integração na estrutura da OTAN. É interessante notar que as forças armadas dos três países se organizam em bases distintas: as letãs são estritamente profissionais, ao passo que, na Estônia, envolvem tanto profissionais, na categoria de oficiais, como soldados conscritos pelo serviço militar obrigatório; na

²⁸⁹ KAMP, Karl Heinz, op. cit, p. 197.

²⁹⁰ Porcentual de 2% do PIB é a meta dos gastos prevista para os membros da OTAN.

Lituânia, as forças armadas encontram-se em fase de transição de um serviço compulsório, abandonado em setembro de 2008, para outro em que serão integradas unicamente por profissionais.

No plano externo, o papel que se encaixou de modo harmonioso no perfil dos Estados bálticos dentro da OTAN espelha com bastante fidelidade aquele por eles desempenhado na UE, no âmbito da PEV, ou seja, defender a manutenção de uma política de “portas abertas” para o ingresso da Geórgia, Moldávia e Ucrânia, dentro de idêntica lógica de diminuir a influência de Moscou e de integrar aqueles três países no sistema de defesa do Ocidente, na expectativa de que isto “reduzirá” o grau de instabilidade ali vigente.

A Academia Báltica de Defesa²⁹¹ oferece, por exemplo, cursos de treinamento em diferentes modalidades para oficiais dos países vizinhos acima mencionados. Esta Academia, sediada em Tartu e que hoje opera em estreita coordenação com a OTAN, foi criada em 1997 pelos três Estados bálticos, com financiamento oriundo da Dinamarca e da Suécia. Sua missão inicial era a de disponibilizar aos oficiais militares bálticos capacitação técnica condizente com o estilo ocidental. Com o tempo, a Academia ampliou sua estrutura e passou a contar com recursos orçamentários dos Estados bálticos, convertendo-se em uma instituição com finalidade tripla: i) servir de academia militar aos oficiais dos três países; ii) fomentar a harmonização da educação e das doutrinas de defesa entre eles; e iii) tornar-se centro de formação para militares da Geórgia, Moldávia e Ucrânia²⁹².

Se, na política externa dos países bálticos, a expansão ao oriente da OTAN e da UE é apresentada com igual prioridade e dentro da mesma linha de pensamento estratégico, é distinta a contrapartida esperada num e noutro caso. Na UE, o respaldo estendido assume a forma de projetos de cooperação para o desenvolvimento, cujo montante deve situar-se em percentual em torno de 0,4% do PIB²⁹³. Na OTAN, o engajamento assume a forma de operações militares em lugares às vezes remotos, como o Afeganistão. Outro elemento que diferencia os compromissos numa e noutra Organização é a presença dos EUA. Dovile Brudyte refere-se, por exemplo, ao dilema da “dupla lealdade” da Lituânia em matéria de

²⁹¹ Baltic Defense College.

²⁹² GALBREATH, David J., LASAS, Ainius e LAMOREAUX, op. cit. , p. 106.

²⁹³ Ibidem, p. 125.

defesa, à UE e à OTAN, que se teria resolvido com a decisão de enviar tropas ao Iraque no segundo conflito do Golfo, diante de uma Europa que rachou ao meio na questão²⁹⁴.

Antes da eleição de Dalia Grybauskaite à presidência da Lituânia em maio de 2009, podia-se argumentar que a Lituânia era o mais “atlanticista” dos Estados bálticos, seguida de perto pela Estônia. No entanto, em razão da orientação mais pragmática que ela vem dando à diplomacia lituana²⁹⁵, este lugar é hoje ocupado pela Estônia. O Chanceler Urmas Paet incluiu na relação de prioridades máximas da política externa estoniana o “*stabilization process in Afghanistan, in order to restrain international terrorism, illegal traffic and immigration*”²⁹⁶.

O Subsecretário de Assuntos Políticos da Chancelaria Harry Tiido, ex-Embaixador na OTAN, acrescenta que até recentemente havia dois batalhões estonianos de 150 homens cada no Afeganistão. Neste momento, era a maior participação por habitante dentre os países membros da OTAN. Mesmo reduzido, mais recentemente, a um único batalhão de 150 homens, o contingente estoniano ainda é um dos mais altos em termos proporcionais. Foram destacados para a perigosa província de Helmand, no sul do país, onde atuam junto com efetivos dinamarqueses e britânicos. Além disso, a Estônia tem presença, segundo Harry Tiido, nos esforços de assistência médica na região e assumiu responsabilidade pela reconstrução da Universidade de Kabul²⁹⁷.

É de supor que a contrapartida esperada pela Estônia em razão de seus esforços no Afeganistão, assim como os demais países bálticos, esteja num aumento da segurança contra a Rússia. Nenhum dos três países ingressou na OTAN para participar de expedições *out of area*. A intenção declarada sempre foi estar sob proteção eficaz contra Moscou, ao amparo do artigo quinto do Tratado de Washington. No entanto, a sensação de incerteza sobre até que ponto os países bálticos estão de fato a salvo de eventual agressão russa, na OTAN, persiste de certa forma até hoje. O único compromisso da OTAN em relação aos três países está no monitoramento do espaço aéreo, que é feito por quatro caças, cedidos

²⁹⁴ BUDRYTE, Dovile. “Lithuania’s new (in) security: transatlantic tensions and the dilemma of dual loyalty”, in SMITH, David J. (editor), op. cit, p. 41-66.

²⁹⁵ Cf. “Steel Magnolia. Lithuania’s new president.” *The Economist*. 21 de maio de 2009.

²⁹⁶ Entrevista concedida em 30 de novembro de 2009.

²⁹⁷ Entrevista concedida em 8 de dezembro de 2009.

pelos demais Estados membros da OTAN e estacionados em base área na Lituânia.

O Secretário-Geral da Organização, Anders Fogh Rasmussen, anunciou, em sua entrevista coletiva de imprensa inaugural, concedida em três de agosto de 2009, que a prioridade número um da OTAN seria o “sucesso no Afeganistão” e a de número dois “desenvolver uma verdadeira parceria estratégica com a Rússia”, sendo que a segunda está diretamente conectada à primeira²⁹⁸.

Logo depois, em setembro e outubro de 2009, exercícios militares realizados conjuntamente pela Rússia e Belarus envolveram perto de treze mil efetivos na região de Kaliningrado e Belarus. Foram as maiores movimentações de tropas da Rússia, desde o final da Guerra Fria. As manobras, qualificadas pelo Presidente Medvedev de “defensivas”²⁹⁹, chamaram atenção por dois aspectos. A Rússia não convidou representantes estrangeiros para observá-las, como de praxe, mas divulgou o cenário de guerra construído como hipótese para a simulação dos exercícios:

Ethnic Poles in western Belarus rise up and ‘terrorists’ from Lithuania attack the Russian exclave of Kaliningrad. More than 10.000 troops from Russia and Belarus countered them, reinforcing Kaliningrad from the sea and sending specialforces behind the enemy lines. Three NATO-like brigades, one visiting, one Estonian and one Latvian, then invaded western Russia, where they were successfully rebuffed... ”³⁰⁰.

Obviamente houve forte reação na Polônia e nos três Estados bálticos. A reação tornou-se ainda mais acre quando, depois de recorrerem à OTAN, porta-voz da organização preferiu equilibrar-se em malabarismos verbais para expressar a preocupação de alguns Estados membros, em tom quase inaudível, ao mesmo tempo em que se furtou a externar crítica ostensiva a Moscou.

A Polônia e os Estados bálticos passaram a atuar intensamente desde o episódio. Como resultado, a OTAN finalmente aprovou, em

²⁹⁸ http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_56776.htm, acesso em 9 de janeiro de 2010.

²⁹⁹ <http://en.rian.ru/russia/20090928/156278050.html>, acesso em 21 de janeiro de 2010.

³⁰⁰ Cf. “War Games”. *The Economist*, 31 de outubro de 2009, cujo subtítulo é “Jitters in eastern Europe over Russia’s military manoeuvres”.

janeiro de 2010, a decisão de elaborar planos de contingência de defesa dos três Estados bálticos, à semelhança daquele aplicável à Polônia. A decisão representa passo expressivo no reforço da segurança dos países bálticos, em sintonia com as expectativas que alimentavam ao ingressar na Organização. Há cinco anos os Estados bálticos vinham perseguindo esta meta, alcançada com apoio dos EUA e da Polônia e após ter sido vencida a resistência de alguns países importantes, como a Alemanha³⁰¹.

Os Estados bálticos temem que a ênfase dada pela OTAN à difícil operação no Afeganistão³⁰² possa pôr a perder sua missão original de instrumento de defesa coletiva. Podem estar-se sentindo agora relativamente mais confortáveis, apesar de que a missão em terras remotas continuará a drenar recursos e energia da aliança atlântica, cuja própria credibilidade está sendo colocada em xeque. E a Rússia é parceiro essencial da OTAN num possível e distante “sucesso” no Afeganistão, cuja própria definição ainda não é suficientemente clara.

4.5 Cooperação Regional

*“The true era of a Baltic region is not in the past, but in the future”*³⁰³.

Marko Lehti

Com vistas a evitar incidir nos equívocos da experiência anterior de vida independente no período entre Guerras, quando a cooperação mútua ficara muito aquém do mínimo necessário para potencializar-lhes as perspectivas de viabilidade política e econômica, Estônia, Letônia e Lituânia estabeleceram intensos processos de diálogo e de interação ainda durante as revoluções de independência, conforme indicado anteriormente.

As frentes populares de independência nos três países assinaram, por exemplo, documentos conjuntos sobre distintos aspectos de política

³⁰¹ Cf. “Regional Security Plan Moves Ahead”. *The Baltic Times*. 20 de janeiro de 2010, e “Border Controls”, cujo subtítulo é “Thanks to Poland, the alliance will defend the Baltics”, *The Economist*, 14 de janeiro de 2010.

³⁰² As operações conduzidas pela OTAN na Líbia, em 2011, tampouco foram bem recebidas nos bálticos, por motivos semelhantes.

³⁰³ LEHTI, Marko. “Baltic Region in Becoming: from the Council of the Baltic Sea States to the EU’s Strategy for the Baltic Sea Area”, in *Lithuanian Foreign Policy Review* (22), Vilnius: Foreign Policy Research Center, 2009, p. 10.

externa. As relações trilaterais foram formalizadas em vários acordos. O primeiro deles, intitulado “Acordo de Cooperação Econômica”, foi assinado em abril de 1990, antes do reconhecimento da independência. O mais significativo, porém, foi aquele concluído em 12 de maio de 1990, igualmente antes do reconhecimento internacional da independência: a Declaração sobre a Unidade e Cooperação dos Estados Bálticos, que restabelecia a *Entente* de 1934, com base no princípio de continuidade jurídica dos Estados bálticos.

A Declaração de 1990 procurou desde logo sanar a deficiência de mecanismos institucionais de cooperação que havia no texto de 1934, mediante a criação do Conselho dos Estados Bálticos, que deveria reunir-se periodicamente ou por iniciativa de qualquer dos três países. O Conselho dos Estados Bálticos daria origem, a partir de junho de 1994, ao Conselho Báltico de Ministros, encarregado de zelar pela articulação de políticas em diversos campos, inclusive política externa. Se o Conselho Báltico de Ministros é o órgão de cooperação em nível do poder executivo, a Assembleia Báltica é a instância de diálogo parlamentar. Estabelecida em 8 de novembro de 1991, suas decisões não são de caráter vinculante, mas apenas consultivo. O Conselho dos Estados Bálticos é hoje um órgão conjunto que reúne os Governos (poder executivo) e os Parlamentos. Sua função principal é a de monitorar a cooperação e supervisionar a execução das medidas acordadas.

As instituições restritas aos países bálticos há que somar aquelas dedicadas à cooperação regional mais ampla, na área que crescentemente é designada como “região do Mar Báltico”. Inclui-se nesta categoria o Conselho dos Estados do Mar Báltico, foro intergovernamental de cooperação aberto aos onze Estados ribeirinhos³⁰⁴, mais a Comissão Europeia. O Conselho foi criado em 1992, em resposta às mudanças geopolíticas na região no Báltico ocasionadas pelo fim da Guerra Fria. Desde 1998, o Conselho conta com apoio de Secretariado sediado em Estocolmo. Também deve ser inserido nesta categoria o chamado NB-8³⁰⁵, sigla que responde pelo mecanismo flexível de diálogo e consultas políticas criado, ainda em formato incipiente, em 1992, entre os cinco países nórdicos e os três bálticos. O NB-8 reúne-se em distintos

³⁰⁴ Alemanha, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Rússia e Suécia.

³⁰⁵ Nordic-Baltic 8.

níveis e foros, para coordenação de posições comuns sobre temas da agenda internacional ou regional, e tem mantido encontros anuais de Primeiros-Ministros e Chanceleres. Existe ainda uma versão compacta da cooperação nórdica e báltica dentro da UE, o NB-6, que difere do NB-8 unicamente pela ausência da Noruega e da Islândia, países nórdicos que não ingressaram na Organização.

A amostragem de iniciativas de cooperação regional ou sub-regional registrada acima indica ativismo notável nos momentos iniciais da vida independente dos três países. Tal ativismo constituía reação quase instintiva à percepção da possível ameaça externa que pairava sobre os Estados bálticos, cujo grau oscilava em função do estado das relações transatlânticas nos primeiros anos após a queda do Muro de Berlim. As possibilidades de elementos externos impactarem a dinâmica da cooperação trilateral eram claras. Uma atitude fortemente contrária da Rússia ao ingresso de um dos países bálticos na OTAN, por exemplo, certamente levaria ao estreitamento dos laços entre eles em matéria de segurança e defesa.

Essa mobilização inicial acabou, porém, sendo relegada a plano secundário a partir do momento em que se alterou a percepção sobre a intensidade dos riscos externos. Isso ocorreu quando as portas da OTAN e da UE se abriram ao ingresso dos países bálticos. Desde então, em função não apenas de mudança de prioridades, mas também do fato de que muitas das áreas possíveis de colaboração regional ou sub-regional acabaram sendo absorvidas, por gravidade, pelas duas instituições, a cooperação trilateral perdeu ritmo.

Tome-se como exemplo a questão do comércio trilateral³⁰⁶. Em 1993, os três países bálticos assinaram tratado de livre comércio, o qual foi complementado posteriormente por acordos específicos sobre eliminação tanto de tarifas incidentes sobre produtos agrícolas como de barreiras não tarifárias. Anunciada a possibilidade de acesso à UE, o escopo da cooperação entre os três países foi crescentemente determinado pela perspectiva de ingresso. Iniciado o processo de acesso, a abordagem do tema inverteu-se: já não importava saber quais os possíveis efeitos dos acordos trilaterais de cooperação sobre a acesso, mas, ao contrário, qual

³⁰⁶ Análise aprofundada do tema está em VILPISAUSKAS, Ramunas. “Regional Integration in Europe: Analysing intra-Baltic cooperation in the context of European integration”, in PETTAI, Vello e ZIELONKA, Jan (editores), op. cit., p. 163-204.

a extensão de *policy space* que Bruxelas autorizaria para a cooperação regional. A Comissão Europeia passou a atuar simultaneamente como provedora de regras de cooperação econômica regional e supervisora da observância de tais regras. Entrar na UE estabeleceu, assim, ao mesmo tempo um piso e um teto em termos de compromissos de integração. Suscitada diversas vezes como próximo passo da integração econômica sub-regional, a ideia de uma união aduaneira báltica não prosperou, em razão de vários motivos, tais como o caráter competitivo das economias dos três países e a dificuldade de “*advance positive intra-Baltic cooperation beyond the scope of the EU integration*”³⁰⁷.

Assistiu-se, no campo da defesa, a dinâmica similar de deslocamento das iniciativas de cooperação trilateral para a OTAN. Já se aludiu anteriormente ao crescente alinhamento das atividades da Academia Báltica de Defesa com as orientações e prioridades da aliança transatlântica. Iniciativa sub-regional que terminou integralmente transferida à OTAN foi o centro de coordenação de monitoramento do espaço aéreo regional – *BALTNET*³⁰⁸. Concebido em abril de 1998 e financiado parcialmente pelos EUA e pela Noruega, o sistema entrou em funcionamento em 2001 em Karmelava, na Lituânia. Três anos depois, foi incorporado na estrutura operacional da OTAN. Igualmente estabelecido em 1998, o Esquadrão Naval Báltico – *BALTRON*, projetado para missões de identificação e desativação de minas marítimas, converteu-se em núcleo de *expertise* específica dentro da OTAN. O conhecimento ali acumulado é hoje compartilhado com oficiais dos demais países membros da OTAN ou de países com os quais a aliança desenvolveu programas de parceria. Tais contribuições dos países bálticos à OTAN objetivam projetá-los dentro da Organização e dar-lhes a característica não apenas de “consumidores” de defesa, mas também, crescentemente, de provedores de serviços relevantes³⁰⁹.

Desenvolvimento relevante nas relações de cooperação sub-regional ocorreu mais recentemente, no âmbito da UE. Sob a presidência de turno da Suécia, o Conselho Europeu adotou em outubro de 2009 a “Estratégia para a Região do Mar Báltico”. A iniciativa capturou grande parte dos campos que estariam em princípio abertos ao aprofundamento da cooperação regional além das áreas de comércio exterior e de defesa,

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 187.

³⁰⁸ Regional Airspace Surveillance Co-ordination Center.

³⁰⁹ GALBREATH, David J., LASAS, Ainius e LAMOREAUX, Jeremy W., *op. cit.*, p 105-108.

cujos pontos focais são respectivamente a própria UE e a OTAN. É como se Bruxelas tivesse chamado a si a tarefa de coordenar a cooperação em sentido amplo na região báltica.

A iniciativa caracterizou-se por início pouco ambicioso. A decisão adotada pelo Conselho Europeu em dezembro de 2007, que atribuiu à Comissão Europeia a tarefa de elaborar um documento, refere-se tão somente aos desafios ambientais do Mar Báltico. Pertti Joenniemi assinala o desejo dos proponentes da estratégia de, ao emprestar-lhe uma finalidade funcional vinculada a tema concreto e específico, buscar esvaziá-la de conteúdo de natureza política e, dessa forma, contornar eventuais resistências de países pertencentes a outras sub-regiões da UE³¹⁰.

O mesmo analista observa, porém, que, não obstante o escopo relativamente modesto, o projeto era inovador em Bruxelas sob outro prisma. Foi a primeira estratégia preparada para uma região específica dentro da UE. Para Harry Tiido, Subsecretário de Assuntos Políticos da Chancelaria estoniana, a estratégia resultou do interesse político dos países ribeirinhos em construir uma “plataforma de *lobby* interno” na UE para projetos de seu interesse, em contraposição aos projetos desenvolvidos para o Mediterrâneo que encontram patrocinadores fortes em Estados membros como Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal, entre outros³¹¹. Tiido esclarece ainda que a cooperação regional da UE com a Rússia e outros países não membros como Noruega e a Islândia organiza-se no marco da “Dimensão Setentrional” da UE, criada em 1999³¹².

Andris Spruds, Diretor do Instituto de Assuntos Internacionais da Letônia, comenta que, institucionalmente, a estratégia para a região do Mar Báltico não se contrapõe a rigor, conforme assinalado por Tiido, à iniciativa de cooperação da UE no Mediterrâneo, destinada, assim como a “Dimensão Setentrional”, a articular a cooperação com parceiros que não são Estados membros. A estratégia para o Mar Báltico inclui apenas membros da UE. É o primeiro acordo que cria uma sub-região dentro da UE, e nisto estariam sua originalidade institucional e, espera Spruds,

³¹⁰ JOENNIEMI, Pertti. “The EU Strategy for the Baltic Sea Region: a catalyst for what?” *DIIS Brief-August 2009*. Copenhagen: Danish Institute of International Studies, 2009, p. 2.

³¹¹ Entrevista concedida em 8 de dezembro de 2009.

³¹² Informações sobre a “Dimensão Setentrional” podem ser encontradas em http://ec.europa.eu/external_relations/north_dim/index_en.htm, acesso em 28 de janeiro de 2010.

seu poder de catalisar projetos. Para a Letônia, o mais “báltico” de todos os Estados, conclui Spruds, a estratégia não poderia ser mais positiva³¹³.

O caráter da iniciativa de plataforma de *lobby* interno na UE fica claro quando se sabe que teve origem no Parlamento Europeu, em relatório elaborado em 2005 por sete parlamentares, dos quais apenas um não era da região. Pertencia ao grupo o então membro do Parlamento Europeu e hoje Presidente da Estônia Toomas Henrik Ilves. Ilves argumentava que, após a expansão de 2004, o Mar Báltico se convertia, em escala crescente, num “lago da União Europeia”. O relatório elaborado pelo grupo foi adotado pelo Parlamento em 2006³¹⁴.

Os documentos relativos à estratégia para o Mar Báltico foram submetidos pela Comissão Europeia ao Conselho e por ele aprovados, conforme sublinhado, em outubro de 2009. Tais documentos resultaram de um longo processo de consultas públicas aberto a todos os atores possivelmente afetados ou envolvidos no processo de desenvolvimento da região do Mar Báltico. Vão muito além do escopo inicial, restrito à área ambiental, e incluem quatro vertentes de cooperação: i) a dimensão ambiental que visa a transformar o Mar Báltico em região sustentável; essa dimensão inclui, entre outros tópicos, o manejo da pesca, a redução do uso e do impacto de substâncias tóxicas e perigosas, além de tecnologias e práticas limpas nos transportes marítimos; ii) o campo da economia, que compreende cooperação aduaneira e tributária, pesquisa e desenvolvimento, fortalecimento das pequenas e médias empresas, manejo sustentável das florestas e da agricultura; iii) a área de infraestrutura e turismo; iv) o domínio da segurança e da defesa, mediante iniciativas de combate ao crime organizado, de promoção da segurança marítima e de reforço dos planos de contingência para emergências no mar e em terra. O Plano de Ação traduz esses quatro vértices de cooperação em inúmeros projetos específicos, para cuja implementação estão previstos recursos, até 2013, no montante de 9,8 bilhões de euros, para a dimensão ambiental, 6,7 bilhões de euros, no campo da economia, 27,1 bilhões de euros, na área de infraestrutura e turismo, e, finalmente, 697 milhões, para segurança³¹⁵. Não são, no entanto,

³¹³ Entrevista concedida em 11 de dezembro de 2009.

³¹⁴ JOENNIEMI, Pertti, op. cit., p. 2.

³¹⁵ http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/baltic/index_en.htm, acesso em 23 de janeiro de 2010. O sítio da EU contém informações gerais sobre a estratégia, inclusive a íntegra do texto do Plano de Ação.

recursos novos, mas antes provenientes de programas preexistentes que foram remanejados e reorganizados. A estratégia tampouco prevê, nessa etapa inicial, pelo menos, novas instituições dentro da UE.

Para Marko Lehti, os últimos anos da primeira década do século XXI testemunharam o “retorno do pensamento visionário” à região banhada pelo Mar Báltico³¹⁶. As atenções dos líderes locais se teriam voltado novamente para as possibilidades de desenvolvimento da área, a qual, dividida ao meio durante a Guerra Fria, se encontra novamente unida, especialmente após o alargamento da UE em 2004. As regiões russas de Kaliningrado e de São Petersburgo, litorâneas do Báltico, seriam chamadas a desempenhar papel de piloto de projetos de cooperação da UE com a Rússia. A região do Báltico teria voltado, em suma, a ser politicamente atrativa. A visão de um futuro de prosperidade e cooperação alimentava-se em parte da realidade de economias que se achavam em crescimento acelerado, antes da atual crise econômica, e que são baseadas no conhecimento. Por outro lado, há nessa visão de futuro uma evocação idealizada dos tempos da Liga Hanseática.

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma identidade báltica teria passado novamente a fazer sentido, com perspectivas de agregar valor às identidades nacionais. Nas palavras do ex-chanceler letão Artis Pabriks, proferidas em 2007: “*We don't look alike, we don't speak one language, we don't live in one country and we don't have a joint team in world ice hockey championship. But we share the Baltic Sea, a common history, values and spirit of dynamism, skillfulness and creativity*”³¹⁷. Após um período em que o selo “báltico” fora abandonado e, em alguns casos, completamente rejeitado pelos Estados bálticos durante o processo da “dupla adesão”, a identidade regional poderá agora ressurgir³¹⁸. Mas, se ressurgir, estará carregada de outros significados. Tratar-se-ia agora de uma identidade que não estaria limitada apenas aos três Estados bálticos, mas antes os incluiria numa região estendida aos demais países ribeirinhos, acoplada a Bruxelas e endossada por recursos financeiros

³¹⁶ LEHTI, Marko, op. cit., p. 9-10.

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ No exercício do cargo de Chanceler, em 1999, Toomas Hendrik Ilves definiu a Estônia como país nórdico, em palestra no Instituto Sueco de Assuntos Internacionais. Em suas palavras, “*it is time that we recognize that we are dealing with three different countries... There is no Baltic identity*”.

de monta. Já não se trataria, enfim, de um espaço “pós-soviético”, mas de uma área essencialmente europeia e ocidental.

É lícito esperar que as perspectivas de cooperação regional ampliada, no âmbito da “região do Mar Báltico”, se apresentem mais promissoras em razão de seu deslocamento para a UE. Não se pode, todavia, nutrir expectativa muito otimista em relação ao futuro do relacionamento trilateral. O Subsecretário de Assuntos Políticos da Chancelaria da Estônia, Harry Tiido, mostra-se cético. Para ele, não existiria base para cooperação estreita e limitada aos Estados bálticos. O que há de comum é um passado, e não se edifica o futuro com base no passado. A Lituânia, por exemplo, seria um país da Europa Central, associado à Polônia e católico, em contraste com a Estônia protestante e nórdica. A posição relativamente mais sólida da Estônia para enfrentar a atual crise econômica internacional em relação aos vizinhos teria a ver com a “ética protestante”, que levaria os estonianos a “pouparem mais e a serem mais prudentes”. Tiido acredita que a Letônia se situaria culturalmente a meio caminho entre a Estônia e a Lituânia. O problema do país vizinho seria o fato de “ceder em demasia” a Moscou, o que teria vinculado parte de seu setor empresarial a grupos russos. O Banco Parex, por exemplo, seria, antes da nacionalização, mencionada previamente, um instrumento para lavagem de dinheiro do crime organizado russo. Por fim, mencionou que a Estônia concedeu à Letônia empréstimo de 100 milhões de Euros, no intuito de ajudá-la a enfrentar a crise econômica³¹⁹.

No que diz respeito à cooperação trilateral, Janis Zlamets, Diretor do Departamento de Relações Bilaterais – I da Chancelaria letã, tampouco demonstra entusiasmo. Em sua visão, cada um dos Estados bálticos precisa estabelecer suas próprias prioridades e persegui-las individualmente. Zlamets afirma ainda que, embora as afinidades culturais dos letões estejam com os estonianos, estes estariam cometendo erro se confinarem sua diplomacia e identidade externa à dimensão nórdica, e à parceria com a Finlândia, em vez de manterem outras avenidas abertas³²⁰.

Diante desse pano de fundo, não é de surpreender a opção lituana por uma aproximação com a Polônia, ainda que na condição de “sócio menor”, como não poderia deixar de ser tratando-se de países

³¹⁹ Entrevista concedida em 8 de dezembro de 2009.

³²⁰ Entrevista concedida em 11 de dezembro de 2009.

de proporções tão díspares. Este ponto foi salientado com ênfase em entrevistas concedidas tanto pelo ex-Chanceler Vygaudas Usackas, como pelo Professor Ramunas Vilpisauskas, Diretor do Instituto de Relações Internacionais e Ciência Política da Universidade de Vilnius. É nesse sentido que se deve, por outro lado, compreender a afirmação de que

*the weakest link of the Baltic cooperation is not Latvia, but, ironically, it is Poland. Its increased regional engagement may provide ample benefits for the Baltic States and especially Lithuania, but there are also significant risks of upsetting the fine balance of Baltic solidarity*³²¹.

³²¹ GALBREATH, David J., LASAS, Ainius e LAMOREAUX, Jeremy W, op. cit., p. 118.

Capítulo V

Relações do Brasil com os Estados Bálticos

5.1 Antecedentes

“Como fazia invariavelmente todos os dias, o lituano Pedro Adukas, cozinheiro de um restaurante chinês no centro de São Paulo, chegou bem cedo ao trabalho, por volta das seis e quarenta e cinco da manhã. Era o dia 2 de março de 1938”³²².

Boris Fausto

Pedro Adukas não é o único personagem de origem lituana que surge logo nas primeiras páginas da trama policial publicada em 2009, pelo historiador brasileiro Boris Fausto, que é inteiramente baseada num dos crimes que mais mobilizaram a opinião pública na cidade de São Paulo nos anos 30. Em seguida, o leitor descobre que uma das vítimas fatais é “o lituano José Kulikevicius”³²³. Mais adiante, aparece outro personagem de origem báltica, o “lituano Cláudio Valvonis, jovem de dezessete anos, sobrinho de Pedro Adukas”³²⁴. Um dos aspectos que chama a atenção na estória é a elevada densidade de lituanos por página virada, todos

³²² FAUSTO, Boris. O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 13.

³²³ Ibidem, p. 18.

³²⁴ Ibidem, p. 50.

já aparentemente assimilados à cultura local, como estão a indicar os prenomes devidamente ajustados à grafia do idioma português, ao passo que os sobrenomes guardam a forma lituana.

Fora da Lituânia, São Paulo congrega, depois de Chicago, a maior quantidade de descendentes de lituanos. Um bairro situado na zona leste da capital paulista, Vila Zelina, foi praticamente construído pela comunidade de lituanos que chegou à cidade, em sua maior parte nas décadas de 1920-30. Embora seja difícil calcular com precisão o número de imigrantes lituanos, já que muitos eram portadores de passaportes russos ou de outra nacionalidade, estima-se em 48 mil o afluxo apenas naquele intervalo de tempo, que veio somar-se a levadas esparsas de imigrantes que desembarcaram antes. A maioria estabeleceu-se no Estado de São Paulo. Houve igualmente fluxos que se dirigiram aos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro³²⁵. Atualmente, estima-se em cerca de 200 mil o contingente de descendentes de lituanos no Brasil³²⁶.

A comunidade de lituanos em São Paulo desenvolveu, desde a década de 20, intensa atividade política, por meio de uma série de periódicos. Chegaram a ser editados mais de vinte jornais pela comunidade de lituanos. Um deles, *Musu Lietuva*, ou “Nossa Lituânia”, tem sido regularmente publicado desde 1948, em lituano, embora sua tiragem venha caindo gradualmente e hoje não ultrapassaria seiscentos exemplares. Essa intensa atividade chegou a despertar suspeitas, no aparato de polícia, de que a comunidade lituana acolhesse em seu interior núcleos de simpatizantes dos movimentos comunistas no Brasil. É o que aponta o Professor da Universidade de São Paulo (USP) Boris Schnaiderman, ao resenhar o livro de Eric Reis Godliauskas Zen intitulado “O Germe da Revolução: a comunidade lituana sob vigilância do DEOPS (1924-1950)”. Schnaiderman destaca passagem do livro em que se cita o seguinte trecho de relatório elaborado pelo então Delegado-Chefe da Seção de Expulsandos, Antônio Ribeiro de Andrade: “Quase todos os eslavos (*sic*) são comunistas e trabalham em prol de Moscou. Seria mais oportuno que estes lituanos deixassem o Brasil e fossem viver

³²⁵ Resumo da história da imigração lituana no Brasil encontra-se no sítio da entidade de danças folclóricas *Rambynas*. Vide <http://www.rambynas.com/lietuva/pglituanos/lituanos.html>, acesso em 27 de janeiro de 2010.

³²⁶ Vide <http://epoca.globo.com/edic/214/soci1a.htm>, acesso em 27 de janeiro de 2010.

na Rússia Soviética, onde o regime por que se batem é oficial e está em pleno vigor”³²⁷.

Ampliada a noção da Lituânia para nela incluir-se a dimensão histórica de pluralidade étnica e confessional, o Brasil recebeu afluxo importante de judeus *litvaks*, tais como o pintor Lasar Segall, nascido em Vilnius e posteriormente naturalizado brasileiro³²⁸. Em discurso proferido em 16 de julho de 2008, por ocasião da visita oficial do Presidente lituano Valdas Adamkus ao Brasil, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aludiu a Lasar Segall como expressiva personalidade brasileira de origem lituana. O conhecido pintor, a propósito, conforme indica Boris Schnaiderman na resenha supramencionada, esteve igualmente sob monitoramento do DEOPS entre 1943 e 1947. Seu dossiê policial o descrevia como propagador do “credo vermelho” por meio da elaboração de “arte degenerada”³²⁹. Uma das razões pelas quais suas atividades eram mantidas sob vigilância pela Delegacia Estadual de Ordem Política e Social era sua origem israelita. A associação entre judaísmo e bolchevismo foi manipulada com enorme brutalidade pelos nazistas nos países bálticos durante a Segunda Guerra Mundial. Mas não se deteve na Europa; atravessou fronteiras e chegou, de forma suavizada, à América do Sul e ao Brasil, como indica Tatiana Wiazovski no próprio título que deu a seu livro sobre o tema: “O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil. Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-54)”. Os livros de Eric Reis Godliauskas Zen e de Tatiana Wiazovski pertencem à mesma série de publicações do Projeto Integrado Arquivo Público do Estado de São Paulo/Universidade de São Paulo, dedicado ao resgate de aspectos da memória nacional por meio da recuperação de documentos existentes em arquivos públicos³³⁰.

Menor, mais ainda assim bastante expressiva, é a dimensão da comunidade de descendentes de letões no Brasil, que alcança perto de vinte mil membros nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. De acordo com registros históricos, a colonização letã no

³²⁷ Vide http://www.usp.br/proin/publicacoes/detalhes_publicacoes.php?idLivro=7&idCategoriaLivro=2, acesso em 27 de janeiro de 2010.

³²⁸ http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=3344 acesso em 27 de janeiro de 2010.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ http://www.usp.br/proin/publicacoes/detalhes_publicacoes.php?idLivro=27&idCategoriaLivro=5 acesso em 27 de janeiro de 2010.

Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna, Santa Catarina, as primeiras 25 famílias que partiram de Riga. O fluxo de imigrantes intensificou-se durante o começo do século XX, e estima-se que mais de três mil letões imigraram para o Brasil buscando melhores condições socioeconômicas e liberdade de culto.

Em Santa Catarina, os imigrantes letões estabeleceram-se em Rio Novo (1890), Rio Oratório (1892), Rio Mãe Luzia e Massaranduba (1893), Jacu-Açú (1898), Ponta Comprida (1899), Terra de Zitzmerman (1900), Schroederstrasse e Linha Telegráfica (1901). No Rio Grande do Sul, em Ijuí (1893). Vieram depois as colônias letãs do Estado de São Paulo: Nova Odessa e Jorge Tibiriçá ou Corumbataí (1906), Nova Europa (1907), Paríquera-Açú (1910), São José dos Campos (1914) e Varpa (1922).

A brasileira é a maior comunidade de descendentes de letões na América Latina. A segunda fica na Argentina. Quanto aos estonianos, não há registro de número expressivo de descendentes no Brasil. As autoridades estonianas estimam em 500 o número de membros da comunidade, radicados majoritariamente em São Paulo. Há grupos reduzidos nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro³³¹.

A imigração de populações bálticas indica que o elemento humano está presente desde sempre nas relações bilaterais do Brasil com os países bálticos. Assim como entre brasileiros e lituanos, os vínculos entre o povo brasileiro e o letão precedem o estabelecimento mesmo das relações diplomáticas, contribuindo para gerar amplo capital de simpatia em relação ao Brasil nos Estados bálticos.

O segundo elemento que contribui para a existência de relações fluidas e amistosas é a política observada pelo Brasil de não reconhecimento da ocupação dos países bálticos pela URSS, pelo menos até a gestão do Presidente Jânio Quadros. Os países bálticos até hoje costumam expressar gratidão pelo gesto.

No final de 1921, dentro de prazo não excessivamente longo após o reconhecimento da independência dos três Estados bálticos pela URSS, ocorrida no ano anterior, o Brasil reconheceu pela primeira vez os três Estados e com eles estabeleceu em seguida relações diplomáticas. Naquele momento, o Governo brasileiro não mantinha relações diplomáticas com

³³¹ Vide <http://www.vm.ee/?q=en/node/100>, acesso em 27 de janeiro de 2010.

Moscou, rompidas após a revolução bolchevista. O Brasil levaria mais de um quarto de século, transcorrido na maior parte sob a presidência de Getúlio Vargas, para reatá-las em abril de 1945, quando se procedeu à troca de Embaixadores entre os dois países. O Brasil lutou na Grande Aliança durante a Segunda Guerra Mundial ao lado da URSS e contra as potências do Eixo, sem, contudo, haver restabelecido laços diplomáticos com Moscou. Pouco mais de dois anos depois, no entanto, o Brasil voltaria a romper os vínculos diplomáticos com a URSS, em outubro de 1947.

Quando Stalin anexou formalmente os Estados bálticos, em 1940, o Brasil mantinha, com os três, relações diplomáticas formais, ao contrário da situação existente no relacionamento com a URSS. Radica nessa conjunção de fatores a origem da política brasileira de não reconhecimento da anexação soviética, que prosseguiu até 1961, quando o Brasil restabeleceu mais uma vez relações com Moscou, no marco da Política Externa Independente.

O principal resultado prático da política seguida pelo Governo brasileiro entre 1940 e 1961 foi a manutenção das missões dos Estados bálticos no Brasil. Num estudo sobre a política adotada pela ex-República Federal da Alemanha (RFA) a respeito dos Estados bálticos sob ocupação, Kristina Spohr Readman exibe quadro das representações daqueles países no exterior no ano de 1954. A Lituânia tinha apenas cinco legações: em Londres, em Montevidéu, no Rio de Janeiro, na Santa Sé e em Washington; contava com dois Consulados-Gerais, em Nova York e em Toronto, além de dois Consulados, em Chicago e em São Paulo. A Letônia mantinha legações em Londres, em Paris, no Rio de Janeiro e em Washington, além de Consulado-Geral na Haia e de dois Consulados em Oslo e Toronto. Finalmente, a Estônia dispunha de uma única legação, em Londres, além de um Consulado-Geral em Nova York e de dois Consulados, no Rio de Janeiro e em São Paulo³³². Sobressai, nesse mapa das missões dos países bálticos sob ocupação, o grande espaço ocupado pelo Brasil como hóspede de representações dos três Estados bálticos.

No final da década de 50, aquele quadro se alterou, com a decisão do Vaticano, em 1958, após a assunção do Papa João XXIII, de rebaixar

³³² SPOHR REDMAN, Kristina. "West German's legal position on Baltic annexation", in HIDDEN, John, MADE, Vahur e SMITH, David J. (editores), op. cit., p. 107.

o nível hierárquico do representante da Lituânia de “enviado” para “gerente de assuntos”. Esta alteração na política do Estado do Vaticano levou o Governo da RFA a fazer uma sondagem sobre a posição dos demais países que ainda acreditavam diplomatas dos países bálticos. A descoberta, pela chancelaria alemã, de que o Governo brasileiro anunciara, em março de 1961, uma reorientação de sua política, levou a RFA a igualmente reconsiderar a linha seguida até então. Nas palavras de Kristina Spohr Readman,

“...in March 1961, a new Brazilian Government announced the closure of the Baltic diplomatic representations, a step undertaken, as the AA (Foreign Ministry) pointed out, because Brazil was seeking a political reorientation which included entering into diplomatic relations with the communist regimes of the Eastern bloc states. Brazil’s turn towards the East, and the consequent end to ‘the official Brazilian-Baltic relations’, also posed a challenge to Bonn’s Hallstein-Doktrin...”³³³.

O Embaixador e primeiro Chanceler brasileiro do regime militar, em 1964, Vasco Leitão da Cunha, a quem coube dismantelar a Política Externa Independente, evocou a “questão báltica” em seu livro de memórias, escrito sob a forma de depoimento oral ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Perguntado sobre se achava proveitosa a política de aproximação do Brasil com os países do então bloco socialista, Leitão da Cunha respondeu positivamente, “porque queríamos comerciar. Mas o Jânio Quadros fez uma coisa que achei errada, que foi a redução a zero dos três Estados bálticos aqui. Os Estados bálticos foram invadidos pela Rússia, depois de terem sido invadidos pela Alemanha, e a Rússia acabou com a sua independência. Eu disse que ele não podia fazer aquilo, e ele reagiu: ‘Como não posso?’ Respondi: ‘Se pode, não deve’. São países civilizados, a Estônia, a Letônia e a Lituânia, tão civilizadas quanto a Dinamarca”. Mais adiante, Leitão da Cunha agrega que os países bálticos “Tinham legação. Estavam na lista diplomática aqui, porque não era reconhecida sua ocupação pela Rússia. Mas o Jânio Quadros disse

³³³ Ibidem, p. 117.

que estava se aproximando da União Soviética, com quem ainda não tínhamos estabelecido relações, e liquidou as legações”³³⁴.

A decisão tomada pelo Presidente Jânio Quadros foi cumprida. Em junho de 1961, porém, o Itamaraty autorizou os antigos Cônsules dos Estados bálticos a emitir documentos, autenticar traduções e desempenhar outras funções consulares, em situações de comprovada necessidade³³⁵. Não se sabe até quando essa autorização foi utilizada na prática. Não há, em suma, inteira clareza quando aos passos dados pela administração do Presidente Jânio Quadros na atitude tomada em relação aos países bálticos. Apenas uma pesquisa aprofundada nos arquivos históricos do Itamaraty poderia lançar luz adicional sobre a questão.

Os países bálticos continuam de qualquer forma a incluir o Brasil entre os países que jamais aceitaram a ocupação, assim como o Brasil tem sustentado, no diálogo retomado com os Estados bálticos, após a independência, em 1991, que não reconheceu a ocupação soviética de 1940, informação que continua a constar de documentos que se elaboraram recentemente pelas Embaixadas do Brasil em Copenhague, Estocolmo e Helsinque, as quais acumulam a representação respectivamente em Vilnius, Riga e Tallinn³³⁶.

5.2 Desenvolvimentos Recentes

“A presença já centenária de uma expressiva comunidade de origem letã no Brasil, a maior da América Latina, representa forte elo de ligação entre nossos países e povos. Os letões fundaram a cidade paulista de Nova Odessa e ajudaram a construir este País... Ao reiterar a honra com que recebo a sua visita, peço-lhe levar na lembrança a hospitalidade de Nova Odessa, não somente como um reencontro com seus conterrâneos aqui, mas também como reflexo do caráter acolhedor do Brasil e do potencial de nossa amizade”³³⁷.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

³³⁴ LEITÃO DA CUNHA, Vasco. *Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPODC*. Rio de Janeiro: Editora FGV e Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 1994, p. 233-234.

³³⁵ Esta informação consta do sítio do Ministério das Relações Exteriores da Estônia, <http://www.vm.ee/?q=en/node/100>, acesso em 27 de janeiro de 2010.

³³⁶ Foram realizadas entrevistas com os responsáveis diretos pelos Estados bálticos em cada uma das referidas Embaixadas brasileiras, na segunda semana de janeiro de 2010.

³³⁷ Nota à imprensa por ocasião da visita da Presidente da Letônia ao Brasil, em 13 de junho de 2007.

No final de 1991, o Governo brasileiro reconheceu a independência dos Estados bálticos. Entre 1992 e 1993, formalizou o restabelecimento de relações diplomáticas com os três países e criou Embaixadas não residentes nas respectivas capitais, em regime de cumulatividade, conforme já ressaltado.

Desde então, os contatos bilaterais vêm-se expandindo por meio de visitas, assinatura de acordos e realização de consultas políticas. No entanto, pode-se dizer, sem medo de erro, que carecem de densidade e de acompanhamento mais sistemático.

5.2.1 Letônia

A combinação da vontade da Letônia de projetar-se internacionalmente na esteira da “dupla adesão” com a escolha do Brasil como parceiro prioritário na América do Sul levou Riga, a partir do início da década passada, a intensificar os gestos na direção de aproximação. A decisão letã de copatrocinar a Resolução sobre a reforma do CSNU apresentada pelo G-4, com ressalva quanto à questão do veto, representou um importante fator de aproximação essencialmente política com o Brasil.

A relação bilateral intensificou-se após a visita oficial ao Brasil da então Presidente Vaira Vike-Freiberga, entre 10 a 13 de junho de 2007. Foi a primeira viagem de um Chefe de Estado da Letônia ao Brasil. O convite havia sido estendido em 2005, em reconhecimento pelo copatrocinio letão à resolução apresentada pelo G-4 na Assembleia Geral da ONU. O convite também se justificava pelo alto prestígio pessoal da Presidente letã na cena internacional, cujo nome chegou a circular como possibilidade para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas e, mais recentemente, em 2009, como alternativa à posição de Presidente do Conselho Europeu, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. A programação da Presidente letã incluiu etapas em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Nova Odessa, onde cumpriu programa de caráter sentimental em tributo aos cem anos da imigração letã no Brasil. Em Brasília, foi recebida pelo Presidente Lula. A visita presidencial transcorreu em atmosfera de cordialidade e permitiu o estabelecimento de diálogo político em alto nível. A presença de delegação empresarial abriu perspectivas iniciais de acordos em diferentes áreas. Foram assinados memorando de entendimento sobre consultas políticas e acordo de

cooperação cultural. O Governo letão convidou o Presidente brasileiro a retribuir a visita.

Em janeiro de 2008, o Governo brasileiro concedeu *agrément* ao primeiro Embaixador da Letônia no Brasil, residente em Lisboa. O Governo letão espera ocasião mais propícia do ponto de vista orçamentário para abrir Embaixada em Brasília. Na América do Sul, o Brasil foi o primeiro país a receber um Embaixador da Letônia; na América Latina, além do Brasil, apenas o México acreditou Embaixador letão, residente em Washington. Existem Cônsules Honorários do Brasil em Riga e da Letônia em São Paulo e Brasília.

A agenda bilateral está isenta de contenciosos. A única exceção é a pendência relativa à extensão aos cidadãos letões da reciprocidade na isenção de vistos de turismo, concedida unilateralmente pela Letônia, como resultado da acessão à UE. A legislação brasileira condiciona a reciprocidade quanto à isenção de vistos à conclusão de acordo bilateral específico que necessita ser aprovado pelo Congresso Nacional. Um acordo está em negociação entre Bruxelas e Brasília, na medida em que envolve outros países, entre eles a Estônia. O texto do instrumento teria aparentemente sido acordado, mas haveria complexidades adicionais, relativas ao *status* de acordos bilaterais assinados anteriormente com países membros da UE, que concedem benefícios adicionais aos contidos no texto atualmente em pauta.

A primeira reunião bilateral do mecanismo de consultas políticas previsto no Memorando de Entendimento bilateral assinado em setembro de 2007 ocorreu em Riga, em 9 de junho de 2008, entre o Subsecretário-Geral, Embaixador Everton Vargas, e seu homólogo letão, Senhor Edgars Skuja. A segunda realizou-se igualmente em Riga, em outubro de 2009, tendo sido a delegação brasileira chefiada pela então Diretora do Departamento da Europa, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, que completou, naquele mês, um giro pelas três capitais bálticas para realização de consultas políticas.

5.2.2 Lituânia

A primeira visita de alto nível de autoridade da Lituânia ao Brasil foi a do então Presidente, Algirdas Brazauskas, no âmbito de uma viagem que incluiu também a Argentina, o Uruguai e a Venezuela, realizada em março de 1996.

Em julho de 2008, o então Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. A visita ao Brasil incluiu passagens por Brasília e por São Paulo. Na primeira, cumpriu programa oficial e avistou-se com o Presidente Lula, com os Presidentes do Senado e da Câmara e do STF. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado, inaugurou seminário empresarial na FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, abriu exposições e manteve encontros com a comunidade de descendentes de lituanos, inclusive no bairro de Vila Zelina.

Em 13 de maio de 2009, à margem da Reunião Ministerial União Europeia – Grupo do Rio, realizada em Praga, o Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Subsecretária Asta Skaisgiryte Liauskiene.

Há dois acordos bilaterais importantes. O primeiro é acordo de isenção de vistos, assinado durante visita do ex-Chanceler Celso Lafer à Lituânia, realizada no final de 2002. O acordo entrou em vigor em 13 de janeiro de 2009, após aprovação do Congresso brasileiro e promulgação do decreto presidencial correspondente. Era aguardado com ansiedade pelos lituanos, que aprovaram o acordo em 2003, e, depois da adesão à UE, aboliram unilateralmente a exigência de vistos para brasileiros. A Lituânia é o único Estado báltico em que se encontra equacionado o tema da eliminação de vistos.

O segundo instrumento bilateral é o texto de um acordo de cooperação cultural assinado pelos Presidentes Lula e Adamkus durante a visita do último ao Brasil, em julho de 2008. O acordo foi aprovado na Câmara dos Deputados, em 24 de setembro de 2009. Encontra-se atualmente no Senado Federal.

A Lituânia abriu Embaixada residente em Buenos Aires, em 2002, em caráter cumulativo com Brasília, Bogotá, Montevideú, Caracas, Santiago e Quito. Justificou a abertura da Embaixada pela presença de comunidade lituana importante na própria capital portenha, ao contrário do Brasil, onde os descendentes de lituanos não se acham em Brasília. Mantém Consulado Honorário em São Paulo. O Brasil não dispõe de Cônsul Honorário em Vilnius. Com relação ao último tópico, a Chancelaria lituana comprometeu-se recentemente a ajudar o Brasil a selecionar um candidato adequado ao cargo. O tema foi tratado durante as consultas políticas realizadas em Vilnius, em 12 de outubro de 2009, sob chefia da Diretora do DEU. Outro tema abordado foi a proposta de formalização, em bases regulares, das consultas políticas bilaterais.

5.2.3 Estônia

A Estônia não tem Embaixada no Brasil, possibilidade que examina com prioridade. Mantém, porém, três Consulados Honorários, um Geral, com jurisdição sobre São Paulo e Paraná, outro no Rio de Janeiro e um terceiro no porto de Santos. O Brasil estabeleceu, em 2004, Consulado Honorário em Tallinn.

Entre as principais visitas bilaterais, destaca-se aquela efetuada em novembro de 2000 pelo então Chanceler e atual Presidente Toomas Hendrik Ilves, que incluiu etapas em Brasília e São Paulo. Durante a visita foram assinados acordo de cooperação cultural e educacional, em vigor desde 31 de março de 2006, e acordo de cooperação na área de turismo, em vigor a partir de 24 de abril de 2006.

Em 12 de junho de 2006, o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, então Subsecretário-Geral, visitou Tallinn para consultas políticas. A Estônia apoiou o G-4 no que se refere à ampliação do Conselho de Segurança. O Embaixador Patriota entregou ao Chanceler Urmas Paet convite para que visite oficialmente o Brasil.

Em 14 de outubro de 2009, a Diretora do Departamento da Europa esteve em Tallinn para consultas políticas. Dentre os diversos temas tratados, figuram proposta de formalização de mecanismo de consultas políticas regulares e perspectivas de cooperação trilateral no Haiti e em Angola.

Permanece como pendência no relacionamento bilateral a questão da reciprocidade para isenção de vistos, numa situação análoga àquela existente com a Letônia.

5.3 Perspectivas do relacionamento bilateral

“Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão”³³⁸.

Embaixador Celso Amorim

No discurso em que anunciava as prioridades da política externa de sua gestão, no início de 2003, o Embaixador Celso Amorim já

³³⁸ Discurso de posse do Embaixador Celso Amorim no cargo de Chanceler, em 01/01/2003.

antecipava de forma clara a multiplicação de vértices, interesses e temas que desembocariam numa atuação cada vez mais desenvolvida do Brasil no cenário internacional. Por sua importância política e econômica, pela capacidade de agregar parceiros de matizes diferenciados em torno de consensos inovadores, o País é hoje presença requisitada em diversos foros internacionais e em distintas partes do mundo, não necessariamente próximas do território brasileiro.

Um dos instrumentos utilizados para amplificar a capacidade do Brasil de operar em múltiplos cenários foi a expansão dos itinerários de viagem tanto do Chefe de Estado como de seu Ministro das Relações Exteriores. Locais jamais visitados anteriormente por uma autoridade brasileira o foram pelo Presidente Lula e pelo Embaixador Celso Amorim. Quanto aos roteiros de viagem previamente conhecidos, foram trilhados com ênfase distinta e disposição nova.

Outro instrumento a que a diplomacia brasileira recorreu em busca de uma participação mais ativa e mais bem embasada foi a abertura de missões diplomáticas em horizontes geográficos estendidos. O Brasil conta hoje com uma das mais extensas redes de missões diplomáticas entre todos os países do mundo, resultado de amplo esforço despendido e que encontraria justificativa e recompensa na posição que o país hoje desfruta no mundo.

Parece haver chegado o momento de integrar mais plenamente os Estados bálticos no âmbito da política externa brasileira. É amplamente positivo que se haja estabelecido mecanismo de consultas políticas em bases regulares. Assim como foi bastante proveitoso ao Brasil que os Presidentes da Letônia e da Lituânia tenham efetuado visitas oficiais ao Brasil respectivamente em 2007 e em 2008. Os primeiros acordos foram assinados, e o comércio começa a crescer, embora ainda seja modesto e sempre o será, dada a reduzida dimensão daqueles mercados.

Forçoso é reconhecer, contudo, que o Brasil acompanha a distância os acontecimentos naquela região historicamente caracterizada com zona de fronteiras e de confrontos entre as potências europeias. Nem o Presidente Lula, nem o Ministro de Estado das Relações Exteriores Celso Amorim efetuaram ainda visitas aos Estados bálticos³³⁹. Ali não há

³³⁹ O ex-chanceler Celso Amorim visitou oficialmente a Estônia em junho de 2010, após a entrega desse trabalho ao Instituto Rio Branco.

missões diplomáticas do Brasil, nem consulados. Os cônsules honorários em Riga e em Tallinn, ambos dinâmicos, empresários e apaixonados pelo Brasil, fazem o que podem com os limitados meios de que dispõem. Mas a presença deles não se confunde com a presença do Brasil.

A distância impede, por exemplo, que o Governo brasileiro possa aproveitar, para fins de aproximação com a sociedade e o Governo locais, uma ocasião excepcional como aquela oferecida pela presença da seleção brasileira de futebol em Tallinn, para uma partida amistosa com a equipe estoniana, em 12 de agosto de 2009.

A distância prejudica ainda a atenção requerida e necessária para acompanhar os movimentos da Rússia, da UE e dos EUA numa das áreas historicamente mais suscetíveis ao embate entre potências. Os três Estados bálticos encontram-se entre os raros Estados membros da UE, parceira estratégica do Brasil, em que o Brasil ainda não possui Embaixada residente.

Na tese que apresentou no âmbito do XXVIII CAE, em 1993, a que se fez menção previamente, o então Conselheiro Affonso José Santos defendia a criação de Embaixada do Brasil em Riga, com jurisdição sobre os três Estados bálticos. Lastreava sua proposição com base primordialmente no argumento de que “os Estados bálticos apresentam, atualmente, excelente ponto de observação em região onde se operam transformações políticas, econômicas e sociais, desencadeadas com o fim da Guerra Fria”. O autor da tese escolhia Riga por ser a cidade mais importante dos três Estados bálticos e pela localização central da Letônia em relação aos demais Estados bálticos³⁴⁰.

O tempo decorrido desde então apenas reforça os argumentos em favor da criação de Embaixada do Brasil num dos países bálticos. Os Estados bálticos ganharam importância após a “dupla adesão” de 2004. Seu futuro parece assegurado até onde a vista alcança. O Brasil, por sua vez, terá ganho proporcionalmente ainda mais relevo no mundo desde 1993, como resultado de transformações internas e no cenário externo. Sua presença é esperada e valorizada.

Riga é, dentre as três capitais bálticas, aquela que dispõe de melhor infraestrutura de transportes terrestres e aéreos, assim como da rede hoteleira mais ampla e diversificada, em virtude de ser um centro de

³⁴⁰ SANTOS, Affonso José, op. cit., p.123-125.

convenções e de feiras sub-regional. É a capital báltica onde a presença da Rússia na região se faz sentir de maneira mais nítida, no mundo dos negócios e na política.

Do ponto de vista econômico, a Letônia é o país por onde transita grande parte do fluxo de mercadorias, petróleo e gás da Rússia e de outros países sem acesso ao litoral na direção dos países europeus ocidentais. Os portos locais poderão, num futuro ainda distante, ser trabalhados como ponto de entrada de exportações brasileiras destinadas à Rússia e mesmo ao Oriente.

Por fim, Riga é a capital que conta com o maior número de Embaixadas residentes. São trinta e seis missões diplomáticas. Em Tallinn e Vilnius, há o mesmo número de vinte e nove missões diplomáticas residentes. Países como o Canadá e a Suíça, por exemplo, cobrem os países bálticos a partir de uma única Embaixada sediada em Riga.

A segunda opção seria Vilnius, em razão da importância relativa da Lituânia entre os bálticos e da importante comunidade de descendentes de lituanos no Brasil. Pesaria contra a Lituânia a decisão de haver escolhido Buenos Aires para instalar sua primeira missão diplomática na América Latina.

A terceira opção seria Tallinn, menor das capitais no menor país báltico, sem maiores vínculos com comunidades de descendentes no Brasil.

A missão de observar a cena na região do báltico, em particular os movimentos da Rússia no tabuleiro local, por si só respaldaria a decisão de instalar Embaixada em Riga. Fortaleceriam tal decisão, contudo, considerações tradicionais da diplomacia como a proximidade que facilita a gestão de candidaturas, ou de temas de interesse brasileiro no âmbito da União Europeia, por exemplo, em vez de canalizar as *démarches* apenas via Bruxelas. Outro objetivo que estaria atendido com a abertura de Embaixada seria a de promover a cultura brasileira para um público interessado, culto e que tem interesse, por laços humanos antigos, no Brasil.

A assistência consular, por sua vez, não parece constituir questão sensível, uma vez que as diminutas comunidades de brasileiros nos três países são constituídas essencialmente por cônjuges de nacionais dos países bálticos e estão harmoniosamente integrados na vida local.

Conclusão

“...*The Molotov-Ribbentrop Pact was immoral*”³⁴¹.

Vladimir Putin

Durante visita ao porto de Gdansk na Polônia, em setembro de 2009, para as celebrações dos setenta anos da invasão daquele país pela Alemanha nazista, o Primeiro-Ministro russo Vladimir Putin fez publicar uma carta aberta ao povo polonês no jornal local *Gazeta Wyborcza*. Na carta, ele condenava o Pacto Molotov-Ribbentrop como “imoral”.

O gesto foi feito com a deliberada intenção de buscar reparar as relações com a Polônia e de efetuar uma “revisão da história” que contribuísse para deixar para trás ressentimentos recíprocos. No mesmo texto, Putin elogia a coragem dos soldados e da população polonesa na resistência aos invasores alemães e considerou como crime o massacre da floresta de Katyn perpetrado por soldados do Exército Vermelho contra efetivos poloneses.

A condenação do Pacto vinha, contudo, acompanhada de contextualizações. Putin esclarecia no artigo que a atitude de apaziguamento dos países ocidentais na Conferência de Munique

³⁴¹ Vide <http://www.nytimes.com/2009/09/01/world/europe/01russia.html>, acesso em 28 de janeiro de 2010.

deixara Moscou sem opções diante dos nazistas. E comparou o Tratado de Munique ao pacto de não agressão entre a URSS e a Alemanha, na medida em que ambos recortavam territórios em zonas de influência.

Desnecessário frisar que a atitude de Putin representou, para um líder nacionalista russo, passo significativo na direção da reconciliação. Apesar disto, foi tépida a reação dos anfitriões poloneses, a começar do Primeiro-Ministro Donald Tusk, à iniciativa de Putin. Os poloneses contrastaram a carta aberta de Putin à plena admissão de responsabilidade pela invasão da Polônia feita na ocasião pela Chanceler alemã Angela Merkel. Ela começou seu discurso na cerimônia da seguinte maneira: “*I pay tribute to the 60 million people who lost their lives in this war unleashed by Germany*”³⁴².

Comparar as responsabilidades da Alemanha e da URSS ou, como desejam os bálticos, buscar equiparar as atrocidades cometidas pelos dois países, é caminho que não contará com a concordância de Moscou, por visões radicalmente distintas do que seja a “verdade” histórica.

Regurgitar incessantemente fatos históricos em busca de uma “verdade” supostamente redentora pode ser interpretado como indício de que as políticas externas dos Estados bálticos ainda se definem como “existenciais”, por contraste com uma política externa de “normalidade”³⁴³. Outro traço desta política externa “existencial” seria uma sensação permanente de insegurança, resultante das dúvidas sobre a própria viabilidade e capacidade de manter a autonomia. Tal insegurança se manifestou de modo cristalino, por exemplo, na carta aberta ao Presidente Obama publicada igualmente no jornal polonês *Gazeta Wyborcza* em 15 de julho de 2009, por 22 ex-líderes da Europa Central e Oriental, entre eles Vaira Vike-Freiberga, Valdas Adamkus, Mart Laar, Lech Walesa e Vaclav Havel.

O texto da carta refere-se ao crescente nervosismo entre os países daquelas regiões com o que consideram uma perda de prioridade na agenda externa de Washington como resultado dos gestos de aproximação com a Rússia e da decisão de reconsiderar a instalação do escudo antimísseis na Polônia e na República Tcheca. A carta refere-se ademais

³⁴² Cf. “Putin’s comments on 1939 invasion fall flat in Poland”. *Financial Times*, 2 de setembro de 2009.

³⁴³ GALBREATH, David J., LASAS, Ainius e LAMOREAUX, Jeremy W., op. cit., p. 126.

à Rússia como “poder revisionista que persegue uma agenda do século XIX com métodos e táticas do XXI”³⁴⁴.

Talvez não se deva sobrevalorizar a opinião de líderes forjados em tempos outros, como os que assinaram a carta ao presidente norte-americano. No entanto, é difícil negar que, apesar de duas décadas de vida independente, da dupla proteção oferecida pela UE e pela OTAN, da inexistência de ameaça direta à sua segurança, com a possível exceção da crise econômica, os Estados bálticos continuam a demonstrar sinais de uma espécie de síndrome de zonas fronteiriças, que adquiriram ao longo da história e continua a impactar o presente.

Com a diminuição no ritmo dos processos de alargamento da UE e da OTAN, é possível que se gere um equilíbrio em novas bases nas relações entre os EUA, a Europa e a Rússia. A Rússia tem flertado com a ideia de uma “nova arquitetura europeia de defesa”, apresentada sob a forma de rascunho em dezembro último, sem despertar entusiasmo. Os EUA demonstram, no entanto, querer ouvir. O *Carnegie Endowment for International Peace* convocou equipe de personalidades para explorar a ideia e apresentar documento a respeito. A discussão sobre o tema mal começou, mas já divide a Europa, como se pode ver pela mencionada carta ao Presidente Barack Obama.

Este momento de remodelamento dos conceitos de defesa coletiva na Europa se soma às inquietações criadas nos países bálticos pela gravidade com que a crise econômica se abateu sobre eles. Conforme assinalam Marju Lauristin e Peeter Vihalemm, após a “dupla adesão” as sociedades dos países bálticos permanecem atrás dos países europeus ocidentais em termos de indicadores econômicos e sociais, além de exibirem os índices mais elevados da UE das chamadas “doenças sociais”, tais como crime, drogas, AIDS e suicídio³⁴⁵.

O nacionalismo constituiu a força motora da resistência dos países bálticos contra a ocupação soviética e dos movimentos que redundaram na independência reconquistada em 1991. A partir de então, as promessas de uma vida melhor foram deslocadas para a democracia e para a integração econômica nos mercados ocidentais. Estas promessas permanecem em grande parte por cumprir.

³⁴⁴ http://wyborcza.pl/1,75477,6825987,An_Open_Letter_to_the_Obama_Administration_from_Central.html acesso em 28 de janeiro de 2010.

³⁴⁵ LAURISTIN, Marju e VIHALEMM, Peeter, op. cit., p. 1.

Quais os possíveis desdobramentos nos países bálticos da atual combinação perversa de crise econômica com o desgaste da democracia, num contexto em que o “retorno à Europa” parece poder render frutos apenas no longo prazo e à custa de mais sacrifício?

A resposta a esta indagação pede tempo. De qualquer modo, o caminho percorrido nestes vinte anos desde a independência trouxe modificações antes impensáveis e abriu perspectivas promissoras para os Estados bálticos. Em 2010, ao contrário de 1940, não desponta no horizonte ameaça alguma que se possa comparar a Hitler ou a Stalin. O futuro dos Estados bálticos está hoje, em grande parte, em suas próprias mãos.

O Brasil poderá escolher acompanhar os desenvolvimentos na região à distância ou de perto. Este trabalho procurou argumentar que a segunda opção é a que melhor atende aos interesses externos de um país cuja influência cresce no mundo e que tem parceiros importantes na UE, nos EUA e na Rússia, os três polos de poder cuja projeção nos países bálticos determinará as perspectivas de paz ou de conflito naquela região.

Palavras Finais

“No history book which sets out to relate the Past to the Present is ever written at the right moment. By the time that the author’s observations are published, the Present will always have moved on; and the reader’s perspective will have changed. In this respect, the work of the contemporary historian is more akin to the shifting assignments of the leader writer than that of the dispassionate analyst of completed histories”³⁴⁶.

Norman Davies

Escrevo estas palavras em Genebra, em Julho de 2011, um ano e meio após haver completado o trabalho original. Mudou neste intervalo de tempo minha distância da realidade dos países bálticos. Acompanhava-a de perto entre o início de 2007 e meados de 2009, anos em que trabalhei na Embaixada do Brasil em Copenhague e tinha como dever profissional cobrir a Lituânia. Foi durante a preparação da visita do ex-Presidente Valdas Adamkus ao Brasil, em 2008, que me interessei mais seriamente pela Lituânia, país cujo lugar no mundo jamais poderia compreender em profundidade se não me dedicasse também a leituras sobre a Letônia e

³⁴⁶ DAVIES, Norman. *Heart of Europe: the past in Poland’s present (new edition)*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. vii (Prefácio).

Estônia. Foi interesse despertado sem anúncio prévio – jamais imaginaria até recentemente que um dia visitaria os três países e muito menos escreveria sobre eles –, mas suficientemente forte para motivar-me a dedicar minha tese de CAE àquela porção meio desconhecida da Europa, pelo menos para grande parte de nós, brasileiros.

Imerso em outras atividades profissionais desde 2009, perdi contato com a dinâmica política e econômica quotidiana nos Estados bálticos, mas não o interesse. Procuo algo sobre aqueles países ao ler diariamente a imprensa internacional, em inglês ou francês, apenas para constatar repetidas vezes aquilo que já sei: são escassas, além de geralmente curtas, as notícias que se costumam publicar sobre aqueles países, indicador certo de que não se trata de região cujos desenvolvimentos necessitem seguimento próximo e frequente.

De qualquer modo, tenho forte impressão de que hoje se publica número menor de notícias sobre os Estados bálticos do que no momento em que redigi este trabalho. E isto não é necessariamente negativo. Ao longo de todo o ano de 2009 e início de 2010, a maior parte dos artigos era sobre a ameaça de uma crise econômica na Europa que poderia vir de lá, sobretudo da Letônia e da Lituânia. Hoje, o catastrofismo econômico trasladou-se do Báltico para o Mediterrâneo. O fato de que as economias dos países bálticos tenham atravessado um período crítico, sem renunciarem a suas políticas cambiais, sem grandes rupturas políticas³⁴⁷ e com perspectivas de retomada do crescimento, nos três países, em 2011, não deixa de representar, além de surpresa, marco importante em sua trajetória recente. A capacidade de resistir a crescimento negativo de dois dígitos na economia associada à escolha, sufragada nas urnas, de manter os responsáveis pelas duras políticas que vinham sendo seguidas, seria talvez impensável em países como a Grécia, Portugal e Espanha, nos quais a resistência da população às medidas necessárias de ajuste derrubou ou ameaça derrubar Gabinetes.

Como explicar esse contraste na reação da sociedade e da classe política à mesma realidade de economias em dificuldade, que precisam

³⁴⁷ A coligação liderada pelo Primeiro-Ministro Valdis Dombrovskis, responsável por um plano econômico de enorme austeridade, não apenas venceu como aumentou sua base de sustentação nas eleições parlamentares realizadas em Outubro de 2010 na Letônia. Do mesmo modo, nas eleições realizadas em Março de 2011, a coalizão de centro-direita do Primeiro-Ministro Andrus Ansip foi reeleita na Estônia.

de alguma forma de ajustes, entre países periféricos no Norte e no Sul da Europa? Como dar conta dessa predisposição para uma enorme quota de sacrifício pessoal em uma região e a resistência à renúncia aos “direitos adquiridos” na outra? Haverá certamente uma multiplicidade de motivos. Um deles, que parece inescapável, prende-se ao passado turbulento e sofrido dos Estados bálticos. É como se estonianos, letões e lituanos estivessem querendo significar, com suas decisões, que o retorno à Europa e ao ocidente, que o restabelecimento da “normalidade” que impulsionou as “singing revolutions” seria caminho sem volta, porque sem alternativas. É como se quisessem dizer a si mesmos e ao mundo inteiro que sua determinação segue inabalável diante de qualquer obstáculo quando o objetivo é o de permanecer atrelado aos destinos da UE. É como se, enfim, desejassem, com seus atos, desacreditar os céticos e os descrentes, aqueles mesmos que há um ou dois anos diziam que talvez houvesse sido prematura a ampliação da UE em 2004, ou que os Estados bálticos não estariam preparados para tornarem-se membros plenos do espaço europeu integrado.

O interesse pelos bálticos levou-me a novas leituras no decurso do último ano e meio, das quais duas são obras extraordinárias a qualquer título. Refiro-me a livros publicados em 2010, ambos constantes das listas dos melhores livros de não ficção daquele ano, por dois dos maiores historiadores contemporâneos e especialistas na Europa. O primeiro são as memórias de Tony Judt, *“The Memory Chalet”*, por ele ditadas a sua assistente pouco antes de falecer, vítima de uma doença degenerativa. O segundo é de autoria de Timothy Snyder, Professor de Yale, e leva o título *“Bloodlands: Europe between Hitler and Stalin”*.

Começo pelo segundo. E minha primeira observação é a de que, se fosse possível tê-lo lido antes de escrever, provavelmente esse trabalho seria diferente em alguns aspectos. Snyder debruça-se, com enorme erudição e conhecimento, e ao amparo de estatísticas e dados recolhidos ao longo de uma vida inteira de pesquisas, sobre os assassinatos em massa perpetrados por Hitler e Stalin e que vitimaram 14 milhões de civis nos países situados entre a Alemanha e a URSS, entre os quais os três Estados bálticos. Após dissecar as distintas motivações (perseguição aos *kulaks*, poloneses, ucranianos, bielorrussos, bálticos ou judeus) e as diferentes modalidades (fome, pelotões de fuzilamento, trabalhos forçados, deportações, câmaras de gás, etc.) de assassinatos em massa,

Snyder aponta como os crimes de um autorizou os do outro, como ambos foram cúmplices não apenas no Pacto Molotov-Ribbentrop, mas também nas atrocidades num e noutro país antes e mesmo depois do lançamento da Operação *Barbarossa*. Na extensa resenha publicada sobre o livro, a *The Economist* argumenta que “*Mr. Snyder’s book is revisionist history of the best kind: ...he makes the reader rethink some of the best-known episodes in Europe’s modern history*”³⁴⁸.

Snyder contesta, por exemplo, a tese de que o *Reich* foi o único responsável pelo extermínio em massa e de que os soviéticos teriam sido os libertadores. Compara os crimes de ambos os regimes totalitários e argumenta em favor da necessidade dessa comparação. Mas não os equipara, não diminui o papel do Holocausto como momento central da barbárie moderna, nem se deixa seduzir pelo jogo perigoso, mas atraente, de dizer quem entre Stalin e Hitler seria o mais cruel. O livro é detalhado e cheio de nuances. Não se presta a simplificações.

As passagens que mais chamam a atenção na obra são aquelas em que ela se refere aos países bálticos e à Polônia como as áreas mais tragicamente afetadas pelo embate entre dois projetos de expansão, tais como a seguinte:

*The impact of multiple continuous occupation was most dramatic in the lands that Hitler conceded to Stalin in the secret protocol to the non-aggression pact of 1939, then took from him in the first days of the invasion of 1941, then lost to him again in 1944. Before the Second World War, these lands were: independent Estonia, Latvia, Lithuania and Eastern Poland... This zone, east of the Molotov-Ribbentrop line, was where the Holocaust began, and where the Soviets twice extended their boundaries to the west... Molotov-Ribbentrop was a joint production of the Soviets and the Nazis*³⁴⁹.

Se essa é a herança recebida pelos Estados bálticos, herança que compreensivelmente querem deixar para trás e que naturalmente convidaria à solidariedade, tanto Snyder como Judt advertem para tendências de suas lideranças atuais no sentido de explorar essa mesma

³⁴⁸ Cf. “History and its woes: How Stalin and Hitler enabled each other’s crimes”. *The Economist*, 14 de Outubro de 2010.

³⁴⁹ SNYDER, Timothy. *Bloodlands: Europe between Hitler and Stalin*. Nova York: Basic Books, 2010, p 394-395.

herança de maneira indevida, numa tendência constante e não raro exagerada a um discurso de autovitimização. Trata-se de terreno fértil em que prosperam os populistas, os demagogos e, sobretudo, os nacionalistas que, sob pretexto de busca de uma “verdade histórica” que se revela invariavelmente escorregadia, agem em defesa do interesse de seu “povo” entendido em sentido estreito, étnico, excludente do outro.

Tony Judt, por sua vez, afirma que “identidade” é palavra perigosa, sem usos dignos no repertório contemporâneo. Na academia, os estudos sobre raça, gênero, religião e outras formas de “identidade” frequentemente seriam usados para que membros de uma determinada minoria estudem a si mesmos. Tratar-se-ia de projetos autorreferenciados, que fragmentam o conhecimento e particularizam o campo de estudo. Perde-se o que é comum a todos, o que é humano, o que seria a civilização.

Na política, a “identidade”, por caminhos semelhantes, levaria ao nacionalismo e a suas manifestações concretas, como a exclusão do outro, frequentemente nas fronteiras, como em Schengen. No limite, a afirmação da identidade leva à intolerância. Por isso, conclui Judt, “*In this brave new century we shall miss the tolerant, the marginals: the edge people. My people*”³⁵⁰.

Os acontecimentos ocorridos em 22 de julho na Noruega ilustram de maneira trágica o uso potencialmente perigoso da “identidade” no terreno político. Não se deve reduzir a explosão de uma bomba no centro de Oslo, seguida do assassinato planejado de dezenas de jovens numa ilha próxima, a um simples ato isolado perpetrado por um psicopata. As ações de Anders Behring Breivik não surgiram do nada. Ilusório tentar compreendê-las sem remissão a um contexto político e cultural específico, aquele que hoje ganha espaço sobretudo na Europa, mas também nos EUA do movimento “*tea party*”, e no qual proliferam as manifestações de xenofobia, racismo e intolerância. Num artigo publicado poucos dias depois dos ataques, Roger Cohen afirma que Breivik tem muitos companheiros ideológicos de viagem, nos dois lados do Atlântico. É neles que se vem destilando o veneno de que se alimenta o autodenominado cruzado norueguês. Gente como Geert Wilders na Holanda, que comparou o Corão ao “*Mein Kampf*” nas campanhas para as eleições de 2010 e obteve 15,5% dos votos. Gente como Marine Le Pen, na França, como as lideranças dos partidos de extrema-direita na Suécia e na

³⁵⁰ JUDT, Tony. *The memory chalet*. Nova York: Penguin, 2010, p. 201-208.

Dinamarca, aos quais vieram somar-se, mais recentemente, os “verdadeiros finlandeses”. Gente, enfim, como os republicanos Newt Gingrich e Peter King, que lançam ataques ao Presidente Barack Obama em razão de seu nome intermediário ser Hussein.³⁵¹

As reflexões de Snyder e de Judt insinuam caminho que talvez seja a única possibilidade real para que os três Estados bálticos possam deixar de vez o passado que tanto os atormenta e olhar para o futuro com uma possibilidade nova. Talvez seja necessário que, em vez de tentar resgatar a história de uma perspectiva que lhes pareça justa, possam revisitá-la e fazer gestos como os da Polônia de Donald Tusk e da Rússia de Putin e Medvedev, capazes, mesmo diante da fatalidade de Smolensk no ano passado, de aproximar e, portanto, de libertar. Talvez seja igualmente preciso que abandonem as tentativas de se enquadrarem numa única identidade e abracem todas aquelas que lhes estejam ao alcance: europeus, nórdicos, ocidentais, bálticos, “borderlanders”, “bloodlanders”. Só assim, por acumulação e não por exclusão, sem negar o passado, mas libertos dele, é que estarão verdadeiramente livres.

A abertura da Embaixada do Brasil em Tallinn pegou-me de surpresa, em parte. Não está claro ainda se a Embaixada em Tallinn acumulará a representação do Brasil junto aos três países bálticos. De qualquer modo, a notícia é positiva e justifica em boa medida a argumentação que desenvolvi ao longo desse trabalho.

³⁵¹ Cf. “Breivik and His Enablers”. *The New York Times*, 25 de julho de 2011.

Agradecimentos

Não teria sido possível concluir este livro sem a colaboração de um grupo pequeno de colegas e amigos.

Foi um privilégio contar com a leitura atenta dos colegas Rodrigo do Amaral Souza (além disso, meu irmão) e Sérgio França Danese. Ambos fizeram diversos comentários e sugestões de edição, que foram incorporados no texto final. O diálogo com ambos deu-me sentido de direção e segurança à medida que avançava na redação do texto. Sou-lhes imensamente grato.

Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme, a cujos olhos literalmente nada escapa, auxiliou-me na revisão final do texto. Devo-lhe muito.

Rubens Ricupero, chefe em tantos momentos diferentes da carreira diplomática e hoje essencialmente um amigo, leu a versão final da tese apresentada no CAE e encorajou-me a publicá-la como livro, o que ora faço.

Finalmente agradeço a Annette, minha mulher, e a Pedro e João, meus filhos, o tempo de convivência que lhes subtrai na pesquisa, redação e edição desse trabalho.



Bibliografia

A- LIVROS E ARTIGOS

ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities : reflections on the origins and spread of nationalism – revised and extended edition*. Londres e Nova York: Verso, 1991.

APPLEBAUM, Anne – *Between East and West: across the borderlands of Europe*. Nova York: Pantheon, 1994.

BARTAL, Israel – *The Jews of Eastern Europe, 1772-1881*. Filadélfia: Pennsylvania University Press, 2002.

BAXENDALE, James, DEWAR, Stephen e GOWAN, David (editores) – *The EU & Kaliningrad: Kaliningrad and the Impact of EU Enlargement*. Londres: Federal Trust for Education and Research, 2000.

BERG, Eiki (editor) e EHIN, Piret (editor) – *Identity and Foreign Policy: Baltic-Russian Relations and European Integration*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009.

BRIEDIS, Laimonas – *Vilnius: city of strangers*. Budapest e Nova York: Central European University Press, 2009.

BRUBACKER, Rogers – *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BUDRYTE, Dovile – *Taming Nationalism? Political Community Building in the post- Soviet Baltic States*. Aldershot: Ashgate, 2005.

CAMERON, Fraser – *An Introduction to European Foreign Policy*. Londres e Nova York: Routledge, 2007.

CLEMENS, Walter C. – *The Baltic transformed: complexity theory and European security*. Lanham e Oxford: Rowman & Littlefield, 2001.

DAVIES, Norman – *Europe: a history*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DAVIES, Norman – *Heart of Europe: the past in Poland's present (new edition)*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DONALDSON, Robert H. e NOGEE, Joseph L. – *The foreign policy of Russia: changing systems, enduring interests*. Armonk e Londres: M. E. Sharpe, 2005.

EGLITIS, Daina Stukuls – *Imagining the Nation: History, Modernity, and Revolution in Latvia*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2002.

FAUSTO, Boris – *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GADDIS, John Lewis – *The Cold War: a new history*. Nova York, Penguin, 2005.

GALBREATH, David J., LASAS, Ainius e LAMOREAUX, Jeremy W. – *Continuity and Change in the Baltic Sea Region: Comparing Foreign Policies*. Amsterdã e Nova York: Editions Rodopi, 2008.

GROVER, Alexander. *The New Estonian Golden Age: how Estonia will rise to be one of Europe's Five Richest Nations*. Scotts Valley: Create Space, 2009.

HAAVISTO, Tarmo (editor) – *The Transition to a Market Economy. Transformation and Reform in the Baltic States*. Cheltenham: Edward Elgar, 1997.

HIDEN, John, MADE, Vahur e SMITH, David J. *The Baltic Question during the Cold War*. Londres e Nova York, Routledge, 2008.

HINRIKUS, Rutt e KIRSS, Tiina – *Estonian Life Stories*. Budapest e Nova York: Central European University Press, 2009.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence Ranger (editores) – *The Invention of Tradition – Canto edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOWORTH, Jolyon e KEELER, John T. S. (editores) – *Defending Europe: the EU, NATO and the quest for European Autonomy*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.

JACOBSSON, Bengt (editor) – *The European Union and the Baltic States: changing forms of governance*. Londres e Nova York : Routledge, 2010.

JOENNIEMI, Pertti – “The Baltic Countries as Deviant Cases; Small States in Search of Foreign Policies.” In *New Actors on the International Arena: The Foreign Policies of the Baltic States*, editado por Pertti Joenniemi e Peeter Vares. Tampere: TAPRI, 1993.

JOENNIEMI, Pertti (editor) e PRIKULIS, Juris (editor) – *The Foreign Policies of the Baltic Countries: Basic Issues*. Riga: Center of Baltic-Nordic History and Political Studies, 1994.

JUDT, Tony – *Postwar: a history of Europe since 1945*. Nova York: Penguin, 2005.

JUDT, Tony – *Reappraisals: reflections on the forgotten twentieth century*. Nova York: Penguin, 2008.

JUDT, Tony – *The memory chalet*. Nova York: Penguin, 2010.

KAGAN, Robert – *The Return of History and the End of Dreams*. Nova York: Knopf, 2008.

KAPLAN, Lawrence S. – *Nato Divided, Nato United: the evolution of an alliance*. Westport e Londres: Praeger, 2004.

KASEKAMP, Andres e PAABO, Heiko (editores) – *Promoting democratic values in the enlarged Europe: the changing role of the Baltic States from importers to exporters*. Tartu: Tartu University Press, 2006.

KASEKAMP, Andres – *A History of the Baltic States (Palgrave Essential Histories series)*. Londres e Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

KOLL, Anu Mai (editor) – *The Baltic Countries under Occupation: Soviet and Nazi Rule 1939-1991*. Estocolmo: University of Stockholm, 2003.

KRUK, Herman – *The Last Days of Jerusalem: chronicles of the Vilna Ghetto and the camps, 1939-44*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2002.

LAAR, Mart – *War in the Woods: Estonia's struggle for survival*. Washington: The Compass Press, 1992.

LAITIN, David J. – *Identity in Formation: the Russian-speaking populations in the near abroad*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1998.

LAURISTIN, Marju e VIHALEMM, Peeter (editores) – *Estonia's transition to the EU: twenty years on*. Londres e Nova York: Routledge, 2010.

LEITÃO DA CUNHA, Vasco – *Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro : Editora FGV e Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 1994.

LEVGOLD, Robert (editor) – *Russian foreign policy in the 21st century & the shadow of the past*. Nova York: Columbia University Press, 2007.

LIEVEN, Anatol – *The Baltic Revolution: Estonia, Latvia, Lithuania and the Path to Independence*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1993.

LIEVEN, Anatol e TRENIN, Dmitri (editores) – *Ambivalent Neighbors: The EU, NATO and the price of membership*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2003.

LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred – *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

LO, Bobo – *Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy (Chatham House Papers)*. Londres: Royal Institute of International Affairs, 2003.

LOIT, Aleksander (editor) – *The Baltic Countries 1900-1914*. Estocolmo: University of Stockholm, 1987.

MALFLIET, Katlijn e VERPOEST, Lien (editores) – *Russia and Europe in a changing international environment*. Leuven: Leuven University Press, 2001.

MARTEL, Gordon (editor) – *The origins of the Second World War reconsidered - second edition*. Londres e Nova York: Routledge, 1999.

McHUGH, James T. e PACY, James S. – *Diplomats without a country: Baltic Diplomacy, International Law, and the Cold War*. Westport: Greenwood Press, 2001.

MILOSZ, Czeslaw – *Native Realm: a search for self-definition*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2002.

MURRAY, Alan V. (editor) – *The Clash of Cultures on the Medieval Baltic Frontier*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009.

NEUMANN, Iver B. – *Uses of the Other: "The East" in European Identity Formation (Borderlines series, volume 9)*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

NORGAARD, Ole – *The Baltic Countries after Independence*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 1996.

PELNENS, Gatis (editor) – *The "Humanitarian Dimension" of Russian foreign policy toward Georgia, Moldova, Ukraine, and the Baltic States*. Riga: Centre for East European Policy Studies, International Centre for Defence, Studies, Centre for Geopolitical Studies, School for Policy Analysis at the National, University of Kyiv-Mohyla Academy, Foreign Policy Association of Moldova, International Centre for Geopolitical Studies, 2009.

PLAKANS, Andrejs – *The Latvians: A Short History*. Stanford: Hoover Institution Press. 1995.

PETTAI, Vello e Zielonka, Jan(editores) – *The Road to the European Union. (vol. 2) Estonia, Latvia and Lithuania.* Manchester: Manchester University Press, 2003.

RAUN, Toivo U. – *Estonia and the Estonians. Updated Second Edition.* Stanford: Hoover Institution Press, 2001.

SERROTE, Mary Elise – *1989: the struggle to create post cold-war Europe.* Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2009.

SHEIN, Yakov e VASERDAM, Emanuel (editors) – *Road to Victory: Jewish Soldiers of the 16th Lithuanian Division.* Bergenfield: Avotaynu, 2009.

SMITH, David J. (editor) – *The Baltic States and their region: new Europe or old.* Amsterdã e Nova York: Editions Rodopi, 2005.

SMITH, David J., PABRIKIS, Artis, PURS, Aldirs e LANE, Thomas – *The Baltic States: Estonia, Latvia and Lithuania.* Londres e Nova York: Routledge, 2002.

SMITH, Graham (editor) – *The Baltic States: The National Self-Determination of Estonia, Latvia and Lithuania.* Nova York: St. Martin's Press, 1994.

SMITH, Karen E. – *European Union Foreign Policy in a Changing World.* Cambridge: Polity Press, 2008.

SPRUDS, Andris e ROSTOKS, Toms (editores) – *Energy: pulling the Baltic sea region together or apart?* Riga: Latvian Institute of International Affairs, 2009.

SNYDER, Timothy – *The Reconstruction of Nations: Poland, Ukraine, Lithuania, Belarus, 1569 – 1999.* New Haven e Londres: Yale University Press, 2003.

SNYDER, Timothy – *Bloodlands: Europe between Hitler and Stalin.* Nova York: Basic Books, 2010.

TAAGEPERA, Rein e MISIUNAS, Romuald J. – *The Baltic States: years of dependence 1940-1990.* Berkeley: University of California Press, 1993.

TAYLOR, A.J.P. – *The origins of the Second World War*. Londres e Nova York: Simon & Schuster, 1961.

THOMSON, David – *Europe since Napoleon*. Nova York: Knopf, 1957.

TSYGANKOV, Andrei P. – *Russia's foreign policy: change and continuity in national identity*. Lanham e Oxford: Rowman & Littlefield, 2006.

VARDYS, V. Stanley e MISIUNAS, Romuald J. (editores) – *The Baltic States in peace and war 1917-1945*. University Park e Londres: The Pennsylvania State Press University, 1978.

Von RAUCH, Georg – *The Baltic States: the years of independence 1917-1940*. Londres: Hurst & Company, 1974.

YOST, David S. – *NATO transformed: the alliance's new role in international security*. Washington: United States Institute of Peace Press, 1998.

WEISS-WENDT Anton – *Murder without Hatred: Estonians and the Holocaust*. Siracusa: University of Syracuse Press, 2009.

B- PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

Anuários do Instituto de Política Exterior da Estônia, do Instituto de Assuntos Internacionais da Letônia e do Instituto de Política Externa da Lituânia.





<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>